

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

Lucas Guedes Vilas Boas

**A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG: INTEGRAÇÃO AO MODO DE  
PRODUÇÃO CAPITALISTA E PERDA DE SOBERANIA ALIMENTAR**

Belo Horizonte

2019

Lucas Guedes Vilas Boas

**A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG: INTEGRAÇÃO AO MODO DE  
PRODUÇÃO CAPITALISTA E PERDA DE SOBERANIA ALIMENTAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Produção do espaço, teoria e prática

Orientador: Prof. Klemens Augustinus Laschefski

Belo Horizonte

2019

V697a Vilas Boas, Lucas Guedes.  
2019 A atuação das cooperativas na agricultura familiar do município de Nepomuceno-MG [manuscrito]: integração ao modo de produção capitalista e perda de soberania alimentar / Lucas Guedes Vilas Boas. – 2019.  
328 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2019.  
Área de concentração: Organização do Espaço.  
Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Teoria e Prática.  
Bibliografia: f. 296-323.  
Inclui anexos.

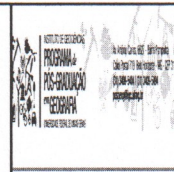
1. Agricultura familiar – Minas Gerais – Teses. 2. Café – Cultivo – Minas Gerais – Teses. 3. Cooperativas agrícolas – Minas Gerais – Teses. I. Laschefski, Klemens Augustinus. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 631(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

### A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG: INTEGRAÇÃO AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E PERDA DE SOBERANIA ALIMENTAR

**LUCAS GUEDES VILAS BOAS**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 28 de novembro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Klemens Augustinus Laschefski - Orientador  
UFMG

Prof(a). Romulo Soares Barbosa  
UNIMONTES

Prof(a). Fábio Luiz Tezini Crocco  
Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Prof(a). Doralice Barros Pereira  
UFMG

Prof(a). Maria Luiza Grossi Araujo  
UFMG

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2019.

## AGRADECIMENTOS

À população nepomucenense, particularmente aos agricultores e às famílias pesquisadas, pela receptividade e solicitude nas entrevistas e diálogos realizados. Sou grato pelo acolhimento nas visitas às suas moradias.

Aos gestores das cooperativas visitadas, pelo auxílio com as informações solicitadas.

Ao Vitor Sérgio Tonelli Reis, pela solicitude no auxílio com as fontes e dados históricos referentes ao município de Nepomuceno.

À minha família, pelo apoio e amor concedidos e pelos valores a mim ensinados. Pela compreensão nos momentos de ausência, em virtude do trabalho e/ou da pesquisa relativa à tese.

Em especial, à minha mãe, Inês Alves Guedes, por sempre ressaltar a importância dos estudos, pelo amor e pelo carinho sempre demonstrados, bem como pela confiança no êxito do meu trabalho.

Ao meu irmão, Matheus Guedes Vilas Boas, pelo apoio, amizade e parceria durante toda a vida. Agradeço pela leitura do texto, pois ofereceu a visão de um pesquisador de outra área do saber.

À minha companheira, Jaqueline Aparecida Nogueira, pela cumplicidade nos bons e maus momentos,

Ao Luck, à Gigi e à Gabi, pela amizade e carinho demonstrados nos passeios cotidianos pelas ruas da “metrópole” nepomucenense.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica, pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos, assim como pelo estímulo à construção de um pensamento crítico acerca da sociedade.

Ao orientador deste trabalho, Professor Doutor Klemens Augustinus Laschefski, pela confiança demonstra no estudo realizado, pelo comprometimento e liberdade dados à pesquisa.

Às (Aos) professoras (es) Doralice Barros Pereira, Fábio Luiz Tezini Crocco, Maria Luiza Grossi Araújo e Rômulo Soares Barbosa, meus sinceros agradecimentos por aceitarem compor a Banca Examinadora deste trabalho, bem como pelas minuciosas e construtivas críticas e sugestões fornecidas a presente pesquisa.

Aos professores Ralfo Matos, Valéria Ascensão, Rogata Soares, Doralice Pereira e André Salgado pelas contribuições dadas durante as disciplinas realizadas no período de doutoramento.

À Professora Doutora Valéria de Oliveira Roque Ascensão, pelo inestimável auxílio com o projeto de tese e pelas discussões concernentes à metodologia da pesquisa.

Aos amigos geógrafos Higor Mozart Geraldo Santos, Jader Arierom Moreira da Silva e Yuri Amaral Barbosa, pelas críticas e sugestões fornecidas à pesquisa.

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pelo auxílio financeiro concedido aos deslocamentos para Belo Horizonte e por viabilizar a concomitância entre o desempenho das minhas atividades como docente e meus estudos enquanto discente do Doutorado em Geografia.

À Universidade Federal de Minas Gerais, a qual possibilitou a realização desta tese de doutoramento, sobretudo pelos inúmeros momentos de diálogos e de construção de conhecimentos proporcionados.

## RESUMO

Nos últimos decênios, houve a ampliação da subordinação da agricultura ao modo de produção capitalista. A agricultura familiar não se absteve deste fenômeno, pois diversas estratégias, como a disseminação do crédito rural, o pagamento por produtividade e a dependência do setor urbano-industrial para a aquisição de insumos agrícolas, foram engendradas para a absorção dos agricultores e sua integração ao mercado. No município de Nepomuceno, cujo setor primário, principalmente a cafeicultura, se destaca na economia, é estreito o vínculo entre agricultura familiar e capitalismo. Desta maneira, o objetivo da tese é compreender o processo de incorporação da agricultura familiar nepomucenense ao modo de produção capitalista e sua integração ao agronegócio, discutindo suas principais características, como a atuação das cooperativas agropecuárias e a perda de soberania alimentar. Assim, foi necessária uma discussão conceitual distinguindo campesinato e agricultura familiar, de modo a evidenciar a definição de agricultura familiar adotada nesta pesquisa e identificar as principais características da produção agrícola nepomucenense. A pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo, as entrevistas semiestruturadas e as caminhadas transversais foram os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Para a avaliação da cafeicultura em Nepomuceno, construiu-se um breve histórico acerca da difusão da cultura cafeeira na porção sul do estado de Minas Gerais e no município de Nepomuceno, nos séculos XIX e XX. Posteriormente, foi discutida a situação atual da cafeicultura em Nepomuceno. Os resultados mostraram que a maioria dos cafeicultores locais vende sua produção para as cooperativas atuantes no município, as quais revendem os grãos colhidos pelos agricultores para o Brasil e outros países. Destarte, as cooperativas, por intermédio dos serviços ofertados aos associados, assumem o papel de agentes que promovem a inserção da agricultura familiar no modo de produção capitalista e constituem a expressão do agronegócio em Nepomuceno. A soberania alimentar no município está ameaçada, uma vez que a agricultura empresarial, caracterizada pela produção de *commodities*, torna os produtores mais dependentes do mercado e diminui sua autonomia, inserindo-os na acirrada concorrência capitalista e impelindo-os ao uso de insumos oriundos das corporações multinacionais e transnacionais que monopolizam o setor agroquímico. Ademais, os salários são pagos conforme a produtividade lograda e os contratos formais de trabalho são raros. Há uma falsa sensação de controle sobre o processo de produção, visto que apesar da posse formal dos imóveis agrícolas, muitos cafeicultores não possuem autonomia quanto às decisões relativas aos seus estabelecimentos. Os agricultores cuja produção é destinada somente ao autoconsumo, assim como aqueles que comercializam de forma autônoma os excedentes produzidos, oferecem uma alternativa e constituem resistências em relação à agricultura empresarial vigente no município. As formas e relações de trabalho e de produção dos trabalhadores da feira municipal de Nepomuceno, os quais vendem diretamente seus excedentes agrícolas aos consumidores, foram investigadas. No entanto, sua permanência está ameaçada pelo aumento do número de produtores agrícolas nepomucenenses cujo objetivo principal é a comercialização da produção por meio das cooperativas.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Cafeicultura. Soberania Alimentar. Cooperativas. Nepomuceno.

## ABSTRACT

In recent decades, the subordination of agriculture to the capitalist mode of production has increased. Family farming has not been absent from this phenomenon, since several strategies, such as the dissemination of rural credit, payment for productivity and dependence on the urban-industrial sector for the acquisition of agricultural inputs, were conceived to absorb farmers and their integration into the market. In the municipality of Nepomuceno, whose primary sector, mainly coffee production, stands out in the economy, a close relationship is established between family farming and capitalism. Thus, the objective of the thesis is to understand the process of incorporation of Nepomuceno's family agriculture to the capitalist mode of production and its integration into agribusiness, discussing its main characteristics, such as the performance of agricultural cooperatives and the loss of food sovereignty. Thus, a conceptual discussion was necessary, distinguishing between peasant and family farming, in order to highlight the definition of family farming adopted in this research and identify the main characteristics of Nepomuceno's agricultural production. The bibliographic research, document analysis, fieldwork, semi-structured interviews and cross-sectional visits were the methodological procedures adopted in the study. For the evaluation of coffee production in Nepomuceno, a brief history was built on the dissemination of coffee culture in the southern portion of the state of Minas Gerais and in the municipality of Nepomuceno in the nineteenth and twentieth centuries. Later, the current situation of coffee growing in Nepomuceno was discussed. The results showed that the majority of local coffee growers sell their production to cooperatives operating in the municipality, which resell the beans harvested by farmers to Brazil and other countries. Thus, the cooperatives, through the services offered to the members, assume the role of agents that promote the insertion of family agriculture in the capitalist mode of production and constitute the expression of agribusiness in Nepomuceno. Food sovereignty in the municipality is threatened, since entrepreneurial agriculture, characterized by the production of commodities, makes producers more dependent on the market and reduces their autonomy, inserting them into fierce capitalist competition and impelling them to use inputs from multinational and transnational corporations that monopolize the agrochemical sector. Furthermore, the wages are paid according to productivity achieved and formal labor contracts are rare. There is a false sense of control over the production process, as despite the formal ownership of farms, many coffee farmers do not have autonomy over decisions about their farms. Farmers whose production is destined only for self-consumption, as well as those who autonomously commercialize the surpluses produced, offer an alternative and constitute resistance in relation to the entrepreneurial agriculture in force in the municipality. The forms and relations of labor and production of the workers of the Nepomuceno municipal fair, who sell their agricultural surpluses directly to consumers, were investigated. However, their permanence is threatened by the increase in the number of Nepomuceno's agricultural producers, who have had their surplus produce sold to consumers.

**Keywords:** Family farming. Coffee sector. Food sovereignty. Cooperatives. Nepomuceno.



## RESUMEN

En las últimas décadas, ha habido un aumento de la subordinación de la agricultura al modo de producción capitalista. La agricultura familiar no se abstuvo de este fenómeno, una vez que varias estrategias, como la diseminación del crédito rural, el pago por productividad y la dependencia del sector urbano-industrial en la adquisición de insumos agrícolas, fueron engendradas para la absorción de los agricultores y su integración en el mercado. En el municipio de Nepomuceno, cuyo sector primario, especialmente el cultivo de café, se destaca en la economía, el vínculo entre la agricultura familiar y el capitalismo es estrecho. De esta manera, el objetivo de la tesis es comprender el proceso de incorporación de la agricultura familiar nepomucenense en el modo de producción capitalista y su integración con lo agronegocio, discutiendo sus características principales, como la acción de las cooperativas agropecuarias y la pérdida de soberanía alimentaria. Así, fue necesaria una discusión conceptual distinguiendo campesinado y agricultura familiar, para resaltar la definición de agricultura familiar adoptada en esta investigación e identificar las características principales de la producción agrícola de Nepomuceno. La investigación bibliográfica, el análisis de documentos, el trabajo de campo, las entrevistas semiestructuradas y las caminadas transversales fueron los procedimientos metodológicos adoptados en el estudio. Para la evaluación del caficultura en Nepomuceno, se construyó un breve histórico de la difusión de la cultura del café en la parte sur del estado de Minas Gerais y en el municipio de Nepomuceno, en los siglos XIX y XX. Posteriormente, se discutió la situación actual del caficultura en Nepomuceno. Los resultados mostraron que la mayoría de los cafeteros locales venden su producción a las cooperativas actuantes en el municipio, las cuales revenden los granos cosechados por los agricultores a Brasil y otros países. De este modo, las cooperativas, a través de los servicios ofrecidos a los miembros, asumen el papel de agentes que promueven la inserción de la agricultura familiar en el modo de producción capitalista y constituyen la expresión del agronegocio en Nepomuceno. La soberanía alimentaria en el municipio se ve amenazada, una vez que la agricultura empresarial, caracterizada por la producción de *commodities*, hace que los productores sean más dependientes del mercado y disminuye su autonomía, insertándolos en la férrea competencia capitalista y impulsándolos al uso de insumos oriundos de corporaciones multinacionales y transnacionales que monopolizan el sector agroquímico. Además, los salarios son pagos conforme la productividad lograda y los contratos formales de trabajo son raros. Hay una falsa sensación de control sobre el proceso de producción, visto que a pesar de la posesión formal de los inmuebles agrícolas, muchos caficultores no poseen autonomía cuanto a las decisiones relativas a los establecimientos. Los agricultores cuya producción se destina exclusivamente al autoconsumo, así como aquellos que venden de forma autónoma el excedente producido, ofrecen una alternativa y constituyen resistencia a la agricultura empresarial vigente en el municipio. Se investigaron las formas y las relaciones laborales y productivas de los trabajadores de la feria municipal de Nepomuceno, los cuales venden su excedente agrícola directamente a los consumidores. Sin embargo, su estadía se ve amenazada por el aumento en el número de productores agrícolas nepomucenenses, cuyo objetivo principal es la comercialización de la producción a través de cooperativas.

**Palabras clave:** Agricultura familiar. Caficultura. Soberanía Alimentaria. Cooperativas. Nepomuceno.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Localização do Município de Nepomuceno em Minas Gerais .....	<b>24</b>
<b>Figura 02:</b> Esquema dos Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas para Hughes Lamarche .....	<b>81</b>
<b>Figura 03:</b> Intoxicação por Agrotóxicos no Brasil entre 1999 e 2009.....	<b>190</b>
<b>Figura 04:</b> Intoxicação por Agrotóxicos no Brasil (Período 2007-2014) .....	<b>192</b>
<b>Figura 05:</b> Utilização de Agrotóxicos nos Municípios Brasileiros em 2006 .....	<b>195</b>
<b>Figura 06:</b> Municípios com Unidades da Cooxupé em 2018.....	<b>235</b>
<b>Figura 07:</b> Municípios com Unidades da Capebe e da Cocatrel em 2018.....	<b>245</b>
<b>Figura 08:</b> O Agronegócio na Cafeicultura de Nepomuceno-MG: Da Produção à Comercialização .....	<b>257</b>
<b>Figura 09:</b> Feira Livre no Município de Nepomuceno-MG.....	<b>265</b>
<b>Figura 10:</b> Comércio de Ambulantes nas Proximidades da Feira Livre.....	<b>272</b>
<b>Figura 11:</b> Fachada da Sede do Mercado do Produtor Rural de Nepomuceno.....	<b>278</b>
<b>Figura 12:</b> Cafés Especiais Torrados Comercializados pela Associação Flor de Café em 2019.....	<b>282</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Produção e Trabalho do Campesinato e Consequências do Desenvolvimento do Capitalismo nas Obras de Karl Marx, Vladimir Lênin, Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Henri Mendras e Teodor Shanin .....	<b>76</b>
<b>Quadro 02:</b> Ações das Principais Instituições e Programas Estatais na Cafeicultura Brasileira - Período: 1950-1990 .....	<b>120</b>
<b>Quadro 03:</b> Principais Elementos da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar .....	<b>169</b>
<b>Quadro 04:</b> Principais Diferenças entre Arrendamentos, Parcerias e Comodatos.....	<b>204</b>
<b>Quadro 05:</b> Síntese das Principais Características da Feira Livre de Nepomuceno-MG .....	<b>280</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> População Urbana e Rural no Brasil – 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	<b>62</b>
<b>Tabela 02:</b> População Total, Quantidade e Percentual Total de Escravos em 1831-1832: Minas Gerais, Sul de Minas e Nepomuceno.....	<b>94</b>
<b>Tabela 03:</b> Valor Estimado da Produção do Município de Nepomuceno em 1918 (em Réis).....	<b>108</b>
<b>Tabela 04:</b> Produção Agrícola de Nepomuceno em Arrobas – 1918.....	<b>109</b>
<b>Tabela 05:</b> Taxa Bruta de Natalidade (Por Mil Habitantes) – Brasil: 1881 a 2015.....	<b>116</b>
<b>Tabela 06:</b> Produção Agrícola do Município de Nepomuceno-MG em 1955.....	<b>118</b>
<b>Tabela 07:</b> Pecuária do Município de Nepomuceno-MG em 1955 - Número de Cabeças por Espécie.....	<b>118</b>
<b>Tabela 08:</b> Variação da Área Ocupada e da Produção Total de Café na Microrregião de Lavras no Período 1980-1990.....	<b>126</b>
<b>Tabela 09:</b> Preço Médio em US\$ das Sacas de Café Vendidas pela Cooxupé: 1981-2018.....	<b>130</b>
<b>Tabela 10:</b> Produção Total e Área em Produção de Café Arábica - Sul de Minas, Minas Gerais e Brasil (2012-2016).....	<b>134</b>
<b>Tabela 11:</b> Produção Total Anual de Leite em Minas Gerais (1995-2017).....	<b>145</b>
<b>Tabela 12:</b> Produção Total Anual de Leite em Nepomuceno (1995-2017).....	<b>148</b>
<b>Tabela 13:</b> Produção Total Anual de Feijão (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017).....	<b>148</b>
<b>Tabela 14:</b> Produção Total Anual de Feijão (em Grão) em Nepomuceno (1995-2017).....	<b>150</b>
<b>Tabela 15:</b> Produção Total Anual de Arroz (em Casca) em Minas Gerais (1995-2017).....	<b>151</b>
<b>Tabela 16:</b> Produção Total Anual de Arroz (em Casca) em Nepomuceno (1995-2017).....	<b>152</b>
<b>Tabela 17:</b> Produção Total Anual de Milho (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017).....	<b>152</b>
<b>Tabela 18:</b> Produção Total Anual de Milho (em Grão) em Nepomuceno (1995-2017).....	<b>153</b>

<b>Tabela 19:</b> Produção Total Anual de Café (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017).....	<b>155</b>
<b>Tabela 20:</b> Produção Total Anual de Café (em Grão) em Nepomuceno (1995-2017).....	<b>156</b>
<b>Tabela 21:</b> Principais Víveres Secundários Cultivados na Agricultura do Município de Nepomuceno-MG em 2017.....	<b>158</b>
<b>Tabela 22:</b> Pecuária do Município de Nepomuceno-MG em 2017.....	<b>159</b>
<b>Tabela 23:</b> Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimento Médio do Arroz, da Soja, do Feijão, do Milho e do Café em Nepomuceno-MG (Período: 1980-2016).....	<b>184</b>
<b>Tabela 24:</b> Características da Agricultura Familiar Moderna Presentes nos Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG.....	<b>202</b>
<b>Tabela 25:</b> Condição do Uso da Terra na Agricultura Familiar em Nepomuceno-MG, segundo o Extrato DAP, em 2018.....	<b>203</b>
<b>Tabela 26:</b> Finalidade dos Financiamentos e Empréstimos Agrícolas em 2017 - Brasil, Minas Gerais e Nepomuceno-MG .....	<b>218</b>
<b>Tabela 27:</b> População Ocupada de 10 ou mais Anos de Idade, segundo a Faixa Salarial Mensal do Trabalho Principal, no Município de Nepomuceno-MG em 2010.....	<b>276</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 01:** Consumo de Agrotóxicos e Afins no Brasil (Período 2000-2014)..... **196**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AICs – Acordos Internacionais de Café

ANAP – Associação Nacional de Pequenos Agricultores

ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

AoA – Acordo sobre Agricultura

ASA – Aviário Santo Antônio

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPEBE – Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEASAs – Centrais Estaduais de Abastecimento

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CNC – Conselho Nacional do Café

COCATREL – Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas

COE – Custo Operacional Efetivo

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPARAÍSO – Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso

COOXUPÉ – Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPS – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTC – Capacidade de Troca Catiônica

CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

DRR – Diagnóstico Rural Rápido

EADI – Estação Aduaneira do Interior

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EISA – Empresa Interagrícola S/A

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

EPIs – Equipamentos de Proteção Individual

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FECAFÉ – Fundo Estadual de Café

FECOM – Feira de Negócios Cocatrel/Minasul

FETAG's – Federações de Trabalhadores na Agricultura

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FJP – Fundação João Pinheiro

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNCAFÉ – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPC – Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar

ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINASUL – Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra



NKG – Neumann Kaffee Gruppe

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEs – Organizações das Cooperativas Estaduais

OGMs – Organismos Geneticamente Modificados

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PFZ – Programa Fome Zero

PH – Potencial Hidrogeniônico

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRRC – Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais

PRONACOOP – Programa Nacional de Cooperativismo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAPA – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

SISAGUA – Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPS – Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

STTR's – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UFLA – Universidade Federal de Lavras

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo I</b> – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas Efetuadas com os Agricultores Familiares do Município de Nepomuceno-MG.....	<b>324</b>
<b>Anexo II</b> – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas Realizadas com os Feirantes de Nepomuceno-MG.....	<b>327</b>
<b>Anexo III</b> - Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas Realizadas com os Gestores das Cooperativas em Nepomuceno-MG.....	<b>328</b>

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>iv</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>vii</b>
<b>RESUMEN</b> .....	<b>viii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>ix</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>x</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>xi</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>xiii</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>xiv</b>
<b>LISTA DE ANEXOS</b> .....	<b>xvii</b>
<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	<b>22</b>
<b>2 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	<b>37</b>
2.1 – Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa: Aproximações e Desencontros.	37
2.2 – Diversidade e Principais Características da Agricultura Familiar.....	77
2.3 – Os Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas segundo Hughes Lamarche.....	81
2.3.1 – O Modelo Empresa.....	82
2.3.2 – O Modelo Empresa Familiar.....	83
2.3.3 – O Modelo Agricultura Familiar Moderna.....	84
2.3.4 – O Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência.....	86
<b>3 – A CAFEICULTURA EM NEPOMUCENO-MG E NO SUL DE MINAS GERAIS: HISTÓRICO (SÉCULOS XIX-XX) E SITUAÇÃO ATUAL</b> .....	<b>89</b>
3.1 – Histórico da Cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Nepomuceno-MG nos Séculos XIX e XX.....	89
3.1.1 – O Trabalho Escravo e a Cafeicultura no Sul de Minas e em Nepomuceno no Século XIX .....	93
3.1.2 – A Importância do Ferroviarismo para a Cafeicultura Sul-Mineira no Final do Século XIX e Início do Século XX.....	97
3.1.3 – A Crise da Cafeicultura Brasileira no Início dos Anos 1900 e o Convênio de Taubaté de 1906.....	103

3.1.4 – A Produção Agropecuária Nepomucenense nos Decênios de 1910 e 1920 e o Crescimento da Cafeicultura Municipal.....	108
3.1.5 – A Quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a Crise da Cafeicultura Brasileira na Década de 1930.....	112
3.1.6 – O Fracionamento das Propriedades Agrícolas no Município de Nepomuceno-MG.....	114
3.1.7 – A Ação do Estado na Agricultura Sul-Mineira e a Conjuntura Agrária Nepomucenense entre os Decênios de 1950 e 1990.....	117
3.1.8 – Anos 1990: Disseminação do Neoliberalismo e suas Consequências para a Agricultura Brasileira e Sul-Mineira.....	127
3.2 – A Cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Nepomuceno-MG Atualmente.....	133
<b>4 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO NO PERÍODO 1995-2017.....</b>	<b>142</b>
4.1 – O Trabalho Rural/Agrícola em Nepomuceno-MG segundo o Gênero.....	142
4.2 – A Produção Agropecuária em Nepomuceno-MG.....	145
4.2.1 – A Produção Leiteira no Município de Nepomuceno-MG.....	145
4.2.2 – A Produção de Feijão no Município de Nepomuceno-MG.....	148
4.2.3 – A Produção de Arroz no Município de Nepomuceno-MG.....	151
4.2.4 – A Produção de Milho no Município de Nepomuceno-MG.....	152
4.2.5 – A Produção Cafeeira no Município de Nepomuceno-MG.....	155
4.2.6 – A Produção de Víveres Secundários no Município de Nepomuceno-MG.....	158
4.2.7 – A Produção Pecuária no Município de Nepomuceno-MG.....	159
4.3 – Métodos de Preservação e Fertilização dos Solos em Nepomuceno-MG.....	160
4.4 – A Soberania Alimentar no Município de Nepomuceno-MG.....	162
4.4.1 – Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e as Políticas Públicas Voltadas à Alimentação.....	162
4.4.2 – A Disseminação dos Transgênicos e a Soberania Alimentar.....	171
4.4.3 – A Soberania Alimentar na Agricultura Nepomucenense.....	175
<b>5 – CARACTERIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM NEPOMUCENO-MG.....</b>	<b>183</b>
5.1 – O Emprego de Máquinas Agrícolas e Insumos Agroquímicos na Agropecuária Nepomucenense.....	183

5.2 – Os Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG segundo os Modelos de Funcionamento de Hughes Lamarche.....	199
5.3 – Os Arrendamentos na Agropecuária do Município de Nepomuceno-MG.....	203
5.4 – Características Camponesas da Agropecuária Nepomucenense.....	208
<b>6 – RELAÇÕES CAPITALISTAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM NEPOMUCENO-MG.....</b>	<b>211</b>
6.1 – A Precarização do Trabalho Agrícola no Município de Nepomuceno-MG.....	211
6.1.1 – A Integração da Agricultura Familiar Nepomucenense ao Modo de Produção Capitalista e a Intensificação do Trabalho Agrícola.....	213
6.1.2 – Crédito e Empréstimos Agrícolas no Município de Nepomuceno-MG.....	216
6.1.3 – O Trabalho Volante na Agricultura Nepomucenense.....	219
<b>7 – A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG ENTRE 2015 E 2019.....</b>	<b>223</b>
7.1 – A Origem das Cooperativas Modernas.....	223
7.2 – Histórico das Cooperativas no Brasil.....	225
7.2.1 – As Cooperativas Brasileiras durante a Ditadura Militar (1964-1985).....	225
7.2.2 – As Cooperativas de Produção Agropecuária Criadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.....	226
7.3 – A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) e sua Instalação em Nepomuceno-MG.....	233
7.4 – A Atuação da Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) no Município de Nepomuceno-MG .....	240
7.5 – A Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e sua Atuação em Nepomuceno-MG.....	242
7.6 – Cooperativas Agropecuárias e Modo de Produção Capitalista no Município de Nepomuceno-MG.....	246
<b>8 – POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DAS (SUPOSTAS) ALTERNATIVAS.....</b>	<b>258</b>
8.1 – Formas de Produção Alternativa: A Agricultura de Subsistência e o Comércio de Alimentos nas Feiras Livres Municipais.....	258
8.2 – As Feiras Livres Municipais.....	260
8.2.1 – A Feira Livre no Município de Nepomuceno-MG.....	264
8.3 – A Produção de Cafés Especiais e Orgânicos em Nepomuceno-MG.....	281

8.3.1 – Certificação de Produtos Orgânicos: Critérios Adotados e Problemas Enfrentados.....	284
8.3.2 – A Produção de Alimentos Orgânicos no Município de Nepomuceno-MG.....	287
<b>9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>291</b>
<b>10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>296</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>324</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Segundo os dados da FAO, em 2017, mais de um bilhão de pessoas não tinham acesso à água potável e aproximadamente 821 milhões estavam desnutridas. No mesmo ano, mais de dois bilhões de seres humanos apresentavam quadros de fome oculta, isto é, possuíam severas deficiências nutricionais em seus organismos. Cerca de 1,5 bilhões de pessoas exibiam carência de ferro, enquanto 740 milhões tinham falta de iodo e 200 milhões apresentavam deficiência de vitamina A em suas dietas alimentares. África e Ásia foram os continentes com maior índice percentual de subalimentação, enquanto na Europa e na América do Norte, os valores foram inferiores a 2,5%. A partir de 2010, apesar dos avanços tecno-científicos, o número de indivíduos famélicos aumentou em escala mundial. Paradoxalmente, a maioria dos seres humanos que passa fome não mora na cidade, mas reside no campo, produzindo e vendendo gêneros agrícolas (FAO, 2018).

Os problemas relacionados à alimentação também atingem os moradores do município de Nepomuceno. Em estudo anterior, avaliou-se a situação de segurança alimentar de 40 famílias camponesas e 40 famílias citadinas do município a partir do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o qual emprega critérios quali-quantitativos para avaliar os regimes alimentares dos indivíduos e/ou domicílios. Sob essa perspectiva, num contexto de segurança alimentar, é assegurado às pessoas o direito a uma dieta que satisfaça permanentemente suas demandas energéticas e nutricionais sem prejudicar outras atividades básicas de sua vida. Outros aspectos, como a diversidade de gêneros alimentícios presentes nas dietas, o uso de agrotóxicos e a ocorrência de casos de obesidade, alcoolismo e/ou problemas psicológicos, também foram investigados.

Na cidade, apenas 40% dos imóveis avaliados apresentaram segurança alimentar. Como não dispõem de terras, muitos habitantes urbanos de Nepomuceno dependem diretamente da renda salarial para a aquisição de alimentos. Contudo, 85,78% da mão de obra ocupada no município recebia entre 0 e 2 salários mínimos em 2010 (IBGE, 2010). Assim, observa-se que as remunerações em Nepomuceno são, em geral, baixas, colaborando para a restrita diversidade de alimentos presentes em suas dietas (VILAS BOAS, 2017).

Já no campo, 57,5% das famílias pesquisadas se encontravam com segurança alimentar (VILAS BOAS, 2017). Como a posse da terra possibilita aos residentes do campo o cultivo de espécies vegetais e a criação de animais, há o aumento da variedade de gêneros consumidos e de vitaminas presentes nos regimes alimentares. Assim sendo, a diminuição da

concentração fundiária e o acesso à terra por parte da população menos abastada constituem medidas necessárias à melhoria da alimentação, tanto em escala local, quanto em âmbito nacional. Constatou-se que os regimes alimentares da população nepomucenense possuem diversas carências, especialmente com relação às proteínas de origem animal. Em virtude das baixas remunerações recebidas e do predomínio da monocultura cafeeira, a alimentação possui diminuta variedade, sendo pobre em nutrientes. Outros fatores também colaboram para a insegurança alimentar no município, como o alcoolismo, a obesidade e o intenso emprego de praguicidas no cultivo agrícola (VILAS BOAS, 2016a).

Segundo dados da Emater-MG, o valor médio do hectare de terra nua em Nepomuceno no ano de 2018 variou entre R\$ 10.000,00 para terras de aptidão restrita e R\$ 13.000,00 para terras de aptidão boa às lavouras (EMATER-MG, 2018). Considerando-se a elevada fertilidade natural dos solos do município e as condições climáticas ideais ao cultivo de alguns gêneros agrícolas, como o café, o preço médio das terras nepomucenenses é relativamente baixo.

Assim, a presente pesquisa abarca o município de Nepomuceno, o qual está localizado na região de planejamento Sul de Minas (Figura 01), com aproximadamente 27 mil habitantes (VILAS BOAS, 2017). Sua situação é privilegiada, proporcionando a extração de renda da terra diferencial I – que deriva da fertilidade natural dos solos e de sua localização, pois o município está situado a aproximadamente 11 quilômetros da Rodovia Fernão Dias (BR-381), a qual interliga as unidades federativas de Minas Gerais e São Paulo, facilitando o deslocamento até importantes metrópoles nacionais, como São Paulo e Belo Horizonte.



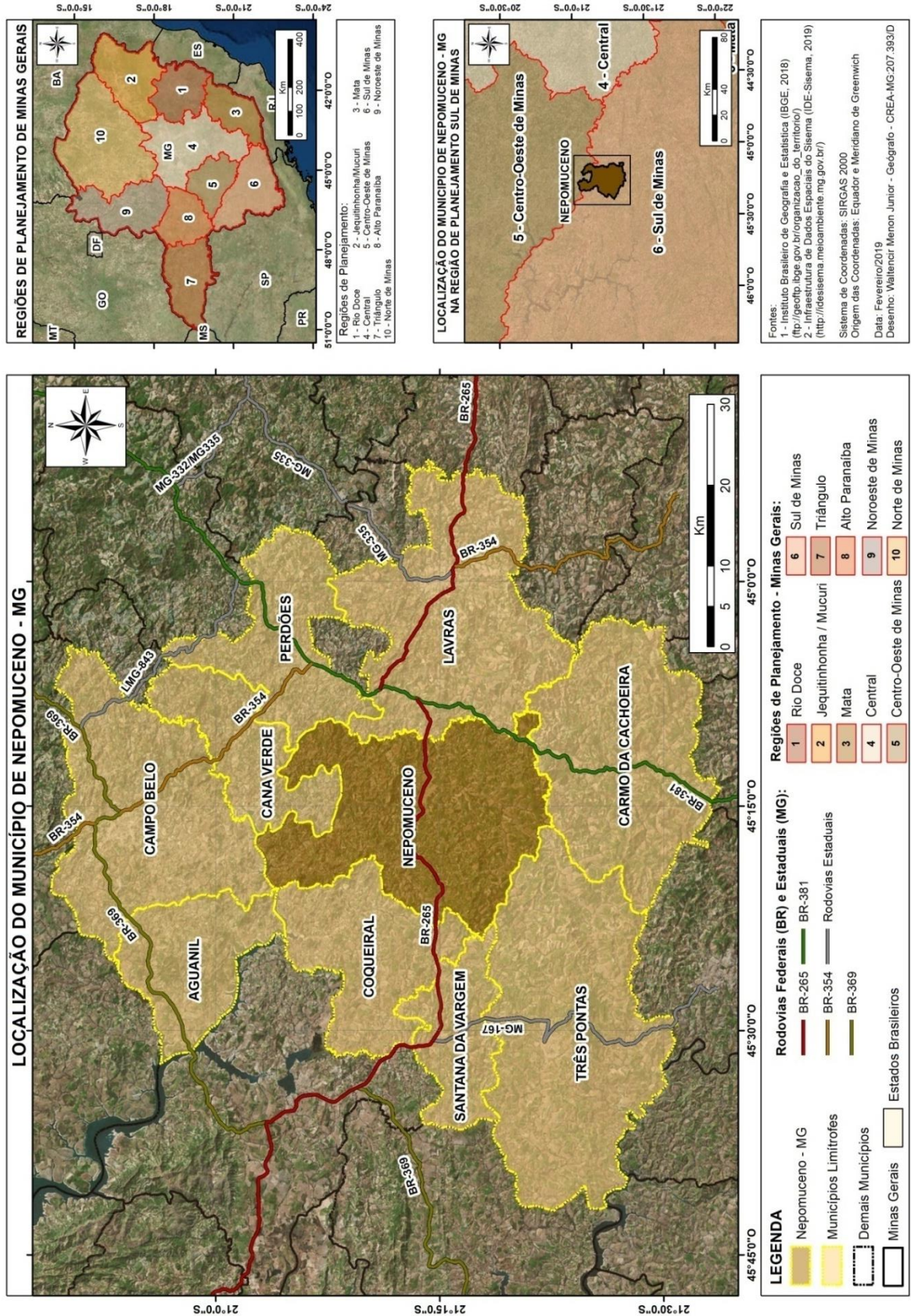


FIGURA 01: Localização do Município de Nepomuceno em Minas Gerais

A cafeicultura se destaca no município, assim como em seu entorno, desde primórdios do século XX, em decorrência da área ocupada, do volume produzido e do valor monetário auferido. Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016a), Nepomuceno era o 15º maior produtor de café do país no ano de 2016. Ademais, o setor granjeiro também é importante no cenário local, em virtude da presença do Aviário Santo Antônio (ASA), uma das maiores empresas avicultoras do Brasil.

O potencial do município na cafeicultura é conhecido há mais de um século, constituindo-se como atrativo de imigrantes, sobretudo italianos, para a cidade. O Livro do Centenário, redigido pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1922), salienta que à época, Nepomuceno já se destacava pela fertilidade de suas terras, as quais eram consideradas ideais ao cultivo do café por especialistas no assunto.

Vaca (2013b; 2015) e Vilas Boas (2016a; 2016c) enaltecem a relevância dos avanços nos meios de transporte e de comunicação para o desenvolvimento da economia local, sobretudo da agropecuária, pois facilitaram o escoamento da produção cafeeira. Portanto, no primeiro quartel dos noventa, avanços oriundos da indústria já contribuíam para o crescimento econômico municipal.

A pesquisa foi efetivada no município de Nepomuceno devido às suas singularidades socioespaciais – como a atuação de três grandes cooperativas (Capebe, Cocatrel e Cooxupé) na agricultura municipal, o expressivo número de pequenos estabelecimentos agropecuários e de agricultores familiares, o baixo percentual de população ocupada em empregos formais, o destaque na produção cafeeira e o impacto da produção e da colheita do café na economia local – as quais possibilitam a compreensão da apropriação da agricultura familiar pelo modo de produção capitalista. A notoriedade lograda pela cafeicultura remete à fertilidade natural de seus solos, assim como à influência dos imigrantes italianos que promoveram a difusão da cafeicultura no município.

Hodiernamente, a agricultura nepomucenense guarda semelhanças com o panorama agrário brasileiro e mundial, pois é baseada na monocultura e na intensa utilização dos insumos urbano-industriais, como os pesticidas, os fertilizantes químicos e os grãos transgênicos, cuja comercialização é monopolizada por algumas corporações do setor agroquímico (OLIVEIRA, 2016). Além disso, caracteriza-se pela intensificação e insalubridade do trabalho (CROCCO et al., 2017), especialmente durante a colheita, e é muito dependente dos mercados internacionais, uma vez que o principal gênero cultivado no município – o café – tem seu preço venal definido por sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros.

Destarte, este gênero agrícola é uma *commodity*, assim como outros alimentos lavrados ou extraídos em solo nacional. Conforme enuncia Topik (2003), o café se tornou uma *commodity* no desfecho do século XIX, pois neste íterim, os agentes capitalistas já efetivavam a venda de plantações ainda não cultivadas em distintos locais. Compravam-se as ações, uma produção futura, não os grãos propriamente ditos.

Nesta esfera, Schouchana e Miceli (2004) definem as *commodities* como produtos primários cuja negociação ocorre nas Bolsas de Mercados de Futuros, nas quais as mercadorias são comercializadas para entrega em prazo estipulado. Por conseguinte, seu consumo não é imediato, visto que sua entrega ocorre num momento posterior à venda. Além disso, são produzidas em larga escala, direcionadas à exportação e negociadas em escala mundial.

Apesar de Nepomuceno ser um dos maiores produtores de café do país, os agricultores locais não usufruem das benesses proporcionadas pelos lucros oriundos da cafeicultura, os quais são apossados, em sua maioria, pelos capitalistas do setor financeiro-industrial. A maioria das propriedades agrícolas municipais pode ser classificada como pertencente à agricultura familiar, visto que atende aos parâmetros exigidos pela legislação nacional, como a gestão e o trabalho familiares, dimensões inferiores a quatro módulos fiscais, maioria da renda oriunda de atividades desempenhadas no próprio estabelecimento familiar, entre outras (BRASIL, 2006).

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos da negociação dos gêneros agrícolas como *commodities* para a soberania alimentar dos agricultores familiares e as consequências da associação às cooperativas agropecuárias de caráter empresarial para a agricultura familiar. Atrelados ao objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa são (I) identificar e distinguir os tipos de agricultura familiar existentes em Nepomuceno no contexto da produção capitalista, com base nas categorias de estabelecimentos agrícolas definidas por Lamarche (1993; 2008), (II) explicar as formas e as estratégias de produção vigentes na agricultura familiar no município, (III) avaliar a situação de soberania alimentar dos agricultores familiares de Nepomuceno, (IV) explicar a ação das cooperativas na cafeicultura nepomucenense e, (V) avaliar as estratégias empreendidas para a integração e a absorção da agricultura familiar pelo mercado capitalista.

Os sujeitos desta pesquisa são os agricultores familiares do município de Nepomuceno. Deste modo, aspira-se abranger a diversidade social da agricultura familiar nepomucenense, pois esta classificação engloba diferentes tipos de grupos, como os produtores agrícolas, os aquicultores, os quilombolas e os indígenas (BRASIL, 2006). Por

consequente, neste grupo populacional, encontram-se tanto os agricultores vinculados ao mercado – de cunho empresarial e/ou atrelados às cooperativas, quanto os que produzem para autoconsumo ou comercializam nas feiras municipais e/ou em outros locais.

Assim sendo, a pesquisa também almeja investigar os pequenos agricultores que não aderiram à lógica mercantilista empresarial, tampouco à monocultura, constituindo alternativas e possibilidades frente à agricultura familiar empresarial hegemônica no município. Neste contexto, alguns produtores municipais cultivam frutas, legumes e verduras para autoconsumo ou para a venda em supermercados e feiras do município e de cidades adjacentes.

Apesar de o município possuir apenas cinco grandes propriedades rurais e nenhum latifúndio, segundo a classificação e o cadastro realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a agricultura local é dominada por relações capitalistas de trabalho e produção (VILAS BOAS, 2016c). Neste contexto, é válido salientar que os problemas recentes no campo e na agricultura nacionais não são decorrentes apenas da concentração fundiária. A baixa produtividade dos latifúndios, o caráter ocioso da terra e a baixa tecnificação da produção latifundiária são características utilizadas como argumentos por Caume (2009) e Vilas Boas (2016a) para corroborar a perda de importância da concentração de terras no panorama brasileiro recente. Não obstante, a agricultura patronal está intimamente associada ao capital nos tempos hodiernos, pois utiliza intensivamente os fatores produtivos e a mão de obra, possui elevada produtividade, é pautada no trabalho assalariado, entre outras características basilares do modo de produção capitalista, desde os primórdios do capitalismo industrial (VILAS BOAS, 2018).

A subordinação da agricultura familiar nepomucenense ao modo de produção capitalista revela diversas facetas da conjuntura agrária nacional, como: a integração ao agronegócio, a adesão ao pacote tecnológico advindo da Revolução Verde – iniciada nos anos 1950 com a difusão da adubação química e, intensificada a partir do decênio de 1980 e 1990 devido ao emprego massivo de praguicidas e máquinas agrícolas –, a crescente atuação das cooperativas capitalistas no campo, a produção monocultora diretamente influenciada pelos mercados internacionais, a intensificação e a exploração do trabalho por meio de estratégias como o pagamento por produtividade.

Desta maneira, a pesquisa concretizada no município de Nepomuceno, ao conjugar as abordagens teóricas da Geografia Agrária à materialidade das relações de trabalho e de produção municipais, pode contribuir para a compreensão das recentes mudanças experimentadas pela agricultura brasileira e de suas consequências socioeconômicas, como o

aumento da dependência frente ao mercado externo e ao capital financeiro-industrial. O debate sobre a agricultura e as relações capitalistas que perpassam a produção e o trabalho agrícolas se mostra imprescindível, dado o desmonte do Estado e o avanço neoliberal no campo e na agricultura, processos que se acentuaram nos últimos anos e impactam diretamente as dietas alimentares, uma vez que influenciam a qualidade dos gêneros alimentícios cultivados e seus preços venais.

Segundo Oliveira (2007), a propriedade fundiária privada prevalece, com relação à área ocupada, no território brasileiro. Tal característica é fundamental à hegemonia das ações típicas do modo de produção capitalista no campo, pois de acordo com Marx (1983), a inserção do capital no ramo agrícola depende da propriedade privada da terra, a qual propicia a disseminação de diversas práticas e relações capitalistas de produção e de trabalho no campo e na agricultura.

Neste âmbito, o trabalho assalariado na agricultura nacional, cujas remunerações são diminutas, produz um quantitativo colossal de mais-valia, devido à intensa exploração do proletariado rural, o qual se encontra imerso numa vasta gama de procedimentos executados para ampliação dos lucros, os quais o impelem ao aumento da produtividade (COSTA NETO, 1998). Em 2017, a remuneração média dos empregados dos setores de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca foi de 1,85 salários mínimos no Brasil e 1,82 salários mínimos na região Sudeste<sup>1</sup> (IBGE, 2017b). Apesar da ampliação da produção agrícola no país e do enaltecimento do agronegócio efetuado pelos veículos midiáticos, as condições de trabalho no campo continuam precárias, apresentando diversos aspectos insalubres e jornadas de trabalho extenuantes. Acerca da mais-valia, Kautsky (1980, p. 42) disserta:

A mais-valia decorre do fato de ser a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior à que é necessária à sua conservação e à sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge certo grau. Um excedente dessa espécie, um produto líquido é fornecido, desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o progresso de civilização se condiciona ao aumento progressivo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica.

Destarte, os escritos em destaque corroboram o crescimento da exploração da mais-valia em decorrência da evolução técnica. No decurso da história, a introdução de novas técnicas de produção na agricultura elevou sua eficiência produtiva, incidindo na chegada do

---

<sup>1</sup> Cabe sublinhar que os dados fornecidos pelo Anuário da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e publicados pelo IBGE (2017b) se referem apenas aos postos de trabalho formais. Por conseguinte, as ocupações não formalizadas e/ou sem carteira assinada, comuns no campo brasileiro especialmente em trabalhos temporários, não são contabilizadas nas estatísticas publicadas pelo órgão.

trabalho assalariado ao campo, na mecanização agrícola, na ampliação da mais-valia, na difusão de práticas monocultoras, entre outros processos.

Hodiernamente, vários artefatos urbano-industriais se disseminaram pelo campo brasileiro, sobretudo a partir do processo denominado Modernização Agrícola, o qual alterou profundamente a estrutura agrária do país, promovendo a mecanização da produção, o aumento do desemprego agrícola/rural e a integração da agricultura ao modo de produção capitalista. No tocante ao assunto, Santos (2006) explica que, em virtude destas mudanças, estreitou-se o vínculo entre campo e cidade no Brasil. Ademais, Oliveira (2007; 2016) enuncia que houve a ampliação da subordinação da agricultura em relação à indústria, especialmente em decorrência da difusão do uso de insumos agrícolas provenientes das corporações oligopolistas do setor de biotecnologia.

Neste contexto, múltiplas e diversas são as relações entre campo e cidade. Consequentemente, esses espaços não podem ser compreendidos de forma dicotômica, visto que os insumos oriundos dos setores urbano-industriais são empregados na agropecuária, bem como as urbes brasileiras consomem alimentos advindos do campo, sobretudo da agricultura familiar, a qual é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos que compõem a cesta básica nacional (SEAD, 2017).

Para Santos (2006), as técnicas correntes tornaram o mundo agrário bastante racional e previsível. A racionalização da estrutura produtiva agrícola é vantajosa aos capitalistas, os quais dispõem de mais técnicas e recursos para previsão de intempéries, análise dos recursos naturais e de fatores locacionais, entre outros aspectos. Desta maneira, reduzem os custos da produção e alargam a produtividade das lavouras, incidindo na expansão dos lucros obtidos na venda.

Martins (2000) afirma que os pequenos agricultores não estão excluídos do mercado capitalista, mas incluídos marginal e precariamente como produtores e consumidores de mercadorias, cujas forças de trabalho e mais-valia são diariamente exploradas e extraídas, respectivamente. Assim, não gozam de todos os direitos sociais assegurados aos trabalhadores, tampouco usufruem das riquezas geradas por seu trabalho, pois sua distribuição é desigual. A eles, é paga apenas uma pequena parcela do valor produzido por meio de seu trabalho.

Assim sendo, esses agricultores, mesmo que de maneira não proposital, servem aos interesses capitalistas, quando, por exemplo, empenham-se para aumentar a produtividade do solo por meio da intensificação de seu trabalho. Como os pequenos produtores agrícolas dependem de sua produção para a sobrevivência, dedicam-se ao máximo ao trabalho, na

tentativa de ampliarem seus rendimentos. Conseqüentemente, a produtividade é majorada visando acréscimos nas receitas financeiras do grupo familiar.

Kautsky (1980) assinala que a inserção do capitalismo na agricultura ocorreu com algumas peculiaridades em comparação com outros setores da economia. Sob esse ângulo, o autor advoga que uma reduzida concentração fundiária não denota baixa inserção do capitalismo na agricultura. Há mais de um século, Kautsky (1980) mostrou que o desenvolvimento industrial é o principal responsável por promover a introdução do capitalismo no ramo agrícola.

Segundo o autor, o crescimento da indústria capitalista causou a desestruturação da indústria camponesa e, conseqüentemente, a diminuição do número de pequenas propriedades rurais. A inserção de técnicas industriais na produção agrícola promoveu sua sujeição ao modo de produção capitalista. Neste contexto, a adubação artificial foi disseminada entre os agricultores, promovendo a adesão à lógica mercantil de produção e a dispensa de métodos naturais de conservação dos solos, como o consórcio e a rotação de culturas. Incapazes de enfrentar a concorrência capitalista, muitos camponeses abandonaram o campo e passaram a trabalhar como assalariados na indústria ou em terras alheias. A proletarização do campesinato foi uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo, o qual se baseia no antagonismo entre os capitalistas proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados (KAUTSKY, 1980).

Ante o contexto de domínio capitalista na agropecuária, muitos teóricos, como Andrade (1979), Graziano da Silva (1982), Martins (1990a) e Stédile (2012), afirmaram que a concentração fundiária era a responsável por muitas das mazelas existentes no campo nacional. Nos tempos recentes, o panorama agrário sul-mineiro sofreu algumas modificações, uma vez que as empresas capitalistas, além da preocupação com a compra da terra em si, também se interessam muito pelo controle da produção, inserindo o pequeno agricultor na lógica mercantil. Deste modo, considerando-se as recentes mudanças na questão agrária nacional, almeja-se discutir as estratégias capitalistas desenvolvidas na agricultura nepomucenense, as quais vinculam a produção municipal à lógica mercantil dominante na conjuntura agrária mundial.

Sublinha-se que no Sul de Minas Gerais, região afamada pela elevada fertilidade de seus solos, os capitalistas não se importam tanto com a compra de terras como se preocupavam em décadas anteriores, mas direcionam seus esforços para o controle do processo produtivo. As cooperativas agropecuárias atuantes nos municípios sul-mineiros controlam a produção cafeeira regional, apesar de não monopolizarem a propriedade da terra

na região. No entanto, em regiões como o Norte, o Centro-Oeste, o Agreste e o Sertão nordestinos, cuja fertilidade natural é baixa, as empresas engendram diversas estratégias para a aquisição de terras destinadas à sojicultura, à fruticultura, entre outras atividades. O diminuto preço venal das terras nessas regiões e o desenvolvimento de técnicas de fertilização e correção artificial dos solos reverberaram no crescimento da agricultura regional e da aquisição de terras por empresários agrícolas brasileiros e estrangeiros.

Em conformidade com Oliveira (2012), a pesquisa bibliográfica, por meio da revisão literária, e o trabalho de campo são componentes do tipo de pesquisa eleito. Assim, a primeira etapa do trabalho foi pautada na leitura e análise de referências bibliográficas relativas aos temas discutidos, de modo a proporcionar maior aprofundamento nas teorias e conceitos estudados. Desta maneira, a pesquisa bibliográfica forneceu o subsídio teórico-metodológico necessário ao trabalho de campo, principalmente no que concerne às temáticas relacionadas à agricultura familiar, à agricultura camponesa, à produção agrícola familiar, ao trabalho agrícola, à cafeicultura, às cooperativas, às feiras livres e à soberania alimentar.

Ademais, a análise documental também contribuiu para a concretização da pesquisa, pautando-se na leitura e na interpretação de estudos acadêmicos já realizados sobre diversos temas (TRIVIÑOS, 1995; OLIVEIRA, 2012), como: a agricultura familiar, o campesinato, a soberania alimentar, as relações capitalistas de produção e de trabalho no campo, as feiras livres, as cooperativas agropecuárias, a cafeicultura e a agricultura orgânica.

Na pesquisa documental, também foram efetuadas a análise e a interpretação de dados e informações relativos à produção agrícola nepomucenense, à contração de empréstimos, à adesão ao PRONAF, aos tipos de preparo do solo, aos insumos empregados na produção, à associação às cooperativas, aos contratos de uso da terra no município, entre outros assuntos. Os dados foram obtidos por meio de publicações de órgãos e entidades estatais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A pesquisa em campo foi realizada entre março de 2016 e março de 2019, por meio da visita às propriedades agrícolas do município, averiguando aspectos capitalistas presentes na produção dos imóveis rurais, além dos fatores que interferem na problemática alimentícia municipal, como a diversidade de gêneros cultivados, os métodos de fertilização e conservação dos solos, o direcionamento da produção, as relações e as formas de trabalho desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários. Salienta-se que o aporte teórico disponibilizado pela bibliografia foi utilizado durante todo o estudo, isto é, foi mobilizado



conforme o progresso e as necessidades da pesquisa efetivada. A cada novo fenômeno ou fato observado na conjuntura agrária municipal, diferentes referências bibliográficas relativas ao tema eram consultadas com o intuito de obter mais conhecimentos acerca do assunto e auxiliar a análise e a interpretação da realidade.

Após o início da realização da pesquisa bibliográfica e da análise documental, a caminhada transversal ou participativa – um dos procedimentos que compõem o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – também foi empregada no decorrer das investigações realizadas em 50 das 60 propriedades agrícolas estudadas. Atualmente, o DRP é uma metodologia aplicada por algumas organizações não governamentais e órgãos estatais mundo afora para o estudo de propriedades rurais. Além disso, compõe pesquisas de caráter mais participativo, almejando o empoderamento da população local e a efetivação de ações locais sustentáveis, visando a preservação ambiental.

Em consonância com Chambers (1994a; 1994b) e Souza (2009a), por intermédio da técnica de caminhada transversal, a área produtiva das propriedades rurais foi percorrida duas vezes entre janeiro e março de 2017 e junho e agosto de 2018, com o intuito de avaliar seus aspectos físicos e históricos, bem como de obter informações referentes à produção, às formas e relações de trabalho, à ocupação e à posse da propriedade, às questões ambientais, entre outras características. Neste procedimento, o pesquisador deve anotar informações pronunciadas pelos moradores e elementos perceptíveis no trajeto efetivado pelo espaço rural, muitos dos quais não são expostos durante as entrevistas e revelam importantes aspectos dos locais estudados.

Durante a caminhada transversal, foi realizada a varredura de quintais, procedimento cujo principal intuito é a obtenção de mais informações acerca da produção e das condições de vida e dos hábitos da população estudada. A varredura de quintais consiste em percorrer os quintais, os quais estão compreendidos entre o local da residência e a área ocupada pela lavoura, a fim de observar e conhecer mais elementos intrínsecos ao modo de vida e à produção do grupo pesquisado. No tocante à importância dos quintais no estudo de grupos populacionais rurais, Almeida (2016, s. p.) afirma que:

O quintal é o espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização cotidianamente ali desenvolvidas. Nas comunidades rurais ele é a transição entre o domesticado e a natureza “mato”, no linguajar dos homens do campo.

Muitos dos objetos encontrados nos quintais corroboram a relação entre o local e o global, a qual se manifesta também nas propriedades rurais. Neste âmbito, Almeida (2016)

mostra que programas assistencialistas estatais, como o Bolsa Família, podem auxiliar a família rural na aquisição de gêneros oriundos dos mercados urbanos. Tais produtos são, muitas vezes, fabricados por empresas multinacionais e transnacionais, as quais almejam a monopolização do setor no qual atuam. Os recipientes de insumos agroquímicos encontrados nos quintais auxiliam na compreensão da relação global-local no campo e na agricultura, pois evidenciam a origem dos produtos urbano-industriais utilizados na lavoura. Ademais, Almeida (2016) considera o quintal como o espaço que preserva e revela inúmeros conhecimentos dos habitantes rurais, concernentes aos alimentos, às plantas medicinais, à relação com a natureza, entre outros. Tais práticas são transmitidas através das gerações, compondo parte essencial da história destes grupos populacionais. Consistindo, muitas vezes, em extensões do espaço doméstico, os quintais preservam conhecimentos tradicionais e favorecem a manutenção da agrobiodiversidade e a segurança alimentar das populações (FURLAN et al., 2017). Assim sendo, são espaços de resistência que possibilitam a preservação de práticas e conhecimentos camponeses.

O quintal é um espaço de trocas culturais e socialização de hábitos, caracterizado também pelas experimentações e pela formulação de novos conhecimentos com base nos preexistentes. Sob essa perspectiva, é importante distinguir os quintais de áreas rurais e urbanas, uma vez que no campo os quintais apresentam características vinculadas à preservação ambiental e à produção agropecuária (FURLAN et al., 2017). Segundo Aguiar (2017), os quintais produtivos são áreas que abrangem as moradias e os espaços adjacentes a elas, os quais são empregados para o cultivo de alimentos (principalmente frutas e hortaliças) consumidos pela família e de plantas com fins medicinais, e para criação de animais de pequeno porte, como galináceos e suínos. Nos quintais rurais de Nepomuceno são cultivadas espécies vegetais destinadas ao tempero de refeições, ao uso medicinal e à produção de hortaliças. Além disso, destacam-se a criação de aves e as árvores frutíferas, além de espécies vegetais, especialmente com flores, que se destinam à função paisagística.

As caminhadas transversais e as varreduras de quintais integrarão o trabalho de campo e foram realizadas de forma mais espontânea, com a companhia dos moradores dos estabelecimentos agropecuários pesquisados, os quais narravam fatos sobre o histórico dos imóveis, o trabalho e a produção desenvolvidos em suas terras. Ao todo, os procedimentos foram efetuados duas vezes em 50 propriedades diferentes. Encontrou-se nos quintais algumas espécies de hortaliças, frutas e legumes cujo cultivo não foi mencionado pelos agricultores durante a realização das entrevistas. Todavia, muitas embalagens de agrotóxicos e fertilizantes químicos descartadas inadequadamente foram encontradas nas lavouras e nos

quintais, evidenciando o uso destes insumos na produção agrícola. Em alguns locais, observou-se que os recipientes vazios de praguicidas foram reutilizados, aumentando os riscos de contaminação de seus habitantes e dos recursos naturais, como as águas e os solos.

As idas a campo almejavam a ampliação do contato com os sujeitos pesquisados e maiores informações sobre o tema estudado, sobretudo por meio das entrevistas semiestruturadas e dos diálogos, procedimentos cujo intuito é a obtenção de informações acerca da produção agrícola familiar e de suas principais características, tais como: os gêneros alimentícios cultivados, as formas de produção e de trabalho, os insumos e utensílios utilizados no cultivo e as formas de comercialização dos víveres produzidos.

Conforme argumenta Lacoste (2006), a pesquisa de campo carece de um tempo mínimo de convivência no local de estudo e com a população investigada. Em sua ótica, constitui um equívoco o pesquisador permanecer poucos instantes na área estudada. Além disso, o autor defende a divulgação, através de linguagem acessível, dos resultados da pesquisa aos sujeitos nela envolvidos. Assim sendo, o trabalho de campo, realizado em diferentes épocas do ano entre os meses de março de 2016 e março de 2019, visou o maior tempo possível de contato com os indivíduos pesquisados e a área avaliada, de modo a construir o máximo de informações acerca da realidade examinada. Foram realizadas entre três e quatro visitas, cuja duração variou, em média, de 2 a 5 horas, a cada uma das 60 propriedades agrícolas analisadas no município. Foi utilizada a amostragem em bola de neve, a qual é uma forma de amostra baseada em cadeias de referência (VINUTO, 2014). Os primeiros estabelecimentos selecionados para a pesquisa pertencem a pessoas conhecidas, dentre as quais se destacam os pais de discentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) - Unidade Nepomuceno, instituição na qual trabalho. Posteriormente, esses sujeitos indicaram e conversaram com outros agricultores, que consentiram com a participação no estudo.

Desta maneira, o capítulo intitulado “Considerações Teórico- Metodológicas” efetivou um debate conceitual acerca da agricultura familiar e da agricultura camponesa, mostrando as semelhanças existentes entre elas. A tipologia dos modelos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, desenvolvida por Lamarche (2008), subsidiou o estudo da diversidade de formas de agricultura familiar presentes em Nepomuceno.

O capítulo “A Cafeicultura em Nepomuceno-MG e no Sul de Minas Gerais: Histórico (Séculos XIX-XX) e Situação Atual” articulou, por meio de pesquisa documental desenvolvida com análise de fontes primárias (especialmente os dados divulgados pelo Arquivo Público Mineiro) e secundárias (principalmente artigos e livros científicos), um

breve histórico acerca da cafeicultura na porção sul do território de Minas Gerais e em Nepomuceno, dialogando com o contexto histórico nacional e mundial, a fim de melhorar a compreensão acerca da cafeicultura no município e de sua disseminação em terras nepomucenenses, visto que o café é um gênero fundamental para o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Destarte, a produção cafeeira foi abordada, salientando características como as formas de produção, os insumos utilizados, a venda dos grãos produzidos, entre outros.

O capítulo subsequente, intitulado “Produção Agrícola e Soberania Alimentar no Município de Nepomuceno-MG no Período 1995-2017”, discutiu as formas e os métodos de produção empregados na agricultura familiar municipal, assim como destacou os principais gêneros cultivados em terras nepomucenenses e avaliou a situação de soberania alimentar dos agricultores familiares do município.

Além disso, pretendeu-se abordar a produção agrícola municipal, bem como compreender as estratégias, formas e relações de produção da agricultura familiar nepomucenense, através das visitas às propriedades agrícolas estudadas, das entrevistas semiestruturadas individuais (Anexo I) e dos diálogos efetivados com os produtores municipais, aliados à revisão bibliográfica relativa à temática. Neste âmbito, a condição de soberania alimentar dos agricultores familiares municipais foi investigada, uma vez que essa categoria avalia aspectos como a dependência em relação ao mercado, característica não aventada pelos critérios da segurança alimentar.

Já o capítulo denominado “Caracterização e Condições de Vida dos Agricultores Familiares em Nepomuceno-MG” analisou, por intermédio da tipologia de estabelecimentos agropecuários de Lamarche (2008), a agricultura familiar municipal, com ênfase no emprego de insumos agroquímicos e máquinas agrícolas na produção, bem como em suas consequências para os agricultores. Ademais, os arrendamentos, os quais são comuns no município há mais de um século, também foram abordados.

No capítulo “Relações Capitalistas e a Precarização do Trabalho dos Agricultores Familiares em Nepomuceno-MG”, são discutidas as relações capitalistas vigorantes na agricultura familiar nepomucenense, sobretudo no que concerne aos aspectos vinculados à terra, à produção e ao trabalho. Assim sendo, os estabelecimentos agrícolas caracterizados pela produção empresarial foram estudados, discutindo-se aspectos como o seu vínculo e a dependência em relação ao mercado, a contração de empréstimos e financiamentos, a exploração e a intensificação do trabalho. Elementos comuns ao trabalho agrícola, como o pagamento por produtividade, a ausência de contratos formais de trabalho e a falsa sensação de controle sobre o processo produtivo, também foram avaliados.

Ademais, os escritos têm como objetivo discutir a ação das cooperativas agrícolas no município de Nepomuceno, explicando como a produção cafeeira nepomucenense foi inserida nas redes nacionais e mundiais de comercialização do café através das cooperativas, as quais monopolizam a compra da rubiácea produzida pelos agricultores familiares municipais, valendo-se da cotação desta *commodity* nas Bolsas de Mercados de Futuros.

Em contrapartida à agricultura empresarial, foram pesquisadas as formas de produção alternativas na agricultura municipal, como aquelas voltadas ao autoconsumo e os casos dos agricultores que comercializam os víveres produzidos diretamente na feira livre municipal. Neste intento, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais (Anexo II) e diálogos com esses agricultores. Ademais, o trabalho de campo consistiu em idas à feira livre municipal, bem como aos imóveis agrícolas, em diferentes estações nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Na feira livre, o objetivo das visitas foi avaliar a comercialização dos produtos, o uso do espaço destinado à sua realização, a relação entre clientes e feirantes, a dependência de crédito e empréstimos, o transporte e o consumo das mercadorias. Já nos estabelecimentos agropecuários, o trabalho de campo almejou identificar e analisar as relações de produção e de trabalho desenvolvidas, as práticas de conservação ou degradação do solo e do meio ambiente praticadas, os gêneros cultivados, as formas, os métodos e as técnicas de produção empregadas pelos agricultores, entre outros elementos.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1995) ou parcialmente estruturadas (GIL, 2002), as quais possuem elementos norteadores para os questionamentos realizados, com dois gestores de cada uma das principais cooperativas atuantes na cafeicultura municipal. Esse tipo de entrevista não possui perguntas prontas ou predeterminadas, mas é orientado por temáticas necessárias à pesquisa, cuja ordem de abordagem é definida no decurso da entrevista. Embasadas e subsidiadas por um referencial teórico relativo ao tema, as entrevistas (Anexo III) intentaram a obtenção de informações concernentes à atuação das cooperativas em Nepomuceno e na região, ao cultivo de cafés orgânicos e/ou especiais, à produção da rubiácea em terras nepomucenenses, ao armazenamento e transporte da produção, aos serviços ofertados aos cooperados e à revenda do café produzido no município e adquirido pelas cooperativas, entre outros temas.

## 2 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

### 2.1 – Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa: Aproximações e Desencontros

Nas óticas de Kautsky (1980) e Oliveira (2007), a modificação estrutural ocorrida na agricultura, em virtude da inserção do capitalismo no campo, não implica necessariamente na eliminação das pequenas propriedades, uma vez que podem manter sua existência através de formas de trabalho acessório, as quais podem ser vinculadas ou não à agricultura, possibilitando sua reprodução social. O fracasso da indústria camponesa, em decorrência da concorrência estabelecida pela grande indústria desenvolvida após a Revolução Industrial, impeliu os camponeses à busca por trabalho(s) acessório(s), pois doravante o declínio da indústria camponesa, a agricultura e/ou o trabalho assalariado se tornaram suas únicas fontes de rendimentos financeiros, constituindo estratégias para a manutenção do patrimônio familiar, especialmente a terra.

Guzmán e Molina (2013) argumentam que a obra de Kautsky (1980), ao denunciar a provável proletarização dos camponeses, também revela suas formas de resistência, como por exemplo, o trabalho acessório. É indiscutível que esse tipo de trabalho contribui para a proletarização do campesinato, contudo, em virtude das necessidades de subsistência, um trabalho complementar amplia os rendimentos da família, evitando, em alguns casos, a migração campo-cidade. Deste modo, ao passo que o trabalho acessório fornece uma renda complementar para os camponeses pobres, também fornece mão de obra nos períodos de maior demanda das grandes explorações agrícolas (GUIMARÃES, 1982; OLIVEIRA, 2007).

Assim sendo, é imprescindível um debate conceitual acerca da agricultura familiar e da agricultura camponesa, no intuito de demonstrar quais são as vertentes teóricas que alicerçam a pesquisa realizada. Em muitos estudos, as expressões agricultura familiar e agricultura camponesa aparecem com significados muito parecidos, aproximando-se de uma oposição ao agronegócio. Contudo, não podem ser entendidas como sinônimos, pois possuem importantes diferenças, principalmente concernentes às relações de produção e aos objetivos do processo produtivo. A discussão teórica entre as duas noções constitui uma abstração útil à compreensão da realidade material, a qual é marcada pela transformação das relações produtivas no campo e não apenas pela sua manutenção.

Os camponeses produzem excedentes para o mercado, mas mantêm a autonomia por meio da comercialização simples de mercadorias. Já o sistema capitalista exige a subordinação completa frente aos mercados a montante. Isto é, na produção capitalista, o

agricultor depende de crédito e empréstimos bancários para a aquisição de insumos. Ao término da safra, precisa conseguir lucro suficiente para arcar com a quitação das dívidas contraídas, comprar os insumos, pagar a mão de obra permanente ou temporária contratada e as despesas referentes ao núcleo familiar. Temendo o endividamento e suas consequências, muitos camponeses evitam a contração de crédito e empréstimos nos bancos, mantendo assim a autonomia do grupo. Sublinha-se que entre os dois grupos opostos de camponeses autônomos e agricultores familiares empresariais dependentes, existem inúmeras variações híbridas que Lamarche (1993; 2008) procurou sistematizar em sua obra.

Neste sentido, Lamarche (2008) aponta que há distintas maneiras de organização e funcionamento da agricultura familiar, especialmente em decorrência do grau de integração e de dependência frente ao mercado. Caume (2009), assim como Lamarche (1993; 2008), afirma que a agricultura camponesa é uma das possibilidades da agricultura familiar, a qual pode ter outros vieses, como o empresarial.

Lamarche (1993; 2008), Wanderley (1996) e Fernandes (2000) argumentam que toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa. Assim, a agricultura familiar abrange diversas formas e lógicas de organização produtiva (LAMARCHE, 1993; 2008; ALTAFIN, 2007). Conforme advogam Navarro (2010) e Bruno (2016), houve, nos tempos recentes, a disseminação de outras formas de agricultura familiar, as quais são permeadas pela cultura urbano-industrial, culminando na gradativa perda de sua autonomia.

Em âmbito mundial, a agricultura familiar se tornou uma categoria de expressivo destaque nos estudos agrários a partir do decênio de 1950, em concomitância com a Modernização Agrícola. As discussões teóricas relativas à Modernização Agrícola e à agricultura familiar se entrelaçaram principalmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. Salienta-se que o termo agricultura familiar se disseminou mais facilmente nos Estados Unidos, sendo associado a uma agricultura densamente mecanizada efetivada em grandes extensões de terra. Ademais, a colonização e a ocupação do território estadunidense foram mais recentes, constituindo empecilhos à consolidação de um modo de vida propriamente camponês (NAVARRO, 2010).

Nesta esfera, Schneider (2003), Silva (2007), Marques (2008) e Navarro (2010) mostram como a categoria agricultura familiar conseguiu ampla inserção nos debates teóricos no Brasil a partir do decênio de 1990, sobretudo nas políticas públicas nacionais, por meio de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Até a década de 1990, vocábulos e expressões como minifundiários, agricultores de

subsistência, pequenos produtores ou agricultores de baixa renda, eram empregados nas políticas públicas brasileiras, em detrimento do uso do termo agricultura familiar. Já nos estudos científicos, o vocábulo camponês era bastante utilizado até o início dos anos 1990, com algumas pequenas variações regionais, as quais mantinham o seu significado geral.

No tocante ao assunto, Navarro (2010) assinala que a difusão do vocábulo agricultura familiar no Brasil resultou de um exitoso e legítimo movimento político-sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)<sup>2</sup>, entidade cujo papel nas reuniões do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi significativo para a definição das políticas agrárias do bloco econômico, especialmente aquelas destinadas aos pequenos produtores agrícolas, os quais, segundo a legislação nacional, correspondem aos agricultores cujas terras possuem dimensões inferiores ou iguais a 4 módulos fiscais, configurando-se como pequenas propriedades rurais (BRASIL, 2006).

No ano de 1991, houve a criação do Mercosul, importante bloco econômico da América do Sul, instituído por intermédio do Tratado de Assunção. Com o decorrer do tempo, os chefes de Estado dos países integrantes desta união aduaneira decidiram intensificar suas alianças – com ênfase na agropecuária – por meio da criação de políticas agrícolas de parceria e cooperação. Ademais, deliberaram pela inclusão dos pequenos produtores agrícolas de suas nações nas políticas promovidas pelo bloco. Não obstante, os representantes do Mercosul desenvolveram medidas para a integração do mercado europeu ao bloco sulamericano. Nesta conjuntura, a formação do Mercosul contribuiu para a disseminação do termo agricultura familiar (NAVARRO, 2010).

---

<sup>2</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade fundada em dezembro de 1963 e reconhecida em janeiro de 1964, possui diversos objetivos, dentre os quais se destacam a conservação do meio ambiente, a qualidade de vida e a valorização dos camponeses, a defesa da reforma agrária, da soberania alimentar e da agricultura familiar, o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à agricultura e aos camponeses, o respeito à diversidade social, econômica, cultural e política, a equidade de gênero e o combate às diversas formas de preconceito, como o racismo, o machismo e a homofobia. Sua criação foi decorrência das lutas protagonizadas por diversos grupos de trabalhadores no campo brasileiro. Em sua estrutura vertical de organização, a CONTAG possui 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), com mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) filiados e atua na organização sindical, na politização dos trabalhadores rurais no Brasil e na luta contra a concentração fundiária, a violência no campo e a exploração do trabalho agrícola e rural. A organização pratica várias ações para a formação sindical dos trabalhadores agrícolas, dentre as quais merece ênfase a Política Nacional de Formação, a qual visa estruturar o movimento sindical dos trabalhadores rurais e definir seus principais objetivos e ações. Além disso, anualmente realiza diversos atos políticos, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas. A instituição preconiza o desenvolvimento rural sustentável solidário, o qual abrangeria diversos aspectos necessários ao bem-estar da população no campo, como a melhoria da saúde pública e das condições de vida, o aumento da renda *per capita* e do grau de escolarização, entre outros. Assim, a CONTAG pretende conjugar crescimento econômico, preservação ambiental, justiça social e diversidade cultural, de gênero e etnia (COSTA, 1996; WATANABE, 2010; PICOLOTTO, 2018).



Em 1993 foram realizados encontros para discussões referentes às organizações agrárias dos países componentes do Mercosul, com a presença de líderes sindicais do setor agropecuário. Em virtude das pressões político-sindicais, a CONTAG participou das discussões pelo lado brasileiro. Desta maneira, suas reivindicações foram, em grande parte, atendidas através da criação do PRONAF em 1996. Por conseguinte, a expressão agricultura familiar se consolidou após a criação do programa estatal mencionado, o qual se enquadra no rol de medidas efetivadas pelo governo brasileiro para a integração da economia nacional ao bloco econômico. Assim, o vocábulo agricultura familiar se propagou nas pautas das políticas estatais e nos estudos científicos no Brasil (NAVARRO, 2010), negligenciando as singularidades de determinados grupos populacionais, uma vez que a definição engloba tanto os agricultores de subsistência e os camponeses, quanto os produtores atrelados à agricultura empresarial familiar, cujas estruturas e organizações produtivas são significativamente diferentes. A princípio, a categoria agricultura familiar abrangeu os pequenos produtores rurais com o objetivo de inseri-los no mercado capitalista e nas políticas de modernização agrícola.

Conforme argumenta Navarro (2010), o termo agricultura familiar, em função de suas limitações e de sua heterogeneidade, apresenta diversos problemas e questionamentos, tanto nos estudos relativos ao tema, quanto no tocante ao planejamento estatal. O autor critica a insuficiência teórica da definição atribuída à agricultura familiar, pois compromete as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares. Nesta esfera, o autor afirma que a discussão conceitual sobre a agricultura familiar precisa ser refinada em termos teórico-metodológicos, pois abrange uma vasta gama de agricultores. Acerca de sua difusão, Oliveira (2007, p. 147) afirma que:

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda.

No excerto em destaque, o geógrafo salienta o caráter neoliberal presente na difusão do termo agricultura familiar, em detrimento da agricultura camponesa, visto que os camponeses e, sobretudo, suas lutas e movimentos, amedrontam as elites brasileiras há tempos. Neste âmbito, vale ressaltar, em consonância com Costa Neto (1998) e Porto-Gonçalves (2006), que o neoliberalismo possui uma base ideológica conservadora,

favorecendo os interesses das classes capitalistas dominantes, principalmente por meio de aspectos e processos como a liberdade de mercado e a financeirização da economia. Considerando-se que a ideologia dominante em determinada escala espaço-temporal é a ideologia da classe dominante, pode-se afirmar que a ideologia dominante nos tempos hodiernos é a neoliberal capitalista, a qual, através de sua hegemonia ideológica (GRAMSCI, 1982), propaga seus ideais e visões de mundo por intermédio de diversas estratégias e interpelações ideológicas.

A disseminação e a predominância do uso da expressão agricultura familiar, sobretudo nas políticas públicas, possuem conteúdo ideológico, visto que há expressivas diferenças em relação à agricultura camponesa. De acordo com Wanderley (1996), Altafin (2007), Silva (2007), Marques (2008), Lamarche (2008) e Navarro (2010), o campesinato possui algumas características basilares que não qualificam todos os agricultores familiares, como: a produção destinada ao autoconsumo, a comercialização dos excedentes nos mercados locais, a policultura, a concepção da terra enquanto patrimônio familiar, a pequena dimensão da produção e a preocupação com a conservação ambiental. A difusão do termo agricultura familiar é uma estratégia das classes dominantes, pois conforme argumenta Gramsci (1982), as elites dominantes aproveitam de sua hegemonia ideológica para a manutenção do domínio sobre as classes dominadas, evitando assim, o uso de força ou violência física.

Ao promover a generalização de grupos tão heterogêneos, como os camponeses e os agricultores empresariais, seu emprego mascara singularidades e diferenças, minimizando a importância conferida a características como o modo de vida camponês, sua relação com a terra e o meio ambiente, o direcionamento da produção, entre outras.

O Censo Agropecuário de 2006 segmentou os agricultores entre familiares e não familiares (patronais). De acordo com a legislação nacional, agricultor familiar é aquele cuja maioria da renda monetária é oriunda de seu estabelecimento rural, o qual deve possuir no máximo quatro módulos fiscais<sup>3</sup> (cuja área varia de acordo com o município). Além disso, o trabalho predominante deve ser familiar e a direção da propriedade também (NAVARRO, 2010).

---

<sup>3</sup> Segundo a lei nº. 6.746, promulgada em 10 de dezembro de 1979 para a alteração de artigos do Estatuto da Terra elaborado em 1964, o módulo fiscal é a dimensão mínima de uma propriedade para que sua exploração econômica seja viável. Seu valor é mensurado em hectares e determinado a partir de alguns critérios, variando conforme as características de cada município. Os parâmetros utilizados para determinação do módulo fiscal são o tipo de exploração fundiária predominante em cada município (a qual é classificada em hortifrutigranjeira, cultura temporária, cultura permanente, florestal ou pecuária), a renda monetária oriunda das atividades desenvolvidas na terra, assim como atividades secundárias desempenhadas no solo, as quais devem ter importância em virtude da dimensão da área ocupada ou da renda auferida (BRASIL, 1979).

Neste âmbito, Silva (2007) e Navarro (2010) advogam que o critério governamental de divisão da agricultura em familiar e patronal é problemático, pois utiliza como parâmetros apenas as questões do trabalho e da direção familiar da propriedade. Em consonância com os autores, Marques (2008) afirma que na agricultura familiar prevalece o trabalho familiar, enquanto na agricultura patronal, predomina a mão de obra assalariada e a dissociação total entre gestão e trabalho.

Caume (2009) e Navarro (2010) corroboram o interesse político na homogeneização da agricultura familiar, uma vez que segundo os parâmetros da legislação brasileira, a expressão engloba um grupo muito heterogêneo de agricultores. No tocante ao assunto, Navarro (2010) afirma que o IBGE apenas nomeou os agricultores patronais de não familiares. Neste sentido, o agrupamento de um vasto conjunto de agricultores no bojo da agricultura familiar, desconsiderando suas singularidades, possui como intuítos a criação de um conceito de caráter operacional destinado à implantação de políticas públicas e a ampliação do acesso aos fundos, benefícios e financiamentos estatais, como o PRONAF.

Caume (2009) reconhece os limites da classificação dos imóveis agrícolas do país em familiares e patronais. Todavia, apesar da ressalva, enaltece a divisão elaborada: “Mas considero que essa construção constitui uma expressão importante da diversidade social presente entre os produtores agropecuários e um modo de conferir ordenamento, inteligibilidade ao real” (CAUME, 2009, p. 31).

A divisão dos agricultores brasileiros em familiares e patronais insere uma grande diversidade social de agricultores na categoria agricultura familiar, esquecendo-se de várias importantes peculiaridades de cada grupo contido nesta tipologia. Nesta perspectiva, Hernández (1994) critica o emprego da categoria agricultura familiar, em virtude da vasta gama de grupos populacionais que engloba. Todavia, a categoria campesinato, empregada por inúmeros autores, também abrange diversos grupos humanos, como os indígenas, os quilombolas e as populações ribeirinhas, os quais possuem inúmeras singularidades (BOMBARDI, 2003; CARVALHO, 2005; DESMARAIS, 2013).

Destarte, é necessário abordar brevemente algumas das principais características presentes nas definições de agricultura camponesa, de modo a evidenciar as expressivas diferenças existentes entre esta categoria e outras, como agricultura familiar e pequena produção agrícola.

Segundo Chayanov (1974; 2014), Schejtman (1980), Marx (1984; 2008a) e Hernández (1994), a agricultura camponesa direciona sua produção ao autoconsumo, produzindo valor de uso. No entanto, possui um lado mercantil, pois comercializa seus

excedentes para a aquisição de gêneros não cultivados em suas terras e de bens necessários à subsistência do grupo familiar. Em contrapartida, a agricultura empresarial produz valor de troca, destinando sua produção à venda. A distinção ressaltada pelos autores é importante, pois enquanto os camponeses cultivam preferencialmente para autoconsumo, os agricultores empresariais produzem visando o comércio e a obtenção de lucros com a venda dos gêneros alimentícios, compreendidos enquanto mercadorias pelos capitalistas. Por conseguinte, o emprego da expressão agricultura familiar para designar quaisquer tipos de produção administradas por um grupo familiar é ideológico, pois escamoteia as relações sociais de produção e as forças produtivas envolvidas no processo produtivo (MARX; ENGELS, 2007).

Em alguns momentos de sua obra, Chayanov (1974; 2014), ao estudar as unidades camponesas de produção, utiliza os termos agricultura camponesa e agricultura familiar com o mesmo significado, desconsiderando as singularidades contidas em cada designação. Com relação ao assunto, Wanderley (1996), Bombardi (2003), Altafin (2007) e Lamarche (2008) mostram que existem expressivas dessemelhanças entre agricultura familiar e agricultura camponesa, defendendo que a utilização de ambos os termos enquanto sinônimos é dotada de caráter ideológico, pois mascara a luta política dos camponeses contra o latifundiarismo e a submissão/integração da agricultura ao capitalismo.

Ao abordar a mercadoria e os fenômenos intrínsecos a ela, é necessário discutir a definição de valor de troca, cuja determinação acontece em função do tempo de trabalho, ou seja, pelo tempo necessário à produção de dada mercadoria. Por conseguinte, de maneira geral, quanto maior o tempo gasto para a produção de um objeto, maior o seu valor<sup>4</sup>. Neste processo, o aspecto qualitativo do trabalho é homogeneizado e as mercadorias são diferenciadas apenas pela quantidade de trabalho demandada para sua produção. A totalidade do processo de trabalho e suas relações, frequentemente exploratórias, são esquecidas (MARX, 1984; 2008a; 2011).

Um objeto é valor de uso para seu produtor quando é utilizado em prol da satisfação de suas próprias necessidades e das demandas do grupo familiar. No caso dos agricultores cuja produção está direcionada ao autoconsumo, os víveres cultivados não são mercadorias, mas valores de uso. Assim sendo, na ótica chayanoviana, o campesinato se enquadra neste

---

<sup>4</sup> No entanto, há situações em que determinadas mercadorias possuem um valor maior em virtude de sua raridade. Nesses casos, seus proprietários auferem renda de monopólio, pois os consumidores pagam elevadas cifras para comprar bens ou adquirir serviços. Esse tipo de renda existe porque grupos de pessoas se dispõem a obtê-las mediante o pagamento de vultosas quantias. O monopólio de algumas corporações sobre a produção de certas mercadorias, bem como a existência de solos de grande fertilidade ou excelente localização, como as regiões vinícolas, promovem a extração de renda de monopólio (MARX, 1983; OLIVEIRA, 2007; HARVEY, 2013).

grupo, pois a finalidade basilar do trabalho camponês é o autoconsumo. Segundo Hernández (1994), a opção do camponês de cultivar gêneros mais necessários ao consumo familiar, em detrimento de víveres que gerariam maiores rendimentos, ratifica o direcionamento da produção camponesa para o autoconsumo.

Não obstante, quando determinada produção é realizada tentando a troca, não constitui valor de uso para seu produtor, mas valor de troca, isto é, uma mercadoria usada como meio de troca e com tal finalidade. Nestas situações, de acordo com Chayanov (1974; 2014), os agricultores possuem cunho empresarial, pois direcionam sua produção à venda, não ao autoconsumo. Um dos problemas presentes na conceituação estatal brasileira de agricultura familiar é a reunião dos dois tipos de agricultores discutidos - produtores de valores de uso e de valores de troca - na mesma definição.

Portanto, a duplicidade de valor das mercadorias é um elemento fundamental à compreensão das dessemelhanças entre agricultura camponesa e empresarial, uma vez que o valor de uso e o valor de troca são de naturezas distintas e as formas de produzi-los também se diferenciam. No tocante ao assunto, Marx (2008b, p. 65) afirma que: “A capacidade que têm todos os produtos, naturais ou industriais, de prover a subsistência do homem, particularmente chama-se de *valor de uso ou de utilidade*; a capacidade de serem trocados um pelo outro, *valor de troca*”. Aliando as discussões de Chayanov (1974; 2014) à construção teórica de Marx (1984; 2008a) sobre a mercadoria, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é produtora de valores de uso, os quais são meios de existência que só se tornam reais no ato de consumo. Acerca do assunto, Marx (2008a, p. 54) explica que:

Os diferentes valores de uso são, ademais, os produtos da atividade de distintos indivíduos; quer dizer, o resultado de trabalhos que diferem individualmente. Como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato.

Ao adquirir um produto e consumi-lo, o indivíduo não se preocupa com as relações sociais de produção e trabalho que o formaram, mas com seu valor de troca. Assim, a exploração existente no processo de produção de mercadorias é ocultada, pois o consumidor se interessa apenas pela quantidade de dinheiro – forma equivalente geral da mercadoria – utilizada na aquisição de determinado produto, preocupando-se exclusivamente com seu valor de troca (KAUTSKY, 1980; MARX, 1984; 2008a).

Kautsky (1980) discerne a produção simples da produção capitalista de mercadorias. Para o filósofo, a primeira possui como aspectos o trabalho livre e o produtor como proprietário dos meios de produção. Nesta situação, o dono dos meios de produção e o

trabalhador são a mesma pessoa. Portanto, não há trabalho assalariado, caracterizando os imóveis camponeses, cujos gêneros produzidos são oriundos do trabalho do grupo familiar. Acerca desta discussão, o pensamento de Chayanov (1974) é semelhante ao de Kautsky (1980), pois o economista afirma que embora o camponês produza mercadorias, não é um capitalista, já que não explora o trabalho assalariado, tampouco almeja a extração de mais-valia. Todavia, com a venda de parcela dos víveres produzidos nos mercados, há a extração de excedentes e da mais-valia dos camponeses pelos capitalistas (HERNÁNDEZ, 1994).

Quando o camponês perde a posse sobre os meios de produção (no caso, a terra) e se torna proletário, a produção simples de mercadorias se torna uma produção capitalista. Neste momento, há o advento da oposição entre o capitalista proprietário dos meios produtivos e o trabalhador assalariado. Ocorre também a dissociação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador. Para o capitalista que detém os meios de produção e explora o trabalho de outrem, a produção das mercadorias lhe custa dinheiro, enquanto para o camponês, a produção gera um gasto de trabalho (CHAYANOV, 1974).

Nesta perspectiva, Chayanov (1974; 2014) disserta que a força de trabalho empregada na agricultura camponesa é a familiar e sua produção não se baseia na busca pela extração de mais-valia. Para o autor, nas unidades camponesas, predomina o aspecto qualitativo, representado pelo valor de uso dos víveres, tanto no tocante à produção, quanto no que concerne ao consumo. Em sua concepção, a qual coincide com a perspectiva de Schejtman (1980) e Tepicht (1984), a agricultura camponesa é concomitantemente um empreendimento de produção e consumo.

Apesar de a agricultura e a pecuária corresponderem às principais atividades econômicas das unidades camponesas, o campesinato pode eventualmente recorrer ao artesanato ou à manufatura como forma de ampliar os dividendos familiares. O camponês depende da conservação da terra para sua sobrevivência, uma vez que ela é o seu meio de produção. Assim, os camponeses conservam suas terras, almejando o lucro em longo prazo, enquanto os capitalistas ambicionam a rápida obtenção de lucros, em detrimento da conservação e da manutenção da fertilidade dos solos (CHAYANOV, 1974; WOORTMANN, 2009). Cabe frisar que o movimento agroecológico constituiu uma interessante alternativa à população camponesa, uma vez que visa conciliar o aumento da produtividade agrícola e a produção de excedentes à manutenção de fertilidade do solo e à autonomia dos camponeses (ALTIERI, 2000).

Ademais, Chayanov (1974; 2014) mostra o estreito vínculo entre a produtividade da unidade agrícola e a carga de trabalho executada pela família, pois nas unidades camponesas,

a gestão e o trabalho do imóvel<sup>5</sup> agrícola são preponderantemente familiares. Como a agricultura camponesa é baseada na mão de obra familiar, depende de sua capacidade de trabalho e de produção, ou seja, do número de indivíduos aptos ao trabalho e da condição física dos mesmos. De modo contraditório, apesar de um elevado número de membros familiares ampliar a força de trabalho do estabelecimento camponês, promove também o aumento das despesas e da demanda familiar por alimentos e gêneros de primeira urgência (FAVARETO, 2006).

Desta maneira, as necessidades familiares ditam ou deveriam determinar a produtividade da agricultura camponesa. Assim, conforme há o aumento do núcleo familiar ou de suas necessidades, a produção da lavoura também é ampliada. Neste âmbito, Schejtman (1980), Tepicht (1984) e Woortmann (2009) salientam a importância de sujeitos desvalorizados na lógica capitalista de produção, como as mulheres, as crianças e os idosos, no trabalho exercido nas unidades agrícolas camponesas.

Apesar da importância da valorização de todos os integrantes do núcleo familiar, frequentemente a mão de obra infantil e idosa é empregada pela ausência de recursos financeiros da família, comprometendo sua saúde física e mental, assim como diversos direitos assegurados às crianças. Em áreas rurais, é usual a utilização de infantes e idosos nas atividades produtivas, especialmente em funções que demandam menor aptidão física, tentando a ampliação da produtividade agrícola.

Na visão de Kautsky (1980) e Violante (2014), os camponeses compreendem que os filhos representam um aumento da força de trabalho disponível para o trabalho agrícola. Desta maneira, no intuito de equilibrar a relação entre consumo e produção, a família frequentemente intensifica sua carga de trabalho. Assim, o trabalho camponês é determinado pela composição e pelo tamanho da família (CHAYANOV, 1974; 2014; VIOLANTE, 2014). Percebe-se que Chayanov (1974; 2014) constrói seu estudo sobre a economia camponesa alicerçado em sua estrutura populacional e sua dinâmica demográfica. Para o autor, a densidade populacional e as migrações atuam diretamente sobre a manutenção das unidades agrícolas camponesas.

Ao aludir à diferenciação demográfica do campesinato em relação às demais classes, Chayanov (1974; 2014) defende que a produção camponesa é influenciada pelas variações

---

<sup>5</sup> Neste estudo, os termos estabelecimento agrícola e imóvel agrícola, assim como estabelecimento rural e imóvel rural, serão utilizados como sinônimos, embora alguns autores, como Graziano da Silva e Queda (1977), esclareçam que imóvel rural é uma expressão utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para designar uma unidade de posse ou propriedade, enquanto estabelecimento rural é uma nomenclatura empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Agropecuários para nomear uma unidade administrativa de produção na qual há exploração agropecuária.

demográficas (por exemplo, o crescimento da população rural) e pela dimensão das terras (VIOLANTE, 2014). A ênfase desmedida conferida pelo autor aos vínculos entre o número de componentes do núcleo familiar e a produção agrícola merece ressalvas, pois desconsidera aspectos importantes, como a diferenciação social, abordada por Lênin (1977). Neste âmbito, Hernández (1994) também tece uma crítica ao realce dado pela obra chayanoviana (1974; 2014) à questão demográfica, apontando que ao enfatizar variáveis demográficas, diversas características antropológicas dos camponeses, como suas singularidades socioculturais e seus padrões culturais, são esquecidas.

Em consonância com as palavras de Chayanov (1974), Macfarlane (1989) advoga que o modelo camponês de produção se opõe à tese malthusiana acerca do crescimento populacional, pois nos imóveis camponeses, o aumento da família incide na ampliação da mão de obra e, por conseguinte, no crescimento da produção e do consumo. Malthus (1983) afirmava que o desmedido crescimento populacional reverberaria em fome, pois a produção alimentícia não seria capaz de acompanhar o crescimento populacional. Contudo, sua asserção não é apropriada para os estabelecimentos camponeses, onde há uma simbiose entre produção agropecuária e reprodução familiar.

Os dizeres de Costa Neto (1998) sobre o tema se articulam às palavras de Chayanov (1974; 2014), uma vez que os capitalistas engendram estratégias para a promoção do aumento da produtividade agrícola. Em momentos de crise, como por exemplo, em períodos de estagnação dos preços dos víveres agrícolas, o agricultor familiar intensifica sua jornada de trabalho, a fim de obter maior produtividade e, por conseguinte, ampliar suas receitas (COSTA NETO, 1998). Todavia, Chayanov (2014) argumenta que o trabalho camponês possui um limite máximo, o qual corresponde ao momento em que ele adquire o dinheiro necessário à aquisição de todos os bens necessários ao núcleo familiar. A jornada de trabalho efetuada pelo campesinato possui limites, pois conforme afirmam Schejtman (1980) e Ploeg (2009), seu trabalho é intenso e frequentemente não ultrapassa o perímetro de suas terras. Além disso, em determinadas épocas do ano, o dispêndio de trabalho é maior em comparação aos períodos de menor demanda de mão de obra. Assim, o modo de vida camponês contradiz o princípio de acumulação infinita de capital preconizado pelos capitalistas, uma vez que o bem-estar do grupo familiar é mais importante que a maximização dos lucros.

Na ótica de Chayanov (1974; 2014), a economia camponesa possui como essência a família. A agricultura familiar também se baseia na gestão e na mão de obra familiares, contudo, diverge em muitos outros pontos da agricultura camponesa. O estabelecimento camponês mescla produção e consumo, pois quem produz também consome os víveres



cultivados. Nos estabelecimentos camponeses, frequentemente há o consumo produtivo (MARX, 2011), processo em que o consumo também é produção. Neste contexto, é comum que os grupos camponeses utilizem as sobras dos víveres consumidos na produção, principalmente em atividades como adubação, compostagem, alimentação de rebanhos e/ou outras técnicas adaptadas aos ciclos de reprodução natural das espécies.

Marx (2011), ao abordar a produção, intenta promover uma visão da totalidade do processo produtivo, mostrando que toda produção é sempre um ato de consumo e vice-versa. Para o autor, a produção consumptiva é aquela produção na qual também há consumo. Na produção agrícola, há o consumo de diversos elementos, como os instrumentos de trabalho e produção, a força de trabalho, os fertilizantes químicos e os pesticidas, entre outros insumos (MARX, 2011). Portanto, na atividade agrária, produção e consumo são processos indissociáveis.

Para Chayanov (1974; 2014), não há assalariados nos imóveis camponeses, pois são unidades que visam principalmente o autoconsumo. Em sua ótica, as propriedades camponesas são caracterizadas pela administração e pelo trabalho familiares e não possuem caráter capitalista, embora possam se relacionar com o capital em algumas circunstâncias, como por intermédio da fundação de cooperativas coletivas. Independentemente de não serem capitalistas, os camponeses podem empregar novas técnicas e/ou tecnologias de produção em suas lavouras. O autor afirma que mesmo com o avanço do capitalismo, formas de produção camponesas prosseguiriam existindo, a despeito das transformações das forças produtivas, visto que muitos teóricos, como Lênin (1977; 1980), Mendras (1978) e Kautsky (1980), difundiram que os camponeses seriam gradativamente reduzidos e/ou extintos com a integração entre indústria e agricultura.

Nos tempos hodiernos, as teorias de Chayanov (1974; 2014) ainda não foram desmentidas, pois conforme pronunciam Bombardi (2003), Shanin (2005) e Wanderley (1996; 2014), os grupos camponeses resistiram à introdução do capitalismo na agricultura por meio de movimentos sociais de luta – como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e da preservação de características camponesas, como: a preocupação com o meio ambiente, a manutenção da terra como patrimônio familiar, a preservação dos laços de parentesco e vizinhança, o uso da mão de obra familiar, a autonomia no processo de produção, a preferência pelo cultivo de sementes crioulas e a combinação entre policultura e pecuária nos imóveis agrícolas.

Na ótica chayanoviana, a agricultura camponesa coexiste e se articula com o capital financeiro-industrial. Neste sentido, para o autor, os camponeses mantêm algumas de suas

principais características, dentre as quais merecem realce a concepção da terra como patrimônio familiar, a preocupação com a reprodução da terra e da família, a relação harmônica com o meio ambiente, entre outras (CHAYANOV, 1974). Acerca do tema, Schejtman (1980) e Woortmann (2009) enunciam que a economia camponesa abrange o ramo da agropecuária cujo objetivo é a reprodução das condições de vida e de trabalho dos produtores, isto é, da própria unidade produtiva.

Ressalva-se que na visão chayanoviana, os camponeses compõem um grupo que não possui integração completa ao mercado. Contudo, isso não significa dizer que a agricultura camponesa não possua nenhuma relação mercantil. As próprias trocas estabelecidas entre os camponeses vizinhos com o excedente<sup>6</sup> da produção já constituem um exemplo de relação mercantil. Portanto, quase sempre sua integração ao mercado é parcial, pois utiliza parte da produção para o autoconsumo, vendendo somente o excedente agrícola (CHAYANOV, 1974; TEPICHT, 1984). Conforme explica Schejtman (1980), os camponeses também adquirem alguns insumos para a produção ou gêneros para o consumo direto. Com relação ao assunto, Guzmán e Molina (2013) afirmam que o campesinato possui relações com o mercado. No entanto, mantém uma estrutura rural de produção, preservando a identidade camponesa, o apego à terra, entre outras características típicas do grupo.

No modo de vida camponês, a dicotomia entre homem e natureza, característica da sociedade urbano-industrial capitalista (WOORTMANN, 2009; MOREIRA, 2011), não existe, pois o campesinato se enxerga amalgamado à natureza, sobretudo à terra. Nesta esfera, Chayanov (1974; 2014) considera que categorias típicas da economia política, como a renda, o capital e o lucro, não promovem a compreensão da economia camponesa, tampouco de seus estabelecimentos, devido à inexistência de trabalho assalariado. Essa é uma das características que distinguem os camponeses dos agricultores empresariais. Além disso, o campesinato almeja a autonomia e a independência em relação ao mercado. Nesta perspectiva, em consonância com Chayanov (2014), Lefebvre (2011) afirma que a administração camponesa é autônoma ou quase autônoma.

Caume (2009) sublinha a diminuta inserção da agricultura camponesa na lógica e nas relações mercantis tipicamente capitalistas. Em geral, sua produção é caracterizada por sistemas policulturais direcionados ao autoconsumo da família, assegurando a autonomia alimentar. Para o autor, a essência da economia camponesa não está na quantidade da

---

<sup>6</sup> O excedente não consiste em uma sobra espontânea de produção, mas é produzido para satisfazer às necessidades específicas do grupo familiar. Por intermédio da troca, possibilita a obtenção de gêneros não produzidos nas terras camponesas e/ou de mercadorias oriundas do setor urbano-industrial.

produção voltada ao comércio ou ao autoconsumo, mas no objetivo de satisfazer primordialmente as necessidades básicas dos camponeses.

Ploeg (2009) afirma que durante os momentos de crise, os agricultores capitalistas e/ou empresariais tendem a suspender suas produções e investir em outros setores. De modo dessemelhante, numa conjuntura de recessão econômica, os camponeses procuram, a todo custo, aumentar a produção. Neste intuito, realizam medidas para a ampliação da quantidade e da qualidade de seu trabalho. Todavia, não são somente os camponeses que adotam tal postura, pois os agricultores familiares vinculados ao mercado também alargam suas jornadas de trabalho e elevam a produtividade de suas lavouras nos momentos de colapso da economia (COSTA NETO, 1998; VILAS BOAS, 2016a).

Por conseguinte, é válida uma ressalva à argumentação de Ploeg (2009), visto que nem todos os agricultores de cunho empresarial abandonam a produção agrícola em períodos de recessão. Muitos agricultores familiares, mesmo aqueles com notável integração em relação ao mercado, são profundamente afetados pelos momentos de crise, restando-lhes como única alternativa a elevação da produtividade agrícola e a intensificação das jornadas de trabalho, isto é, o aumento da carga de trabalho do núcleo familiar.

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura camponesa visa garantir o sustento imediato da família e sua reprodução. Neste sentido, a autora disserta que o campesinato possui cultura própria e direciona suas ações às necessidades do grupo, não às ambições individuais, como ocorre nas produções capitalistas. Neste sentido, o maior patrimônio transmitido pelo camponês aos seus herdeiros não é a terra, mas seu modo de vida.

Lefebvre (2011), ao estudar a comunidade camponesa do Vale de Campan, situada nos Pireneus franceses, desenvolve uma análise dialética acerca do campesinato. Em sua obra, os grupos camponeses são caracterizados pela combinação entre propriedade coletiva e individual nos mais diferentes níveis, com predomínio da posse coletiva da terra, dos bens e do território. Ademais, o autor salienta a disciplina da organização da vida e da sociedade agropastoril entre os componentes deste grupo, assim como a incipiência da divisão de poderes. Ainda que existam hierarquias familiares e comunitárias nas sociedades camponesas, tais estruturas de poder não correspondem às categorias de poder típicas do Estado moderno, as quais estão intimamente associadas ao poder político e econômico e se estabelecem por meio da dominação e da coerção, estruturando-se de maneira burocrática. A tradição hereditária e o empenho em prol da manutenção de seus costumes também são muito importantes entre os camponeses.

Para Shanin (2005), o campesinato não constitui um modo de produção, pois não possui uma estrutura político-econômica autossuficiente. Neste sentido, o autor constrói uma crítica aos autores que consideram os camponeses como um modo de produção particular. Dentre os estudiosos que acreditam na existência de um modo de produção camponês, destacam-se Chayanov (1974; 2014) e Tepicht (1984), os quais julgam a economia camponesa um modo de produção devido às suas singularidades, sobretudo no tocante às relações de trabalho e de produção desenvolvidas (VIOLANTE, 2014). Ao afirmar que o campesinato não possui um modo de produção próprio, Shanin (2005) fundamenta sua argumentação no conceito de modo de produção elaborado por Marx, o qual enuncia que:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008a, p. 47).

Para Marx (2008a), o modo de produção deve ter uma estrutura econômica própria – composta por forças produtivas e relações de produção particulares – e possuir estatuto jurídico-político e ideologias exclusivas. Assim, em consonância com o ponto de vista de Shanin (2005), considera-se que o campesinato não pode ser avaliado como um modo de produção, pois não possui as características elencadas. No tocante ao assunto, Hernández (1994) afirma que não há um modo de produção particular deste grupo, mas um modo de vida camponês.

No entanto, alguns grupos camponeses, como os quilombolas e os indígenas, possuem concomitantemente seus próprios modos de produção e de vida, constituindo enclaves dentro do modo de produção dominante no país. Em virtude disso, ainda possuem direitos territoriais assegurados pela Constituição nacional, os quais vêm sendo severamente ameaçados durante os últimos governos. Assim sendo, políticas públicas instituídas pelo Estado capitalista, como o Pronaf no Brasil, buscam inseri-los e subordiná-los ao modo de produção hegemônico.

Devido aos baixos rendimentos obtidos com suas lavouras, o trabalho externo é, em geral, muito necessário aos camponeses, pois as receitas extras garantem a reprodução e a manutenção da propriedade familiar (WANDERLEY, 1996). Desta maneira, os capitalistas se aproveitam da necessidade de subsistência do camponês para explorar mais a sua força de trabalho. No momento em que o camponês precisa de outro trabalho para ampliação de suas receitas financeiras, já há nítidos indícios de proletarianização rural, pois ele vende sua força de

trabalho em troca de um salário, processo no qual há a extração de mais-valia e a exploração de sua mão de obra.

Ao interpelar seus descendentes através de seu modo de vida, os camponeses almejam a perpetuação da ego-ideologia camponesa. Segundo Therborn (1991), a luta ideológica também acontece pela busca de afirmação de uma determinada subjetividade. Deste modo, a identidade é socialmente construída por meio de processos como as interpelações. Portanto, pode-se dizer que há uma luta ideológica camponesa pela manutenção de sua identidade, de seu modo de vida e de sua visão social de mundo (LÖWY, 1991).

Assim sendo, esta forma de agricultura visa a reprodução das famílias e o atendimento às necessidades dos camponeses. Em virtude disso, conforme argumentam Chayanov (1974; 2014) e Wanderley (1996), discerne da racionalidade mercantil da agricultura empresarial capitalista, a qual é pautada no assalariamento e na busca incessante pelo lucro e sua ampliação. Para Wanderley (1996), a agricultura camponesa, caracterizada pela pluriatividade e pela multifuncionalidade do espaço produtivo, geralmente possui pequena escala e escassos recursos financeiros. Os camponeses também se preocupam com o meio ambiente, pois sabem que a degradação dos recursos naturais reverberará em prejuízos às suas fontes de sustento, como os solos, as águas, as plantas e os animais (WANDERLEY, 1996; ALTAFIN, 2007; WOORTMANN, 2009).

Diferentemente da agricultura empresarial, a produção camponesa é baseada no capital ecológico, atrelado à conservação da natureza, sobretudo a viva, enquanto a agricultura empresarial tende à degradação da natureza. A agricultura camponesa é autossuficiente, pois não adquire seus insumos no mercado, mas no capital ecológico<sup>7</sup>, isto é, na natureza. Seu contato com o mercado só ocorre na venda final do produto. Sua força de trabalho geralmente é abundante, enquanto os meios de trabalho, como a terra, são diminutos. Por isso, em geral, a agricultura camponesa é intensiva, produzindo maior quantidade de víveres por porção de terra em comparação à empresarial e à capitalista (PLOEG, 2009). Ao enaltecer a autossuficiência da produção camponesa, Ploeg (2009) contradiz as palavras de Schejtman (1980), o qual defende que os camponeses adquirem alguns insumos para a produção no mercado.

Para Mendras (1978), as sociedades rurais se extinguiriam no momento em que os camponeses fossem integrados ao mercado e convertidos em agricultores dotados de relações

---

<sup>7</sup> O capital ecológico é caracterizado pelos recursos naturais empregados, isto é, pelos elementos e condições ambientais imperiosos ao processo produtivo agrícola que não são adquiridos no mercado. Portanto, contrapõe-se ao uso de insumos industriais na agricultura. No tocante ao assunto, sublinha-se que a agricultura camponesa busca a melhoria, a reprodução e o aumento do capital ecológico (PLOEG, 2009).

mercantis. Discorrendo acerca da questão agrária brasileira, Graziano da Silva (1982) afirma que com a modernidade e o processo de modernização do campo, os camponeses gradativamente sumiriam, pois haveria a supressão de suas formas de produção, incidindo na degradação de seus modos de vida. Sob a égide do capitalismo agrário, a submissão da agricultura à indústria reverberaria no fim dos camponeses, pois com a crescente integração ao mercado, os aspectos que outrora os caracterizavam como camponeses desapareceriam e eles se metamorfoseariam em agricultores familiares (LÊNIN, 1977; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Como a agricultura demanda menor quantidade de mão de obra em determinados períodos, o camponês procura um trabalho acessório. Conforme é ampliada sua necessidade de rendimentos, o trabalho acessório é priorizado, em detrimento do expediente em sua própria lavoura. A respeito do tema, Guimarães (1982, p. 266) argumenta que:

É pelo trabalho acessório ou parcelário a que os camponeses recorrem para complemento de suas escassas rendas que a grande massa dos cultivadores, arruinados tanto pelo atraso quanto pelo processo de industrialização da agricultura, dá os primeiros passos para sua proletarização, isto é, para desligar-se gradativamente da posse dos meios de produção.

Em consonância com Kautsky (1980), Guimarães (1982) e Oliveira (2007) afirmam que o trabalho acessório impele os camponeses à proletarização. Entretanto, em alguns casos, pode auxiliar o campesinato a manter a posse da terra em tempos de crise, não representando uma situação permanente de proletarização. O trabalho acessório mais acessível ao camponês é o agrícola assalariado. Contudo, tal circunstância gera um impasse. Como a época de colheita, período de maior necessidade de mão de obra, é a mesma nas grandes e pequenas propriedades, o camponês se vê obrigado a optar entre o trabalho em suas terras ou o trabalho como assalariado nas grandes fazendas. Nesse dilema, em geral, prefere o assalariamento nas grandes propriedades, incumbindo esposa e filhos do trabalho em suas terras (KAUTSKY, 1980).

Já no município de Nepomuceno, os agricultores aguardam o término da colheita do seu café para trabalharem, com carteira assinada e vínculo contratual de trabalho, em propriedades de médio e grande porte. Como dependem da monocultura cafeeira, o trabalho acessório constitui uma forma de ampliar os rendimentos mensais da família. Com relação ao tema, Coulis (2011) mostra que no sul de Minas Gerais, é comum que os cafeicultores tenham outras ocupações trabalhistas, tanto no campo, quanto na cidade, intentando o aumento de sua renda monetária.

Acerca do assunto, Kautsky (1980) explica que o trabalho acessório é procurado quando há a redução da carga de trabalho do agricultor em suas próprias terras e que formas urbano-industriais e agrícolas de trabalho acessório podem coexistir. Em Nepomuceno, existem agricultores que trabalham ao longo do ano em empregos urbano-industriais e, durante a época da apanha, também labutam em outros imóveis agrícolas. Nestes meses em que participa da colheita cafeeira em propriedades de outrem, sua jornada de trabalho se torna tripla, uma vez que trabalha em seu imóvel rural, em terras que não lhe pertencem e na cidade, na indústria ou no setor terciário.

De acordo com Kautsky (1980), o capitalismo subordina o campo à grande indústria, a qual exerce as funções de mercado consumidor e fornecedora de insumos. Todavia, tal situação não reverbera na desintegração completa da classe camponesa, a qual se pauperiza, mas sobrevive, em alguns casos, com a geração de rendas acessórias que ampliem a renda auferida na terra.

É possível correlacionar a teoria do trabalho acessório elaborada por Kautsky (1980) às discussões relativas à pluriatividade efetuadas por autores como Marsden (1992), Carneiro (1998) e Schneider (2003). Kautsky (1980) enuncia que o trabalho acessório constitui um recurso dos camponeses nos momentos de crise financeira, sobretudo após a incorporação da agricultura pelo modo de produção capitalista, elevando as receitas mensais, principalmente por meio do trabalho assalariado na agricultura e/ou na indústria. De modo semelhante a Kautsky (1980), Marsden (1992) argumenta que as famílias procuram fontes de renda externas aos seus imóveis devido à concorrência e à competição capitalistas, as quais constituem um empecilho à subsistência da família através somente da agricultura.

Neste âmbito, o fato de a pluriatividade ser um estratagema formulado pelos agricultores para a ampliação da renda familiar e a sobrevivência nos períodos de crise, bem como o de ser composta por atividades complementares, são elementos que possibilitam uma aproximação, apesar de suas diferenças, entre as noções de trabalho acessório e de pluriatividade. Todavia, Schneider (2003) adverte que a pluriatividade requer a realização de atividades não agrícolas dentro ou fora das propriedades familiares, diferentemente do trabalho acessório, o qual pode ser efetivado através do trabalho assalariado agrícola nos imóveis de outrem (KAUTSKY, 1980). Além disso, a pluriatividade é constitutiva da agricultura camponesa, enquanto o trabalho acessório pode levar à proletarização do campesinato.

De acordo com Carneiro (1998), a pluriatividade é caracterizada pela combinação da agricultura com outras atividades econômicas complementares ou suplementares praticadas

por um ou mais integrantes do núcleo familiar. A autora, assim como Marsden (1992), concebe a pluriatividade como um fenômeno permanente, o qual se configura como condição de reprodução social e de sobrevivência de pequenos agricultores. Carneiro (1998) esclarece que a pluriatividade não é algo recente, pois os pequenos agricultores sempre recorreram a formas acessórias de obtenção de dividendos.

Para a compreensão da pluriatividade, é preciso conhecer o significado de seu oposto, a monoatividade, a qual acontece quando a família ocupa todo o tempo disponível com uma única atividade econômica. Ademais, a agricultura sempre deve ser uma das atividades desenvolvidas por uma unidade agrícola pautada na pluriatividade. No entanto, não necessita ser a atividade de maior importância no rol das ocupações desempenhadas (SCHNEIDER, 2003).

A pluriatividade é uma contradição decorrente da evolução técnica da agricultura, pois a mecanização agrícola transforma a agricultura numa atividade que demanda menor quantidade de mão de obra. Assim, alguns membros do grupo familiar ficam disponíveis para o trabalho externo ao estabelecimento agrícola, propiciando a obtenção de formas complementares de renda monetária. A diversidade de atividades não agrícolas exercidas pelos agricultores demonstra sua capacidade de adaptação a distintos contextos e a flexibilidade da pluriatividade (CARNEIRO, 1998).

Entretanto, apesar de a pluriatividade possibilitar o aumento dos rendimentos dos grupos camponeses, pode direcioná-los à proletarização, uma vez que os insere no trabalho assalariado, reverberando na exploração de sua mão de obra e de sua mais-valia. Não obstante, trabalhando em dois locais distintos, sua carga de trabalho diária provavelmente será ampliada, impactando diretamente sua saúde. Com uma perspectiva semelhante, Werlang e Mendes (2016) afirmam que a subordinação da agricultura ao capitalismo, por meio da pluriatividade e da integração ao setor industrial, incide na proletarização do campesinato e na precarização de suas condições de trabalho.

Marsden (1992) salienta que houve expressivo crescimento da pluriatividade a partir do decênio de 1970, em decorrência da reestruturação capitalista da agricultura, uma das consequências da Crise do Petróleo. O estrondoso aumento do preço dos barris de petróleo no mercado internacional foi consequência da Guerra do Yon Kippur travada em 1973, na qual os países ocidentais apoiaram Israel na batalha contra algumas nações árabes, como Síria e Egito. Como retaliação à ofensiva ocidental, muitos países árabes integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) interromperam a comercialização do



hidrocarboneto para diversas potências mundiais, reverberando na quebra de várias bolsas de valores e numa recessão econômica de proporções mundiais (HARVEY, 2011).

No tocante ao assunto, Carneiro (1998) argumenta que a pluriatividade constitui uma alternativa em relação à agricultura produtivista, típica do modo de produção capitalista. A autora defende que o retorno à economia polivalente promoveu a diversificação das atividades executadas pelos agricultores, facilitando a permanência e a sobrevivência das sociedades agrárias.

A policultura camponesa, a qual também envolve atividades não agrícolas, como as funções de pedreiro (a), costureiro (a), padeiro (a), entre outras baseadas no trabalho familiar, também consiste em uma forma de pluriatividade. Contudo, no contexto da agricultura familiar, compreende-se a pluriatividade como o exercício de várias atividades remuneradas para a geração de renda monetária e a facilitação da inserção em vários mercados. Portanto, trata-se de uma visão desenvolvimentista acerca do trabalho agrícola. No entanto, os agricultores familiares utilizam a pluriatividade como estratégia para a manutenção da terra e do patrimônio familiar e para a melhoria da qualidade de vida familiar, não como um meio para a ampliação dos lucros ou formação de riquezas individuais. Muitos filhos de agricultores trabalham na cidade e enviam parte de suas remunerações para o sustento dos parentes no campo, com a perspectiva de regressarem algum dia. Desta maneira, a pluriatividade visa a reprodução do grupo familiar e a permanência na (da) terra.

Corroborando a importância da pluriatividade no panorama agrário brasileiro, Graziano da Silva (2001) narra que a partir do decênio de 1990, a migração campo-cidade apresentou expressiva redução no país, com a manutenção da população rural em níveis equilibrados. Em contrapartida, o êxodo agrícola foi intenso nos últimos anos, pois diversos trabalhadores trocaram os ofícios agrícolas por trabalhos urbanos e/ou industriais, mesmo que não tenham emigrado do campo. Um dos fatores que favoreceram o êxodo agrícola foi a mecanização agrícola, a qual reduziu a demanda de mão de obra na agricultura. Ademais, houve crescimento percentual e absoluto do número de trabalhadores rurais que desempenham atividades não agrícolas.

Para Kautsky (1980), em virtude de sua superioridade produtiva e técnica, os grandes estabelecimentos agrícolas dominariam o espaço agrário mundial, pois os liames entre indústria e agricultura se estreitavam paulatinamente. Como consequência, a produção nos pequenos imóveis rurais se tornaria economicamente inviável, reverberando na diminuição das pequenas propriedades. Considerando-se que os camponeses são, em sua maioria, pequenos agricultores, esse processo incidiria também na redução do campesinato.

Em sua ótica, tal conjuntura impeliria o camponês à migração campo-cidade, pois a grande propriedade agrícola, mais adaptada ao mercado, suprimiria os pequenos estabelecimentos agrícolas. Kautsky (1980) explica que, em geral, o capitalismo se apropria inicialmente das atividades urbano-industriais. Posteriormente, se insere no setor rural-agrário, tornando-o dependente do mercado. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o camponês, que outrora fabricava diversos bens, passou a produzir somente gêneros agrícolas, pois a indústria capitalista se apoderou da produção dos demais víveres.

Diante das consequências do advento do capitalismo industrial, os camponeses concentraram suas atividades na agricultura, em detrimento das atividades não agrícolas, as quais foram assumidas pelo setor industrial ascendente (SHANIN, 2005). Neste sentido, a indústria capitalista desestruturou a indústria camponesa, culminando na redução dos dividendos obtidos pelos camponeses. Ao final do processo, o camponês se desfez de sua terra (meio produtivo), transformando-se em proletário e aderindo à lógica industrial, na qual o operário exerce exaustivamente apenas uma atividade para o patrão.

Na agricultura capitalista, a inserção de máquinas na produção intenta a redução dos salários pagos, não a economia de mão de obra. A máquina, além de substituir a força de trabalho humana, executa trabalhos que o homem não consegue realizar, promovendo uma grande economia de tempo na produção. Ademais, a dependência técnica e econômica em relação ao setor industrial, materializada na aquisição de fertilizantes químicos e outros insumos, desestrutura a autonomia do camponês, uma de suas características marcantes (KAUTSKY, 1980).

Durante o século XIX e o início do XX, a agricultura europeia foi apropriada pelo capitalismo. Kautsky (1980) esclarece que a passagem à pecuária intensiva exigiu maior dispêndio de força de trabalho. Assim, a mão de obra familiar já não era suficiente em alguns períodos, demandando a contratação de trabalhadores assalariados. Apesar da tese de proletarização do campesinato, Kautsky (1980) também salienta alguns aspectos da resistência camponesa, pois afirma que as unidades camponesas resistem às grandes propriedades em virtude de suas menores necessidades, uma vez que geralmente se destinam ao autoconsumo.

Em decorrência da ampliação da concorrência, o camponês especializou sua produção. Assim, abandonou a policultura, priorizando a monocultura. Sua dependência frente ao mercado aumentou, pois além da necessidade de aquisição de instrumentos produtivos, os agricultores também precisavam comprar os víveres não produzidos em suas terras. Concernindo aos instrumentos produtivos, Marx (2011) afirma que qualquer produção

demanda o emprego de instrumentos produtivos, sejam eles naturais ou artificiais. Com a inserção de tecnologias advindas do setor industrial na agricultura, houve significativo crescimento do uso de instrumentos de produção criados pela civilização no processo produtivo agrícola. No tocante ao assunto, Boserup (1987) afirma que o progresso técnico na agricultura, ao invés de aumentar o ócio dos camponeses, promoveu a intensificação de suas jornadas de trabalho.

Conforme explica Lênin (1977; 1980), o desenvolvimento do modo de produção capitalista se assenta na proletarização dos agricultores, a qual os integraria ao mercado, tornando-os produtores e consumidores de mercadorias, enquanto trabalhadores assalariados. Para o autor, a chegada das relações capitalistas no campo aniquilaria o campesinato e dividiria a população rural em duas classes – burguesia e proletariado. Em sua obra, o proletariado rural é composto pelos indivíduos que residem no campo e não dispõem de terra, caracterizando-se literalmente como proletários, em virtude da desposse dos meios produtivos.

No que concerne ao tema, o autor evidencia uma característica singular dos camponeses convertidos em proletários – a existência de trabalhadores assalariados agrícolas diaristas e os permanentes, sendo que os últimos possuem condições de vida e de trabalho superiores aos que vendem sua força de trabalho em jornadas diárias. Além disso, Lênin (1977) defende que características inequívocas do capitalismo, como a livre concorrência, a expropriação do proletariado e sua exploração por uma minoria burguesa por meio do assalariamento, a sujeição do campesinato à economia mercantil e a acumulação da terra como capital, estão presentes no campo e na agricultura. Portanto, segundo sua tese, as contradições inerentemente capitalistas estão presentes no campo e na agricultura há mais de um século.

Para o autor, houve um processo de descampesinização, o qual consiste na destruição do campesinato tradicional e na formação de novos grupos populacionais no campo, cuja sociedade é dominada pela produção capitalista e pela economia mercantil. Esses novos grupos camponeses são a burguesia rural e o proletariado rural, constituindo, respectivamente, a classe produtora de mercadorias e os trabalhadores assalariados da agricultura (LÊNIN, 1977).

A análise de Lênin (1977) sobre o campesinato é fundamentada na teoria da diferenciação social, na qual o autor agrupa os camponeses em três classes – camponeses ricos, médios e pobres – de acordo com alguns critérios, dentre os quais merecem destaque a

venda ou a compra do trabalho assalariado, os arrendamentos e a compra de terras, a presença de máquinas agrícolas, a ascensão da agricultura comercial e o trabalho assalariado.

Na visão leninista, a burguesia rural é composta pelos camponeses ricos que compram o trabalho de outrem. Já os médios camponeses usam o próprio trabalho familiar, mas não o vendem, tampouco exploram outros trabalhadores. Em seu ponto de vista, os camponeses médios oscilam entre os grupos superiores e inferiores de camponeses. Contudo, poucos afortunados conseguem chegar ao grupo superior de camponeses, pois a maioria tende a ir para o grupo inferior, visto que a burguesia rural expropria não apenas os camponeses pobres, mas também os médios. O autor alcunha os camponeses ricos de minoria acomodada, a qual produz mercadorias destinadas à venda. Tais grupos de agricultores são convertidos em burguesia rural, pois integram suas explorações agrícolas a grandes empresas comerciais e industriais e utilizam expressivo quantitativo de mão de obra assalariada, tanto de trabalhadores permanentes, quanto de diaristas (LÊNIN, 1977).

Já os camponeses pobres vivem da venda de sua força de trabalho, caracterizando-se como proletários rurais. Neste sentido, o autor afirma que esse grupo é composto pelos camponeses que não possuem nenhum pedaço de terra e pelos indivíduos que mesmo com a posse da terra, obtêm poucos rendimentos, sendo impelidos à venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência através do assalariamento. Acerca do pequeno agricultor no modo de produção capitalista, Lênin (1980, p. 59) disserta que:

No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho.

Para Lênin (1980), frequentemente o pequeno proprietário agrícola pode lucrar com medidas ou fenômenos prejudiciais ao proletariado. Neste aspecto, sua obra diverge da tese de Kautsky (1980), uma vez que o filósofo tcheco afirma que o agricultor, mesmo com a posse da terra, seria proletarizado, em virtude da subordinação ao setor industrial e ao mercado.

Lênin (1977) afirma que a dominação da agricultura pelo capitalismo acirra a competição entre os agricultores. Neste processo, a burguesia rural supera os camponeses médios e pobres, coagindo-os à migração para as urbes. Na ótica leninista, os camponeses ricos seguem os interesses do capital comercial e industrial, através da agricultura comercial, a qual baseia sua produção na contratação de trabalhadores assalariados e no empréstimo de dinheiro usando a terra como garantia. Ademais, a burguesia rural concentra a maioria das

terras arrendadas e o emprego de maquinário na agricultura. Seus integrantes também agregam empresas industriais e comerciais à agricultura, compram terras de outros e promovem melhoramentos em suas lavouras.

A burguesia rural compromete elevado percentual do orçamento com o consumo, o qual é mais diversificado e abrange muitos produtos não agrícolas. Apesar de constituírem um grupo minoritário do campesinato, os camponeses ricos possuem a maioria dos meios de produção no campo, além de serem responsáveis pela maioria dos víveres agrícolas comercializados. Já os proletários rurais compram principalmente gêneros agrícolas indispensáveis às suas dietas alimentares básicas. Suas despesas financeiras se direcionam ao consumo pessoal, ou seja, à compra de bens de consumo imediato, como alimentos e objetos de higiene pessoal (LÊNIN, 1977).

Neste cenário, Lênin (1977) demonstra que se comparado à burguesia rural, o proletariado rural gasta um percentual maior de seus rendimentos financeiros com a alimentação. Além disso, narra que a alimentação desses indivíduos apresenta diversos problemas, como a deficiência de proteínas de origem animal. Em contrapartida, o consumo de carne e de proteína animal entre os camponeses ricos é elevado, satisfazendo suas necessidades nutricionais, uma vez que fornecem diversos nutrientes, como carboidratos, gorduras, selênio, manganês, fósforo, ferro, zinco, potássio, magnésio, cálcio, vitaminas A, B, E, D e K, entre outros.

Para Shanin (1983), os estabelecimentos camponeses são caracterizados pelo intenso vínculo entre a família e o imóvel agrícola. O principal diferencial do campesinato em relação às demais classes era a organização interna da unidade camponesa, a qual estava baseada num estreito liame com a agricultura e a terra, compreendida como patrimônio familiar. Apesar de discordar de Lênin (1977) no tocante ao aniquilamento do campesinato, Shanin (1983) afirma que no modo de produção capitalista, os camponeses se metamorfoseariam em duas classes antagônicas, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados agrícolas. Ao camponês expropriado de suas terras, sobrariam somente duas opções, o trabalho assalariado nas urbes e/ou na agricultura.

Hodiernamente, percebe-se que o campesinato não foi totalmente destruído e algumas formas de camponeses ainda resistem (HERNÁNDEZ, 1994; WANDERLEY, 1996; FERNANDES, 2000; BOMBARDI, 2003). Para Shanin (2005), os camponeses possuem significativas diferenças de acordo com a sociedade em que estão inseridos, as quais configuram suas singularidades socioespaciais. Ademais, o autor afirma que o campesinato não teve sua existência suprimida, pois se adaptou ao capitalismo. Neste sentido, Desmarais

(2013) disserta que diversas organizações camponesas, como a Via Campesina, articulam movimentos de luta em escala internacional contra a difusão do neoliberalismo e suas políticas, as quais prejudicam os pequenos agricultores e deterioram a qualidade dos alimentos produzidos.

Apesar da integração de uma quantidade expressiva de agricultores ao mercado, a qual reverberou em sua submissão ao capital urbano-industrial, não houve o fim das sociedades rurais, conforme preconizava Mendras (1978), tampouco o campesinato foi extinto, como advogava Lênin (1977). O acesso facilitado ao crédito (COSTA NETO, 1998) e a difusão de insumos urbano-industriais, como os agrotóxicos e as sementes transgênicas (OLIVEIRA, 2007), integraram e sujeitaram os agricultores às relações mercantis capitalistas. No entanto, não conseguiram promover a destruição de grupos populacionais camponeses ou sociedades rurais nos tempos recentes.

Fernandes (2000) e Chayanov (2014) explicam que para muitos teóricos, dentre os quais se destacam Lênin (1977), Mendras (1978) e Kautsky (1980), existiam apenas duas possibilidades para os camponeses, a integração plena aos mercados e a consequente conversão em agricultores familiares ou a persistência enquanto camponeses e sua desintegração, pois não conseguiriam sobreviver num mundo notavelmente capitalista.

Em contraposição aos teóricos que proclamaram o fim do campesinato, Oliveira (1991) afirma que os camponeses não estão desaparecendo no Brasil. De acordo com o geógrafo, a teoria da proletarização dos camponeses, defendida por alguns autores, não se confirmou, pois os camponeses vêm lutando por seus direitos e pela manutenção de seu modo de vida. De modo análogo a Oliveira (1991; 2007), Bombardi (2003) compreende o campesinato como uma classe social dentro do modo de produção capitalista, a qual se reproduz neste sistema. Para a autora, duas características marcantes dos camponeses são a luta política pela terra e a existência de uma ordem moral camponesa, vinculada ao pensamento coletivo, a qual se opõe à visão empresarial dos agricultores familiares. Neste sentido, Schejtman (1980) disserta que as unidades camponesas se diferenciam das capitalistas, pois possuem diferentes sistemas e maneiras de valorização dos produtos e dos objetos utilizados.

De fato, o campesinato não desapareceu completamente em território brasileiro. Contudo, houve uma expressiva redução do número de camponeses no país, em virtude da sujeição da agricultura nacional ao capital financeiro-industrial, da integração às relações mercantis capitalistas, do alargamento da oferta de crédito, da aplicação em larga escala de insumos urbano-industriais na agricultura, entre outros aspectos. A expressiva migração

campo-cidade no país em meados do século XX corrobora a diminuição quantitativa dos camponeses em território brasileiro. Ademais, os dados dos Censos Demográficos realizados decenalmente em território nacional (IBGE, 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010) e sumarizados na tabela 01 esclarecem que a população total rural no Brasil decresce, em valores absolutos, desde o decênio de 1970.

**Tabela 01: População Urbana e Rural no Brasil - 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**

Ano	População Total	População Urbana	Percentual da População Urbana	População Rural	Percentual da População Rural
<b>1960</b>	70.992.343	32.004.817	45,08%	38.987.526	54,92%
<b>1970</b>	94.508.583	52.904.744	55,98%	41.603.839	44,02%
<b>1980</b>	121.150.573	82.013.375	67,70%	39.137.198	32,30%
<b>1991</b>	146.917.459	110.875.826	75,47%	36.041.633	24,53%
<b>2000</b>	169.590.693	137.755.550	81,23%	31.835.143	18,77%
<b>2010</b>	190.755.799	160.925.792	84,36%	29.830.007	15,64%

Fonte: IBGE. **Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

A negação da existência do campesinato indica uma valorização da lógica urbano-empresarial, de seus modos de vida e de organização produtiva, em detrimento do modo de vida e da cultura camponesa, pois conforme afirma Shanin (2005), o conceito de camponês possui teor ideológico. Fernandes (2000) esclarece que o discurso ideológico em torno da expressão agricultura familiar transmite ideias vinculadas ao novo e ao progresso, valorizando a integração ao mercado e o emprego de técnicas e insumos industriais na produção agrícola. Nestas concepções, o camponês é associado ao atraso e ao arcaísmo e considerado um sujeito que não aderiu às mudanças tecnológicas, permanecendo com um sistema de produção retrógrado e atrasado.

Quando autores como Wanderley (1996), Altafin (2007) e Lamarche (2008) contrapõem o campesinato ou a agricultura camponesa ao agronegócio ou à agricultura empresarial, descortinam a questão de classe e a distinção ideológica entre os dois grupos. Neste contexto, referindo-se aos interesses estatais durante a ditadura militar no Brasil, Altafin (2007, p. 11) disserta:

Interessava assim escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Os camponeses passam então a ser tratados como **pequenos produtores**.

O excerto aludido evidencia o aspecto ideológico presente na substituição do vocábulo camponês, visto que a expressão “pequenos produtores” ganhou ênfase durante o regime militar, período em que as Ligas Camponesas foram dissolvidas, visando a classificação dos agricultores com relação à dimensão de suas propriedades e ao quantitativo de suas produções. Deste modo, características como as relações de produção e de trabalho, bem como o vínculo com a terra, não foram consideradas pelo governo para a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura (ALTAFIN, 2007).

As Ligas Camponesas surgiram oficialmente no município pernambucano de Vitória de Santo Antão em 1955, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O término do governo ditatorial de Vargas e a volta temporária da democracia ao país favoreceram o crescimento do movimento, o qual esteve presente em 13 estados brasileiros, mas teve destaque principalmente nas unidades federativas do Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (MORAIS, 2012; PAGE, 2012).

As Ligas eram compostas majoritariamente por camponeses, artesãos, pescadores, advogados, estudantes e desempregados. A adesão dos assalariados agrícolas ou urbanos foi diminuta, uma vez que a organização não tinha como lhes assegurar benefícios trabalhistas, tampouco protegê-los de possíveis represálias dos patrões, como as demissões, em caso de vínculo com o movimento (MORAIS, 2012; PAGE, 2012). Seus integrantes lutaram em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de trabalho no campo e pelo fim da díspar distribuição de terras no país e da violência cometida contra os camponeses em território brasileiro (OLIVEIRA, 2007; WANDERLEY, 2014; VILAS BOAS, 2018). Dentre suas principais ações, merecem ênfase as ocupações de latifúndios e engenhos, as greves de trabalhadores rurais e as manifestações organizadas nas grandes cidades (MORAIS, 2012; PAGE, 2012).

Sob a orientação do político e advogado Francisco Julião, as Ligas buscaram também, por meio da via jurídico-legal, assegurar direitos trabalhistas e a posse da terra aos camponeses. Ademais, articularam-se com sindicatos urbanos e industriais, planejando greves gerais que paralisaram as atividades econômicas de todo o estado de Pernambuco. Como constituíram uma ameaça à estrutura de poder consolidada no país e, em particular, à oligarquia agrária nordestina, vários de seus integrantes e líderes foram presos e/ou assassinados pelos órgãos de repressão do Estado ou pelos latifundiários e proprietários de engenhos. Com o golpe político aplicado em 1964, os militares reprimiram duramente as Ligas Camponesas, causando a desarticulação do grupo e sua consequente extinção (OLIVEIRA, 2007; MORAIS, 2012; VILAS BOAS, 2018).



O intuito dos militares era a desarticulação dos vínculos entre os agricultores camponeses e as Ligas Camponesas, as quais denunciaram e deram visibilidade à estrutura desigual do campo brasileiro e à exploração exercida pelas classes dominantes em relação ao campesinato. Esse fato reverbera a tentativa ideológica das classes hegemônicas em ocultar a realidade e a exploração proletária (THERBORN, 1991; MARX; ENGELS, 2007).

Ademais, a troca do termo camponês pela expressão pequeno produtor oculta o modo de vida camponês e sua relação com o meio ambiente. O emprego do vocábulo produtor denota a ideologia capitalista, uma vez que a produção e, sobretudo, sua ampliação, são pilares sobre os quais o modo de produção capitalista se alicerça e se amplia. Portanto, ao converter o camponês em produtor, cria-se a ideia de que ele é um empreendedor, mascarando seu modo de vida, seus liames com a natureza, sua produção volvida ao autoconsumo, entre outros aspectos.

Segundo Marques (2008), o emprego dos termos pequeno produtor ou agricultor familiar minora os debates políticos acerca da questão agrária. Deste modo, salienta-se que a opção pela não utilização da expressão agricultura camponesa está impregnada de ideologia, pois o vocábulo camponês está associado à agricultura direcionada ao autoconsumo e a um modo tradicional de vida. O uso da expressão agricultura familiar despolitiza a questão em torno do campesinato, uma vez que seu emprego é ideológico. Segundo McLellan (1987), Löwy (1991) e Marx e Engels (2007), a ideologia escamoteia a realidade, sobretudo suas contradições. Neste caso, há a ocultação do modo de vida camponês, de sua relação e integração com a natureza e de sua produção não capitalista. No tocante à discussão efetivada, Shanin (2005) afirma que o próprio conceito de camponês possui suas limitações, pois é impregnado de conteúdos ideológicos.

As designações agricultura familiar e patronal, bem como aquelas que classificam os agricultores de acordo com o tamanho de sua produção em pequenos, médios e grandes produtores, são ideológicas na medida em que interpelam os sujeitos, mascarando certa realidade agrária nacional. Neste âmbito, Martins (1990a) ressalta a carga política que compõe as noções de camponês e latifundiário, pois os termos definem situações e classes opostas no campo e também denotam a luta de classes na questão agrária, estabelecida pelos camponeses frente à opressão e à exploração dos latifundiários.

Assim, latifundiários e camponeses historicamente constituíram classes antagônicas no campo, com interesses, modos de produção e relações ambientais distintas. Deste modo, quando esses vocábulos entram em desuso, as discussões em torno da questão agrária têm seu conteúdo político reduzido e restrito a aspectos de ordem técnico-científica. Por conseguinte,

processos basilares, como a luta de classes, são escamoteados, favorecendo a dominação exercida pelas classes detentoras do poder.

Caume (2009) disserta que há um discurso político-ideológico no Brasil que opõe agronegócio e agricultura familiar, associando o primeiro modelo somente à agricultura de cunho patronal. Alguns estudiosos do tema, como Sauer (2008), contrapõem agronegócio e agricultura familiar, no intuito de explicar a dinâmica sociopolítica do campo nacional. No entanto, a oposição instituída entre agricultura familiar e agronegócio pode ocultar contradições e estratégias engendradas pelos capitalistas. Parcelas significativas dos agricultores familiares foram absorvidas pelo agronegócio, caracterizando-se por relações e processos de produção típicos da agricultura de cunho empresarial. Neste contexto, Caume (2009) argumenta que percentual expressivo dos latifúndios e das cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio se assenta na produção familiar, uma vez que a gestão das propriedades é realizada por membros da família.

O agronegócio possui significativa integração com outros setores econômicos, como o financeiro e o industrial (CAUME, 2009). Neste processo, a agricultura sofre uma sujeição em relação ao capital financeiro-industrial, pois tem se tornado extremamente dependente do crédito (COSTA NETO, 1998), dos maquinários, dos agrotóxicos e dos grãos transgênicos (OLIVEIRA, 2007). Esse fato também é verificado na agricultura familiar, inclusive na pequena produção. Na conjuntura nepomucenense, foi observada esta submissão, visto que um grande número de agricultores familiares pauta sua produção no uso de insumos urbano-industriais e recorre com relativa frequência a empréstimos e créditos volvidos aos produtores agrícolas (VILAS BOAS, 2016a).

A respeito do tema, Kautsky (1980) já mostrava que uma consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura era o endividamento dos camponeses, pois conforme explica Costa Neto (1998), o capitalista arquiteta estratégias para a intensificação da carga de trabalho na agricultura e, conseqüentemente, para a ampliação da mais-valia extraída. Guimarães (1982) sublinha que a difusão do crédito institucional a partir dos decênios de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa ampliou significativamente o endividamento agrícola. No Brasil, nos anos 1960 e 1970, o governo formulou políticas em prol da difusão do crédito rural, sob a alegação de que tais ações auxiliariam os agricultores na mecanização da produção agrícola.

De acordo com Caume (2009), um estabelecimento econômico não é definido pela sua dimensão, mas pelas relações sociais de produção (e trabalho, visto que é parte essencial do processo produtivo) que ocorrem em seu interior. Neste âmbito, o autor afirma que o

agronegócio brasileiro está calcado nas formas capitalistas de produção, não nos latifúndios, os quais perderam o posto de principal forma social da conjuntura agrária nacional. Na segunda metade do século XX, as mudanças trazidas pelo advento da Revolução Verde modificaram a base técnica da agricultura brasileira, propiciando a transição do latifundiarismo em direção à agricultura empresarial capitalista (CAUME, 2009).

Consoante à discussão realizada, apesar do inegável caráter capitalista dos latifúndios no Brasil, o capitalismo se insere na agricultura nacional não somente nas grandes propriedades, mas também nos pequenos imóveis agrícolas e na agricultura familiar. Assim sendo, embora a importância da luta do MST contra o latifundiarismo seja notável, o capital se reinventa e engendra diversas estratégias para a absorção da agricultura familiar (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Jollivet (1998) diverge da perspectiva teórica que preconiza a conversão dos camponeses em agricultores integrados ao mercado. O sociólogo francês concorda que houve um processo significativo de absorção do campesinato pelo mercado, mas defende que há uma vasta gama de contextos relevantes que desmistificam essa integração plena ao mercado. Em consonância com a teoria de Jollivet (1998), Porto-Gonçalves (2005) afirma que o campesinato é diverso. Assim, o geógrafo considera um equívoco a tentativa de homogeneização dos camponeses, porquanto seu caráter heterogêneo é uma de suas principais virtudes. Salientando a heterogeneidade do camponês, Shanin (2005) mostra que o vocábulo campesinato abriga um conjunto diverso de grupos populacionais, pois os camponeses estão inseridos em contextos sociais mais amplos, diferenciando-se de uma sociedade para outra. Por isso, grupos distintos, como os quilombolas, os ribeirinhos e os indígenas, estão compreendidos dentro da definição de camponeses adotada pelos autores.

Nos tempos hodiernos, o agricultor familiar possui a terra, condição que o descaracterizaria como integrante do proletariado, classe que é conhecida na literatura clássica relativa ao tema pela não posse dos meios produtivos. Nesta perspectiva, nas palavras de Löwy (1991, p. 105): “o proletariado é o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho”. Portanto, na concepção marxista, o proletariado é a classe que vende sua força de trabalho em troca de salário, devido à expropriação dos meios produtivos.

No entanto, a agricultura familiar brasileira adquiriu, na maioria das propriedades, caráter empresarial. Assim sendo, sua produção usualmente é determinada pelo mercado e esse grupo de agricultores se encontra refém do crédito ofertado pelos oligopólios dos setores bancário e financeiro, bem como dos insumos urbano-industriais vendidos pelas grandes multinacionais e transnacionais. Destarte, esses aspectos colocam o agricultor familiar em

uma situação semelhante à vivenciada pelo proletariado. Kautsky (1980), ao discutir a subordinação da agricultura em relação à indústria, já argumentava que o camponês, em virtude da submissão ao setor industrial, seria convertido em proletário, a despeito da posse da terra enquanto meio produtivo.

Deste modo, defende-se que há uma proletarização dos camponeses no Brasil, uma vez que sua produção é determinada pelas mutações e estratégias do mercado. O emprego de termos como operário-camponês, camponês-operário e camponês-empresário, utilizados por Seyferth (1985) e Carneiro (1998), evidencia a divisão dos agricultores em duas classes, a burguesia e o proletariado rural. Por conseguinte, tais vocábulos atestam o processo de proletarização do campesinato, discutido por Lênin (1977), Kautsky (1980) e outros autores.

Para Marx (2004; 2006), a propriedade privada, o assalariamento, a extração da mais-valia e o trabalho estranhado e alienado são elementos característicos do proletariado. Em virtude da propriedade privada dos meios de produção, a maioria dos trabalhadores não possui acesso aos meios de produção. Assim sendo, a única opção restante é a venda de sua força de trabalho, a qual foi convertida em mercadoria, mediante o pagamento de um salário. Ademais, além de assalariado, seu trabalho é estranhado, visto que o proletário desconhece a totalidade do processo produtivo.

A alienação ocorrida no processo produtivo converte o trabalho em algo mecânico, uma vez que o trabalhador não planeja suas ações e geralmente pauta seu labor em movimentos repetitivos. De acordo com Kropotkin (1953), o operariado, ante o processo de alienação, além de ignorar a totalidade do processo produtivo, não possui pleno conhecimento acerca do processo de trabalho e do funcionamento das máquinas. Na produção, há também a auto-alienação, pois os seres humanos se relacionam uns com os outros como estranhos. Destarte, o trabalho e os produtos fabricados pelo proletariado alienado pertencem a um estranho, ao burguês proprietário dos meios de produção (MARX, 2008b).

Marx (2011) alega que o processo produtivo engloba quatro etapas – a produção, a distribuição, a troca e o consumo. Portanto, quando o autor (MARX, 2004; 2006) afirma que a ignorância do trabalhador em relação à totalidade do processo produtivo é um atributo do trabalho estranhado, sua fala abrange todas as quatro etapas da produção. Assim, apesar da posse da terra, muitos agricultores familiares vivenciam o processo de estranhamento do trabalho, o qual, segundo Marx (2006), ocorre quando a atividade produtiva não pertence ao trabalhador, constituindo um martírio em seu cotidiano. Por conseguinte, não há prazer ou espontaneidade durante o trabalho, visto que o mesmo pertence a outro, o qual influencia diretamente as deliberações relativas aos processos e às relações de produção e de trabalho.

No entanto, enquanto seu trabalho traz sofrimento e sacrifício para si, promove a maximização dos lucros dos capitalistas. Outra faceta do trabalho estranhado é o fato de o trabalho e o produto dele oriundo não pertencerem ao trabalhador, mas a outro indivíduo, o qual explorará a mais-valia no processo produtivo.

Na agricultura nepomucenense, o trabalho é estranhado, uma vez que a despeito da posse dos meios de produção, o agricultor destina a maioria dos gêneros cultivados à venda. A sua força de trabalho é empregada para que ele possa obter dinheiro visando a satisfação de necessidades do núcleo familiar, como alimentação, moradia e higiene pessoal. Ademais, a jornada de trabalho se torna um calvário, pois configura um meio para a aquisição de mercadorias. O café, principal produto lavrado no município, é comercializado com as cooperativas, as quais o revendem nos mercados nacionais e internacionais, alcançando elevadas taxas de lucro. Sublinha-se que a monocultura cafeeira não satisfaz diretamente as necessidades do grupo familiar, uma vez que a rubiácea não é um gênero basilar de seus regimes alimentares. Em contrapartida, o agricultor, preso às amarras do capital, busca ao máximo ampliar a produtividade de sua lavoura, visto que esse aumento lhe proporcionaria crescimento das receitas financeiras. As cooperativas, enquanto representantes do agronegócio e do capitalismo na cafeicultura municipal, interferem significativamente nas formas e técnicas de produção empreendidas nas unidades agrícolas nepomucenenses, monopolizando a comercialização dos grãos colhidos no município.

Como o café é uma *commodity* e sua cotação é definida nas Bolsas de Mercados de Futuros, o preço pago pelas sacas de café depende do mercado internacional, aumentando a volatilidade de seus preços durante a comercialização (TOPIK, 2003; SCHOUCHANA; MICELI, 2004; MERGULHÃO, 2017). Além disso, os agricultores familiares nepomucenenses possuem poucas informações a respeito da distribuição, da troca e do consumo do café vendido às cooperativas, as quais se responsabilizam pela revenda do grão.

Marx (1983) esclarece que a mais-valia existe porque os seres humanos são obrigados a fabricar diariamente mais produtos e meios de subsistência do que necessitam para sua autorreprodução e para a realização de atividades básicas. Desta maneira, é gerado o produto excedente, fonte de lucro para os capitalistas. Neste contexto, há o sobretrabalho, isto é, o proletário trabalha além do necessário à reprodução do valor do seu salário, propiciando o surgimento da mais-valia. Como as remunerações pagas aos trabalhadores têm como intuito somente a manutenção e a reprodução da força de trabalho, o excedente da produção não é pago a eles, mas é apropriado pelo proprietário dos meios de produção, formando a mais-valia. Para o autor, a mais-valia não é extraída na comercialização da mercadoria acima do

seu preço de produção, mas é auferida previamente, pois o trabalhador recebe como pagamento um valor inferior ao dos produtos resultantes de seu trabalho (MARX, 1983). Ainda no tocante à mais-valia, Marx (2011, p. 255) pronuncia:

A coisa também pode ser expressa da seguinte maneira: se o trabalhador precisa somente de meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado, trabalho excedente. O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador, acima, portanto, de sua necessidade imediata para a conservação de sua vitalidade.

Quando o agricultor familiar vende sua produção para as cooperativas, sua mais-valia sempre é explorada, embora não seja propriamente um trabalhador assalariado. A maioria dos agricultores familiares consegue produzir uma quantidade de víveres suficiente para o atendimento de suas necessidades primordiais. Contudo, seu *quantum* de trabalho é maior que o indispensável à sua subsistência, gerando um excedente produtivo, o qual é apossado pelos capitalistas, originando a mais-valia. Referindo-se ao valor das mercadorias na produção capitalista, Marx (2011, p. 472) explica que:

O valor dos produtos é determinado pelo trabalho neles contido, e não pela parte do trabalho que é paga pelo empregador. *É o trabalho feito, não o trabalho pago, que constitui o valor do produto*; mas os salários só expressam o trabalho *pago*, nunca o *trabalho feito*. A medida desse próprio pagamento depende da produtividade do trabalho, porque esta última determina o *quantum* de trabalho necessário.

O fenômeno narrado por Marx no excerto em destaque é uma das causas para a existência da mais-valia. Considerando-se que o valor dos produtos expressa o trabalho neles contido e os salários apenas expressam o trabalho pago, a mais-valia corresponde à diferença entre o trabalho feito e o trabalho necessário para pagar o salário do trabalhador. A respeito do tema, Marx (2011) compreende o valor pago através do salário como o trabalho necessário e o lucro como o trabalho excedente, o qual corresponde à mais-valia apropriada pelos capitalistas. Concernindo ao assunto, Kropotkin (1953) explica que a extração da mais-valia e a exploração do trabalho proletário ocorrem em decorrência da não posse dos meios produtivos, das ferramentas e dos instrumentos necessários à produção. Esse processo também acontece com os pequenos agricultores proprietários de terra, pois não recebem como pagamento todo o valor produzido pelos víveres cultivados.

De acordo com Marx (1983; 2011), o empregador capitalista não se apropria de toda a mais-valia, pois ela é dividida em três partes – a renda territorial ou fundiária, apossada em parte pelo proprietário fundiário; os juros, absorvidos pelo setor financeiro por intermédio de

mecanismos como a difusão dos empréstimos; e o lucro industrial ou comercial, o qual é apropriado pelo capitalista.

O pagamento de impostos obrigatórios aos proprietários rurais, como o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), também contribuiu para a extração da mais-valia dos agricultores familiares. Conforme esclarece Lefebvre (1999), uma parte da renda fundiária e, conseqüentemente, da mais-valia global, é interceptada e apreendida pelos Estados por intermédio do sistema tributário.

Marx (1983; 1984) não estava equivocado ao defender que campesinato e capitalismo não possuem uma relação harmônica, pois os camponeses constituíam um empecilho à difusão do capitalismo. Neste domínio, para Marx (1983), o desenvolvimento do modo de produção capitalista gradativamente desestruturaria os modos de vida e de produção camponeses. Hodiernamente, em oposição à tese elaborada por Marx (1983), constata-se que não houve um fim dos camponeses, pois diversos grupos resistem à integração de suas unidades agrícolas de produção às práticas capitalistas (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2000; BOMBARDI, 2003; DESMARAIS, 2013). Sob esse ponto de vista, é válida a reflexão de Thomaz (2010), na qual a autora argumenta que o campesinato surgiu durante o modo de produção feudal e não foi extinto nem com a transição para o capitalismo, resistindo até os tempos atuais.

Marx (1983) era notadamente pessimista no tocante à permanência e à condição de vida dos camponeses com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A despeito das objeções sobre sua teoria acerca da desintegração do campesinato, sua tese não deve ser totalmente desconsiderada, pois uma significativa quantidade de camponeses foi integrada ao mercado, convertendo-se em agricultores familiares. Ademais, diversas estratégias foram engendradas pelos capitalistas intentando a supressão das economias camponesas.

À época de seus escritos, Marx (1983; 1984) atribuía à pequena dimensão de suas terras e à diminuta capacidade de acumulação de capital o antagonismo entre campesinato e capitalismo. No entanto, os capitalistas desenvolveram diversas estratégias para integração das pequenas propriedades agrícolas ao modo de produção capitalista, como a disseminação e a facilitação do acesso ao crédito, a contração dos preços dos víveres agrícolas e a difusão de insumos urbano-industriais (fertilizantes químicos, transgênicos, máquinas agrícolas e agrotóxicos) (COSTA NETO, 1998; HARVEY, 2011).

Os camponeses, ao serem absorvidos por relações mercantis capitalistas de produção e trabalho, foram convertidos em agricultores familiares empresariais. Destarte, mantiveram o caráter familiar de seus imóveis agrícolas. Entretanto, não possuem mais as características de

outrora, como a independência em relação ao mercado, o apego à terra e a produção voltada ao autoconsumo (WANDERLEY, 1996; SILVA, 2007; LAMARCHE, 2008).

Nos cenários nacional e mundial, a Via Campesina atua como um movimento transnacional de resistência dos camponeses, manifestando-se e pressionando os chefes de Estado nos principais eventos relacionados a assuntos concernentes à economia e à alimentação globais, os quais são organizados por órgãos supranacionais, como: o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Sua atuação junto aos camponeses acontece por meio da resistência à inserção do capital no campo, à exploração do trabalho agrícola e à OMC, bem como na oposição à monocultura, à expropriação do campesinato, à violência contra a mulher e ao uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. Além disso, a organização luta em prol da soberania alimentar e da disseminação de práticas agroecológicas em escala mundial (RAMOS FILHO, 2009; DESMARAIS, 2013).

A Via Campesina agrega mais de 100 organizações de luta camponesa em diferentes países, abrangendo mais de dez movimentos no Brasil, como: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (ANMTR), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A organização almeja uma agricultura calcada na soberania alimentar, cuja difusão é um exemplo da efetividade de sua luta em escala mundial (DESMARAIS, 2013).

Acerca das lutas camponesas, Buenrostro e Arellano (2002) enaltecem a resistência do movimento camponês indígena de Chiapas em oposição à deterioração das condições de vida dos camponeses e à inserção do capitalismo na agricultura, fomentada pelo governo mexicano durante décadas. Em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) promoveu uma insurreição no México, por intermédio da ocupação de cidades, da luta armada, dentre outras ações. Após alguns impetuosos conflitos decorrentes do levante zapatista, o grupo, majoritariamente composto por indígenas, abdicou da luta armada. Nos tempos recentes, o EZLN controla, de forma pacífica e através da mobilização civil, parte do estado de Chiapas. Acerca do assunto, Ramos Filho (2009) explica que o Movimento Zapatista em Chiapas foi umas das tensões sociais decorrentes da inserção do neoliberalismo na agricultura, a qual ampliou a injustiça e a desigualdade social no campo.

No decênio de 1990, vários grupos indígenas nativos do estado de Chiapas, como os *tzeltales*, os *tojolabales*, os *tzoltziles* e os *choles*, foram torturados, presos e mortos pela



repressão estatal. O Massacre de Acteal, ocorrido em dezembro de 1997, resultou no assassinato de 45 militantes *tzoltziles*, os quais reivindicavam os direitos dos camponeses de Chiapas. Atualmente, os camponeses e os indígenas possuem protagonismo na vida pública de Chiapas, uma vez que muitos cargos políticos são ocupados por eles. A resistência indígena em Chiapas, vinculada ao EZLN, ocorre através da formação de municípios autônomos, os quais demonstram sua soberania político-administrativa, prerrogativa assegurada pela constituição mexicana. O movimento zapatista em Chiapas pode ser compreendido como uma luta política camponesa e indígena pelos seus direitos, cujos objetivos são a preservação e a valorização de sua cultura em prol de toda a coletividade (BUENROSTRO; ARELLANO, 2002).

Sublinha-se que os grupos camponeses apresentam algumas similaridades, como a relação harmônica com o meio ambiente, o caráter familiar dos imóveis agrícolas no tocante à mão de obra e à gestão, a produção destinada mormente ao autoconsumo, a inexistência do trabalho assalariado, entre outras (WANDERLEY, 1996; BOMBARDI, 2003; LAMARCHE, 2008). Neste contexto, Shanin (2005) afirma que em alguns casos e em condições específicas, os camponeses resistem, associando-se ao capitalismo. Todavia, geralmente são marginalizados, sofrendo com alguns processos como a deterioração de suas condições de vida, a ameaça e a concorrência dos latifundiários.

Hernández (1994) considera que a venda ocasional da força de trabalho é uma das características dos camponeses nos tempos hodiernos. Contudo, diversos autores, como Chayanov (1974; 2014), Lênin (1977; 1980) e Kautsky (1980), afirmam que o campesinato é caracterizado pela ausência de trabalho assalariado. No tocante ao assunto, Lênin (1977) e Kautsky (1980) indicam que a inserção do camponês no trabalho assalariado, mesmo que de maneira sazonal ou esporádica, reverbera na proletarização do campesinato, cujas consequências são deletérias aos membros deste grupo. Neste sentido, Kautsky (1980) explica que a adesão do camponês ao trabalho parcelário o insere em relações capitalistas de trabalho, as quais incidem na exploração de sua força de trabalho, enquanto Lênin (1977) defende que esse processo culmina na divisão da sociedade em burgueses e proletários agrícolas.

As sociedades agrárias mundo afora não foram totalmente dicotomizadas em burguesia e proletariado rural, como afirmava Lênin (1977). Entretanto, é inegável que o processo de proletarização atingiu milhões de camponeses à escala mundial, incluindo aqueles que migraram para as urbes e labutam em troca de um salário, assim como os sujeitos que prosseguem residindo no campo, mas em virtude de diversos processos, como a expropriação

dos meios de produção e a árdua concorrência com a agricultura patronal, submetem-se cotidianamente ou periodicamente ao trabalho assalariado.

Diante das transformações de um mundo amplamente globalizado, diversos autores como Hernández (1994), Fernandes (2000), Bombardi (2003), Shanin (1983; 2005) e Desmarais (2013), assinalam um processo de reinvenção ou recriação do campesinato. Neste sentido, afirmam que a definição de camponês, tal como contida nos autores clássicos, como Marx (1983; 1984), Lênin (1977; 1980) e Kautsky (1980), está obsoleta. Hernández (1994) salienta a dificuldade de conceituação do campesinato em virtude das recentes transformações socioeconômicas decorrentes do processo de globalização. Assim sendo, evidencia-se que o conceito de camponês passou por um processo de ressemantização, cujo objetivo foi a adequação às modificações políticas, econômicas, sociais e culturais dos tempos recentes.

Hernández (1994) advoga que os camponeses podem empregar as tecnologias decorrentes da Revolução Verde e da Modernização Agrícola em suas lavouras, desde que mantenham algumas características intrínsecas ao campesinato, como o trabalho e a gestão familiares, a produção direcionada à alimentação do núcleo familiar, entre outras. Com relação ao tema, Fabrini (2000) e Wanderley (2014) defendem a transformação do campesinato de acordo com a sociedade na qual está inserido, isto é, conforme as características têmporo-espaciais de cada realidade social. Destarte, os autores afirmam que não existe um conceito pronto de camponês.

Acerca do processo de constituição das palavras, Charaudeau (2012, p. 41) afirma que “O sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas”. Desta maneira, se os sentidos são construídos em contextos de troca social, os conceitos também são ressemantizados com o decorrer do tempo em virtude de modificações sociais, econômicas, políticas e culturais. A definição de camponês em autores clássicos como Lênin (1977; 1980), Kautsky (1980) e Marx (1983; 1984) é assaz diferente daquela adotada por autores como Fernandes (2000), Silva (2007) e Lamarche (2008), em virtude das transformações ocorridas na sociedade. Portanto, como os significados atribuídos ao vocábulo camponês são muito distintos, é temerária a elaboração de críticas aos teóricos clássicos, uma vez que o campesinato ao qual se referem, foi no mínimo, parcialmente proletarizado e experimentou redução quantitativa com a inserção de relações capitalistas de produção e de trabalho no campo.

Referindo-se à discussão, Bernstein (2015) reitera que, conforme a concepção clássica presente nas obras de autores como Lênin (1977. 1980), Kautsky (1980) e Chayanov (1974;

2014), houve significativa redução do número de camponeses em escala mundial, pois em virtude de processos como a conversão dos camponeses em pequenos produtores de mercadorias, há a presença de relações mercantis em suas propriedades, como a monocultura direcionada à comercialização, a venda e a compra de força de trabalho, entre outras.

No tocante à questão agrária brasileira, Singer (1977) e Oliveira (2007) afirmam que a inserção do capitalismo na agricultura nacional reverberou na expropriação do camponês, convertendo-o em proletário, isto é, em trabalhador assalariado desprovido dos meios de produção. Segundo os autores, a proletarização do trabalhador rural não criou uma grande massa de assalariados permanentes no Brasil, mas um sem-número de trabalhadores volantes ou diaristas, os quais têm condições de vida e de trabalho piores que as dos trabalhadores permanentes. Ademais, o salário intermitente, ou seja, a quantia paga pelo trabalho volante é mais rentável aos capitalistas, fornecendo-lhes maiores taxas de lucro (LÊNIN, 1977).

Desta maneira, pode-se dizer que teóricos consagrados como Marx (1983), Lênin (1977), Kautsky (1980) e Mendras (1978), os quais prognosticaram a proletarização, o desaparecimento ou a redução do campesinato, compreendido em sua concepção clássica, não estavam totalmente equivocados em suas análises. A propósito, foram exitosos em diversos prognósticos realizados. Apreciando o fato de que o conceito de camponês foi ressignificado pelas teses mais recentes, não há equívoco nos escritos dos autores que sustentaram teses como a proletarização e/ou a redução do campesinato, pois realmente houve a diminuição do número total de camponeses e o ingresso de muitos ao trabalho assalariado em virtude da expropriação dos meios produtivos. Sem embargo, é importante que o camponês, convertido em proletário, adquira consciência de sua condição e da exploração sofrida, para que seja promovida a luta por melhores condições de vida e de trabalho e por uma distribuição mais justa da renda e dos meios de produção.

A principal incongruência das obras de Marx (1983; 1984) e Lênin (1977) é a defesa do fim ou do desaparecimento do campesinato, a qual foi refutada por diversos autores, como Chayanov (1974; 2014), Shanin (2005), Lamarche (2008) e Guzmán e Molina (2013). É inequívoco que ainda existem bilhões de pessoas residindo no campo em âmbito mundial, todavia, o simples fato de morar no campo não representa necessariamente que determinado grupo seja camponês. Para ser integrante do campesinato e não apenas mero habitante do campo, é necessário que o sujeito esteja inserido no modo de vida camponês, o qual é qualificado pelo pensamento voltado à coletividade (CHAYANOV, 1974; 2014), pela harmonia na relação com o meio ambiente (PLOEG, 2009), pela produção direcionada ao

autoconsumo (LAMARCHE, 2008), pela existência de uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990; BOMBARDI, 2003), entre outras particularidades.

Ainda no decênio de 1970, Wright (2012) criticou o emprego dogmático e mistificado do vocábulo camponês, afirmando que vários equívocos teóricos foram cometidos na inclusão de diversas categorias, como assalariados e arrendatários, no conjunto do campesinato. Como a agricultura é dominada por relações capitalistas de produção, muitos moradores do campo, a despeito de residirem em áreas rurais, não são camponeses, pois exercem trabalhos assalariados e assumem formas de produção mercantis e capitalistas.

A respeito das diferentes visões acerca do campesinato e das consequências do desenvolvimento do modo de produção capitalista para os camponeses, o quadro 01 sintetiza algumas das ideias defendidas por renomados autores que discutiram a temática:

**Quadro 01: Produção e Trabalho do Camponato e Consequências do Desenvolvimento do Capitalismo para os Camponeses nas Obras de Karl Marx, Vladimir Lênin, Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Henri Mendras e Teodor Shanin**

<b>Autores</b>	<b>Produção das Unidades Camponesas</b>	<b>Trabalho na Agricultura Camponesa</b>	<b>Consequências para o Camponato do Desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista</b>
<b>Karl Marx</b>	Produção de Valor de Uso/Circulação Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Expropriação, Proletarização e Desintegração do Camponato/Oposição entre Camponato e Capitalismo
<b>Vladimir Lênin</b>	Produção para Autoconsumo/Não Há Produção de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Expropriação, Desintegração e Proletarização do Camponato/Divisão em Burguesia e Proletariado Rural (Assalariados Permanentes e Diaristas)/Oposição entre Capitalismo e Unidades Camponesas
<b>Karl Kautsky</b>	Produção de Valor de Uso/Produção Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Diminuição das Pequenas Propriedades Rurais/Redução e Proletarização do Camponato/Trabalho Acessório/Integração e Subordinação à Grande Indústria
<b>Alexander Chayanov</b>	Produção de Valor de Uso/Produção Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Inexistência de Assalariamento/Equilíbrio entre Trabalho e Consumo	Coexistência Camponato/Capitalismo - Racionalidade Camponesa/Mecanismos e Estratégias de Adaptação e Sobrevivência
<b>Henri Mendras</b>	Autonomia no Processo Produtivo/Policultura-Pecuária	Mão de Obra Familiar	Fim das Sociedades Rurais com a Integração ao Mercado/Conservação de sua Autonomia/Diferentes Consequências devido à Diversidade dos Grupos Camponeses
<b>Teodor Shanin</b>	Terra como Patrimônio Familiar	Mão de Obra Familiar/ Trabalho como Meio para a Provisão de Alimentos e o Pagamento de Tributos	Adaptação e Resistência do Camponato ao Capitalismo/Desestruturação da Indústria Camponesa/ Marginalização do Camponato/Reinvenção do Camponato

**Fonte:** CHAYANOV, 1974; 2014; LÊNIN, 1977; 1980; MENDRAS, 1978; KAUTSKY, 1980; SHANIN, 1983; 2005; MARX, 1984; 2017.

## 2.2 – Diversidade e Principais Características da Agricultura Familiar

Com base na lei nº. 11.326, promulgada em 24 de julho de 2006, a área total do estabelecimento agropecuário classificado como agricultura familiar não pode superar os quatro módulos fiscais<sup>8</sup>. Ademais, a administração da propriedade e a mão de obra predominante precisam ser familiares e a maioria da renda monetária deve ser oriunda do estabelecimento. De acordo com a legislação, indígenas, aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas (exceto faiscadores e garimpeiros), quilombolas e demais povos tradicionais que atendam aos critérios legais também são considerados como agricultores familiares e, portanto, podem usufruir dos financiamentos ofertados pelo PRONAF (BRASIL, 2006).

Assim sendo, os quatro modelos de funcionamento das unidades de produção agrícola estabelecidos por Lamarche (2008) foram utilizados neste estudo para a compreensão da agricultura familiar nepomucenense. Considerando a diversidade de formas de produção e trabalho e de modos de vida englobadas pela expressão agricultura familiar, a classificação do autor possibilita a diferenciação das distintas formas de agricultura existentes no município de Nepomuceno. Nesta esfera, Lamarche (1993; 2008) considera exploração familiar todas as unidades de produção agrícola que coadunem propriedade e trabalho intensamente vinculados à lógica familiar.

O estudo de Lamarche (1993; 2008) ressalta a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégia e a busca incessante dos agricultores familiares pelo acesso estável à terra, mesmo onde há a presença do trabalho contratado. Além disso, o autor compreende que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar, evidenciando sua vasta heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação das explorações familiares em diversos países.

Diferentemente de Lamarche (2008), Navarro (2010) afirma que os agricultores familiares são produtores rurais integrados a mercados completos. No bojo da agricultura familiar, o autor propõe subdivisões internas de acordo com a sociabilidade capitalista, ou seja, conforme o grau de integração aos mercados e as oscilações decorrentes das diversas

---

<sup>8</sup> Segundo a lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, a qual modifica a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, o módulo fiscal corresponde à menor área necessária para a viabilidade do uso e da exploração econômica de uma propriedade em determinado município. Os principais critérios que determinam o valor em hectares do módulo fiscal para cada município são: o tipo de uso e exploração da terra (cultura permanente, cultura temporária, hortifrutigranjeira, pecuária ou florestal) predominante em âmbito municipal, a renda auferida com essa atividade, outras atividades exploratórias secundárias, as quais devem ter importância em virtude dos rendimentos logrados e/ou da área ocupada (BRASIL, 1979).

possibilidades e formas de agricultura. Essas subdivisões variariam segundo alguns parâmetros, como as atividades agropecuárias exercidas, os diferentes ecossistemas, a distância em relação aos mercados consumidores, os distintos padrões demográficos e a integração às cadeias produtivas (NAVARRO, 2010).

Sob esse prisma, a proposta de categorização da agricultura familiar arquitetada por Navarro (2010) possui traços semelhantes à classificação dos estabelecimentos agrícolas realizada por Lamarche (2008), uma vez que ambas são baseadas no nível de integração e de dependência frente ao mercado. Lamarche (2008) esquematiza sua tipologia de estabelecimentos agrícolas através dos fatores familiares e dos elementos de dependência que caracterizam o funcionamento dos imóveis agrícolas. Neste contexto, afirma que há distintas formas familiares de funcionamento das propriedades agrícolas. Para o autor, a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento são os elementos que indicam a intensidade da lógica familiar nos imóveis agrícolas. Navarro (2010) afirma que há uma grande diferenciação social entre os subgrupos de agricultores familiares. Tais dessemelhanças acontecem nas características vinculadas ao mercado, mas também em aspectos qualitativos, atrelados à racionalidade dos produtores, aos seus modos de vida, às suas culturas e às suas visões de mundo.

Concernindo à terra, Lamarche (2008) considera questões relativas à propriedade fundiária familiar, à importância atribuída à posse da terra e ao apego à mesma. No tocante ao campesinato, Lamarche (2008) afirma que seus membros consideram a terra como patrimônio familiar. Já a agricultura familiar empresarial a concebe como instrumento de trabalho, enquanto a agricultura empresarial vê a terra como objeto de especulação fundiária, visando principalmente o lucro.

Quanto à organização do trabalho, a intensidade da lógica familiar no imóvel agrícola aumenta conforme é ampliada a participação familiar no total da carga de trabalho da propriedade. Com relação à reprodução familiar do estabelecimento, Lamarche (2008) analisa especialmente os aspectos priorizados pelo agricultor, isto é, se ele direciona esforços e recursos à estrutura produtiva do imóvel agrícola ou a outras finalidades, como moradia e lazer.

Para Lamarche (2008), o grau de dependência indica a dimensão do entrelaçamento entre o agricultor familiar e a economia de mercado. De acordo com o sociólogo, existem três tipos de dependência. A dependência tecnológica abarca o emprego de agrotóxicos e fertilizantes químicos, entre outros insumos, e as técnicas urbano-industriais presentes na agricultura. Destarte, pode-se afirmar que as modificações trazidas pela Revolução Verde à

agricultura incidiram na ampliação da dependência tecnológica de muitos agricultores, os quais utilizam massivamente os insumos industriais intentando a ampliação da produtividade (PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006; ALTIERI, 2005).

Neste sentido, conforme advoga Amin (1977), a Revolução Verde, baseada na união entre capital estrangeiro e Estado, intensificou o amálgama entre indústria e agricultura. As modificações tecnológicas implantadas na agricultura, tais como os grãos transgênicos, os pesticidas e os adubos químicos, têm sua venda monopolizada por um número restrito de empresas multinacionais e transnacionais (ANDRADE, 1979; WITTMAN, 2009; OLIVEIRA, 2016).

A Revolução Verde foi marcada pela mecanização agrícola, a qual promoveu o aumento do desemprego rural, uma vez que reduziu a necessidade de mão de obra no processo produtivo agrícola. Esse processo culminou na desterritorialização do campesinato, na ampliação da concentração fundiária e na intensificação da migração campo-cidade e, conseqüentemente, no surgimento de periferias sociais e favelas, especialmente em países subdesenvolvidos. Ademais, apesar de ter aumentado a produtividade agrícola, acirrou a integração e a subordinação da agropecuária ao setor financeiro-industrial (PORTO-GONÇALVES, 2006; PEREIRA, 2012). A mecanização da agricultura continua promovendo a redução dos empregos agrícolas sem que haja criação de empregos em outros setores da economia. Assim, o crescimento do desemprego e da pobreza são fenômenos mais rápidos do que a criação de empregos e a melhoria de qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, a Revolução Verde não solucionou os problemas alimentares mundiais, como a subnutrição e a fome. A disseminação das monoculturas propiciou a valorização de espécies mais produtivas, minorando a diversidade genética da agricultura mundial. Em virtude dos malefícios ocasionados pelos agrotóxicos e pelas sementes transgênicas ao meio ambiente e aos seres humanos, houve a deterioração da salubridade dos gêneros alimentícios produzidos. Ocorreu também a integração de pequenos agricultores ao mercado capitalista, especialmente em países pobres da África Subsaariana, da América Latina e do Sul da Ásia, cuja produção alimentícia é exportada para países desenvolvidos, enquanto suas populações padecem com a pobreza e a fome (PEREIRA, 2012; OLIVEIRA, 2016).

No tocante à dependência tecnológica, vale ressaltar que a mecanização agrícola e o emprego de maquinários na produção estreitam a dependência do agricultor em relação ao mercado. Acerca do assunto, Kautsky (1980) afirma que à época de seus escritos, a mecanização agrícola era mais intensa nas grandes propriedades agrícolas em comparação



com as pequenas. O autor explica que em virtude da menor mecanização, as pequenas propriedades apresentam maior intensificação da força de trabalho. Sobre a temática, Marx (2013a) e Chayanov (2014) explicam que as máquinas, de maneira geral, proporcionam significativo acréscimo na produtividade do trabalho, incidindo na minoração do preço venal das mercadorias e, conseqüentemente, reverberam na redução do tempo de trabalho necessário ao proletariado para garantia de sua subsistência.

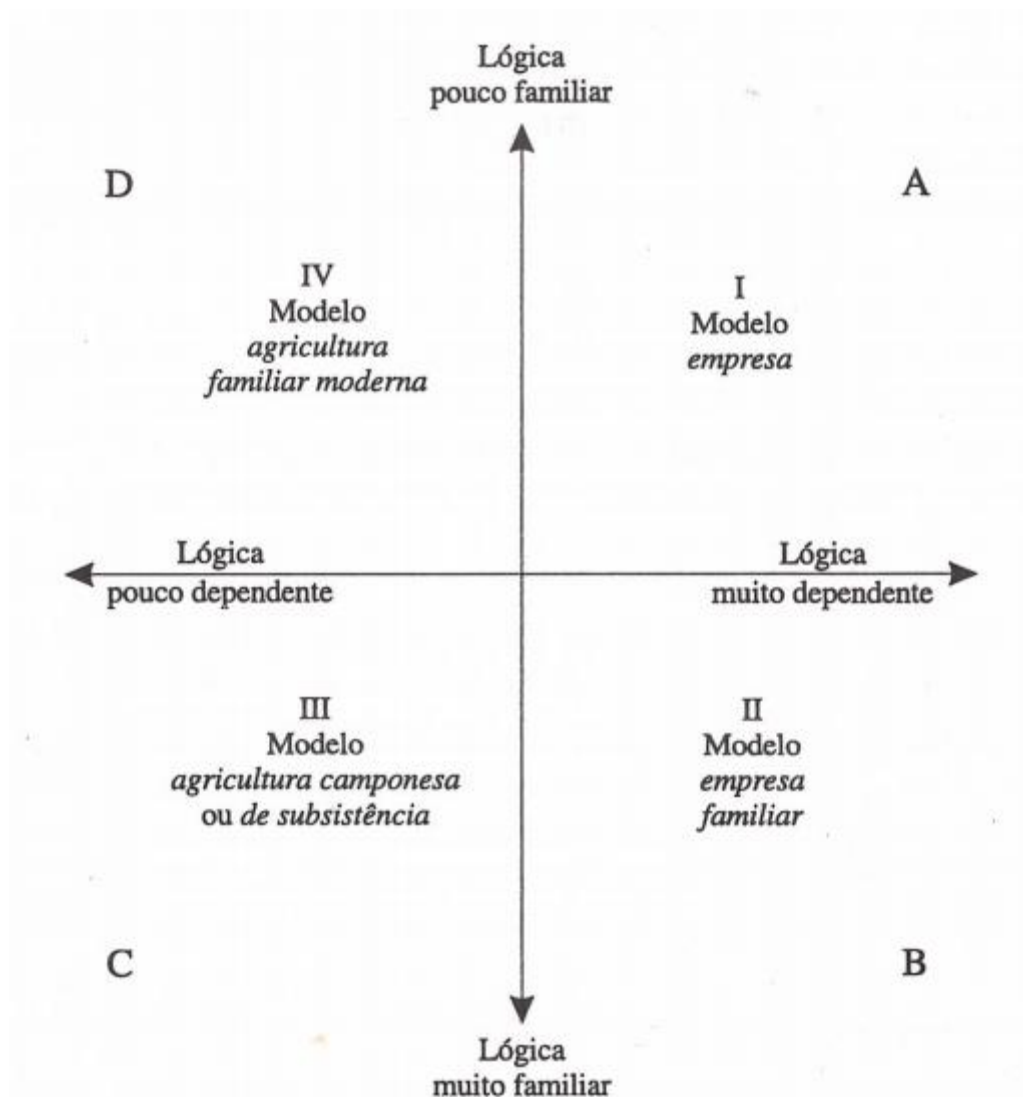
Para Marx (2008b, p. 159), “A máquina é uma reunião de instrumentos de trabalho, e não uma combinação de trabalhos para o próprio operário”. Nesta esfera, o autor afirma que as máquinas (isto é, seu uso em larga escala) datam do final do período setecentista, logo após a Primeira Revolução Industrial, marcada pela transição da manufatura para a maquinofatura. Portanto, o emprego da máquina amplia expressivamente a produtividade justamente porque reúne diversos instrumentos de trabalho em um só objeto. Entretanto, este ganho na produtividade não incide em melhorias nas condições de trabalho, tampouco no aumento das remunerações recebidas pelo proletariado. Esse processo ocasiona o aumento da exploração da mais-valia, pois o operário fornece maior quantidade de trabalho gratuito ao capitalista, cujos lucros são majorados.

Já a dependência do mercado concerne à produção direcionada ao mercado, ou seja, à venda. Assim sendo, diz respeito à participação e à integração do agricultor na sociedade capitalista de consumo. A título de exemplo, a produção de subsistência, a qual se assenta no autoconsumo e no autoabastecimento, tem pouca dependência frente ao mercado. Em contrapartida, aqueles que produzem visando a comercialização, são muito dependentes do mercado, pois através dos rendimentos obtidos com a venda dos víveres elevam seu poder aquisitivo e compram mais mercadorias, almejando a melhoria de suas condições de vida.

Esse panorama retrata a realidade da maioria dos cafeicultores nepomucenenses, os quais vendem sua produção às cooperativas e são amplamente dependentes do mercado. Em virtude da infraestrutura de transporte, armazenamento e comercialização propiciada pelas cooperativas, os agricultores municipais se sentem seguros em confiar o destino de sua produção a essas empresas. Contudo, não procuram outras possibilidades de venda para seus víveres e comumente investem na monocultura, direcionando seu cultivo conforme os interesses dessas associações. Assim sendo, eventuais decréscimos dos preços internacionais dos gêneros cultivados, especialmente o café, repercutem diretamente na pauperização e na piora da condição de vida destes produtores agrícolas.

### 2.3 – Os Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas segundo Hughes Lamarche

De acordo com Lamarche (2008), existem quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas (Figura 02), os quais não são absolutos. Em suas palavras, estes correspondem a sistematizações ideais para o estudo das distintas estruturas de funcionamento dos imóveis agrícolas.



**Figura 02: Esquema dos Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas para Hughes Lamarche**

Fonte: LAMARCHE, 2008, p. 68.

### 2.3.1 – O Modelo Empresa

No modelo empresa (I), as relações produtivas são pouco ou nada familiares e há intensa dependência frente ao mercado. Os arrendamentos são frequentes e quase não há apego em relação à terra, a qual não possui vínculos com o patrimônio familiar (LAMARCHE, 2008). Destarte, a terra é considerada mercadoria, pois não está associada ao patrimônio familiar, como ocorre com os camponeses (WANDERLEY, 1996; CHAYANOV, 2014). No estudo de Lamarche (2008), 16,46% (26 dos 158 imóveis avaliados) dos estabelecimentos agrícolas pesquisados no Brasil são classificados como empresas.

Em âmbito geral, a importância da participação familiar no trabalho das propriedades classificadas como empresas por Lamarche (2008) é diminuta, representando um pequeno percentual do total de trabalho despendido neste tipo de imóvel. A maioria da força de trabalho empregada é externa e assalariada, sendo constituída por mão de obra permanente ou temporária. Há intensa dependência tecnológica, financeira e comercial em relação ao mercado. A produção é direcionada à venda, sendo intermediada por cooperativas ou empresas particulares, as quais desempenham importante papel no funcionamento destes estabelecimentos agrícolas, subordinando-os ao capital do setor urbano-industrial. Através da comercialização, esse tipo de produção anseia a obtenção de lucro, sendo notadamente capitalista. Ademais, é expressiva a contração de empréstimos, ampliando a sujeição em relação aos oligopólios do setor financeiro (LAMARCHE, 2008; HARVEY, 2011).

É possível correlacionar o modelo empresa da tipologia de imóveis agrícolas formulada por Lamarche (2008) à agricultura patronal, a qual também é pautada na mão de obra assalariada (MARQUES, 2008; CAUME, 2009). Neste contexto, há uma dissociação entre gestão e trabalho, pois os administradores da propriedade agrícola exploram o trabalho de proletários agrícolas. Conforme afirma Caume (2009), a produtividade é elevada, com uso intenso da mão de obra e dos fatores produtivos.

Embora muitos latifúndios e grandes propriedades agrícolas se enquadrem no modelo empresa proposto por Lamarche (2008), nem todos os imóveis de grandes proporções podem ser assim classificados, pois muitos estabelecimentos rurais vultosos possuem importante participação familiar, sobretudo no tocante à administração. Além disso, muitos latifúndios são caracterizados pela baixa produtividade e pela existência de terras improdutivas (ANDRADE, 1979; STEDILE, 2012), característica divergente em relação aos objetivos dos empreendimentos capitalistas, os quais almejam o aumento da produtividade para a maximização dos lucros.

### 2.3.2 – O Modelo Empresa Familiar

O modelo empresa familiar (II) também possui estreitos vínculos com o mercado, reverberando numa dependência de ordem financeira, mercantil e tecnológica. Os arrendamentos e o assalariamento estão muito presentes neste tipo de imóvel agrícola, o qual ambiciona a maximização dos lucros (LAMARCHE, 2008). A principal diferença em relação ao modelo empresa é a relevância do papel familiar no estabelecimento, pois de acordo com Lamarche (2008), o trabalho se estrutura na mão de obra familiar, o patrimônio é uma concepção familiar e compreende-se a terra e sua conservação vinculadas à reprodução familiar. Contudo, apesar de considerarem a terra um patrimônio familiar, os estabelecimentos do tipo empresa familiar possuem ampla dependência em relação ao mercado, pois almejam o lucro através do aumento da produtividade agrícola. No Brasil, 11,39% (18 num total de 158 unidades produtivas estudadas) dos imóveis agrícolas examinados por Lamarche (2008) foram classificados como empresas familiares.

No tocante à presença do assalariamento na agricultura familiar, Caume (2009) mostra que percentual expressivo dos agricultores familiares brasileiros recorre à contratação de trabalhadores assalariados. Ademais, enuncia que alguns agricultores familiares também trabalham como assalariados alhures, exercendo uma dupla jornada de trabalho, fato também observado em alguns casos na conjuntura nepomucenense. A situação verificada no município de Nepomuceno é consonante aos dizeres de Kautsky (1980), nos quais o autor disserta que, em muitos casos, os pequenos agricultores procuram trabalhos acessórios visando a ampliação das receitas obtidas e a satisfação das necessidades do grupo familiar.

Para o filósofo, o pequeno camponês busca um trabalho acessório quando os víveres produzidos em suas terras são insuficientes para assegurar a alimentação do núcleo familiar. Além disso, a procura por trabalhos acessórios é mais recorrente entre os pequenos proprietários, uma vez que os grandes fazendeiros possuem elevados rendimentos, fato que minimiza a necessidade de fontes adicionais de receitas. O trabalho acessório pode ser exercido em uma indústria ou na lavoura de outrem, geralmente grandes proprietários fundiários (KAUTSKY, 1980). Salienta-se que as formas de trabalho acessório abordadas pelo autor não são excludentes e podem coexistir.

A presença do neoliberalismo na agricultura reverberou na precarização da mão de obra e na intensificação do trabalho. Nos tempos hodiernos, os moradores do campo frequentemente buscam fontes de renda externas à propriedade agrícola, as quais geralmente são insalubres e mal remuneradas (KAY, 2015). Nesta perspectiva, Carneiro (1998) afirma

que a inserção dos camponeses nas fábricas como atividade complementar ou trabalho acessório (KAUTSKY, 1980) pode favorecer o acesso à terra, equilibrando o campo em termos demográficos, ao passo que também pode colaborar para a proletarização do campesinato, dependendo da conjuntura socioeconômica e das estratégias familiares de sobrevivência.

Sob o prisma da obra de Lamarche (2008), são poucos os imóveis agrícolas em Nepomuceno que podem ser classificados como empresas. As Fazendas Serrinha, Lagoa, Vista Alegre, Três Barras, Congonhal e Campo Limpo são exemplos de estabelecimentos rurais municipais que se enquadram nesta categoria, pois, a despeito da administração familiar da propriedade, praticamente todos os trabalhadores contratados, sejam eles de forma permanente ou sazonal, são assalariados e não pertencem ao núcleo familiar dos donos das terras. Ademais, a produção é destinada à comercialização e intensamente mecanizada, dispondo de diversas máquinas, como adubadeiras, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, ordenhadeiras e tratores.

O emprego de sementes transgênicas, fertilizantes químicos e praguicidas também corrobora sua integração ao capital industrial. Esses proprietários fundiários recorrem com frequência a empréstimos e financiamentos, como o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um financiamento voltado à produção e à aquisição de máquinas e equipamentos fabricados por empresas nacionais credenciadas no BNDES.

### **2.3.3 – O Modelo Agricultura Familiar Moderna**

O modelo agricultura familiar moderna (IV) busca a redução do papel familiar nas relações produtivas do estabelecimento. Neste sentido, almeja a libertação das limitações familiares materiais, morais e ideológicas e das dependências técnico-econômicas (LAMARCHE, 2008). Desta maneira, ao se desvencilharem da moral e da ideologia camponesas, os agricultores familiares modernos distinguem-se dos camponeses, uma vez que, segundo Bombardi (2003), um dos aspectos basilares do campesinato é a sua ordem moral, atrelada à coletividade.

A participação familiar no trabalho do imóvel é mediana, com o uso regular de trabalhadores assalariados permanentes ou temporários. A mecanização não é tão intensa devido ao seu elevado custo, frequentemente superior à quantia financeira despendida para a remuneração da mão de obra. A despeito deste fato, os agricultores adeptos deste modelo

vinculam o êxito da produção agrícola à mecanização e à aplicação constante de técnicas e capitais (LAMARCHE, 2008).

Em consonância com Lamarche (2008), entende-se que a agricultura familiar moderna é o modelo predominante em território brasileiro, abrangendo 50,63% dos 158 imóveis agrícolas investigados em seu estudo. Além disso, o autor afirma que muitos pequenos e médios produtores agrícolas no Brasil estão na transição da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna, intensificando sua integração e dependência em relação ao mercado.

Ademais, a agricultura familiar moderna possui uma posição intermediária no tocante à lógica familiar do estabelecimento e à dependência em relação ao mercado, recorrendo medianamente aos empréstimos. Apesar da integração ao mercado, seus integrantes consideram a terra como patrimônio familiar e valorizam a reprodução familiar do estabelecimento. No entanto, o apego à terra não é tão intenso quanto nos imóveis camponeses. Os agricultores compreendidos neste modelo possuem relativa estabilidade, uma vez que se desprenderam das limitações financeiras impostas por uma agricultura caracterizada por uma lógica totalmente familiar, como a camponesa ou de subsistência, e aproveitam das benesses propiciadas pelos estabelecimentos familiares (LAMARCHE, 2008).

Segundo Lamarche (2008), a agricultura familiar moderna no Brasil é caracterizada pelo uso regular de trabalho assalariado, pois o custo da mão de obra humana é significativamente barato quando comparado ao preço do maquinário agrícola no país. Todavia, algumas máquinas são empregadas intentando a ampliação da produtividade e da competitividade frente à concorrência da agricultura patronal, a qual possui sua produção bastante mecanizada.

A agricultura familiar moderna abrange um vasto conjunto de agricultores, tanto aqueles que se configuram como representantes típicos deste modelo de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, quanto os produtores agrícolas situados na transição entre a agricultura familiar moderna e a empresa familiar ou na passagem da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 2008). Essa heterogeneidade de situações pode denotar a adaptação da agricultura familiar moderna em relação às transformações ocorridas na conjuntura socioeconômica ou a fragilidade deste modelo de funcionamento dos imóveis agrícolas, dependendo de cada contexto.

Alguns imóveis brasileiros estão num processo de transição do modelo agricultura familiar moderna para empresa ou empresa familiar. Essas unidades agrícolas almejam maior inserção na economia de mercado e a libertação das limitações impostas pela lógica familiar

de produção e de administração das propriedades (LAMARCHE, 2008). Assim sendo, observa-se que gradativamente os imóveis agrícolas vão aderindo à lógica empresarial, estreitando seus liames com o mercado.

No panorama nepomucenense, muitos pequenos agricultores labutam em suas terras e trabalham como assalariados em propriedades agrícolas maiores ou em indústrias, como o Aviário Santo Antônio. As recentes crises vivenciadas pela cafeicultura impeliram muitos agricultores ao trabalho acessório no município de Nepomuceno, os quais buscam, através da dupla jornada de trabalho, acrescentar rendimentos financeiros às receitas obtidas com a comercialização dos víveres lavrados. Nesta esfera, durante o trabalho de campo efetuado, muitos pequenos proprietários fundiários afirmaram que trabalham também, em turno integral, em médias e grandes propriedades, como a Fazenda Congonhal, a Fazenda Vista Alegre e a Fazenda Serrinha. Portanto, além da jornada habitual de um proletário nas terras de outrem, estes agricultores também trabalham em suas propriedades, executando uma carga desumana e insalubre de trabalho na tentativa de majorar seus rendimentos. Assim sendo, na conjuntura municipal, a ampliação do trabalho acessório reverberou no crescimento da exploração e da intensificação do trabalho.

#### **2.3.4 – O Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência**

De acordo com a tipologia lamarcheana de estabelecimentos agrícolas (Figura 02), na agricultura camponesa ou de subsistência prevalece a lógica familiar, visto que seu principal objetivo é a satisfação das necessidades familiares. Destarte, visa primordialmente a subsistência, sendo pouco dependente em relação ao mercado. Sua produção é pequena, pautando-se no uso de técnicas mais rudimentares e menos tecnológicas (LAMARCHE, 2008). Entre os 158 imóveis pesquisados por Lamarche (2008) no Brasil, 34 (21,52%) são avaliados como estabelecimentos nos quais prevalece a agricultura de subsistência ou a agricultura camponesa.

No tocante ao tema, é válido salientar que, de acordo com Lamarche (2008), existem diferenças entre os estabelecimentos camponeses e os de subsistência. Conforme esclarece o autor, a unidade de subsistência é direcionada à conservação das estruturas produtivas, destinando-se à subsistência do grupo familiar. Deste modo, a agricultura de subsistência não concebe a terra como patrimônio familiar, mas como um capital alienável, o qual pode ser negociado, dependendo das vantagens oferecidas pela venda à família.

Nos estabelecimentos caracterizados pela agricultura de subsistência, a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo. Apenas um pequeno excedente é direcionado à comercialização, caracterizando na ótica chayanoviana (1974), a produção simples de mercadorias. Os indivíduos englobados nesta classificação desejam que os filhos continuem cultivando suas terras, evidenciando elementos associados à reprodução familiar no estabelecimento. Contudo, também incentivam os filhos a estudarem, como forma de promover futuramente sua inserção no mercado de trabalho (LAMARCHE, 2008).

Em contrapartida, o estabelecimento camponês abrange outros aspectos, uma vez que abrange também características vinculadas à cultura, aos sistemas de valores e de representação. Os agricultores camponeses compreendem a terra como patrimônio familiar, tendo a reprodução familiar do estabelecimento como um de seus principais objetivos. Além disso, esse modelo de agricultura também é marcado pela independência em relação ao mercado, pelo diminuto uso de técnicas e pelos escassos investimentos.

Segundo Carvalho (2005), a racionalidade camponesa difere da capitalista, pois não possui como objetivo central o lucro, tampouco a acumulação capitalista. O autor demonstra que a constituição do campesinato e seu diferencial em relação aos demais grupos estão associados à práxis social, às formas de trabalho e de produção vigentes. Assim como explica Chayanov (1974; 2014), a parcela dos agricultores que alicerça sua produção na mão de obra assalariada não pode ser considerada camponesa, pois está imersa na práxis social capitalista.

Para Shanin (2005), o camponês deve ser estudado e compreendido a partir dos estabelecimentos camponeses. Ademais, o autor salienta a importância da tradição oral para o campesinato, a qual constituiu uma forma de transmissão de conhecimentos e de valorização cultural deste grupo. Em geral, os camponeses mais experientes difundem os saberes coletivos através da oralidade para os mais jovens do grupo.

De modo distinto à burguesia agrária, que explora a mão assalariada do proletariado rural, o qual depende da venda de sua força de trabalho para a subsistência, o autor considera os camponeses como um grupo que se reproduz a partir da produção rural, seja ela agrícola, pecuária, extrativista ou não pecuária. Em sua ótica, a qual se aproxima do pensamento chayanoviano (1974; 2014), a autorreprodução familiar é elemento capital nas unidades camponesas e as atividades desenvolvidas giram em torno dessa questão (CARVALHO, 2005).

Em contrapartida, nos imóveis agrícolas capitalistas, o objetivo primordial é o lucro e a acumulação de capital pelos proprietários fundiários, os quais exploram a mão de obra do proletariado agrícola, cujo resultado do trabalho é um salário, muito inferior ao valor por ele



produzido, propiciando a extração da mais-valia e a apropriação do sobretrabalho pela burguesia agrária. Deste modo, os estabelecimentos camponeses se caracterizam pela indissociabilidade entre produção e consumo.

### **3 – A CAFEICULTURA EM NEPOMUCENO-MG E NO SUL DE MINAS GERAIS: HISTÓRICO (SÉCULOS XIX-XX) E SITUAÇÃO ATUAL**

A configuração da estrutura agrária de Nepomuceno foi historicamente influenciada pela cafeicultura. Destarte, é apresentada a seguir uma breve discussão acerca dos aspectos históricos que contribuíram para a disseminação das lavouras cafeeiras no município e na região de planejamento Sul de Minas Gerais, com o intuito de colaborar para a melhor compreensão da situação atual da cafeicultura em território nepomucenense e de sua importância para a economia municipal e regional.

#### **3.1 – Histórico da Cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Nepomuceno-MG nos Séculos XIX e XX**

O café é originário da região de Kaffa, situada no interior da Etiópia, antiga Abissínia, onde o cafeeiro era uma planta típica do bioma local. Os etíopes consumiam o grão amassado e/ou mergulhado em gordura animal e bebiam um chá preparado com suas folhas. Também produziam uma bebida alcoólica preparada através da fermentação do grão. Segundo a tese mais aceita, a rubiácea foi levada, entre os séculos VI e IX, da África para o Oriente Médio por africanos que migraram em direção à Península Arábica, principalmente ao Iêmen. Neste contexto, os árabes foram os pioneiros no cultivo do café (TAUNAY, 1939; MARTINS, 1990b; SOUZA, 2006).

Martins (1990b), Topik (2003) e Frederico (2013) esclarecem que o início da comercialização da rubiácea em larga escala aconteceu no século XV, com o cultivo em solo iemenita e a venda efetuada por mercadores árabes. Até o século XVII, o café era uma especiaria restrita aos países muçulmanos. A partir do final dos seiscentos, o grão adentrou a economia europeia, contudo, ainda prosseguiu como um produto de luxo destinado ao consumo das elites. De origem muçulmana, superou a resistência europeia em relação a uma bebida não cristã. Na segunda metade do período oitocentista, o café se tornou um gênero consumido pelas massas. Diversas potências imperialistas, como Inglaterra e Holanda, iniciaram a cafeicultura em muitas de suas colônias, como Guiana, Cuba, Suriname e Indonésia. Ademais, um dos elementos que contribuiu para sua popularização foi o crescimento da produção cafeeira no Brasil, financiado pela aplicação de capitais oriundos do ascendente setor industrial inglês.

Por intermédio de empréstimos, estes investimentos fomentaram a consolidação da infraestrutura necessária à produção e à circulação do café, sobretudo através da construção de ferrovias e portos. Os avanços no transporte marítimo e a difusão das vias férreas em território nacional promoveram a ampliação do comércio do café brasileiro em escala mundial (FREDERICO, 2013). A elevada oferta de terras e de mão de obra disponível ao trabalho na cafeicultura propiciou o crescimento da produção no Brasil e a contração dos preços desta *commodity* em âmbito internacional (TOPIK, 2003; FREDERICO, 2013).

De acordo com Reclus (1900) e Taunay (1939), os primeiros cafeeiros cultivados no Brasil foram plantados em 1727 no município de Belém, localizado na província do Grão-Pará, disseminando-se da capital paraense para o restante do território nacional. De Belém, o café foi levado para São Luís, no Maranhão e, posteriormente, na década de 1760, para terras fluminenses, de onde a cultura se difundiu para os demais estados da região Sudeste. Segundo fontes oficiais, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta levou clandestinamente as primeiras mudas cafeeiras para o Brasil, as quais foram um presente da madame Claude D'Orvilliers, esposa do então governador de Caiena, atual capital da Guiana Francesa (MARTINS, 1990b; ARAÚJO FILHO, 1992; SOUZA, 2006; WATSON; ACHINELLI, 2008).

Giovanini (2006) afirma que o Caminho Velho promoveu o surgimento de diversas cidades no sul de Minas durante o século XVIII, como Lavras, Ingaí, Três Pontas, Varginha e Três Corações, todas próximas à atual localização de Nepomuceno. Coelho (2015) salienta que a partir de 1720 ocorreu expressivo movimento migratório para a região de Lavras, antiga Lavras do Funil, em razão de seu potencial aurífero, com destaque para Ribeirão Vermelho. Desde os setecentos, a pecuária e a produção de alimentos eram desenvolvidas nos municípios sul-mineiros, visando o autoconsumo e o abastecimento dos mercados intra e interprovinciais, como a região mineradora e o mercado fluminense, respectivamente. À época, a economia regional era conhecida pela produção de gêneros agropecuários de subsistência. Tais atividades demandavam significativo contingente de trabalhadores, justificando a grande concentração de escravos no sul de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX (PASCOAL, 2005; 2007; CASTILHO, 2009). Nesta esfera, Martins (1980) advoga que a volumosa população escrava em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX resultou da grande importação de cativos neste período.

Nos setecentos, além dos gêneros alimentícios, tabaco, algodão e aguardente de cana também possuíam alguma expressividade nas exportações sul-mineiras. A região era caracterizada pela policultura, com o cultivo de diversos gêneros agrícolas, diferindo-se do

panorama atual, marcado pela monocultura cafeeira (PASCOAL, 2005; 2007; CASTILHO, 2009; SILVA, 2012).

No tocante ao assunto, Topik (2003) e Souza (2006) argumentam que o êxito da Revolução Haitiana<sup>9</sup> no final do século XVIII favoreceu a difusão da cultura cafeeira para outros países, beneficiando os demais produtores, pois promoveu a elevação dos preços do grão no mercado internacional. Destarte, no decênio de 1830, o Brasil alcançou o posto de maior produtor da rubiácea em escala mundial, com sua produção cafeeira concentrada na região do Vale do Paraíba. Neste mesmo período, houve ampliação da demanda mundial de café, sobretudo em decorrência da industrialização das maiores economias europeias. No último quartel do século XIX, o café se tornou o principal produto da economia brasileira (TAUNAY, 1939; HOLLOWAY, 1978; WATSON; ACHINELLI, 2008).

As primeiras lavouras cafeeiras do sul de Minas Gerais foram instaladas em Aiuruoca, Baependi e Jacuí, no final do século XVIII, pelos tropeiros que realizavam o trajeto entre o Rio de Janeiro e o sul de Minas e pelos boiadeiros cuja função era transportar o gado do sul do estado em direção ao Rio de Janeiro (FILETTO, 2000). Cabe salientar que os primeiros cafeeiros cultivados em terras mineiras apresentavam produção incipiente e eram destinados ao autoconsumo, pois conforme esclarece Barbosa (2016), a rubiácea figurou nas estatísticas de exportações do estado somente a partir do início dos oitocentos. A maioria dos víveres oriundos da agropecuária era direcionada ao mercado interno, enquanto outra parte era exportada, tanto para a região mineradora, quanto para o município do Rio de Janeiro, então sede da Corte portuguesa em território brasileiro. No princípio do período oitocentista, o desenvolvimento da agropecuária e a ocupação de áreas rurais próximas a Lavras do Funil dinamizaram economicamente o sul de Minas Gerais (PASCOAL, 2005; COELHO, 2015).

Segundo Holloway (1978), no século XIX, após o declínio do período minerador, Minas Gerais, assim como a região Sudeste, reunia condições propícias à cafeicultura, pois possuía grande oferta de terras, disponibilidade de mão de obra escrava, elevado número de consumidores, entre outras características. A crise da mineração e o menor desgaste dos escravos na agropecuária, cuja consequência era o prolongamento do tempo de vida dos cativos, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais, inclusive no sul do estado (COELHO, 2015). Como o café não se adaptou bem às terras do alto das Serras

---

<sup>9</sup> A Revolução Haitiana ocorreu entre 1791 e 1804, reverberando na independência do país e no fim da escravidão em seu território. Ao fim do conflito, cidadãos afrodescendentes assumiram o poder em solo haitiano. Durante a contenda, grupos revoltosos de escravos destruíram inúmeras lavouras cafeeiras, sobretudo pertencentes aos latifundiários de origem francesa. Assim sendo, como o Haiti era um dos maiores produtores de café da época, a eliminação de muitos de seus cafezais reduziu a oferta do gênero no mercado, repercutindo no aumento de seu preço venal (TOPIK, 2003).

do Mar e da Mantiqueira em virtude das baixas temperaturas, o cultivo da rubiácea foi levado para os municípios sul-mineiros cuja altitude é inferior a 1300 metros, condição ideal à cafeicultura (COELHO, 2012).

A vinda da família real portuguesa ao Brasil no princípio do século XIX dinamizou a economia sul-mineira, pois a região se tornou a principal fonte dos gêneros alimentícios consumidos pelos membros da Corte, destacando-se no abastecimento intra e interprovincial de laticínios, cereais, carne bovina, suína e aviária através das rotas terrestres. Tal fato reverberou no crescimento da concessão de sesmarias nos municípios do sul de Minas, tanto para povoamento, quanto para agricultura, uma vez que a região carecia de mão de obra para a produção de alimentos. No início do século XIX, a construção da Estrada do Comércio e da Estrada da Polícia auxiliou na ligação dos municípios sul-mineiros ao estado do Rio de Janeiro (GIOVANINI, 2006; CASTILHO, 2012; MARTINS, 2013).

Nos primeiros decênios do período oitocentista, a cafeicultura brasileira estava concentrada no Vale do Paraíba paulista e fluminense e na Zona da Mata mineira. A produção cafeeira nacional, controlada pela aristocracia rural, estava assentada na tríade monocultura, escravismo e latifundiarismo, típica do sistema de *plantation*. Parcela da mão de obra escrava utilizada durante o auge da mineração também foi explorada nas primeiras áreas cafeeiras (ARAÚJO FILHO, 1992). Pascoal (2005; 2007) afirma que poucos foram os escravos da mineração aproveitados para o trabalho nos cafezais, diminuindo a importância conferida aos mesmos por Araújo Filho (1992). Com um ponto de vista semelhante ao de Pascoal (2007), Martins (1980) argumenta que a população escrava apresentou grande crescimento na primeira metade dos oitocentos, época em que a cafeicultura ainda era incipiente em território mineiro. Destarte, o autor defende que o elevado contingente de escravos em Minas Gerais no período oitocentista não guarda relações com a difusão dos cafezais pelo estado.

Durante o século XIX, o consumo de café se tornou um costume dos cidadãos estadunidenses, promovendo grande acréscimo na demanda internacional da rubiácea. Neste âmbito, sublinha-se que os Estados Unidos isentavam o café brasileiro de tarifas alfandegárias, beneficiando os produtores do país e estimulando o plantio de novos cafezais (ARAÚJO FILHO, 1992).

No princípio dos oitocentos, a policultura e a produção de autossuficiência eram pujantes em Minas Gerais e a maior parte dos escravos era empregada nestas atividades. A maioria das propriedades agrícolas mineiras produzia para autoconsumo e para o comércio em mercados locais (MARTINS, 1980). Nesta conjuntura, o Sul de Minas era a região mais dinâmica do estado na primeira metade do século XIX, sobretudo em função da agricultura de

subsistência volvida ao comércio. Neste período, as propriedades agrícolas sul-mineiras eram caracterizadas pela policultura e o cuidado com o gado geralmente era tarefa exercida pelos escravos, embora já houvesse, em menor quantidade, uso de mão de obra familiar em outras atividades (GIOVANINI, 2006). No século XIX, as lavouras sul-mineiras eram plantadas nas partes mais baixas do relevo, nas proximidades dos cursos d'água. As áreas mais elevadas das propriedades rurais, como os topos de morro, eram destinadas às reservas florestais, nas quais os proprietários obtinham lenha e madeira para autoconsumo, caçavam e coletavam espécies vegetais utilizadas para fins medicinais e nas dietas alimentares (MARTINS, 2014b).

Na primeira metade dos oitocentos, o fumo e o toucinho eram os principais gêneros comerciais sul-mineiros, respectivamente. Aproximadamente 80% da produção de fumo regional era voltada à exportação. Somente no final do século XIX, outros gêneros, como café e alguns cereais, aproximaram-se dos índices de exportação de fumo. Sublinha-se que a importância do toucinho corrobora a importância do gado suíno para a economia do sul de Minas no período em questão. No panorama nepomucenense, os principais gêneros agrícolas cultivados no início do século XIX eram cereais, como milho e feijão, mas também se destacavam a produção de fumo, algodão, cana-de-açúcar e seus derivados, além da pecuária suína. À época, a extração de madeira era uma atividade expressiva na conjuntura municipal. Também havia a venda de queijos, em pequena escala, para municípios adjacentes (SILVA, 2012).

### **3.1.1 - O Trabalho Escravo e a Cafeicultura no Sul de Minas e em Nepomuceno no Século XIX**

Em Nepomuceno, a força de trabalho escrava, muito empregada na agropecuária, teve suma importância para o desenvolvimento da economia local. No século XIX, o então distrito de São João Nepomuceno, atual Nepomuceno, destacava-se pela expressiva quantidade de escravos no município. De acordo com informações das listas nominativas do Recenseamento de 1831/1832 disponibilizadas pelo Arquivo Público Mineiro, no ano de 1831, o distrito de São João Nepomuceno, vinculado à comarca de São João Del Rei, possuía 172 fogos<sup>10</sup>, com um total de 2595 moradores, dos quais 1240 eram escravos. Portanto, à época, quase metade dos nepomucenenses eram escravos. Dentre os 172 fogos do município, 120 possuíam escravos, percentual bastante expressivo. Em Nepomuceno, predominavam os fogos com

---

<sup>10</sup> O vocábulo “fogo” foi muito utilizado nos séculos XVII, XVIII e XIX para designar imóveis próprios destinados à habitação, especialmente em estudos relativos a vilas, distritos e cidades.

reduzido número de escravos, pois de modo geral, as propriedades agrícolas possuíam diminutas dimensões. Mais da metade dos 1240 escravos de Nepomuceno, totalizando um quantitativo de 644, eram de origem africana, enquanto 596 eram crioulos, nascidos em território brasileiro (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1831).

No início dos oitocentos, Nepomuceno apresentava um percentual de escravos significativamente elevado em comparação aos demais municípios do sul de Minas Gerais e ao estado como um todo. Neste sentido, Giovanini (2006) mostra que entre os anos de 1831 e 1832, Minas Gerais possuía uma população total de 400.549 habitantes, dos quais 128.116 eram escravos. Já a região sul do estado contabilizava 105.912 moradores, com um contingente de 34.328 escravos. O geógrafo, assim como Martins (1980), salientam que o maior percentual de escravos da região, assim como do estado, concentrava-se na faixa etária entre os 15 e 44 anos, a fase adulta, na qual os indivíduos estavam mais aptos fisicamente ao trabalho braçal realizado nas fazendas. Coelho (2015) afirma que a maioria da população escrava, tanto no sul de Minas, quanto no restante da unidade federativa, era composta por homens. Ao comparar a situação escravista de Nepomuceno com a de outros distritos mineiros, como Perdões e Luminárias, o autor observa que na primeira metade do período oitocentista, Nepomuceno possuía um percentual maior de propriedades com escravos (COELHO, 2015). Nesta perspectiva, a tabela 02 evidencia as palavras do autor:

**Tabela 02: População Total, Quantidade e Percentual Total de Escravos em 1831-1832: Minas Gerais, Sul de Minas e Nepomuceno**

	Minas Gerais	Sul de Minas	Nepomuceno
<b>População Total</b>	400.549	105.912	2.595
<b>Número de Escravos</b>	128.116	34.328	1240
<b>Percentual de Escravos</b>	31,99%	32,41%	47,78%

Fonte: Arquivo Público Mineiro. **Listas Nominativas de Habitantes: 1831-1832.** 1832.

Giovanini (2006) e Coelho (2015) corroboram o elevado número de cativos nas propriedades agrícolas do sul de Minas, na primeira metade do século XIX, especialmente em comparação com as outras regiões do estado, ressaltando a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da cafeicultura na unidade federativa no começo dos oitocentos. Uma estratégia utilizada pelos proprietários sul-mineiros para a manutenção da força de trabalho escrava era a reprodução natural dos cativos (promovendo um crescimento natural positivo) ou a importação de outras áreas, sobretudo do porto do Rio de Janeiro. Todavia, Martins (1980) salienta que o crescimento vegetativo positivo exerceu papel secundário na população

cativa em Minas Gerais, pois a importação foi o principal fator que estimulou o crescimento do número de escravos no período oitocentista.

Os escravos que chegavam a Minas Gerais eram oriundos principalmente do mercado carioca, pois a maioria dos escravos que migrava para o Brasil desembarcava no município do Rio de Janeiro, principal centro político do país naquele ínterim (GIOVANINI, 2006; COELHO, 2015). Martins (2013) mostra que a partir do decênio de 1860, ocorreu a conjugação entre o trabalho escravo e o trabalho livre de imigrantes, sobretudo italianos, nas lavouras cafeeiras do sul de Minas Gerais. Castilho (2009) esclarece que a transição para a mão de obra assalariada foi um processo complexo na região, a qual apresentou grande número de escravos durante os oitocentos. Como o estado de Minas Gerais e, sobretudo as regiões Zona da Mata e Sul, apresentavam grande disponibilidade de terras desocupadas, a mão de obra livre era insuficiente. Assim, a opção dos fazendeiros era recorrer à força de trabalho escrava, uma vez que o fácil acesso às terras era um empecilho à proletarização do trabalhador livre e à sua submissão ao patronato (MARTINS, 1980; PASCOAL, 2005; 2007; COELHO, 2015).

Roberto Borges Martins (1980) afirma que o camponês não era proletário em terras mineiras durante o século XIX, pois era autossuficiente e comandava as decisões fundamentais de suas unidades econômicas. Além disso, as oscilações do mercado praticamente não afetavam o funcionamento de suas propriedades, tampouco sua condição de vida. Numa sociedade escravocrata, os homens livres possuíam aversão ao trabalho, pois desejavam uma posição hierárquica superior, de caráter patronal. O trabalho, especialmente em atividades que exigiam força física, era função atribuída aos escravos. Os trabalhadores livres almejavam a manutenção de um *status* social superior. Ademais, as remunerações pagas ao trabalho agrícola eram diminutas, desestimulando os trabalhadores assalariados a ocuparem funções vinculadas à agropecuária, sobretudo aquelas que demandavam longos períodos de trabalho (MARTINS, 1980; PASCOAL, 2005; 2007).

Coelho (2015) e Vilas Boas (2016a) afirmam que a Lei Geral de Terras, instituída em 1850, transformou a terra em mercadoria, cujo acesso era possibilitado somente através de compra, troca ou doação estatal. A implantação desta lei beneficiou as elites nacionais, estreitou a influência da disparidade de renda sobre a concentração fundiária no Brasil e dificultou o acesso de trabalhadores livres nacionais e estrangeiros e de escravos libertos à propriedade fundiária. Sua promulgação teve como alguns de seus principais objetivos a organização e a consolidação da propriedade privada da terra em território brasileiro. Salienta-se que a legislação mencionada estava atrelada à Lei Eusébio de Queiroz, a qual decretou a



proibição do tráfico de escravos também no ano de 1850. Neste contexto, pressionados pelos ingleses desde 1807, os portugueses assinaram diversos documentos e leis que gradualmente indicavam para a possibilidade de término do comércio de escravos e do regime escravocrata (JAHNEL, 1987).

Assim, houve redução da quantidade de terras livres em Minas Gerais, colaborando para o aumento do número de trabalhadores sem-terra e de mão de obra disponível ao trabalho assalariado livre e, por conseguinte, suscetível à proletarização (COELHO, 2015). Todavia, Martins (1980) explica que mesmo após a promulgação da Lei de Terras, o acesso à terra, a despeito de sua conversão em mercadoria, continuou relativamente fácil, pois o preço cobrado pela terra em muitas regiões mineiras era irrisório, surpreendendo principalmente os europeus. A abundância de terras favoreceu as migrações internas em território mineiro, contribuindo para a manutenção do regime escravocrata, pois minorava a quantidade de mão de obra livre assalariada. Embora desde o início do século XIX existissem movimentos em diversos países em prol da abolição da escravatura, o sistema escravista só foi legalmente extinto no Brasil no ano de 1888<sup>11</sup>, com a promulgação da Lei Áurea.

No desfecho dos anos 1850, o preço do café brasileiro no mercado internacional apresentou considerável aumento em virtude do crescimento da economia europeia. Entre 1857 e 1863, o preço médio da rubiácea brasileira exportada apresentou aumento de 50%. Como a mão de obra escrava ainda era preponderante nas lavouras cafeeiras, a proibição do tráfico de escravos instituída pela lei Eusébio de Queiroz minorou a oferta de força de trabalho. A partir da década de 1860, em decorrência da valorização do grão, houve ampliação das lavouras cafeeiras em território brasileiro, motivando grande mobilidade interna de mão de obra. Todavia, neste mesmo período, a produção dos concorrentes brasileiros, como os países asiáticos e centro-americanos, apresentou expressivo crescimento, provocando posterior queda nos preços. A produção cafeeira da América Central aumentou de 400 mil sacas anuais para quase 800 mil sacas por ano, enquanto a produção asiática passou de 1,8 milhões para 2,2 milhões de sacas anuais (DELFIN NETTO, 2009).

---

<sup>11</sup> Contudo, o trabalho escravo persiste de modo ilegal em território brasileiro até os dias atuais, em locais como carvoarias e seringais, onde o aviamento é praticado cotidianamente, submetendo milhares de brasileiros a regimes escravos de trabalho (RIBEIRO, 2010; BRASIL, 2018c). Conforme explica Oliveira (2016), a subordinação da agricultura brasileira ao modo de produção capitalista favorece a perpetuação da violência no campo. A pobreza da população rural, a fragilidade das leis direcionadas aos trabalhadores rurais, a ineficiência da fiscalização, a elevada concentração fundiária, a exiguidade de políticas públicas voltadas aos habitantes do campo e a associação entre agricultura patronal e política no país são alguns aspectos da estrutura agrária nacional que favorecem a existência de práticas de trabalho análogo à escravidão no campo brasileiro.

A partir de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, o escravo se tornou uma mercadoria rara, cuja principal consequência foi o aumento de seu valor venal. Doravante, muitos escravos oriundos da decadente cultura canavieira no Nordeste foram comprados pelos cafeicultores do Sudeste, principalmente os paulistas. Mesmo antes da metade do século XIX, já existiam críticas acerca da baixa produtividade do trabalho escravo. No decênio de 1870, muitos fazendeiros paulistas optaram pelo emprego de mão de obra assalariada nos cafezais, pois a produtividade de seu trabalho era superior à da força de trabalho escrava. Com a abolição da escravatura, o governo brasileiro estimulou a vinda de imigrantes para trabalharem na cafeicultura. Neste período, muitos colonos estrangeiros partiram em direção ao Brasil, sobretudo à unidade federativa de São Paulo (MARTINS, 1990b; ARAÚJO FILHO, 1992). No entanto, embora a mão de obra assalariada apresentasse algumas vantagens aos proprietários fundiários, também onerava os gastos, uma vez que havia a necessidade de construção de moradias, geralmente precárias, para os novos colonos (DELFIM NETTO, 2009).

Na segunda metade do século XIX, as lavouras cafeeiras se expandiram para diversas áreas do sul de Minas Gerais, como os municípios de Lavras, Bom Sucesso, Perdões e Nepomuceno (CASTILHO, 2009; SILVA, 2012). Em Perdões e Lavras, a cafeicultura não obteve a pujança econômica conquistada em Nepomuceno, onde desde o princípio dos novecentos, constitui a base da economia municipal (VILAS BOAS, 2016a). Nesta conjuntura, o surgimento das primeiras lavouras cafeeiras na região culminou em drástico desmatamento da vegetação nativa. Em contrapartida, a pecuária, atividade muito desenvolvida em terras sul-mineiras durante os oitocentos, forneceu grande quantidade de esterco de curral para a adubação orgânica, beneficiando os cafeicultores locais (COELHO, 2012).

### **3.1.2 – A Importância do Ferroviarismo para a Cafeicultura Sul-Mineira no Final do Século XIX e Início do Século XX**

Em 1852, o governo brasileiro decretou uma lei garantindo diversas vantagens àqueles que construíssem vias férreas em território nacional, independente de sua nacionalidade. No rol dos benefícios assegurados pela nova legislação, figuravam a garantia de juros sobre os investimentos efetuados e as isenções fiscais. O Brasil seguiu o modelo adotado em países como Rússia, França e Inglaterra. Todavia, a fragilidade de seu mercado interno e o elevado

custo de construção das ferrovias constituíram um empecilho ao desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil (SILVA, 2012).

Na década de 1870, período em que se iniciou a difusão de ferrovias pelo território brasileiro, o café foi responsável por mais da metade do valor financeiro das exportações brasileiras. Até os anos 1860, as tropas constituíam o principal meio de transporte da rubiácea das áreas cafeeiras em direção aos portos. À época, a maioria do café era conduzida rumo a inúmeros portos secundários, de onde era levado, através da navegação de cabotagem, até os principais portos exportadores do país. Neste contexto, as rotas anteriormente construídas para escoamento da produção das zonas mineradoras foram importantes vias utilizadas para o transporte cafeeiro. Com o crescimento da cafeicultura e a produção em áreas mais longínquas em relação aos portos, as tropas foram gradativamente substituídas pelas ferrovias, visando desonerar e acelerar o escoamento da rubiácea (ARAÚJO FILHO, 1992).

A conjuntura internacional colaborou para a disseminação da cafeicultura em território brasileiro nos anos 1870, pois o aumento do valor venal do café no mercado mundial entre 1870 e 1873 estimulou o surgimento de novos cafezais no Brasil e em outras nações latino-americanas. O sucesso das economias europeias e estadunidense neste período, aliado à geadas de 1870 que devastou diversas lavouras cafeeiras no estado de São Paulo, contribuiu para a valorização internacional do grão (DELFIM NETTO, 2009). Assim, a cafeicultura sustentou o Segundo Reinado (1840-1889), período do império brasileiro comandado por Dom Pedro II, no qual as administrações municipais efetivaram ações que promoveram a melhoria da infraestrutura nos setores de transporte, educação, saúde, saneamento e comunicação (ARAÚJO FILHO, 1992).

A Lei Áurea, promulgada em 1888, extinguiu a escravatura, porém, não ressarcia os agricultores que possuíam escravos. Esse argumento foi utilizado pela aristocracia rural em suas críticas à legislação mencionada, pois estes indivíduos se sentiram “prejudicados” com a sanção da lei. Doravante a abolição da escravidão, houve pressão social pelo fim da monarquia, até que em novembro de 1889, uma insurreição comandada pelos militares e liderada pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, anunciou a proclamação da República, respaldada pelo apoio dos cafeicultores, grupo com expressivo poder político durante a Primeira República (MARTINS, 1990b; ARAÚJO FILHO, 1992).

A abundância de terras livres favoreceu o uso indiscriminado dos solos e, conseqüentemente, seu esgotamento, sobretudo no estado de São Paulo. Quando a fertilidade do solo diminuía, o cafeeiro adquiria outras terras de elevada fertilidade natural. A exaustão dos solos do Vale do Paraíba paulista no decênio de 1880 devido ao uso intenso para a

produção cafeeira ilustra com clareza esse fenômeno (HOLLOWAY, 1978). De modo geral, a cafeicultura intensiva reduz significativamente a fertilidade dos solos, levando-os ao esgotamento, em função de diversos processos, como a erosão, a oxidação da matéria orgânica e a acidificação dos solos. A exportação de nutrientes, a qual consiste na retirada dos nutrientes do solo pelas plantas, também atua na diminuição da fertilidade pedológica (PRIMAVESI, 1984; 2014; BROGGIO et al., 1999).

Frederico (2017) denomina o intervalo compreendido entre a introdução das primeiras mudas de café em território brasileiro, no início dos setecentos, e os decênios de 1870-1880, como “Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural”, período em que a produção cafeeira nacional esteve concentrada no Vale do Paraíba paulista e fluminense, no sul do Espírito Santo e na Zona da Mata Mineira. Neste ínterim, existiam poucos aparatos técnicos disponíveis aos cafeicultores. Predominavam a cafeicultura itinerante, a mão de obra escrava e o uso intensivo e predatório dos recursos naturais, sobretudo o solo. A adubação ainda não era realizada com frequência, especialmente em decorrência da elevada disponibilidade de terras ociosas. Por conseguinte, o desmatamento e os processos erosivos eram intensificados. Baseado na obra de Milton Santos (2006), Frederico (2017) afirma que este período é caracterizado pelo meio natural, em virtude da escassez de instrumentos técnicos e da influência direta que as características físicas (solo, topografia, clima, entre outras) dos municípios exerciam sobre a agricultura.

A cafeicultura e a construção de ferrovias conectando o sul de Minas a São Paulo e ao Rio de Janeiro favoreceram o desenvolvimento econômico da região na segunda metade do século XIX, especialmente no último quartel, época em que houve a disseminação do cultivo comercial do café nos municípios sul-mineiros. A expansão das estradas férreas pela região promoveu a intensificação das relações comerciais com paulistas e fluminenses. A partir das décadas de 1870 e 1880, o sul de Minas aumentou significativamente sua participação na exportação total de café do estado, a qual era praticamente inexpressiva em décadas anteriores. Como consequência, houve grande importação de escravos neste período, em virtude da renda gerada pela agricultura de abastecimento e pelo crescimento da cafeicultura. A inauguração da estação ferroviária de Três Corações no ano de 1884 e a construção em 1886 de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana conectando Poços de Caldas a Cascavel favoreceram a exportação da produção cafeeira sul-mineira (GIOVANINI, 2006; CASTILHO, 2012; MARTINS, 2013).

Desta maneira, pode-se afirmar que a cafeicultura foi introduzida em larga escala na economia sul-mineira a partir do derradeiro quartel do século XIX, devido à expansão dos

cafezais paulistas (FILETTO, 2000; SOUZA, 2006; CASTILHO, 2009; 2012). Doravante o decênio de 1870, a participação da região na produção estadual da rubiácea foi aumentando gradativamente. Portanto, o sul de Minas não era uma importante zona cafeeira no período imperial. Assim sendo, é equivocado afirmar que o sul de Minas atraiu um grande contingente de escravos para trabalhar nos cafezais no século XIX, visto que a mão de obra cativa era principalmente direcionada às atividades de autossuficiência das propriedades agrícolas (MARTINS, 1980).

A expansão do ramal da Mogiana Estradas de Ferro foi um importante elemento para a integração do sul de Minas Gerais ao eixo de expansão da cafeicultura no término do período oitocentista. Neste ínterim, o café sul-mineiro era transportado através de carros de boi até as estações férreas da Companhia Mogiana, de onde seguia para o porto de Santos (IBGE, 2016b). Na transição entre os séculos XIX e XX, a maioria do café mineiro passou a ser exportado pelo porto do Rio de Janeiro, contrariando uma tendência nacional, visto que nos primeiros anos do século XX, o porto de Santos escoava praticamente todo o café brasileiro e quase metade da produção mundial da rubiácea (HOLLOWAY, 1978).

A maioria dos ramais e ferrovias construídos no final dos oitocentos possuía como objetivo conectar a produção agrícola sul-mineira (principalmente a cafeeira) aos mercados paulista e fluminense. Desta maneira, o investimento no setor ferroviário e a abundância de terras férteis e baratas foram cruciais à evolução da cafeicultura nos municípios sul-mineiros (CASTILHO, 2009; 2012). Na década de 1890, o transporte hidroviário foi desenvolvido nos rios Sapucaí e Grande, através de uma articulação com o sistema ferroviário (MARTINS, 2014b). Assim como o transporte marítimo, o transporte fluvial, em menor escala, foi importante ao escoamento da produção cafeeira durante um longo período.

Neste contexto, Ribeirão Vermelho apresentava um transporte fluvial desenvolvido, com barcos a vapor que navegavam pelo Rio Grande, descarregando e embarcando diversas mercadorias, sobretudo café. A rubiácea transportada, após desembarcar em Ribeirão Vermelho, seguia até Lavras para ser escoada através da ferrovia até os portos de Angra dos Reis e do Rio de Janeiro (COELHO, 2012).

Nos últimos decênios dos oitocentos, percentual expressivo da produção agropecuária nepomucenense, inclusive a cafeeira, era transportado por meio do rio Grande e do rio do Cervo até as vias férreas mais próximas, de onde partia principalmente em direção aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Neste contexto, o Porto dos Mendes foi muito importante ao transporte fluvial de carga e passageiros de Nepomuceno e dos municípios adjacentes durante o século XIX e o início do XX. À época, o porto era um centro intermediário no trajeto entre

Lavras (via porto de Ribeirão Vermelho) e a cidade de Piumhi. A partir dos novecentos, com o posterior desenvolvimento do transporte ferroviário na região e os frequentes surtos de malária, o transporte fluvial entrou em decadência no município e em seu entorno (VACA, 2013a).

Assim sendo, a cafeicultura é tradicional no sul de Minas Gerais desde o final do século XIX, com a predominância de pequenos agricultores entre os produtores de café. A fertilidade, a abundância de terras livres e seu baixo preço favoreceram a disseminação das lavouras cafeeiras no sul do estado (CASTILHO, 2009). Corroborando a assertiva, no decênio de 1880, Nepomuceno possuía mais de cem mil cafezais plantados, marca bastante expressiva para a época (SILVA, 2012). Ademais, a diversidade de cafés cultivados, o dinamismo e o expressivo volume da produção cafeeira se destacam nos municípios sul-mineiros a partir do término do período oitocentista (BROGGIO et al., 1999). Holloway (1978) salienta a importância do desenvolvimento do sistema de parceria nas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba paulista e de Minas Gerais na passagem do século XIX para o XX, corroborando o adentramento de práticas e relações capitalistas de trabalho e de produção na agricultura nacional e regional. Acerca do tema, Martins (1990b) afirma que o sistema de parceria é empregado na cafeicultura brasileira desde meados do século XIX.

De acordo com Giovanini (2006), em finais do século XIX e no início do século XX, houve significativa migração de lavouras cafeeiras da Zona da Mata Mineira para o sul do estado, contribuindo para o crescimento econômico de seus municípios. Aliada ao processo mencionado, a expressiva evolução da malha ferroviária sul-mineira nos decênios de 1890 e 1900, com a construção de importantes vias, como as Estradas de Ferro de Muzambinho e de Sapucaí, explica, em partes, o sucesso da cafeicultura na região neste ínterim. Nos anos 1890, a produção cafeeira no sul de Minas Gerais atingiu números consideráveis, ameaçando a hegemonia da Zona da Mata mineira no setor (CASTILHO, 2009). Segundo Castilho (2012), as ferrovias citadas vivenciaram dificuldades financeiras no término do período oitocentista. Agravando o cenário de crise, as greves promovidas pelos trabalhadores ferroviários constituíram um empecilho temporário ao êxito das estradas de ferro na região. Ao final do movimento grevista, como represália pela articulação das paralisações e dos protestos, seus líderes foram demitidos.

O papel dos políticos sul-mineiros, os quais tinham grande influência no cenário político estadual e federal, especialmente entre 1890 e 1910, foi fundamental ao desenvolvimento do setor ferroviário no estado, pois favoreceu a obtenção de investimentos e recursos financeiros e a aprovação de diversos projetos e subsídios atrelados às ferrovias.

Muitas estradas férreas foram construídas com base nas rotas percorridas pelos tropeiros, aproveitando redes de comunicações e de transportes já consolidadas. Entretanto, tal fato também demonstra a ausência de planejamento para a construção dessas vias (SILVA, 2012).

Com a disseminação das ferrovias no sul de Minas, cujo início se deu no final do século XIX, a cultura canavieira foi paulatinamente perdendo espaço para a cafeicultura, a qual era destinada à exportação, distinguindo-se da cana-de-açúcar e de seus derivados, os quais eram geralmente destinados ao mercado interno ou ao autoconsumo. O grande aumento da importação de cana pelos municípios sul-mineiros nos últimos anos dos oitocentos e no início dos novecentos corrobora o fato mencionado (SILVA, 2012). Entre 1880 e 1925, a produção canavieira nepomucenense foi expressiva, rivalizando com o cultivo de cereais e de café (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918; 1922; NAÇÃO BRASILEIRA, 1925). Doravante a década de 1930, a área destinada às lavouras canavieiras, assim como a produção de açúcar e aguardente, apresentou significativa redução em Nepomuceno, seguindo a tendência observada em toda a região.

Martins (2014b) destaca o notório crescimento demográfico no sul de Minas Gerais no findar dos oitocentos e no início dos novecentos, o qual, aliado à cafeicultura, reverberou na intensificação do desflorestamento da vegetação nativa, ocasionando danos ambientais irreparáveis e grande perda de diversidade da fauna e da flora regionais. No município de Nepomuceno não foi diferente, pois as vegetações de savana e de floresta estacional semidecidual, características do Cerrado e da Mata Atlântica, respectivamente, também foram bastante desmatadas (VILAS BOAS, 2016a). Neste mesmo período, houve a difusão da cafeicultura, a modernização da pecuária sul-mineira e dos meios de transporte, com a disseminação das ferrovias.

Na virada para o século XX, a cafeicultura promoveu transformações expressivas nas paisagens rurais e urbanas, as quais experimentaram algumas mudanças, como a chegada da eletricidade e das primeiras linhas telefônicas, a construção de estradas e o calçamento de ruas, além da instituição de sistemas de abastecimento de água (ARAÚJO FILHO, 1992; CASTILHO, 2009; MARTINS, 2014b).

Ao final do século XIX, o porto de Santos se tornou o maior exportador de café do mundo, principalmente em decorrência da construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ferrovia inicialmente conhecida como *São Paulo Railway Company*, a qual conectou o litoral (sobretudo o município de Santos) ao interior paulista, com destaque para a região de planalto, área onde era cultivado o café no estado de São Paulo. A terra roxa, de elevada fertilidade e rica em potássio e ferro, fornecia os nutrientes necessários à cultura cafeeira

(HOLLOWAY, 1978). Corroborando a importância do Brasil no cenário agrícola mundial, Martins (1990b) aponta que no decênio de 1880, o país foi responsável por mais da metade de todo o café exportado no planeta (MARTINS, 1990b). Acerca do impacto ocasionado pela implantação do transporte ferroviário em países subdesenvolvidos, Kautsky (1980, p. 143-144) disserta:

Mas as estradas de ferro construídas em países atrasados do ponto de vista econômico exercem ação diversa. Elas também determinam uma certa superprodução de gêneros alimentícios. Na medida em que ampliam o abastecimento dessas utilidades, alargam também o mercado urbano e contribuem para o crescimento da população industrial, que não poderia desenvolver-se tão depressa sem a importação de gêneros alimentícios de além-mar.

O excerto em destaque se articula com o panorama brasileiro do início do século XX, pois o desenvolvimento do sistema ferroviário favoreceu o escoamento da produção cafeeira. Construída com um expressivo aporte de capital estrangeiro, especialmente inglês, a estrada de ferro *São Paulo Railway Company* conectava Santos a Jundiaí, passando pela capital paulista. Projetada por engenheiros ferroviários ingleses de vasta experiência e com diversas obras concluídas na Europa e na América do Sul, a ferrovia ratificou a importante função do porto de Santos para a economia brasileira (ARAÚJO FILHO, 1992; CYRINO, 2004; SOUZA, 2006).

Kautsky (1980) observou que uma das possíveis aplicações do capital financeiro europeu no final do século XIX e no início dos novecentos era o setor ferroviário, especialmente em países subdesenvolvidos, cujo mercado consumidor, assim como as fontes de matérias-primas, interessava bastante às nações europeias. Neste ínterim, o caso brasileiro ilustra de maneira satisfatória a fala do autor, pois diversas ferrovias, como a *São Paulo Railway Company*, foram instaladas em território nacional como um investimento das finanças europeias, sobretudo para o escoamento da produção cafeeira (CYRINO, 2004). Contudo, nos derradeiros anos do século XIX, a economia paulista vivenciou um período de estagnação, associado à crise do setor cafeeiro (TAUNAY, 1939).

### **3.1.3 – A Crise da Cafeicultura Brasileira no Início dos Anos 1900 e o Convênio de Taubaté de 1906**

O último decênio do período oitocentista experimentou a desvalorização da moeda brasileira e o aumento da dívida externa nacional. O ano de 1895 foi marcado pelo início da queda dos preços internacionais do café. Em 1896, o crescimento da produção cafeeira



brasileira e mundial foi consideravelmente superior ao aumento do consumo e da demanda globais, culminando na oferta excessiva de café no mercado internacional. À época, o estado de São Paulo era responsável por mais da metade da produção cafeeira mundial. Desta maneira, os preços venais do café no mercado internacional entraram em decadência e algumas estratégias, como o arrocho salarial e a diminuição de trabalhadores contratados nas lavouras, foram arquitetadas no intento de reduzir os custos produtivos durante a crise cafeeira (HOLLOWAY, 1978; GIOVANINI, 2006; DELFIM NETTO, 2009). A produção de café sempre foi menor que a demanda internacional de café até 1896, ano em que teve início a primeira crise mundial de superprodução cafeeira (ARAÚJO FILHO, 1992).

Neste sentido, a política do encilhamento foi formulada pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa no final do período imperial, durante o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca. O projeto estatal promoveu a ampliação da oferta de crédito, com o intuito de conferir maior liquidez à economia. Dentre suas principais consequências, merecem ênfase a desvalorização monetária pela emissão excessiva de capital circulante e a ampliação da subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional. Neste ínterim, houve notório crescimento do setor financeiro da economia, com destaque para o aumento do número de bancos e a realização de reformas bancárias e monetárias (BARBOSA, 2016). Com a moeda brasileira desvalorizada, aumentaram expressivamente os investimentos externos na cafeicultura nacional, os quais promoveram o enriquecimento da aristocracia cafeeira da época, sobretudo no estado de São Paulo (TAUNAY, 1939). Neste período, a valorização do café no mercado mundial impulsionou o crescimento da cafeicultura no sul de Minas Gerais (MARTINS, 2014b).

Conforme enuncia Holloway (1978), a situação da cafeicultura no princípio do século XX evidenciou a dependência brasileira em relação ao mercado internacional, o qual interferia significativamente na vida e na produção dos cafeicultores brasileiros, pois eles recebiam o pagamento na moeda dos compradores, mas pagavam suas contas com a moeda brasileira. Assim sendo, as oscilações cambiais mundiais influenciavam diretamente no poder de compra dos cafeicultores nacionais. Nesta conjuntura, qualquer desvalorização monetária poderia suscitar uma crise econômica na cafeicultura brasileira. Além disso, a conjuntura do encilhamento corrobora a influência do sistema econômico mundial sobre a economia brasileira (BARBOSA, 2016).

Desta maneira, a produção cafeeira nacional aumentou, sobretudo em virtude da ampliação dos investimentos externos, estimulados pela desvalorização da moeda brasileira. O crescimento das taxas de exportação e a difusão da cafeicultura elevaram a liquidez da

economia durante o encilhamento. Com o término deste período, o qual foi marcado pelo esplendor da cafeicultura brasileira, o país vivenciou uma crise de superprodução, cujo ápice ocorreu a partir do ano de 1906, pois sua produção foi superior à capacidade de aquisição do mercado internacional. Nos anos de produção cafeeira acima das expectativas, o governo brasileiro tentava atenuar a crise com a redução dos preços pagos aos produtores. Ademais, era recorrente a tática de estocar o café excedente para vendê-lo em anos de safras inferiores (HOLLOWAY, 1978).

Em 1901, houve uma grande safra cafeeira em território brasileiro. Por conseguinte, percentual expressivo da produção não foi vendido. Em virtude do significativo excedente gerado, a estratégia de estocagem do café não comercializado nos armazéns já não era eficiente. No ano seguinte, o governo de São Paulo proibiu a plantação de novos cafezais por um quinquênio, prazo posteriormente dobrado. Nos anos de 1902 e 1903, os preços do grão na Bolsa de Valores de Nova York apresentaram drástica redução. Como a demanda mundial de café era inferior à oferta do produto, estadunidenses e europeus podiam pagar diminutos preços pela *commodity*. Neste período, a cafeicultura estava se desenvolvendo em outros países latino-americanos, como Costa Rica, México, Colômbia e Guatemala, ampliando a concorrência neste ramo agrícola. Entre 1904 e 1906, longas estiagens e intensas geadas promoveram significativa redução da safra brasileira de café, amenizando, em partes, a crise no setor (HOLLOWAY, 1978; DELFIM NETTO, 2009).

Em 1903, foi promulgada no estado de São Paulo uma lei que impunha aos cafeicultores o pagamento de uma taxa quinquenal por cada novo alqueire de café plantado. Nesta conjuntura, a limitação temporária de novas plantações entre 1903 e 1912 foi um dos fatores que propiciaram a valorização do café brasileiro. Doravante, o excesso de produção cafeeira constituiu um problema econômico nacional em diversos momentos (HOLLOWAY, 1978). As mudanças decorrentes dessa política só foram notadas a partir de 1906, ano da promulgação do Convênio de Taubaté. Idealizado por governantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, algumas de suas metas eram a elevação dos preços do café no mercado mundial, a ampliação do seu consumo e a regularização do comércio, assim como a criação da Caixa de Conversão (HOLLOWAY, 1978; ARAÚJO FILHO, 1992; COELHO, 2001; SOUZA, 2006).

Instituído no ano de 1906, pelo então presidente Afonso Pena, com o apoio dos grandes cafeicultores, este sistema procurava manter a estabilidade cambial durante a crise cafeeira. Neste intuito, a Caixa de Conversão emitia papel-moeda em diversos valores, os quais poderiam ser trocados por ouro ou algumas moedas estrangeiras, como o dólar e a libra

esterlina. Assim sendo, o governo adotou o padrão-ouro nas negociações cambiais. Sua fundação corrobora a intensa intervenção estatal no setor de câmbio neste período, cujo principal objetivo era a estabilidade da moeda brasileira no mercado cambial internacional. Sua atividade emissora foi encerrada em 1913, sete anos antes da oficialização de sua extinção (HOLLOWAY, 1978; COELHO, 2001; DELFIM NETTO, 2009).

O Convênio de Taubaté foi aprovado com algumas alterações em relação ao planejamento original. Nesta esfera, inicialmente o governo nacional se opôs a quaisquer mudanças ou medidas concernentes à taxa cambial. No entanto, após algum tempo, aprovou várias das ações definidas no encontro, mas com pequenas modificações. Além disso, foi criado um consórcio para que investidores internacionais adquirissem o café brasileiro, subsidiados pela unidade federativa de São Paulo, que reembolsaria parte do capital aplicado (HOLLOWAY, 1978).

As políticas efetuadas pelo Convênio de Taubaté intentavam a valorização do café. Nesta contextura, constituíram a primeira intervenção estatal de grande profundidade na cafeicultura. Doravante a instituição do Convênio, o Estado foi acionado em diversos momentos para a regulação da produção cafeeira. Uma de suas propostas foi a manutenção dos estoques nacionais, com o amparo de empréstimos contratados com bancos estrangeiros. Um imposto incidente sobre a exportação do café foi instituído no intuito de arcar com os custos das dívidas contraídas. O Estado brasileiro também ampliou algumas tarifas já existentes sobre a exportação de produtos agrícolas (HOLLOWAY, 1978; ARAÚJO FILHO, 1992; DELFIM NETTO, 2009).

Durante a implantação do Convênio, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o governo federal constataram a impossibilidade de alcançar a meta do financiamento de 15 milhões de libras esterlinas. Nesta conjuntura, os governos mineiro e carioca renunciaram ao acordo, pois julgavam que a maioria das ações beneficiaria somente os paulistas. A desistência de ambas as unidades federativas ratifica o fracasso inicial do plano organizado para a revalorização da rubiácea, pois apenas São Paulo efetuou procedimentos para sua valorização. Destarte, a incumbência da obtenção desses empréstimos coube somente ao estado de São Paulo, o qual contraiu créditos com empresas estrangeiras, mas, num primeiro momento, não era capaz de pagá-los. Neste contexto, o consórcio estabelecido com investidores internacionais auxiliou os paulistas, solvendo as dívidas existentes (TAUNAY, 1939). Na transição entre os séculos XIX e XX, a crise no setor cafeeiro desestimulou muitos agricultores sul-mineiros e fez alguns abandonarem e/ou desistirem da cafeicultura (MARTINS, 2013).

Todavia, apesar das adversidades, São Paulo conseguiu o empréstimo desejado em 1908, cujo prazo para quitação era de no máximo dez anos. A partir de 1909, os preços do café no mercado mundial experimentaram um período considerável de contínuo aumento, evidenciando o êxito momentâneo das políticas instauradas pelo Convênio de Taubaté. Em virtude da valorização da rubiácea, o governo paulista conseguiu pagar o débito em 1914 (DELFIM NETTO, 2009).

O arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana a um grupo empresarial franco-estadunidense forneceu parte do capital necessário como garantia dos empréstimos contraídos (CYRINO, 2004). No final de 1908, São Paulo conseguiu o cobiçado empréstimo de quinze milhões de libras. Contudo, como parte do pacto acordado, quaisquer eventuais lucros decorrentes da negociação do café estocado eram diretamente direcionados aos credores até a quitação completa da dívida. Neste enredo, é válido salientar que a estratégia de armazenamento do café em alguns países europeus compôs o tratado estabelecido entre o estado de São Paulo e os investidores estrangeiros, como modo de valorizar o grão. Portanto, o estoque de café constituiu a principal garantia dos empréstimos negociados pelos paulistas com as firmas internacionais (HOLLOWAY, 1978).

Essa aliança foi exitosa, pois a venda do café estocado nos anos seguintes excedeu o valor da dívida de quinze milhões de libras esterlinas apenas com os lucros obtidos. As ações dos trustes estrangeiros associados ao governo paulista nas bolsas internacionais, as quais visavam o aumento da demanda pelo café, culminaram no aumento do preço venal do grão, mesmo para operações de venda não realizadas na bolsa, visto que a maioria das negociações relativas ao café era baseada nas cotações da *commodity* nas Bolsas de Valores e nas Bolsas de Mercados de Futuros. Assim sendo, parcela do capital excedente obtido com o escoamento do café armazenado foi aplicada pelo governo paulista para o pagamento de parte da dívida pública da unidade federativa (HOLLOWAY, 1978).

A crise de superprodução ficou mais evidente com a safra cafeeira de 1906-1907, a maior da história até então, a qual foi superada somente pela colheita de 1926-1927, a qual precedeu outra grande crise no setor cafeeiro nacional. Sobretudo a partir do decênio de 1910, os preços do café brasileiro apresentaram expressivos acréscimos no mercado mundial, comprovando a efetividade de algumas ações articuladas pelo Estado, como o aumento da carga tributária sobre a exportação de café e a assunção de empréstimos. Entretanto, a partir da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, a concorrência internacional aumentou, devido ao crescimento da produção em alguns países africanos e latino-americanos (HOLLOWAY, 1978). As medidas efetivadas pelo Convênio de Taubaté, como as restrições

aos novos cafezais, a estocagem de parte da produção e a manipulação sobre a quantidade de grãos exportados, estimularam a expansão da concorrência, cuja produção total cresceu consideravelmente durante o decênio de 1910 (DELFIM NETTO, 2009).

### 3.1.4 – A Produção Agropecuária Nepomucenense nos Decênios de 1910 e 1920 e o Crescimento da Cafeicultura Municipal

De acordo com os dados da tabela 03, no início do século XX, a produção cafeeira já era a maior fonte agrícola de renda monetária em Nepomuceno, embora fosse inferior, em volume total, à produção de milho. Contudo, a cultura canavieira apresentava cifras expressivas, com destaque para a produção de açúcar e principalmente de cachaça, cuja fabricação era responsável pelo maior valor monetário de produção no município. Neste período, a produção de cana e de seus derivados era proeminente nas propriedades sul-mineiras. O cultivo de cereais e a indústria pastoril também eram importantes atividades econômicas municipais, com a pecuária bovina e a criação de cavalos e muares ocupando, empatadas, o posto de segunda maior fonte de renda monetária de Nepomuceno em 1918 (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918; CASTILHO, 2009; VILAS BOAS, 2016a).

**Tabela 03: Valor Estimado da Produção do Município de Nepomuceno em 1918 (em Réis)**

<b>Produto</b>	<b>Valor Estimado da Produção</b>
Aguardente de Cana	3.117:700\$000
Bovinos	1.500:000\$000
Cavalos e Muares	1.500:000\$000
Café	1.080:000\$000
Milho	750:000\$000
Feijão	300:000\$000
Suínos	300:000\$000
Arroz	240:000\$000

**Fonte:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO.  
Estatística do Município de Nepomuceno. 1918

Apesar de ser o principal produto da agricultura nepomucenense no início dos novecentos, o café ainda não ocupava a maioria das terras municipais em 1918, pois vastas extensões de terras eram destinadas à pecuária e ao cultivo de cereais. À época, a cafeicultura

ocupava apenas 2 mil alqueires no município, enquanto as áreas destinadas à plantação de cereais totalizavam 8 mil alqueires e as pastagens voltadas à pecuária somavam 6 mil alqueires. Neste ano, a produção de café foi inferior à de milho, conforme ilustra a tabela 04. O direcionamento da safra cafeeira à exportação e o plantio de milho para alimentação do gado suíno e bovino auxiliam na compreensão desta situação, pois enquanto a maioria do café colhido em Nepomuceno era voltada à venda, parcela considerável do milho produzido era utilizada para autoconsumo (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918).

**Tabela 04: Produção Agrícola de Nepomuceno em Arrobas – 1918**

Milho	250.000
Café	180.000
Feijão	60.000
Açúcar	50.000
Arroz	40.000
Mandioca	3.000
Algodão	1.000
Batata	200

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO.  
Estatística do Município de Nepomuceno. 1918.

Em 1918, o município também se destacava na pecuária, com um quantitativo total de 15 mil reses bovinas, 12 mil reses suínas, 1.500 cabeças de cabras e ovelhas e 70 mil cabeças de aves. Sua produção anual de manteiga foi de vinte toneladas e a de queijo correspondeu a doze toneladas, números expressivos para a época. Nepomuceno também possuía fábricas de queijo e de manteiga, as quais comercializavam laticínios para diversas cidades da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918). Ressalta-se que a cafeicultura só veio a ocupar o posto de principal atividade econômica do município, em termos de área ocupada, valor e volume total da produção, no decênio de 1930 (VILAS BOAS, 2016a).

No mesmo período, a chegada de italianos, libaneses e suíços ao município favoreceu o crescimento da cafeicultura local (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918; 1922; NAÇÃO BRASILEIRA, 1925). À época, milhares de italianos abandonaram o estado de São Paulo em virtude da crise de superprodução cafeeira e migraram em direção a outras regiões, como o sul de Minas Gerais (HOLLOWAY, 1978). Muitos dos italianos que se aventuravam em terras brasileiras tinham parentes e pessoas conhecidas no país, as quais incentivavam a vinda para o Brasil, auxiliando-os na procura por emprego (COELHO, 2012).

As ferrovias e as estações férreas construídas na transição entre os séculos XIX e XX contribuíram para a chegada dos italianos aos municípios sul-mineiros (MARTINS, 2014a). Alguns estrangeiros fixaram residência no município de Nepomuceno, trazendo consigo os conhecimentos e as técnicas de trabalho e de produção empregados na cafeicultura paulista. No tocante ao assunto, Filetto (2000) e Giovanini (2006) mostram que já no final do século XIX, assim como no início do XX, houve a expansão de terras cafeicultoras paulistas para a porção sul do estado de Minas Gerais, região de maior declividade, cuja fertilidade natural dos solos era menor em relação ao Vale do Paraíba paulista, afamado pela aptidão da terra roxa à cafeicultura.

Salienta-se que, no final do século XIX, a Itália vivenciava um momento conturbado, em virtude do conflito atrelado ao movimento de unificação do país. Havia também uma severa crise econômica, cujas consequências eram as elevadas taxas de desemprego, o arrocho salarial, os surtos de fome e de miséria, a expropriação dos camponeses, entre outras (MARTINS, 1990b). O cenário caótico italiano, associado às políticas estatais de atração de imigrantes, cujos principais intuitos eram o crescimento da mão de obra assalariada e a tentativa eugenista de branqueamento da população brasileira, fomentaram a grande migração de italianos em direção ao Brasil. Muitos imigrantes partiram do porto de Gênova e desembarcaram nos portos de Rio de Janeiro e de Santos. Em território nacional, a maioria dos italianos foi inicialmente direcionada à cafeicultura no estado de São Paulo (HOLLOWAY, 1978; MATOS, 2011; SANTOS, 2014).

Em função dos reflexos da crise de superprodução cafeeira dos primeiros anos do século XX em terras paulistas, muitos estrangeiros migraram para o sul de Minas Gerais e o município de Nepomuceno, onde desempenharam importante papel no desenvolvimento da cafeicultura local. Neste cenário, Castilho (2009; 2012) ressalta a relevância do transporte ferroviário para a chegada de mão de obra imigrante (sobretudo italiana) aos municípios sul-mineiros. No ano de 1897, aproximadamente setecentos e setenta italianos migraram para o sul de Minas em decorrência do trabalho nas ferrovias. Araújo Filho (1992) mostra que apenas em 1895, aproximadamente 140 mil imigrantes estrangeiros entraram no estado de São Paulo. Já Castilho (2009), disserta que o íterim compreendido entre 1888 e 1898 foi o período de maior ingresso de imigrantes no estado de Minas Gerais, com destaque para o ano de 1896, no qual mais de 25 mil estrangeiros adentraram o território mineiro.

De acordo com a Estatística do Município de Nepomuceno, documento elaborado pela Prefeitura Municipal (1918) em 1918, Nepomuceno possuía 13.258 habitantes, com 12.675 brasileiros e 583 estrangeiros, cuja maioria era composta por italianos. Todavia, estima-se que

o número de estrangeiros fosse maior, pois era comum a naturalização dos forasteiros após algum tempo de estadia no país. Ademais, muitos estrangeiros já haviam migrado para os municípios adjacentes, enquanto outros tiveram filhos no próprio município. Conforme enuncia o periódico *Nação Brasileira* (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925), alguns imigrantes italianos que haviam deixado Nepomuceno fizeram a migração de retorno após alguns anos, regressando ao município. Segundo o Livro do Centenário (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1922), a elevada fertilidade pedológica de Nepomuceno colaborou para a imigração de italianos, cuja contribuição para o desenvolvimento da cafeicultura municipal foi inequívoca.

Araújo Filho (1992) afirma que houve redução da imigração de trabalhadores estrangeiros em direção ao território brasileiro após a Primeira Guerra Mundial. O decréscimo da vinda de europeus para o Brasil foi intensificado após a crise de 1929. Doravante a recessão, em virtude da diminuição da oferta de força de trabalho estrangeira, a mão de obra do norte de Minas Gerais e do Nordeste ganhou espaço na cafeicultura nacional e sul-mineira.

Percentual expressivo da produção cafeeira nepomucenense era escoado através do ramal ferroviário entre as estações de Três Corações e de Lavras (onde atualmente se localiza o município de Ribeirão Vermelho). Pertencente à Estrada de Ferro Oeste de Minas, o ramal distava aproximadamente dezoito quilômetros da sede de Nepomuceno. Neste contexto, o transporte constituía o principal empecilho ao êxito da cafeicultura nepomucenense, pois era muito vagaroso, onerando a produção. Além disso, o elevado custo dos fretes e carretos e a possível deterioração da produção durante o transporte prejudicavam as vendas da rubiácea cultivada no município. As etapas de produção, como beneficiamento, ensacamento e transporte, também elevavam consideravelmente o valor venal do café (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918).

No decênio de 1920, havia uma ótima estrada de rodagem, cuja construção foi promovida pelo político, industrial e agricultor Miguel Manzo, ligando Nepomuceno a Lavras. A rodovia foi bastante importante para os cafeicultores nepomucenenses, pois facilitava o escoamento de sua produção e desonerava os gastos com transporte (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925). A concretização da obra propiciou o aumento da extração de renda da terra diferencial II pelos agricultores municipais, pois conforme explicam Marx (1983) e Harvey (2013), a construção de estradas ou o melhoramento das vias existentes promove o aumento da renda diferencial II, a qual deriva da aplicação de técnicas e investimentos nos solos.



A *Agencia Ford e Oficina Mechanica* de Manzo e Bacarica, inaugurada em 1924, comercializou dezenas de automóveis num período de apenas um ano, corroborando o crescimento industrial e financeiro e o desenvolvimento do transporte automobilístico em Nepomuceno nos anos 1920. Algumas propriedades fundiárias, como a Fazenda Bella Cruz, possuíam uma ampla frota de carros e caminhões (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925). Neste período, a renda gerada pela cafeicultura possibilitou a aquisição de veículos, artigos valiosos para a época, por parte de alguns agricultores municipais.

### **3.1.5 – A Quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a Crise da Cafeicultura Brasileira na Década de 1930**

Adiante, já na década de 1930, houve uma segunda crise de superprodução cafeeira no Brasil. Os contornos da crise do setor cafeeiro no Brasil foram traçados durante o decênio de 1920, período marcado pelo notável aumento da produção nacional, conforme evidencia Holloway (1978), ao mostrar que a safra de 1926/1927 superou todos os recordes anteriores de produção. A concorrência colombiana, cuja exportação cafeeira aumentou expressivamente desde os anos 1920, constituiu um empecilho à cafeicultura brasileira, pois ampliou a oferta internacional de café, reverberando na desvalorização da *commodity* (DELFIM NETTO, 2009). Destarte, pode-se dizer que apesar da influência do *crack* da bolsa de Nova York para o colapso do setor cafeeiro no Brasil, o grande aumento da produção na década de 1920 no Brasil e em países exportadores, como Congo, Costa do Marfim, Colômbia e Etiópia, colaborou para a gênese de uma crise de superprodução. Neste ínterim, os importadores de café passaram a priorizar a rubiácea produzida em outros países latino-americanos, pois sua bebida era de melhor qualidade (DELFIM NETTO, 2009).

A safra de 1929 apresentou excelentes índices em virtude das condições climáticas favoráveis e da boa situação financeira dos cafeicultores no país, possibilitando maiores investimentos nas lavouras. Entre 1929 e 1930, o preço do café brasileiro caiu pela metade nos principais mercados internacionais em decorrência da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, a qual culminou na redução das concessões de crédito e das operações envolvendo a rubiácea (DELFIM NETTO, 2009). Nesta época, os Estados Unidos eram o principal destino do café exportado pelos brasileiros. Desta maneira, o episódio repercutiu na redução da demanda mundial pela *commodity*.

Em 1930, o governo paulista assumiu empréstimos com investidores internacionais, tentando solucionar a crise no setor cafeeiro (DELFIM NETTO, 2009). Após pouco tempo, o

Estado brasileiro estabeleceu algumas medidas visando minorar os efeitos da crise no território nacional, a qual ocasionou a redução das exportações e a queda do preço do café no mercado mundial. Entre os anos de 1931 e 1932, doze milhões de sacas foram queimadas ou atiradas ao mar, cumprindo a ordem estatal promulgada por Getúlio Vargas. A medida radical almejava a diminuição da oferta de café no mercado e o aumento de seu valor venal (SOUZA, 2006, IBGE, 2016b). Por intermédio do decreto nº. 20.003, publicado em 16 de maio de 1931, o governo federal instituiu a política de armazenamento e/ou destruição de parte do café excedente. Por um período de cinco anos, os produtores que cultivassem novos cafezais ficariam sujeitos à multa anual de um mil réis (1\$000) por pé plantado (BRASIL, 1931). Neste sentido, Coelho (2001) afirma que a recessão econômica estadunidense impactou de modo mais contundente a economia brasileira, especialmente a cafeicultura, até o ano de 1933.

O estado do Paraná e as unidades federativas com menos de cinquenta milhões de pés plantados não foram incluídas nesta legislação. Buscando o controle da produção anual, a meta governamental era a destruição de um milhão de sacas por mês, sobretudo através da incineração. Até o ano de 1944, a queima, a exportação e o armazenamento eram os três destinos possíveis para o café colhido. Neste contexto, os grãos de pior qualidade eram direcionados à destruição física (BRASIL, 1931; COELHO, 2001; RICE, 2003). Apesar da recessão no setor cafeeiro, a cafeicultura foi responsável por mais da metade do valor arrecadado através das exportações brasileiras no decênio de 1930 (ARAÚJO FILHO, 1992).

Apesar da queima de dezenas de milhões de sacas de café em território brasileiro na década de 1930, cujo intuito era a revalorização da rubiácea, alguns países latino-americanos investiram na melhoria do café exportado, produzindo grãos de maior qualidade e menor preço. Outrora detentor de um monopólio sobre a exportação mundial de café, o Brasil teve sua hegemonia ameaçada pelos concorrentes a partir de fins dos anos 1920 (ARAÚJO FILHO, 1992).

No ano de 1931, em substituição ao Instituto do Café do Estado de São Paulo, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC), o qual era responsável pelo gerenciamento da venda do café estocado, pela compra e destruição da produção excedente, pela administração do sistema tributário cafeeiro, pela regulamentação do transporte da *commodity*, entre outras atribuições. O CNC foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC) dois anos após sua fundação. O DNC foi responsável por comprar e estocar parcela do excedente nacional de café até 1946, ano de sua extinção (COELHO, 2001; SOUZA, 2006; DELFIM NETTO, 2009; IBGE, 2016b).

Seguindo a política protecionista engendrada pelo governo federal, em 1933 foi criado o Centro dos Cafeicultores de Nepomuceno, organização cujo principal objetivo era a defesa da agricultura municipal (VACA, 2013b). Neste período, foi profunda a intervenção estatal na economia e na política cafeeira, a qual foi federalizada. A política de eliminação do café excedente vigorou entre 1931 e 1944, sendo responsável pela destruição de mais de setenta e oito milhões de sacas, com destaque para o ano de 1937, no qual mais de dezessete milhões de sacas foram queimadas. Todavia, as ações de regulação, estocagem e destruição do café excedente não conseguiram solucionar a recessão da cafeicultura brasileira naquele momento. No decênio de 1940, alguns eventos climáticos, como as geadas severas, e o abandono da cafeicultura por alguns agricultores, possibilitaram ao governo abdicar da política de eliminação física dos grãos excedentes em agosto de 1944 (ANDRADE, 1994; COELHO, 2001; DELFIM NETTO, 2009).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em virtude da expressiva participação de países europeus na contenda, praticamente todas as importações do continente foram suspensas. O conflito envolvendo a Europa prejudicou a economia cafeeira brasileira, uma vez que o mercado europeu era um dos principais compradores do café nacional. Deste modo, promoveu o agravamento da crise do setor cafeeiro vivenciada pelo Brasil desde o decênio de 1930 (COELHO, 2001).

De meados do século XIX até a década de 1930, as grandes propriedades cafeeiras, comandadas pela aristocracia rural, predominavam no Brasil e no sul de Minas Gerais (GIOVANINI, 2006). No ínterim em questão, a cafeicultura nacional, assim como a sul-mineira, foi consolidada através do latifundiarismo monocultor e da conciliação entre a mão de obra escrava e a força de trabalho assalariada estrangeira ou nacional (COELHO, 2015).

### **3.1.6 – O Fracionamento das Propriedades Agrícolas no Município de Nepomuceno-MG**

Neste panorama, o editorial *Nação Brasileira* (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925), em versão especial dedicada a Nepomuceno, salienta a notável quantidade de grandes propriedades fundiárias e a qualidade de seu maquinário agrícola, enaltecendo importantes latifúndios cafeicultores do município no início do século XX, como a Fazenda do Oriente, a Fazenda do Rio Grande, a Fazenda do Retiro, a Fazenda Bella Cruz, a Fazenda da Serra e a Fazenda dos Pyrineus. Todas as propriedades mencionadas eram posses de militares ou de filhos de oficiais do Exército brasileiro, os quais possuíam prestígio e poder político na região. Segundo a Estatística do Município de Nepomuceno (1918), em 1918 existiam onze

engenhos de açúcar e aguardente, uma usina de açúcar e treze engenhos de café em solo nepomucenense, cujos proprietários eram, em sua maioria, militares. Portanto, à época, a ótima infraestrutura produtiva de café e açúcar - os dois principais gêneros de exportação do município no período – já se destacava, especialmente nas grandes propriedades. Na primeira metade dos novecentos, a concentração fundiária no município apresentava elevados índices.

Segundo Rollo (2009), no término dos oitocentos e início dos novecentos, o elevado custo da infraestrutura produtiva do café e o expressivo gasto com a mão de obra assalariada incidiram num processo de desmembramento das grandes propriedades agrícolas no sul de Minas Gerais. A crise da década de 1930, consequência da quebra da bolsa de Nova York, também promoveu o fracionamento ou desmembramento de diversas propriedades agrícolas no país e em Minas Gerais. Como consequência da recessão no setor cafeeiro, o solo, em muitos casos, permaneceu anos sem quaisquer cultivos. Neste intervalo temporal, a terra geralmente era dividida pelo proprietário fundiário entre seus vários herdeiros, uma vez que naquela época a natalidade apresentava elevados valores em todo o território nacional. Ademais, com a expansão das áreas cafeeiras no sul de Minas Gerais, a maioria das novas plantações possuía pequena dimensão. Desta maneira, pode-se afirmar que o fracionamento das propriedades fundiárias sul-mineiras entre as décadas de 1930 e 1970 foi causado principalmente pelo desmembramento decorrente da crise do setor cafeeiro e pela repartição de grandes extensões de terras entre os herdeiros (FREDERICO, 2017).

Diversas propriedades agrícolas nepomucenenses exaltadas pelo editorial *Nação Brasileira* (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925), como a Contendas, a Congonhal, a Vista Alegre, a Fazenda do Oriente, a Fazenda do Rio Grande, a Fazenda do Retiro e a Capoeirinha, cujas dimensões eram muito superiores às atuais, sofreram vários fracionamentos no decorrer do século XX, reverberando na redução da concentração fundiária municipal. Neste âmbito, nas entrevistas semiestruturadas realizadas, diversos agricultores nepomucenenses afirmaram que houve fracionamento das terras de seus antepassados entre os herdeiros. Além disso, as recorrentes crises da cafeicultura impeliram muitos produtores nepomucenenses a venderem partes de suas terras, com o intuito de saldarem as dívidas acumuladas e/ou investirem em outros setores econômicos (VACA, 2018).

Como o número de filhos por casal era elevado há décadas, a alta natalidade colaborou para a diminuição da concentração fundiária no município. Embora não se tenha o registro dos nascimentos no município de Nepomuceno em décadas anteriores a 1970, os dados da tabela 05 permitem observar que de 1891 a 1955 os valores da taxa bruta de natalidade no

Brasil permanecem praticamente inalterados em níveis elevados, apresentando quedas constantes a partir de 1965.

**Tabela 05: Taxa Bruta de Natalidade (Por Mil Habitantes) - Brasil: 1881 a 2015**

1881	47
1890	46,5
1900	46
1910	45,5
1920	45
1930	44,8
1945	44,4
1955	43,2
1965	38,7
1975	34,2
1985	28,99
1995	21,93
2005	18,15
2015	14,16

**Fonte:** IBGE. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - Revisão 2018.** IBGE, 2018d.

Desta maneira, como consequência do processo de atomização das propriedades cafezeiras em território mineiro, a cafeicultura é majoritariamente praticada em pequenas propriedades do sul de Minas Gerais desde o decênio de 1980, região cuja vocação pedológica para o cultivo de café é reconhecida há décadas (GIOVANINI, 2006; MARTINS, 2014b).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e as nações europeias reestruturaram suas economias. Consequentemente, houve crescimento da demanda mundial de café, culminando na revalorização do grão no mercado internacional. Destarte, a partir de 1946, os preços do café apresentaram expressivos aumentos no mercado mundial. Ao final do decênio de 1940, a cafeicultura brasileira vivenciava um bom momento, pois a maioria dos importadores de café, severamente atingidos pelos danos econômicos e infraestruturais da contenda, optava pela compra de cafés mais baratos, como o brasileiro (WATSON; ACHINELLI, 2008; DELFIM NETTO, 2009).

Entre as décadas de 1880 e 1950, houve aumento da área cultivada e da produtividade cafezeira em solo brasileiro. Neste hiato, ao qual Frederico (2017) denomina período “Mecanização da Cafeicultura e o Meio Técnico”, foi notória a importância do setor ferroviário para o desenvolvimento da cafeicultura mineira, assim como a relevância da

chegada de energia elétrica às urbes. A eletricidade chegou ao município de Nepomuceno em 1923, através da construção da Usina do Queima Capote, inaugurada pela Empresa de Força e Luz de Nepomuceno. Promoveu diversas mudanças em escala local, pois permitiu o transporte mecanizado de água potável para a área urbana do município, possibilitou a iluminação pública, dando mais segurança à população no período noturno, e viabilizou o uso de máquinas modernas na agricultura, as quais dispunham de motor elétrico, propiciando maior eficiência no processo produtivo e o aumento da produtividade agrícola. À época, a obra colaborou bastante para o desenvolvimento da economia municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1922; NAÇÃO BRASILEIRA, 1925; VACA, 2013b). Entre 1929 e o fim do decênio de 1950, a empresa comercializou energia elétrica para diversos municípios da região, inclusive Lavras (IBGE, 1959; VACA, 2018).

Ademais, ocorreu a disseminação de técnicas e máquinas associadas à produção cafeeira. A cafeicultura chegou a áreas geograficamente mais planas, as quais eram caracterizadas pelos solos de alta fertilidade e pelo clima propício ao desenvolvimento do cafeeiro. Esse período foi marcado pelo auge da cafeicultura brasileira, ínterim em que política e economia cafeeiras estiveram estritamente amalgamadas à política e à economia nacional. Em virtude de suas condições físicas favoráveis aos cafeeiros, o sul de Minas Gerais experimentou grande crescimento da produção da rubiácea (FREDERICO, 2017).

### **3.1.7 – A Ação do Estado na Agricultura Sul-Mineira e a Conjuntura Agrária Nepomucenense entre os Decênios de 1950 e 1990**

A partir do decênio de 1950, com as políticas keynesianas implantadas pelo governo de Getúlio Vargas, houve notória intervenção estatal na cafeicultura brasileira, sobretudo por intermédio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), cuja fundação ocorreu em 1952 (DELFIM NETTO, 2009; COULIS, 2011). Sua principal função era regular a produção e o comércio do café em território nacional. Através do estreito vínculo com os cafeicultores, o IBC adquiria sua produção sem maiores preocupações com a qualidade dos grãos. Além disso, na maioria das situações, pagava um preço superior ao pago no mercado internacional, tornando muito dispendiosa sua política de regulação dos estoques. Alguns programas do IBC aplicados no sul de Minas Gerais propiciaram a modernização da cafeicultura na região, impulsionando a disseminação das lavouras nesta área. A entidade também fomentou a fundação de cooperativas no país, ambicionando crescimento econômico (BROGGIO et al., 1999; SOUZA, 2006; WATSON; ACHINELLI, 2008; VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014).

Para além, o organismo incentivou a produção de cafés finos para rivalizar com a rubiácea colombiana, afamada pela sua qualidade (COELHO, 2012).

Todavia, ao fim da Segunda Guerra Mundial, houve relativa escassez de mão de obra destinada à cafeicultura. Em partes, a redução da oferta de força de trabalho foi ocasionada pelas péssimas condições de trabalho às quais os trabalhadores agrícolas eram submetidos (ARAÚJO FILHO, 1992).

Em 1955, a cafeicultura e a pecuária bovina continuavam como as principais atividades econômicas do município de Nepomuceno, mas o cultivo de arroz e milho, assim como a suinocultura, também se destacavam na economia local, conforme evidenciam as tabelas 06 e 07. Nesse ano, a produção municipal de café foi de 120 mil sacas (IBGE, 1959).

**Tabela 06: Produção Agrícola do Município de Nepomuceno-MG em 1955**

Gênero	Área (em hectares)	Produção Total (em arrobas)
Café	14.080	440.000
Arroz	3.200	272.000
Milho	2.160	152.960
Fumo	95	2.375
Outros	304	Sem dados
Total	19.839	Sem dados

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*  
– XXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

**Tabela 07: Pecuária do Município de Nepomuceno-MG em 1955 - Número de Cabeças por Espécie**

Espécie	Quantidade de Cabeças
Bovinos	11.000
Suínos	4.500
Equinos	3.500
Caprinos	900
Ovinos	600
Muares	530

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*  
– XXVI Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Nas décadas de 1950 e 1970, o governo brasileiro financiou crédito para que os agricultores expandissem suas lavouras cafeeiras, promovendo o crescimento da cafeicultura, sobretudo no estado de Minas Gerais (WATSON, ACHINELLI, 2008; COULIS, 2011). Neste período, diversos estudos foram realizados com o intuito de ampliar a produtividade das lavouras cafeeiras. Assim sendo, a partir do decênio de 1960, houve em terras capixabas

gradativa substituição do cultivo do café arábica pelo conilon, o qual apresentou melhor adaptação ao clima espírito-santense, promovendo o êxito da cafeicultura estadual (IBGE, 2016b).

Corroborando a importância de Nepomuceno no cenário cafeeiro estadual, o governo mineiro inaugurou uma sede da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no município em 1958. Os principais objetivos da ACAR eram o desenvolvimento da agricultura mineira e a inserção de novas técnicas agrícolas que aumentassem a produtividade no campo. No ano de 1975, a ACAR foi extinta e substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), entidade que nos tempos hodiernos atua em Nepomuceno (ANDRADE, 1994; VACA, 2015).

Até a década de 1960, foi comum o regime de colonato no sul de Minas, no qual o trabalhador recebia uma quantia predeterminada pela quantidade de cafeeiros cuidada e uma remuneração diária por atividades como a poda e a adubação, além de um valor pago por produtividade durante a época da colheita. Ademais, podia dispor de parcela das terras ocupadas para a pecuária e o plantio de outros víveres alimentícios, especialmente para autoconsumo (CASTILHO, 2009; FREDERICO, 2017).

Em 1960, o café era responsável por mais da metade do total das exportações brasileiras, sendo o principal produto da economia nacional. Já em 1962, o primeiro Acordo Internacional do Café (AIC) foi firmado, cujo objetivo era a regulação dos preços da rubiácea em escala mundial. Entre 1962 e 1973, o programa foi exitoso, com pouca oscilação nos preços venais, beneficiando os principais países produtores, como o Brasil (COULIS, 2011; FREDERICO, 2017).

Em território brasileiro, o IBC, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), estimulou a erradicação de milhões de cafeeiros no estado de Minas Gerais, sobretudo na região sul. Na década de 1960, os pés mais antigos e mal conservados foram os primeiros a serem destruídos. O plano de eliminação de cafeeiros compôs um pacote de medidas estatais cujo intuito era a amenização dos efeitos da crise de superprodução no país. Os preços do café brasileiro experimentaram um momento de queda, especialmente após a grande safra da rubiácea no Paraná em 1961. A destruição de praticamente metade dos cafeeiros do país ampliou o desemprego rural em âmbito nacional e estadual, uma vez que a cafeicultura absorvia parcela expressiva da força de trabalho rural (ANDRADE, 1994; COELHO, 2012). No tocante ao assunto, o quadro 02 sintetiza as principais intervenções concretizadas pelo Estado na cafeicultura brasileira entre 1950 e 1990.



**Quadro 02: Ações das Principais Instituições e Programas Estatais na Cafeicultura Brasileira - Período: 1950-1990**

Instituição/Programa	Período de Atuação	Missões
Instituto Brasileiro do Café (IBC)	1952-1990/91	Regular a produção, o comércio e os estoques do café brasileiro; aumentar a produtividade cafeeira e fomentar a fundação de cooperativas
Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA)	1961-1990/91	Racionalizar a produção cafeeira nacional, erradicar os cafeeiros improdutivos e conceder crédito para a ampliação da produtividade agrícola por meio do uso de insumos agrícolas
Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRCs)	1970/71-1981	Renovar os cafezais brasileiros, subsidiar crédito para os cafeicultores, aumentar a produtividade cafeeira e fornecer assistência técnica aos cafeicultores
Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	1965-2019	Subsidiar a compra de insumos agrícolas, incentivar o plantio de variedades mais produtivas e construir infraestrutura para armazenamento e produção

**Fonte:** ANDRADE, 1994; ROLLO, 2009; COULIS, 2011; COELHO, 2012; CARVALHO, 2013; IBGE, 2016b; FREDERICO, 2017.

**Organização:** VILAS BOAS, Lucas Guedes.

A partir do decênio de 1960, houve a disseminação de uma cafeicultura técnico-científica no sul de Minas Gerais, com importante papel estatal, exercido através do IBC/GERCA. Parcela considerável da infraestrutura de armazenamento de café construída por intermédio do organismo federal ainda é utilizada, com destaque para os armazéns situados em Varginha. A formação de complexos agroindustriais, os Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRCs) e a introdução de técnicas oriundas da Revolução Verde na agricultura sul-mineira favoreceram sua inserção no meio técnico-científico (COELHO, 2012; CARVALHO, 2013; FREDERICO, 2017). Destarte, a década de 1960 experimentou notável crescimento da cafeicultura em escala nacional, estadual e regional (ROLLO, 2009).

Em 1963, Alberto Correia Lima assumiu a Prefeitura Municipal de Nepomuceno, apoiado pelo então governador Magalhães Pinto, cujo secretário de governo era Márcio Garcia Vilela, sobrinho de Correia Lima. Ante um contexto de modernização da cafeicultura

através dos investimentos fomentados pelo IBC, seu mandato foi marcado por muitos investimentos no campo nepomucenense, sobretudo com a construção de escolas rurais (VACA, 2015). No ano de 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), órgão estatal cujas principais funções eram subsidiar a aquisição de fertilizantes químicos, instrumentos e maquinários agrícolas, além de construir infraestrutura para armazenamento da produção agrícola e para exportação (ROLLO, 2009).

Em 1966, houve a inauguração do trecho da Rodovia Pimenta da Veiga (MG-265), cuja extensão é de aproximadamente doze quilômetros, conectando o município de Nepomuceno à rodovia Fernão Dias (COELHO, 2012). Sua construção possibilitou o aumento da extração de renda da terra diferencial I pelos proprietários fundiários nepomucenenses, pois promoveu melhorias no atributo localização dos solos municipais. A proximidade em relação à Fernão Dias favorece o escoamento da produção agrícola, uma vez que a via liga importantes metrópoles nacionais, como Belo Horizonte e São Paulo (VILAS BOAS, 2016b).

Os avanços nos transportes também ampliam significativamente a renda diferencial I (OLIVEIRA, 2007), fenômeno notado em Nepomuceno, pois melhorias na infraestrutura viária aumentaram a diferença entre o preço de produção em terras nepomucenenses e o preço social de produção, cuja medida é determinada pelo solo de pior qualidade, isto é, aquele que apresenta menores índices de produtividade e fertilidade natural (MARX, 1983). As melhorias do setor de transportes também colaboraram para o aumento da extração da renda da terra diferencial II no município – a qual é obtida pela aplicação de técnicas e capitais nos solos – uma vez que os investimentos nos meios e vias de transportes promoveram uma melhoria permanente do atributo localização das terras nepomucenenses, diminuindo os custos para a distribuição da produção (HARVEY, 2013).

O sul de Minas Gerais experimentava um momento de estagnação no setor agropecuário no final da década de 1960. Neste sentido, os PRRCs possibilitaram a chegada de recursos financeiros, através da subsidiação de crédito, e a renovação da cafeicultura, atividade tradicional na região há mais de um século. Neste âmbito, a fertilidade dos solos sul-mineiros e o clima favorável ao cultivo da rubiácea foram fatores que colaboraram para que o Sul de Minas fosse a principal região responsável pela inserção dos PRRCs no estado (ANDRADE, 1994; FREDERICO, 2017).

Até 1970, a cafeicultura sul-mineira, inclusive a nepomucenense, predominou em solos de elevada fertilidade, caracterizados pelo alto teor de argila e pela origem vulcânica. As lavouras cafeeiras eram comuns em locais de topografia acidentada e com altitude entre 800 e

1300 metros. O consórcio de culturas envolvendo o café e outros gêneros, como milho e feijão, era usual na maioria dos municípios sul-mineiros e constituía uma maneira de aproveitar o espaço ocioso entre as ruas de plantio de café. Em Nepomuceno, existiam cafezais com mais de 80 anos de idade, cuja produtividade era diminuta (COELHO, 2012). Desta maneira, pode-se afirmar que o cultivo da rubiácea no sul de Minas Gerais era desenvolvido sem a aplicação intensa de técnicas e insumos oriundos da Modernização Agrícola.

A partir de 1970, o cenário cafeeiro do sul de Minas foi alterado, pois áreas menos férteis foram ocupadas e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos se disseminou. Doravante o decênio de 1970, a aplicação de pesticidas nas lavouras cafeeiras se tornou comum, principalmente no combate a pragas, como a ferrugem, que assolavam as plantações. Neste contexto, no ano de 1970, Nepomuceno foi o primeiro município sul-mineiro em que a doença foi constatada. Posteriormente, pesquisas evidenciaram que a ferrugem atingia a maioria das lavouras da região (ROLLO, 2009; COELHO, 2012). Neste ínterim, houve notável crescimento do uso de adubos químicos e pesticidas na cafeicultura mineira e sul-mineira (FREDERICO, 2017).

Ainda nos anos 1970, houve substituição do órgão regulador do mercado cafeeiro no Brasil. A Bolsa Oficial do Café de Santos, fundada em 1914, foi extinta no final da década de 1970. Em seu lugar, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), situada no município de São Paulo, tornou-se a instituição responsável pela cotação do café brasileiro (FREDERICO, 2017). A mudança sinalizou o posterior crescimento das negociações e especulações da rubiácea brasileira nas Bolsas de Mercados de Futuros, sobretudo numa conjuntura econômica marcada pelo predomínio de práticas neoliberais.

Durante a década de 1970, a expansão da cafeicultura foi estimulada pelo Estado no sul de Minas através dos investimentos fornecidos pelo IBC. À época, Três Pontas era o maior produtor de café da unidade federativa. Em decorrência dos incentivos estatais, o número de cafeeiros por hectare aumentou expressivamente. A geada de 1975 destruiu muitos cafezais nos estados de São Paulo e Paraná, contribuindo para a aceleração dos PRRCs nos municípios sul-mineiros e o crescimento da cafeicultura regional (COULIS, 2011; IBGE, 2016b; FREDERICO, 2017). Após esse fenômeno climático, o cultivo de soja e de trigo cresceu em terras paranaenses, em detrimento da cafeicultura. Ainda neste decênio, muitos agricultores paulistas, em virtude dos elevados riscos da cultura cafeeira, abandonaram-na, optando pela produção de outros víveres, como soja, cana-de-açúcar e frutas cítricas (ANDRADE, 1994).

Neste panorama, o IBC incentivou novas plantações nos municípios sul-mineiros, trazendo diversos avanços tecnológicos à cultura cafeeira, dentre os quais se destacam o maquinário agrícola e os insumos químicos, como os pesticidas. Ainda nos anos 1970, o órgão criou os Concursos de Produtividade Cafeeira com o intuito de elevar a produtividade dos cafeicultores no sul de Minas Gerais (COELHO, 2012). À época, alguns produtores nepomucenenses participaram destes eventos.

De acordo com Andrade (1994), a expansão das lavouras cafeeiras em direção a Minas Gerais também se explica pelo menor preço da terra em comparação com outros grandes produtores de café da época, como Paraná e São Paulo. A tradição da mão de obra mineira e sul-mineira com o trabalho temporário nos cafezais e a considerável disponibilidade de força de trabalho favoreceram o crescimento de sua cafeicultura. Em Nepomuceno, a tradição secular do café no município e a importância econômica e social do período de colheita do café para seus habitantes corroboram as palavras do autor.

Somente a partir da década de 1980, o estado de Minas Gerais se consolidou como o maior produtor de café do país. Alguns fatores contribuíram para este fato, como as geadas em São Paulo e no Paraná (com destaque para a ocorrência em 1975), a inserção da cafeicultura em áreas do cerrado mineiro e a introdução dos PRRCs, um conjunto de medidas de cunho técnico aplicadas às lavouras cafeeiras mineiras. Criados pelo IBC, os PRRCs ampliaram a produtividade da cafeicultura brasileira através da inserção de tecnologias oriundas da Revolução Verde no processo produtivo. Contudo, a qualidade do café produzido se manteve estagnada, apresentando problemas no sabor e no processo de maturação (SOUZA; 2006; PELEGRINI; SIMÕES, 2011; VALE; CALDERARO e FAGUNDES, 2014; IBGE, 2016b).

A despeito dos recentes esforços empreendidos por algumas empresas e entidades para a produção de cafés especiais, a rubiácea brasileira ainda é conhecida internacionalmente pela sua baixa qualidade, principalmente quando comparada aos grãos colhidos em países como Etiópia e Colômbia. O armazenamento e a torração inadequados, as adubações incorretas (as quais elevam o teor de determinados nutrientes que minoram a qualidade do café), as doenças que assolam os cafeeiros e os longos períodos de estiagem são alguns dos fatores que avariam a qualidade do café produzido em território brasileiro (IBGE, 2016b; FREDERICO, 2017).

Além dos elementos que prejudicam os cafeeiros em território nacional, outros fatores também contribuem para a baixa qualidade do café cultivado no município de Nepomuceno. A colheita semimecanizada com o auxílio da derriçadeira portátil não seleciona os melhores grãos, levando à coleta de grãos ainda verdes ou pretos e com outros defeitos, como a presença de paus, pedras e cascas. O manejo inadequado do solo e a falta de análise

pedológica ou foliar também contribuem para a perda de qualidade de diversos cafeeiros no município (VILAS BOAS, 2016c).

Muitos cafeicultores brasileiros e nepomucenenses não esperam o ponto de maturação do café para a colheita, uma vez que aguardam a valorização da rubiácea nos mercados internacionais para vendê-la (IBGE, 2016b). Isto é, se houver um aumento na cotação desta *commodity* nas Bolsas de Mercados Futuros, mas os grãos ainda não estiveram totalmente maduros, a colheita acontecerá, reverberando na coleta de muitos grãos secos ou verdes, defeitos que diminuem a qualidade do café. O café precisa estar no estágio ideal de maturação, uma vez que os frutos cerejas apresentam composição e umidade que valorizam suas qualidades químicas e sensoriais, resultando em melhores avaliações e bebidas. No Brasil e em Nepomuceno, o foco dos investimentos efetuados pela maioria dos cafeicultores é o aumento da produtividade dos cafeeiros, o que ocasiona a perda de qualidade dos grãos colhidos e a má reputação do café brasileiro em escala mundial (FREDERICO, 2017; MERGULHÃO, 2017).

Doravante o início dos anos 1980, houve crescimento percentual da participação de Minas Gerais e Espírito Santo na produção cafeeira nacional, em detrimento da cafeicultura paulista e paranaense (ANDRADE, 1994). No entanto, a centralização da cafeicultura brasileira promovida pelo IBC reduziu o vínculo entre os cafeicultores brasileiros e o mercado mundial. Desta maneira, apesar da recessão experimentada pela cafeicultura em âmbito internacional na transição entre os decênios de 1980 e 1990, o IBC investiu maciçamente em pesquisa, ciência e tecnologia aplicadas ao setor, fomentando a produção cafeeira nacional (COULIS, 2011).

Embora a política do IBC de regulação dos estoques cafeeiros tenha contribuído para manter o preço da rubiácea brasileira em níveis equilibrados, também possibilitou o crescimento da cafeicultura africana e colombiana, cuja produção era comercializada a menores preços no mercado mundial (ANDRADE, 1994). Ao financiar a aquisição de insumos e maquinários agrícolas, o Estado brasileiro viabilizou a modernização da cafeicultura e das propriedades agrícolas nacionais, mas beneficiou as empresas oligopolistas atuantes nestes setores, como a *Bunge*, a *Bayer*, a *Basf*, a *Heringer*, a *ChemChina*, a *Mosaic* e a *Yara*, pois ampliou o consumo de suas mercadorias (ROLLO, 2009).

Para Marx (1983; 1984), o valor das mercadorias corresponde à quantidade de trabalho necessária para sua produção, considerando o tempo, a intensidade e a capacidade de trabalho médias da sociedade como um todo. Desta maneira, as inovações técnicas e seus progressos reduzem o valor das mercadorias, pois minoram o tempo (quantidade) de trabalho

necessário à sua produção. Em suma, produz-se mais no mesmo *quantum* de tempo. Consequentemente, pode-se afirmar que o aumento da produtividade resulta na redução do valor das mercadorias. Conforme há variação da força produtiva do trabalho, a qual é determinada pelo grau de desenvolvimento científico-tecnológico, volume e eficiência dos meios de produção, destreza média dos trabalhadores, condições naturais (clima, fertilidade dos solos e topografia), entre outros fatores, o valor das mercadorias também é alterado, pois o tempo socialmente necessário à sua produção é modificado. Por conseguinte, se em âmbito geral, a produção agrícola é mecanizada, o valor das mercadorias produzidas é reduzido em virtude do aumento da produtividade.

Assim, a Modernização Agrícola, a qual abrangeu também a cafeicultura brasileira, prejudicou os agricultores que não possuem meios para mecanizar sua produção, visto que a produtividade de suas lavouras se manteve praticamente estagnada, enquanto o valor dos gêneros agrícolas cultivados foi minorado. Em contrapartida, os grandes proprietários fundiários não foram tão lesados, pois possuem capital para aplicarem em insumos e maquinários voltados à produção. Deste modo, apesar da diminuição do valor dos gêneros agrícolas lavrados, como o café, esses produtores ampliaram a produtividade de suas terras. Através do aumento da produção e do conseqüente crescimento das vendas, compensaram as perdas causadas pela diminuição do valor venal dos víveres cultivados. Portanto, a modernização da cafeicultura brasileira, estimulada pelo Estado por intermédio do IBC, afetou principalmente os pequenos cafeicultores, colaborando para o seu empobrecimento e a piora da condição de vida de seus núcleos familiares.

No decênio de 1980, a cafeicultura alcançou expressivo destaque nas mesorregiões mineiras Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A Revolução Verde, por meio de seu pacote de insumos tecnológicos, promoveu o uso de técnicas corretivas no solo, possibilitando a expansão da cafeicultura para as áreas do cerrado mineiro, cujos solos são ácidos e de diminuta fertilidade natural (IBGE, 2016b). Por conseguinte, houve grande aumento da produção cafeeira de Minas Gerais entre 1980 e 1985, a qual praticamente triplicou no quinquênio (CARVALHO, 2013). Neste período, na microrregião de Lavras, onde está situado o município de Nepomuceno, o crescimento da cafeicultura foi superior ao constatado em todo o estado, conforme evidencia a tabela 08, cujos dados foram retirados de Broggio et al. (1999):

**Tabela 08: Variação da Área Ocupada e da Produção Total de Café na Microrregião de Lavras no Período 1980-1990**

<b>Ano</b>	<b>Área Ocupada (ha)</b>	<b>Total Produzido (t)</b>
<b>1980</b>	6.697	2.442
<b>1985</b>	11.976	26.661
<b>1990</b>	21.277	13.955

**Fonte:** BROGGIO et al. (1999).

Num íterim de apenas cinco anos, a produção total da rubiácea na microrregião de Lavras decuplicou, enquanto a área total ocupada pelas lavouras cafeeiras quase duplicou. Desta maneira, constata-se que houve grande aumento da produtividade cafeeira no quinquênio em questão, especialmente em virtude da adesão dos cafeicultores sul-mineiros às técnicas e aos insumos químicos provenientes da Revolução Verde, os quais promoveram o aumento da produção cafeeira regional, mas ocasionaram crescimento do desemprego rural, contaminação de alimentos, solos, recursos hídricos e animais, entre outros malefícios. Neste panorama, a atuação do IBC foi crucial à ampliação da produtividade cafeeira no sul de Minas Gerais, inclusive em Nepomuceno e municípios adjacentes. Assim sendo, Andrade (1994) explica que o pacote tecnológico fornecido pelos PRRCs modernizou a cafeicultura sul-mineira, a qual era caracterizada pela baixa produtividade e por práticas arcaicas. Ademais, Coulis (2011) afirma que a facilidade de acesso ao crédito e a assistência técnica promovidas pelos PRRCs e pelas cooperativas favoreceram a mecanização da cafeicultura nacional e regional.

No entanto, com base na tabela 08, observa-se que a quantidade de café produzida na microrregião de Lavras teve expressiva redução entre 1985 e 1990, apesar do notório aumento da área ocupada pela cafeicultura (BROGGIO et al., 1999). A queda no volume da produção pode ser explicada, em partes, pela exaustão dos solos e pela bienalidade do café, fenômeno caracterizado por uma safra de alta produtividade sucedida por um ano com diminuição na produção total, no qual o cafeeiro despende energia para recomposição de sua estrutura vegetativa e, conseqüentemente, produz menos frutos (MERGULHÃO, 2017).

De acordo com Andrade (1994) e Frederico (2017), a diminuta concentração fundiária, a existência de terras ociosas, o baixo preço das terras em comparação com São Paulo e Paraná, e a topografia acidentada (a qual constitui um empecilho à mecanização agrícola e à disseminação de outras culturas, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar) favoreceram a modernização da cafeicultura sul-mineira nos decênios de 1970 e 1980. No período em

questão, as características elencadas pelos autores também eram encontradas no município de Nepomuceno (VILAS BOAS, 2016a).

Segundo Frederico (2017), o período de profunda intervenção estatal na cafeicultura, compreendido aproximadamente entre 1960 e 1990, foi marcado pela regulação do mercado internacional de café através dos AICs e do setor cafeeiro nacional pelo IBC, e experimentou a cientifização da cafeicultura e sua inserção no meio técnico-científico. As técnicas provenientes da Revolução Verde foram introduzidas na produção cafeeira nacional, modernizando-a com base em estudos científicos. No caso brasileiro, houve a gradativa substituição de espécies menos produtivas de café, como o tipo *Bourbon*, por outras de maior produtividade, como o *Catuai* e o *Mundo Novo*, inclusive plantas geneticamente modificadas, muitas delas desenvolvidas por órgãos de pesquisa estatais e universidades públicas.

### **3.1.8 – Anos 1990: Disseminação do Neoliberalismo e suas Consequências para a Agricultura Brasileira e Sul-Mineira**

Conforme explicam Souza (2006), Watson e Achinelli (2008) e Frederico (2012; 2014a), a inserção do neoliberalismo na cafeicultura brasileira foi corolária do término dos AICs no ano de 1989 e do fim de diversos órgãos e instituições brasileiras relacionadas à produção e à pesquisa no setor cafeeiro. Os AICs eram pactos estabelecidos entre produtores e compradores de café no mundo inteiro, cujo intuito era deliberar sobre os estoques, os preços, as cotas de importação e exportação, entre outros aspectos.

Em 1990, com o fim do IBC, o neoliberalismo adentrou a cafeicultura brasileira, promovendo alterações substanciais no setor. Destarte, o controle estatal foi bastante reduzido e os produtores ficaram sujeitos às oscilações do mercado internacional. Conforme assinalam Andrade (1994) e Broggio et. al (1999), durante o período de existência do IBC, o café brasileiro teve elevada competitividade em escala mundial, pois a aliança entre Estado e cafeicultores possibilitou o atendimento à crescente demanda internacional. Após a extinção do órgão, as receitas geradas pela cafeicultura em território brasileiro e em Minas Gerais apresentaram expressiva redução.

Deste modo, conforme esclarece Harvey (2011; 2013), com a derrocada do Estado keynesiano e a consolidação do neoliberalismo, o mercado globalizado englobou diversas áreas produtoras de alimentos em cadeias produtivas internacionais. “Com a menor participação do Estado na regulação da produção, desde a década de 1980, as regiões cafeeiras têm se inserido de formas distintas no mercado mundializado” (FREDERICO,



2014a, p. 56). De acordo com Coulis (2011), a desregulamentação do mercado cafeeiro e o fim do IBC reverberaram na redução do valor venal do café arábica, gerando uma severa crise para os pequenos cafeicultores brasileiros, os quais ficaram muito vulneráveis às variações do preço da rubiácea no mercado mundial. Até o final dos anos 1980, os Estados atuavam na regulação do comércio e do preço do café. Nesta conjuntura, os maiores produtores armazenavam parte dos estoques de café, como modo de diminuir a oferta do grão no mercado internacional, promovendo a regulação dos preços, com o objetivo de aumentar seu valor venal (FREDERICO, 2012).

Nas palavras de Marx (2006, p. 87): “(...) o grande capitalista compra sempre mais barato que o pequeno, porque compra em grandes quantidades. Por essa razão, também pode vender mais barato sem prejuízo”. Por conseguinte, em momentos de recessão, os grandes cafeicultores brasileiros podem aguardar uma ocasião de aumento do preço da rubiácea no mercado para vender sua produção, pois dispõem de capital suficiente para tal. Em contrapartida, os pequenos produtores ficam à mercê das oscilações do valor venal do café, uma vez que não possuem recursos financeiros para esperarem situações de alta dos preços internacionais da rubiácea. Não obstante, é inegável que os pequenos agricultores são os mais afetados, pois dependem diretamente da renda obtida com a venda do café para a satisfação de suas necessidades básicas. Contrapondo os pequenos produtores aos latifundiários, Frederico (2013, p. 113-114) disserta:

Na posição oposta encontram-se os milhares de pequenos produtores com acesso limitado às informações estratégicas e ao mercado futuro. Eles são os mais suscetíveis às oscilações de preços e nem ao menos conseguem assegurar a venda do café no mercado futuro. Na maioria dos casos, os pequenos cafeicultores vendem o café no mercado físico para atravessadores locais. A necessidade imediata de dinheiro e a falta de planejamento e informações mais precisas fazem com que uma notícia sobre a tendência de queda dos preços desencadeie um aumento das vendas por parte dos produtores, o que estimula ainda mais a baixa dos preços.

O café, assim como outros gêneros alimentícios, em âmbito nacional e mundial, experimenta uma situação paradoxal. Enquanto os preços venais aos consumidores finais apresentam constantes acréscimos, há a diminuição gradativa nos valores pagos aos agricultores pelos grãos verdes. Com o advento do neoliberalismo e a diminuição da regulação estatal, as especulações envolvendo o café nas Bolsas de Mercados de Futuros ampliaram-se expressivamente (FREDERICO, 2014a).

Na transição entre as décadas de 1980 e 1990, a cafeicultura brasileira vivenciou a consequência das modificações ocorridas na conjuntura econômica mundial. O término dos AICs em 1989 (RICE, 2003; FREDERICO, 2013; 2014a) e a extinção do IBC em 1990

(BROGGIO et al., 1999; COULIS, 2011) representaram, respectivamente, o ingresso quase integral da cafeicultura internacional e da brasileira nas cadeias produtivas neoliberais. Porto-Gonçalves (2005) afirma que a partir dos anos 1980, com o enfraquecimento dos Estados mundo afora, foram firmadas alianças entre os capitalistas industriais e agrários, os oligopólios multinacionais e transnacionais, os órgãos de pesquisa e o setor financeiro, as quais ampliaram o poder de um restrito grupo de empresas privadas sobre a agropecuária mundial.

No decênio de 1990, os preços da rubiácea no comércio mundial, cuja cotação é determinada nas Bolsas de Mercados de Futuros, atingiram os menores valores históricos, conforme atesta a tabela 09<sup>12</sup>, prejudicando severamente os cafeicultores em toda a superfície terrestre. As consequências da extinção dos AICs foram o aumento da concorrência entre os mercados produtores de café e a dissolução dos estoques, reverberando no decréscimo do preço do café em escala mundial (FREDERICO, 2014a). Ademais, doravante a dissolução do IBC, a atuação de grandes cooperativas privadas na agricultura sul-mineira cresceu significativamente, sobretudo na cafeicultura, ocupando o papel institucional outrora incumbido ao órgão estatal. Destarte, as cooperativas monopolizaram a comercialização da cafeicultura no sul de Minas Gerais (COULIS, 2011).

---

<sup>12</sup> Os dados da tabela 09 foram disponibilizados virtualmente pela Cooxupé e se referem aos preços médios (em dólares americanos) das sacas de café vendidas entre 1981 e 2018. Como a cooperativa comercializa o café com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados Futuros, os valores expostos pela tabela permitem observar a variação dos preços da rubiácea nos mercados internacionais. Entre 1990 e 1993, o café apresentou as menores cotações já registradas até aquele momento. No entanto, no íterim 2001-2004, a rubiácea sofreu nova desvalorização nos mercados de futuros, reverberando em novo recorde negativo dos preços médios do café em escala mundial.

**Tabela 09: Preço Médio em US\$ das Sacas de Café Vendidas pela Cooxupé: 1981-2018**

Ano	Janeiro	Março	Maiο	Julho	Setembro	Novembro
1981	94,06	86,67	76,63	69,67	72,29	73,63
1982	82,07	85,57	87,11	86,87	83,87	89,33
1983	93,79	74,45	62,15	51,82	53,58	52,16
1984	65,29	66,91	62,73	80,22	77,59	80,62
1985	115,81	120,52	101,1	81,04	74,65	143,73
1986	309,97	250,3	213,39	205,55	219,27	193,02
1987	121,13	86,61	84,56	50,17	46,01	49,69
1988	51,54	63,94	57,24	68,22	69,55	73,33
1989	120,88	102,98	146,41	78,59	61,05	66,49
1990	83,71	123,52	90,81	69,22	84,85	57,21
1991	61,51	76,02	66,26	58,69	61,77	54,5
1992	54,23	54,44	47,47	53,69	45,02	60,84
1993	69,07	67	57,85	64,61	72,62	73,56
1994	73,52	81,85	119,17	208,71	210,26	169,07
1995	166,07	170,88	160,07	138,32	131,05	127,04
1996	136,68	146,64	142,68	100,62	110,51	109,13
1997	148,11	187,05	207,55	166,43	188,01	192,35
1998	210,73	177,93	132,58	105,89	99,24	103,74
1999	113,35	99,2	107,94	87,82	75,36	107,52
2000	119,71	105,41	92,5	86,62	79,65	63,36
2001	61,91	57,68	54,74	45	40,53	35,74
2002	43,22	47,59	39,34	35,63	36,06	46,97
2003	53,06	48,4	53,65	56,11	59,59	55,86
2004	69,13	68,58	69,28	62,75	65,58	75,48
2005	97,43	113,78	117,08	111,52	120,98	108,54
2006	123,71	112,64	96,58	101,27	112,39	115,72
2007	125,42	117,34	115,01	129,25	133,26	138,82
2008	144,19	154,83	147,13	164,67	149,63	107,79
2009	111,34	111,49	127,06	132,6	140,08	157,55
2010	158,75	149,91	145,05	166,5	169,77	184,42
2011	242,24	297,9	310,14	284,72	261,9	267,47
2012	266,02	225,65	194,52	207,31	194,55	168,13
2013	163,49	151,97	150,82	132,13	121,96	102,47
2014	115,33	185,2	181,83	169,27	170,38	182,75
2015	177,74	149,16	144,79	135,75	119,6	117,53
2016	121,39	135,5	135,26	155,8	155,21	165,98
2017	161,54	155,9	146,12	159,13	152,7	138,43
2018	134,87	128,66	123,19	125,22	107,23	113,25

**Fonte:** COOXUPÉ. **Preço Médio das Sacas de Café Vendidas na Cooxupé em US\$.** 2018. Disponível em: <<http://portalweb.cooxupe.com.br:8080/portal/precohistoricocafe.jsp>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Frederico (2012; 2014a; 2017) e Carvalho (2013) explicam que na década de 1990, a adesão da cafeicultura ao neoliberalismo e o enfraquecimento do papel estatal neste ramo produtivo reverberaram no surgimento da cafeicultura científica globalizada, a qual está associada à concorrência capitalista e à procura pelo aumento da rentabilidade e da competitividade no mercado. Ante um contexto de financeirização da economia mundial e de ápice do capitalismo informacional, o comércio mundial de café é desregulamentado e a comercialização e o armazenamento de café são controlados pelas corporações oligopolistas transnacionais e multinacionais atuantes nos mercados internacionais.

Intimamente relacionada ao atual estágio da globalização, a cafeicultura científica globalizada é caracterizada pelo predomínio de políticas neoliberais, pela financeirização do mercado e pelo massivo uso de tecnologias de informação na produção e na comercialização da rubiácea. A ausência de intervenções estatais na cafeicultura ocasiona grande volatilidade nos preços pagos aos produtores, uma vez que há o aumento das especulações nos mercados futuros de café e da disputa entre as regiões produtoras. Além disso, as grandes empresas torrefadoras e as *tradings* intensificaram sua atuação no mercado cafeeiro em escala global (FREDERICO, 2014).

Profundamente influenciada pelas leis de mercado e pelo meio técnico científico-informacional, a cafeicultura científica globalizada é marcada pelo crescimento do setor de biotecnologia e pela intensa especialização produtiva, a qual pode ser constatada pelo crescimento da produção de cafés especiais nos últimos anos. Neste cenário, a difusão dos cafés de atributos diferenciados foi uma solução encontrada para promover o aumento do preço da rubiácea no mercado e atender aos novos agentes do setor cafeeiro, como as empresas torrefadoras. Assim, houve aumento da produtividade e da busca por competitividade no mercado mundial. Com a extinção do IBC e dos AICs, o mercado financeiro passou a controlar os preços das *commodities*, entre elas o café, convertendo-as em espécies de derivativos, especialmente através da sua negociação nas Bolsas de Mercados de Futuros (BARONE, 2017; FREDERICO, 2017; MERGULHÃO, 2017).

De acordo com Broggio et al. (1999), no decênio de 1980 e no início da década de 1990, houve expressivo deslocamento da produção cafeeira dos estados do Paraná e de São Paulo em direção a Minas Gerais. Segundo os autores, a estimativa para o ano de 1995 era de que o estado de Minas Gerais fosse responsável por mais da metade do cultivo total do grão no país, enquanto o sul do estado produziria pouco mais de 30% de todo o café brasileiro. Neste ínterim, a produtividade da cafeicultura mineira apresentou significativo crescimento,

muito superior ao das demais unidades federativas do país (PELEGRINI; SIMÕES, 2011; IBGE, 2016b).

Na transição para os anos 1990, Minas Gerais e Espírito Santo se tornaram os maiores produtores nacionais de café, embora algumas áreas nas unidades federativas de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro ainda mantivessem expressiva produção. Neste período, a produção cafeeira em Rondônia também teve algum destaque, com o cultivo da espécie *canephora* (IBGE, 2016b). Em virtude da crise na cafeicultura e da elevada inflação que o Brasil vivenciava, alguns agricultores nepomucenenses migraram temporariamente para estados das regiões Norte e Centro-Oeste, buscando maiores rendimentos com culturas que apresentavam expressivo crescimento no país, como a soja.

Em 1994, grandes geadas afetaram a cafeicultura em São Paulo, no Paraná e no sul de Minas Gerais, prejudicando especialmente os pequenos produtores. A partir de 1996, os preços do café no mercado mundial apresentaram notório aumento, em partes devido aos eventos climáticos que assolaram os cafezais brasileiros no ano de 1994. Com o intuito de reerguer a produção cafeeira regional e nacional, as cooperativas incentivaram o replantio dos cafeeiros destruídos, através do intenso uso de maquinários e insumos químicos. Doravante, nota-se que houve expressiva variação da conformação geográfica de distribuição da produção cafeeira pelo território brasileiro, a qual apresentou expressivas modificações em comparação com o cenário do início do século XX, pois os Vales do Paraíba paulista e fluminense já não são as principais áreas produtoras de café do país. No panorama atual, Espírito Santo e Minas Gerais são os maiores produtores do grão, mas algumas áreas da Bahia, de Rondônia, do Pará e do Paraná também apresentam expressivas safras cafeeiras anuais (COULIS, 2011; IBGE, 2016b).

Na América Latina, com a desregulamentação do setor cafeeiro e a adesão ao neoliberalismo após o fim dos AICs, alguns agricultores abandonaram a cafeicultura, enquanto outros optaram pelo consórcio ou rotação de culturas. A crise do setor cafeeiro nos anos 1990 ocasionou muitas migrações em toda a América Latina, aumento do desemprego no campo e na agricultura e a redução dos preços internacionais da rubiácea. O Brasil, contrariando a tendência continental e mundial, aumentou sua produção cafeeira no final dos anos 1990 e no início do decênio de 2000. Esse crescimento ocorreu devido a alguns fatores, como a falta de regulação estatal no setor após a extinção do IBC; a expansão da cafeicultura para outras regiões do país, como o Cerrado mineiro e o Oeste da Bahia; e a intensificação do uso de fertilizantes químicos, máquinas agrícolas e praguicidas nas lavouras cafeeiras, cujo emprego ocasionou aumento da produtividade. Neste período, os preços internacionais do

café alcançaram recordes negativos, a despeito do crescimento do consumo mundial de café (COULIS, 2011; FREDERICO, 2017).

Na década de 1990, o Estado brasileiro voltou a intervir na agricultura, inclusive na cafeicultura, através do PRONAF, do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ)<sup>13</sup> e de outros programas que financiam crédito rural a baixos juros. Além disso, o governo ampliou os investimentos na EMATER e na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), órgãos estaduais que auxiliam os pequenos produtores agrícolas (COULIS, 2011). Em Nepomuceno, muitos cafeicultores aderiram ao crédito fomentado pelo PRONAF, inclusive contraindo dívidas decorrentes do pagamento destes empréstimos. A maioria dos financiamentos adquiridos com o PRONAF é empregada em investimentos na produção, como na compra de maquinário e de insumos agrícolas. Ademais, a atuação da EMATER no município é expressiva, fornecendo assistência técnica aos agricultores.

Segundo Frederico (2017), as atividades típicas da cafeicultura científica globalizada e as práticas de períodos anteriores coexistem no sul de Minas Gerais nos tempos hodiernos. No panorama nepomucenense, o qual se assemelha ao contexto regional, a produção cafeeira se enquadra principalmente nas características apresentadas pelo autor para o período marcado pela cientificação da cafeicultura e pelo predomínio do meio técnico-científico, pois há intenso uso de pesticidas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas, os quais reverberaram no aumento da produtividade das lavouras. Desta maneira, a cafeicultura municipal é caracterizada pelo emprego de técnicas oriundas da Revolução Verde no processo produtivo. Em contrapartida, aspectos inerentes à cafeicultura científica globalizada, como o cultivo de cafés especiais, a aplicação de tecnologias de informação e a construção de bancos de dados referentes à produção para o monitoramento de riscos climáticos e intempéries, ainda são expedientes incipientes na conjuntura agrária nepomucenense.

### **3.2 – A Cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Nepomuceno-MG Atualmente**

Nos tempos recentes, a região Sul de Minas se destaca como a principal produtora de café do estado e do Brasil, sendo responsável por mais da metade da produção cafeeira da unidade federativa e mais de um terço da produção nacional no ano de 2016 (CONAB, 2018). O desenvolvimento da cafeicultura em terras sul-mineiras se deve a variados fatores, como a difusão dos cafeeiros através da mão de obra estrangeira no século XIX e no início dos

---

<sup>13</sup> O FUNCAFÉ é um programa estatal que fornece apoio e financiamento para a colheita, o armazenamento, a comercialização e o transporte na cafeicultura, apoiando tanto os cafeicultores em si, quanto as cooperativas.

novecientos, os investimentos e incentivos estatais nos decênios de 1960 e 1970, a crescente atuação das cooperativas na agricultura regional, a elevada fertilidade de seus solos, o clima tropical de altitude, a altimetria ideal ao cultivo da rubiácea e a privilegiada localização da região. Com relação à cafeicultura, a tabela 10 permite fazer a comparação da produção cafeeira sul-mineira, estadual e nacional no quinquênio 2012-2016.

**Tabela 10: Produção Total e Área em Produção de Café Arábica – Sul de Minas, Minas Gerais e Brasil (2012-2016)**

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Área (em hectares) - Sul de Minas</b>	518.082	521.187	501.214	478.056	523.506
<b>Área (em hectares) - Minas Gerais</b>	1.028.425	1.037.797	1.008.548	968.872	1.008.467
<b>Área (em hectares) - Brasil</b>	1.572.761	1.565.713	1.519.390	1.479.810	1.525.265
<b>Produção Total (em mil sacas) - Sul de Minas</b>	13.792	13.355	10.084	10.808	15.347
<b>Produção Total (em mil sacas) - Minas Gerais</b>	26.944	27.660	22.941	22.303	28.937
<b>Produção Total (em mil sacas) – Brasil</b>	38.344	38.286	32.603	32.048	41.286

Fonte: CONAB. Séries Históricas - Safras 2012-2016 - Café Arábica. 2018.

Entre os anos de 2012 e 2016, os municípios sul-mineiros mantiveram expressiva participação na área cultivada e na produção total estadual e nacional da rubiácea. Em 2016, a região Sul de Minas possuía 51,9% da área destinada ao cultivo de café no estado e 34,3% de todas as terras destinadas ao plantio cafeeiro no país. No mesmo ano, era responsável por 53% da produção estadual e por 37,2% da produção nacional da rubiácea. No rol dos maiores produtores sul-mineiros de café, destaca-se o município de Nepomuceno, cuja cafeicultura é vultosa desde o início do século XX.

Nos tempos hodiernos, o café é uma das *commodities* mais valiosas do mundo. Apenas duas espécies são cultivadas em toda a superfície terrestre. O *coffea arabica* é responsável por aproximadamente 70% da produção mundial, enquanto cerca de 30% do café produzido na superfície terrestre é da espécie *coffea canephora*. Minas Gerais é o maior produtor nacional de café, seguido do estado do Espírito Santo. Salienta-se que percentual significativo da Mata Atlântica brasileira foi desmatado devido à cafeicultura, especialmente nos estados da região Sudeste (SOUZA; 2006; WATSON, ACHINELLI, 2008; FREDERICO, 2014).

No entanto, atualmente a cafeicultura vivencia uma crise, pois, devido ao aumento da produção mundial, sobretudo em países como Brasil, China e Vietnã, a cotação cafeeira nas Bolsas de Mercados de Futuros vem apresentando grande volatilidade e alguns decréscimos nos últimos anos. Nas últimas duas safras – 2017/2018 e 2018/2019, a produção mundial de café superou o seu consumo, ocasionando a formação de excedentes. Como a oferta superou a demanda, há uma tendência de queda dos preços da rubiácea nos mercados internacionais (OIC, 2018). Nesta conjuntura, os cafeicultores do município de Nepomuceno temem por suas lavouras e pelo sustento de suas famílias, uma vez que o custo operacional efetivo (COE)<sup>14</sup> de produção aumentou expressivamente nos últimos anos, enquanto o preço pago pela saca de café se manteve estagnado ou apresentou reduções.

Vários dos monopólios internacionais atuantes no setor cafeeiro possuem unidades em municípios do sul de Minas Gerais, com destaque para Varginha, importante polo regional, onde estão instaladas diversas empresas de armazenamento, transporte, beneficiamento e exportação de café. A alemã *Neumann Kaffee Gruppe* (NKG), que está entre as dez maiores exportadoras de café do país, possui unidades em Muzambinho e Varginha através da *Stockler Comercial e Exportadora Ltda*<sup>15</sup>. A corporação suíça *Ecom Agroindustrial Ltda* também é uma empresa monopolista com unidades no Brasil, por intermédio da *Empresa Interagrícola S/A* (EISA). Sua principal filial no Brasil se localiza em Santos e conta com o respaldo de unidades auxiliares, uma delas situada em Varginha. Já a empresa holandesa *ED&F Man Netherlands BV*, líder no mercado mundial de contratos de café verde, atua no Brasil por meio de quatro empresas. A *Volcafé*, uma de suas associadas, possui uma unidade exportadora em Varginha (OLIVEIRA, 2016).

A suíça *Sucafina S/A* atua no mercado brasileiro por intermédio da *Finacafé Comércio de Alimentos Ltda*, cuja sede está localizada em Santos. A multinacional exporta café em grão verde e solúvel por intermédio de sua unidade em Varginha. O conglomerado francês *Louis Dreyfus Groups* e a inglesa *Armarjaro Trading Limited*, através da *Armarjaro Agri-*

<sup>14</sup> O custo operacional efetivo (COE) abrange o somatório dos gastos com insumos, como praguicidas, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e fontes energéticas, e com serviços empregados no processo produtivo, como impostos, arrendamentos, pagamento da força de trabalho, contratação de agrônomos e/ou veterinários, manutenção de equipamentos e máquinas, benfeitorias nos estabelecimentos, transporte, estocagem e beneficiamento da produção, entre outros.

<sup>15</sup> A *Stockler Comercial e Exportadora Ltda* é uma das cinco maiores empresas de exportação de café atuantes no Brasil, exportando milhões de sacas anualmente e comercializando diversos tipos de cafés, dentre os quais se destacam os especiais e certificados. Sua sede se localiza em Santos (SP) e tem filiais em Espírito Santo do Pinhal (SP), Manhuaçu (MG), Muzambinho (MG), Patrocínio (MG), São Sebastião do Paraíso (MG), Varginha (MG), Vitória (ES) e Vitória da Conquista (BA). A empresa possui dois armazéns, ambos situados em municípios sul-mineiros. Um se encontra em Varginha e apresenta capacidade para armazenar aproximadamente 80 mil sacas, enquanto o outro está instalado em Muzambinho, cuja capacidade de armazenamento gira em torno de 70 mil sacas.



*Commodities do Brasil Ltda*, também exportam café pelo município de Varginha. A multinacional estatal chinesa *Cofco Agri* possui uma unidade de armazenamento, processamento e exportação de café em Alfenas. A corporação internacional *Hillshire Brands Company*, a qual adquiriu recentemente algumas marcas brasileiras de café, exporta o grão produzido em território nacional por intermédio da *D. E. Cafés do Brasil*, localizada em Varginha (OLIVEIRA, 2016). Fundada em 1895, a Café Bom Dia, uma das maiores indústrias de torrefação e moagem da rubiácea em território brasileiro, tem sede no município de Varginha. Além disso, é uma das maiores produtoras de cafés sustentáveis e certificados do país, destacando-se também no volume total de grãos comercializados (MERGULHÃO, 2017). Essas empresas atuantes no sul do estado de Minas Gerais fazem parte da rede global do agronegócio cafeeiro, a qual opera em todos os maiores produtores mundiais da rubiácea.

Carvalho (2013), Oliveira (2016) e o IBGE (2018a) afirmam que a microrregião de Varginha é a maior produtora de café do estado de Minas Gerais. Neste cenário, o município concentra as principais empresas exportadoras de café do território mineiro e é responsável por aproximadamente  $\frac{1}{4}$  das exportações de produtos agropecuários do estado. Em Varginha, está situada a Estação Aduaneira do Interior (EADI), responsável pelo armazenamento de carga, sobretudo cafeeira, direcionada à exportação (ROLLO, 2009). A EADI possui 15.000 m<sup>2</sup> de armazéns alfandegados e 28.000 m<sup>2</sup> de armazéns gerais. Em 2018, foi responsável pelo despacho de 96.923 sacas de café de 60 quilogramas (0,3% do total exportado pelo Brasil no ano) destinadas à exportação no país (CECAFÉ, 2019).

No sul do estado de Minas Gerais, a Exportadora de Café Guaxupé possui a capacidade de armazenamento de um milhão de sacas de café. Ademais, também processa, transporta por meio de contêineres e exporta o grão. Para tal atividade, o município possui uma unidade aduaneira, na qual o contêiner é transportado em direção ao porto de Santos (OLIVEIRA, 2016).

As dez maiores empresas produtoras de café<sup>16</sup> foram responsáveis por aproximadamente 60% de todo o grão vendido pelo Brasil e no mundo. Desta maneira, as corporações multinacionais e transnacionais estrangeiras atuam e promovem monopólios na cafeicultura brasileira, integrando a produção cafeeira às redes internacionais de comercialização de café. No panorama brasileiro, a participação das cooperativas é

---

<sup>16</sup> Em 2016, as dez maiores empresas produtoras e comercializadoras de café no mundo e no Brasil foram a *Neumann Kaffee Gruppe*, a *Ecom Agroindustrial Corp. Ltda.*, a *Olam International*, a *ED&F Man*, a *Louis Dreyfus Group*, a *Noble Group Limited*, a *Sucafina S/A*, a *Armajaro Trading Limited*, a *Mercon Coffee Corporation* e a *JDE - Jacobs Douwe Egberts* (OLIVEIRA, 2016).

expressiva, pois revendem percentual significativo da produção cafeeira nacional (FREDERICO, 2012; 2013; OLIVEIRA, 2016). Com uma infraestrutura disponível ao armazenamento, processamento e escoamento do grão, o município de Varginha é um importante nó das redes geográficas de produção e distribuição do café, exercendo importante papel no sul de Minas Gerais. Segundo Raffestin (1993), a existência de nodosidades possibilita o advento de relações de poder das áreas centrais em relação às localidades periféricas, algo perceptível através da relevância da função exercida por Varginha em toda a logística de estocagem e comercialização da rubiácea.

Atualmente, Varginha, Guaxupé e Três Pontas estão entre os dez maiores municípios estocadores de café do país (IBGE, 2016b). A maioria da rubiácea cultivada no Sul de Minas Gerais é exportada via porto de Santos, o qual também é responsável pela exportação da maior parte do café produzido no Brasil (CARVALHO, 2013). Neste contexto, o transporte do café geralmente é multimodal, conciliando o transporte rodoviário em território brasileiro, com o transporte marítimo, realizado por meio do porto de Santos, até outros países (BARONE, 2017). Com diversas instalações para a estocagem, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização da produção cafeeira, o município de Santos desempenha, nos tempos hodiernos, papel fundamental na cafeicultura nacional.

A região Sul de Minas atende a uma produção especializada, com uma infraestrutura complexa para a produção, armazenamento, beneficiamento e exportação do café. Nas redes geográficas recentes, a produção é estocada em armazéns, processada nas torrefadoras e distribuída através dos fluxos entre as áreas produtoras, as localidades armazenadoras e os portos, até que a rubiácea chegue até seu destino final, no exterior ou no mercado nacional, isto é, aos consumidores, os quais finalizam o processo produtivo por meio do consumo (IBGE, 2016b).

Frederico (2014a) salienta a importância da significativa quantidade de cooperativas, centros de pesquisa e extensão, órgãos, entidades, eventos e profissionais associados à cafeicultura nos municípios sul-mineiros. Contudo, apesar de suas vantagens técnico-organizacionais, a produção nesta região é onerada por alguns fatores, tornando-se mais cara que em outras regiões do estado de Minas Gerais. Dentre esses aspectos, destaca-se a topografia acidentada, a qual dificulta a mecanização da produção. Destarte, a cafeicultura no sul de Minas Gerais está assentada sobre a força de trabalho humana, gerando diversos postos de emprego, sobretudo temporários, nos períodos de colheita. Considerando-se que a produção agrícola nos municípios sul-mineiros, inclusive em Nepomuceno, é altamente

especializada, Lênin (1977, p. 28-29) explica que a especialização da produção resulta da integração da agricultura ao capitalismo e de sua subordinação ao setor industrial:

Esse processo de especialização que separa umas das outras as diferentes classes de transformação dos produtos, constituindo um número cada vez maior de ramos da indústria se manifesta também na agricultura, criando zonas agrícolas (e sistemas de exploração) especializadas, originando o intercâmbio entre os produtos da agricultura e a indústria, assim como entre os diferentes produtos agrícolas. (Tradução Nossa)

No fragmento mencionado, Lênin explica que uma tendência da integração da agricultura ao modo de produção capitalista é o surgimento de regiões agrícolas especializadas no cultivo de determinados gêneros, ou seja, de grandes zonas pautadas nas monoculturas. O panorama não é diferente em Nepomuceno, uma vez que o monocultivo cafeeiro é dominante no município. Diversos elementos, como a associação entre os cafeicultores e as cooperativas, as quais compram a maioria do café cultivado pelos agricultores nepomucenenses e fornecem apoio técnico à produção, contribuem para a especialização da produção e sua integração ao mercado.

Neste contexto, os atores capitalistas agem estimulando a criação de extensas áreas agrícolas monocultoras, como os *belts* na América do Norte e a zona sojicultora no Centro-Oeste brasileiro. Assim, a segurança e a soberania alimentar das populações destas regiões são severamente ameaçadas, pois o monocultivo é prejudicial a ambas (PORTO-GONÇALVES, 2006; DESMARAIS, 2013; VILAS BOAS, 2016a; 2017).

O cultivo do café demanda condições geográficas específicas, como uma temperatura média entre 18 e 25 graus, a altitude entre 800 e 2000 metros, uma estação seca e outra chuvosa, típicas do clima tropical, entre outras características. Assim, sua produção fica concentrada em poucos países tropicais, os quais reúnem os aspectos físicos ideais aos cafezais (TALBOT, 2004; FREDERICO, 2014b). A unidade federativa de Minas Gerais coaduna condições geomorfológicas, climáticas e pedológicas apropriadas à cafeicultura, principalmente em algumas regiões do estado, como as áreas de maior altitude e a porção sul do território mineiro (PELEGRINI; SIMÕES, 2011). O Sul de Minas é propício à cafeicultura, pois segundo a classificação de Köppen, seu clima apresenta verões brandos e chuvosos e possui concentração de chuvas entre os meses de janeiro e março (CARVALHO, 2013).

Ademais, a região possui áreas montanhosas propícias ao *coffea arabica*, pois não apresenta máximas térmicas muito elevadas e possui condições de umidade e pluviosidade ideais ao cultivo da espécie. Todavia, como muitos municípios sul-mineiros estão situados

acima de 800 metros de altitude, frequentemente há a ocorrência de geadas, as quais danificam os cafezais (MARTINS, 2014b). Parcela expressiva do território mineiro se enquadra dentro destes parâmetros, como o município de Nepomuceno, o qual se situa a uma altitude média superior a 800 metros e apresenta o clima tropical de altitude, com duas estações bem definidas, um verão chuvoso e quente e um inverno mais ameno e seco (VILAS BOAS, 2016a).

O café do tipo arábica, conhecido por sua robustez e seu sabor forte e amadeirado, é o mais cultivado no sul do estado (GIOVANINI, 2006; FREDERICO, 2013a; OLIVEIRA, 2016). A altitude da maioria dos municípios sul-mineiros oscila entre 800 e 1250 metros, favorecendo a cafeicultura. O clima tropical, típico do estado de Minas Gerais, é ideal ao cultivo da rubiácea, pois possui um extenso período seco, entre os meses de maio e agosto, favorecendo o processo de secagem dos grãos, o qual acontece justamente nessa época do ano (COULIS, 2011; COELHO, 2012).

Frederico (2012) salienta os baixos custos de produção por hectare no sul de Minas Gerais, utilizando como exemplo o município de Três Pontas. O reduzido custo da produção sul-mineira se destaca principalmente em comparação com outras regiões, como o oeste baiano, onde a diminuta fertilidade dos solos, em virtude de sua acidez, eleva os gastos produtivos. Os pequenos produtores têm grande relevância para a estrutura produtiva sul-mineira, pois a maioria do café revendido pelas cooperativas é oriunda de seus imóveis (BROGGIO et al., 1999). Acerca da atual conjuntura cafeeira dos municípios sul-mineiros, Frederico (2017, p. 96) disserta:

O sul de Minas continua sendo a principal região brasileira produtora de café, contudo, as rugosidades representadas pelo relevo ondulado – que dificulta a mecanização –, e pelo predomínio de pequenas unidades produtivas têm imposto desafios para incorporar os novos sistemas técnicos produtivos e para perpetuar a atividade, sobretudo, entre os pequenos produtores, em geral descapitalizados e com reduzido acesso à informação produtiva e de mercado.

Paradoxalmente, o relevo acidentado de Nepomuceno, ao passo que dificulta a modernização do processo produtivo, também favorece a perpetuação da cafeicultura no município, uma vez que constitui um empecilho à difusão de outras culturas, como a soja e o milho, as quais se adaptam melhor a terras mais planas. Desta maneira, os pequenos cafeicultores do município, cujos imóveis rurais não ultrapassam os quatro módulos fiscais, dispõem de máquinas simples, frequentemente manuais, para auxiliá-los no trabalho agrícola. A topografia municipal e a carência de recursos financeiros compõem obstáculos à disseminação de máquinas mais robustas e tecnológicas em Nepomuceno.

Nesta esfera, Coulis (2011) ressalta que a derriçadora manual possibilita que o trabalhador colha uma quantidade de café equivalente ao trabalho de seis trabalhadores sem o uso de máquinas. Deste modo, a produtividade do trabalho foi ampliada e a necessidade da contratação de safristas minorada, colaborando para o aumento do desemprego rural no sul de Minas Gerais. Ademais, considerando-se o relevo ondulado da região, a derriçadora portátil alcança áreas muito íngremes, as quais impossibilitam o uso de tratores.

Durante as entrevistas semiestruturadas, os produtores nepomucenenses relataram a redução da contratação de trabalhadores temporários durante o período da safra a partir da introdução da derriçadora manual na cafeicultura local. Tal conjuntura favoreceu o crescimento do subemprego no município e colaborou para a piora das condições de vida das famílias em Nepomuceno, especialmente em virtude da diminuição de seus rendimentos anuais. Salienta-se que, de acordo com os dados do Censo Demográfico realizado em 2010 (IBGE, 2010), menos de 13% da população nepomucenense estava empregada em alguma atividade formal de trabalho. O diminuto índice corrobora a débil situação relativa aos postos de emprego no município.

Em áreas de cafeicultura de montanha, como em algumas localidades do sul de Minas Gerais, quando há significativa diminuição dos preços venais do café, a adubação das lavouras é interrompida em alguns momentos, pois em função de sua elevada fertilidade, continuam produzindo mesmo sem a aplicação de insumos. Sublinha-se que em regiões de elevada fertilidade dos solos, como nos municípios sul-mineiros, a adubação geralmente ocorre apenas três vezes por ano. Em outras áreas do país, como no oeste baiano, recentemente incorporado à cafeicultura científica globalizada, a adubação precisa ser executada semanalmente, em virtude da diminuta fertilidade dos solos e de sua elevada acidez (FREDERICO, 2012).

Em Nepomuceno, o panorama é semelhante ao encontrado na maior parte dos municípios da porção austral de Minas Gerais. Na maioria dos imóveis agrícolas pesquisados, a adubação também é efetuada em três doses anuais. Essa situação corrobora a extração de renda de terra diferencial I em Nepomuceno, pois a fertilidade natural de seus solos confere vantagens produtivas aos agricultores do município, os quais obtêm maior produtividade, além da menor necessidade de aplicação de insumos em suas lavouras para a ampliação da fertilidade e/ou redução da acidez. A privilegiada localização do município de Nepomuceno, situado no trajeto entre algumas das principais capitais do país, também promove a redução dos custos produtivos, em decorrência da diminuição dos gastos relativos ao transporte

(VILAS BOAS, 2016b). Nos tempos hodiernos, Nepomuceno é um dos municípios brasileiros com maior área cultivada da rubiácea (CARVALHO, 2013).

Deste modo, a localização dos solos de Nepomuceno, enaltecida pelo editorial *Nação Brasileira* (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925) há quase um século, propicia a extração de renda diferencial I, a qual advém de características naturais da terra e/ou da localização (MARX, 1983). Como provém de aspectos naturais do solo, a renda fundiária diferencial é auferida de forma permanente na agricultura. No entanto, quando o trabalhador não é o dono das terras cultivadas, o lucro extraordinário – a parte do lucro que supera o lucro médio - é apropriada pelo proprietário fundiário, como acontece nas diversas formas de arrendamentos (KAUTSKY, 1980).

## **4 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA E SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG NO PERÍODO 1995-2017**

A agropecuária corresponde à principal atividade econômica do município de Nepomuceno. A seguir, são discutidos alguns importantes elementos acerca da produção agropecuária nepomucenense, como a divisão do trabalho segundo o gênero na agricultura e no campo, as oscilações na produção dos principais gêneros agropecuários municipais entre os anos de 1995 e 2017, os métodos empregados para a fertilização e a conservação dos solos, a situação de soberania alimentar dos agricultores locais, entre outros.

### **4.1 - O Trabalho Rural/Agrícola em Nepomuceno-MG segundo o Gênero**

Uma interessante faceta da agricultura é a divisão de trabalho segundo o gênero. O trabalho constitui um importante elemento da vida humana e as maneiras como é desigualmente distribuído entre homens e mulheres reflete diversos aspectos das sociedades. De acordo com Antunes (2009), a maioria das mulheres possui dupla jornada de trabalho, uma vez que além do trabalho assalariado, encarregam-se dos afazeres domésticos. Neste sentido, o trabalho doméstico é importante ao capital, pois o cuidado com os filhos, os cônjuges e o próprio ambiente residencial propicia a reprodução da força de trabalho. Nas palavras de Almeida (2016, s.p):

A distinção homem-mulher em seus diversos termos tem um caráter social, é uma construção social. É a sociedade que cria as duas figuras que lhes outorga traços próprios, o que os diferencia no cotidiano, nos comportamentos, no trabalho e nas relações sociais. Geralmente, nas comunidades tradicionais, o homem responsabiliza-se por manter o roçado, recorrendo ocasionalmente ao trabalho da mulher em algumas etapas da produção.

No excerto em destaque, a autora defende que a produção e a organização social do espaço ocorrem baseadas na dualidade socialmente estabelecida entre homens e mulheres. Em ambientes rurais, essa distinção é visível, pois os espaços produtivos, como a lavoura, e as principais deliberações são de responsabilidade masculina. Embora as mulheres participem de atividades relativas à agricultura e à pecuária, as decisões geralmente são incumbidas aos homens. Portanto, o poder, em suas diversas feições, é exercido pelos sujeitos do sexo masculino. Já às mulheres, compete a produção de quitutes voltados ao autoconsumo e à venda e os cuidados com os espaços de reprodução doméstica, dentre os quais estão inclusos

o trabalho nos quintais e as tarefas voltadas ao núcleo familiar (ANTUNES, 2009; SILVA; HESPANHOL, 2016). Acerca do trabalho feminino, Antunes (2009, p. 105) afirma que:

Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. Na *divisão sexual do trabalho*, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em *trabalho intensivo*, são destinadas às mulheres trabalhadoras.

No trecho mencionado, o autor ressalta o caráter desigual da divisão sexual do trabalho. Há séculos, as mulheres recebem menores salários que os homens, os quais hegemonizam as principais deliberações nas unidades produtivas. No tocante ao assunto, Aguiar (2017) defende que as relações de gênero não são imutáveis. Os contextos socioculturais e os fatores econômicos as influenciam de maneira direta. Em Nepomuceno, as decisões relativas aos estabelecimentos agrícolas são funções geralmente delegadas aos homens, os quais também se encarregam do trabalho braçal na lavoura. Em contrapartida, às mulheres competem atribuições vinculadas ao cuidado com os espaços domésticos e os filhos, ao preparo de alimentos, à limpeza do entorno da residência, ao arranjo das hortas, entre outras funções. Sob essa perspectiva, Furlan et al. (2017) afirmam que, apesar da falta de valorização, o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais, por meio da criação de animais de pequeno porte e do cultivo de hortaliças, frutas e outros vegetais, contribui para o aumento da segurança alimentar da família, fenômeno observado na conjuntura agrária nepomucenense.

A desigualdade de gênero faz com que os cuidados com os quintais sejam uma tarefa predominantemente feminina, enquanto aos homens é atribuída a função de cuidar das lavouras e das deliberações da unidade agrícola (FURLAN et al., 2017). Ademais, o trabalho não remunerado comumente é incumbido às mulheres (AGUIAR, 2017). Assim, há a reprodução das relações díspares de gênero, algo que acontece no município de Nepomuceno, visto que as decisões referentes aos estabelecimentos agropecuários, bem como as funções que geram renda monetária, são atribuídas principalmente aos indivíduos do sexo masculino.

No tocante ao assunto, Crocco et al. (2017) observaram que na colheita do café em propriedades rurais nepomucenenses, as mulheres geralmente dedicam menos horas diárias ao trabalho na apanha em comparação com os homens, sobretudo devido ao fato de também estarem incumbidas do trabalho doméstico. A dupla jornada de trabalho exercida diariamente pelas apanhadoras de café no município é marcada pela insalubridade e pode ocasionar diversas patologias, como doenças cardiovasculares ou respiratórias, neoplasias e lesões por



esforço repetitivo. Por falta de opção, muitas colhedoras levam consigo seus filhos para o ambiente de trabalho, o que provavelmente compromete a produtividade de seu trabalho e, conseqüentemente, as remunerações recebidas.

Segundo Aguiar (2017), o trabalho realizado pelas mulheres nas unidades agropecuárias é produtivo, uma vez que produzem materialmente importantes gêneros dedicados à alimentação da família. Embora os produtos desse trabalho não sejam contabilizados em indicadores como a renda *per capita*, uma vez que se destinam ao autoconsumo, sua existência melhora as condições de vida do grupo familiar e, principalmente, a qualidade de seus regimes alimentares, os quais têm impacto direto em seus estados de saúde. Sob esse prisma, é importante frisar, em consonância com Gouveia e Ross (2016), que as famílias proprietárias de porções de terra geram renda não monetária por meio de diversas ações, como a produção voltada ao consumo familiar, a realização de trabalhos domésticos e os mutirões.

No município de Nepomuceno, é comum o cultivo de alguns gêneros para a alimentação da família, bem como a efetivação de alguns trabalhos domésticos, atividades em que a mão de obra predominante é a feminina. No tocante aos mutirões, merece ênfase a prática denominada troca de serviço, na qual cafeicultores vizinhos se reúnem e colhem conjuntamente o café de todos os estabelecimentos adjacentes sem a cobrança de valores monetários. Movidos pelo princípio da reciprocidade, auxiliam-se mutuamente na apanha da rubiácea até que a colheita seja concluída. Deste modo, evitam gastos financeiros com a contratação de trabalhadores temporários. Embora seja difícil calculá-la em termos quantitativos, é imprescindível a apreciação da renda não monetária nos estudos sobre famílias rurais.

Como normalmente é efetivado nas hortas e quintais, constitui um trabalho que preserva o meio ambiente e frequentemente não utiliza insumos urbano-industriais que degradam a natureza, como praguicidas e grãos transgênicos. O trabalho efetuado pelas mulheres nas hortas e quintais muitas vezes não é considerado como trabalho produtivo, mas avaliado como trabalho doméstico. Aguiar (2017) critica essa afirmação, uma vez que analisar o trabalho feminino como improdutivo representa invisibilizar seu trabalho, o qual é majoritariamente voltado à produção de víveres destinados ao autoconsumo. Ademais, não permite que o trabalho realizado pelas mulheres demande remunerações e confira direitos trabalhistas e sociais, o que prejudica suas condições de vida e intensifica a dependência financeira em relação aos seus cônjuges.

## 4.2 – A Produção Agropecuária em Nepomuceno-MG

A economia nepomucenense está assentada em atividades agropecuárias, com grande destaque para a cafeicultura, responsável por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Outros víveres agrícolas, como o arroz, o feijão e o milho, também possuem significativa participação na agricultura municipal. A presença do Aviário Santo Antônio, uma das maiores empresas do setor granjeiro do país – com destaque para a produção e a exportação de ovos, corrobora a importância da avicultura para a economia municipal, visto que cerca de novecentas pessoas trabalhavam no aviário em Nepomuceno no ano de 2018. A empresa se destaca na exportação de ovos de codornas e galinhas, destinados à indústria alimentícia (VILAS BOAS, 2016a; AVIÁRIO SANTO ANTÔNIO, 2019).

Em 2018, possuía mais de 1,3 milhões de galinhas poedeiras e 400 mil codornas, e sua produção diária superava a marca de 1 milhão de ovos, dentre os quais 20% serviam como matéria-prima do próprio aviário para a fabricação de 23 produtos processados, como albumina em pó, gema desidratada, gema em pó, clara desidratada, omelete e ovo em pó. No mesmo ano, a empresa vendeu aproximadamente 300 milhões de ovos nos mercados nacionais e internacionais (AVIÁRIO SANTO ANTÔNIO, 2019).

### 4.2.1 – A Produção Leiteira no Município de Nepomuceno-MG

O crescimento do consumo nacional de leite e derivados, a adoção de novas tecnologias, a instalação dos tanques comunitários e a infraestrutura de transporte leiteiro fornecida pelas cooperativas contribuíram para o grande crescimento da produção municipal no íterim em questão. O processo de valorização do leite também aconteceu no estado de Minas Gerais, conforme evidenciam os dados da tabela 11:

**Tabela 11: Produção Total Anual de Leite em Minas Gerais (1995-2017)**

Ano	Rebanho Ordenhado	Volume Produzido	Valor da Produção (em R\$)
1995	5.121.902 vacas	4.762.543 litros	1.106.840.000,00
2000	4.414.779 vacas	5.865.486.000 litros	1.739.689.000,00
2005	4.659.245 vacas	6.908.683.000 litros	3.402.852.447,00
2010	5.447.005 vacas	8.388.039.000 litros	6.021.740.000,00
2015	5.423.676 vacas	9.144.957.000 litros	9.134.526.000,00
2017	3.403.572 vacas	8.912.565.000 litros	9.509.423.000,00

Fonte: IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. 2019.

O estado de Minas Gerais é o maior produtor de leite do país, responsável por aproximadamente 26% da produção nacional no ano de 2017 (IBGE, 2017a). Embora o rebanho ordenhado tenha decrescido entre 2000 e 2017, o volume produzido apresentou aumento superior a 50%, enquanto o valor da produção cresceu mais de 400% no íterim em questão. A significativa ampliação do valor da produção leiteira mineira advém do aumento do consumo e da procura por laticínios na unidade federativa e no Brasil, bem como do crescimento dos preços internacionais dos lácteos (VILELA et al., 2017). Os dados em destaque ilustram a expansão da produtividade leiteira em território mineiro e a grande valorização deste gênero agrícola em âmbito estadual e nacional, beneficiando os pecuaristas de leite em toda a unidade federativa. No tocante ao tema, sublinha-se que entre os anos de 2000 e 2017, o município de Nepomuceno apresentou crescimento percentual do volume produzido de leite e do valor da produção muito superior ao logrado pelo estado de Minas Gerais em sua totalidade.

A produção leiteira é fonte de renda em algumas pequenas fazendas no município e constitui a principal atividade pecuária do estado de Minas Gerais (MELO; REIS, 2007). O relevo inclinado de Nepomuceno favorece a pecuária leiteira, em detrimento da criação do gado de corte. No processo de fabricação, o leite é armazenado em tanques de expansão particulares ou comunitários – os quais são instalados em imóveis ou comunidades rurais, recebem e armazenam o leite, resfriando-o diretamente – e comercializado com cooperativas e empresas presentes no município e em suas adjacências, como a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e a indústria Laticínios Lulitati.

Neste contexto, Melo e Reis (2007) salientam a importância dos tanques comunitários para os pequenos produtores no estado de Minas Gerais, uma vez que contribuem para o aumento dos rendimentos oriundos da atividade pecuária e o ganho de autonomia no tocante às deliberações relativas ao estabelecimento agrícola. No entanto, a escolha do local de instalação do equipamento na comunidade rural deve ser criteriosa, para favorecer seu transporte e não prejudicar nenhum dos produtores. Além disso, o depósito do líquido nos tanques de expansão possui como intuito minimizar o crescimento de microorganismos no leite após a ordenha, processo que afeta a qualidade do leite fabricado. Em função da grande área de contato com o leite, os tanques de expansão resfriam rapidamente o produto, assegurando maior salubridade ao produto final.

Em alguns imóveis rurais do município, todo o leite produzido é destinado à venda para as cooperativas. Nestas propriedades, geralmente há o plantio de milho destino à alimentação do rebanho bovino. Os agricultores nepomucenenses consideram baixo o preço pago pelo leite produzido em comparação com os preços pagos pelo consumidor final do produto. Entre 2016 e 2019, o preço pago pela Capebe e pela Cocatrel variou entre R\$ 1,00 e R\$ 1,10 por litro de leite adquirido. A maioria dos produtores de leite de Nepomuceno é composta por pequenos pecuaristas – cuja mão de obra é predominantemente familiar, com produção diária inferior a 100 litros e diminuto rebanho bovino, geralmente inferior a dez reses.

Neste cenário, a Agropecuária Almeida constitui uma exceção à regra, pois possui oito sítios no município, onde produz café, milho, ovos, feijão e leite, seu principal produto comercial. Seus estabelecimentos agrícolas totalizam 205 hectares, nos quais o cultivo do milho serve para produção de ração e silagem voltados à alimentação do gado. Sua produção é totalmente mecanizada, com o uso de ordenhadeiras mecânicas. Todavia, não há aplicação de hormônios em suas reses bovinas. Até o ano de 2015, a empresa embalava o leite produzido e fabricava diversos laticínios, comercializando-os com supermercados de Nepomuceno e municípios adjacentes. Doravante esta data, passou a vender toda a produção leiteira para a *Laticínios Verde Campo Ltda.*, sediada em Lavras, a qual foi adquirida pela *Coca-Cola Company* em dezembro de 2015. A aquisição de uma empresa de laticínios pela *Coca-Cola* demonstra a intenção da corporação, a qual monopoliza a comercialização de refrigerantes e outras bebidas no Brasil e no mundo, de ampliar seu campo de atuação visando a maximização dos lucros.

Carneiro (1998) afirma que as atividades não agrícolas, como a pecuária leiteira, podem dinamizar os estabelecimentos baseados na agricultura, ampliando a rentabilidade da produção agrícola. O fenômeno descrito pela autora ocorre com agricultores que transformam o produto bruto em mercadorias mais elaboradas e valorizadas, como os produtores de queijo e outros laticínios.

Com relação ao assunto, a tabela 12 compila os principais dados referentes à produção leiteira no município de Nepomuceno entre os anos de 1995 e 2017.

**Tabela 12: Produção Total Anual de Leite em Nepomuceno (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Rebanho Ordenhado</b>	<b>Volume Produzido</b>	<b>Valor da Produção (em R\$)</b>
1995	6.238 vacas	9.125.000 litros	1.825.000,00
2000	3.200 vacas	7.000.000 litros	2.100.000,00
2005	3.550 vacas	9.000.000 litros	3.780.000,00
2010	6.900 vacas	17.629.000 litros	12.340.000,00
2015	7.420 vacas	17.766.000 litros	19.187.000,00
2017	3.000 vacas	11.105.000 litros	11.882.000,00

Fonte: IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. 2019.

Com base nos dados reunidos na tabela 12, nota-se que ocorreram grandes aumentos da produção leiteira em Nepomuceno entre os anos de 2005 e 2015, período no qual o valor monetário da produção apresentou expressivo crescimento. Especialmente a partir de 2005, a criação de gado leiteiro em algumas comunidades rurais do município e a construção de tanques de expansão e resfriamento comunitários colaboraram para o aumento da produção municipal. Além disso, destaca-se o grande crescimento do valor da produção leiteira em Nepomuceno entre os anos de 1995 e 2017, a qual sextuplicou no período em questão.

#### 4.2.2 – A Produção de Feijão no Município de Nepomuceno-MG

No tocante ao panorama estadual da cultura do feijão, a tabela 13 evidencia que a despeito da redução da área colhida, houve aumento da produção total anual do grão de 1995 até o ano de 2010, corroborando o crescimento da produtividade agrícola mineira neste íterim.

**Tabela 13: Produção Total Anual de Feijão (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Produção</b>	<b>Produtividade (em kg/ha)</b>
1995	522.148 ha	344.004 t	658
2000	436.329 ha	407.097 t	933
2005	433.127 ha	559.570 t	1.291
2010	411.091 ha	623.720 t	1.517
2015	333.535 ha	509.164 t	1.527
2017	291.665 ha	498.441 t	1.709

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. 2018e.

O Brasil é o maior produtor de feijão da América do Sul. Apesar de ser responsável por expressivo percentual da produção mundial, o país tem que importar feijão em determinados períodos do ano (MORAES; MENELAU, 2017). Neste âmbito, Minas Gerais era o segundo maior produtor nacional de feijão em 2018, sendo superado apenas pela unidade federativa do Paraná (IBGE, 2018e). Devido à sua perecibilidade, o feijão é um gênero de difícil estocagem, demandando agilidade em sua comercialização (MALUF; SPERANZA, 2014).

Entre 2000 e 2010, a produção nacional de feijão apresentou considerável aumento, pois a safra anual cresceu em torno de 57% neste decênio. Contudo, a partir de 2012, a produção do grão apresentou significativos decréscimos, acompanhando a redução da área destinada ao seu cultivo. Neste âmbito, aspectos climáticos, como as longas estiagens que afetaram principalmente o Nordeste em 2012 e 2013, e fitossanitários, como pragas que voltaram a assolar as lavouras, colaboraram para o aumento do preço do feijão no país, uma vez que reduziram a oferta do produto (MALUF; SPERANZA, 2014).

Especialmente a partir de 2013, em virtude da drástica redução da safra mundial e nacional de feijão e de seu diminuto estoque em território brasileiro, fatores que impactaram o mercado internacional, houve severo aumento dos preços da leguminosa em âmbito global e nacional. No ano em questão, uma das soluções encontradas pelos brasileiros foi a importação do feijão proveniente da Argentina, da China e do México. Além disso, o Estado reduziu ou suspendeu temporariamente algumas tarifas alfandegárias relativas à entrada do feijão em território brasileiro. Com a elevada demanda e a redução da oferta de feijão nos mercados brasileiro e internacional, houve notório aumento de seu preço venal, onerando o preço da cesta básica em território brasileiro (MALUF; SPERANZA, 2014; MORAES, MENELAU; 2017).

O aumento dos preços pagos para soja e milho aos agricultores brasileiros também colaborou para a diminuição da área destinada ao plantio de feijão no país. Em 2014, a produção interna esteve muito aquém do consumo nacional de feijão. Tal conjuntura reverberou em significativos acréscimos nos preços finais de venda da leguminosa, prejudicando os consumidores (MALUF; SPERANZA, 2014).

O feijão é um dos principais gêneros agrícolas cultivados no município de Nepomuceno, sendo superado apenas pela produção anual de café e milho. Neste contexto, muitos agricultores locais plantam o grão apenas para o autoconsumo. É habitual o plantio do feijão em consórcio com o café, pois conforme afirmaram os produtores municipais, esse procedimento facilita os cuidados com a lavoura e possibilita o aproveitamento dos espaços

entre as ruas de café. Entre 1995 e 2015, a produção anual de feijão apresentou expressivo aumento em Nepomuceno, principalmente em virtude do crescimento da produtividade das lavouras, consequência da adoção de cultivares mais produtivos no município, conforme sumariza a tabela 14.

**Tabela 14: Produção Total Anual de Feijão  
(em Grão) em Nepomuceno (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção (em R\$)</b>
1995	1.200 ha	318 t	121.000,00
2000	750 ha	450 t	405.000,00
2005	1.200 ha	1.596 t	2.426.000,00
2010	1.000 ha	1.272 t	1.908.000,00
2015	2.100 ha	2.520 t	5.918.000,00
2017	520 ha	522 t	1.529.000,00

**Fonte:** EMBRAPA/IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2019.

Entre os anos de 2005 e 2010, houve diminuição da área colhida de feijão em Nepomuceno. Já no período 2011-2015, ocorreu considerável aumento do espaço destinado à cultura de feijão no município, diferenciando-se do panorama estadual, no qual houve retração da área direcionada ao cultivo do grão. Esse acréscimo reverberou na ampliação da quantidade produzida do grão, a qual experimentou taxas de crescimento muito semelhantes à da área colhida. Já o valor da produção apresentou notório aumento entre os anos de 1995 e 2005, com um período de queda entre 2005 e 2010. No quinquênio 2010-2015, a produção municipal da leguminosa apresentou nova valorização, a qual foi influenciada tanto pelo aumento da colheita nepomucenense, quanto pela conjuntura nacional e mundial, pois os preços venais do feijão, sobretudo aos consumidores finais, tiveram aumentos exorbitantes, onerando o valor da cesta básica e colaborando para a piora dos regimes alimentares da população (MALUF; SPERANZA, 2014; MORAES, MENELAU; 2017).

Durante as entrevistas realizadas, os agricultores nepomucenenses salientaram que o aumento do preço venal da leguminosa e as crises apresentadas pelo setor cafeeiro contribuíram para que muitos produtores investissem no plantio de feijão ou no aumento da área destinada a essa cultura entre 2011 e 2015. No entanto, nos anos de 2016 e 2017, a área voltada à cultura do feijoeiro e o volume total produzido apresentaram significativa redução em Nepomuceno, devido à inserção da sojicultura no município e/ou à formação de pastagens em algumas áreas outrora direcionadas ao cultivo do feijão. A dificuldade para a comercialização em larga escala da produção também contribuiu para a diminuição de seu

plântio em âmbito local, visto que somente uma empresa – uma rede de supermercados presente no município – monopoliza a compra da safra municipal. No mesmo íterim, houve pequena redução da área colhida e da produção total da leguminosa na unidade federativa de Minas Gerais.

#### 4.2.3 – A Produção de Arroz no Município de Nepomuceno-MG

Minas Gerais, unidade federativa que foi a maior produtora de arroz do país no decênio de 1960, vem apresentando constante e considerável queda na área cultivada e na produção total de arroz, conforme comprova a tabela 15.

**Tabela 15: Produção Total Anual de Arroz (em Casca) em Minas Gerais (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Produção</b>	<b>Produtividade (em kg/ha)</b>
1995	355.302 ha	625.702 t	1.761
2000	130.562 ha	262.664 t	2.011
2005	109.363 ha	247.680 t	2.264
2010	51.589 ha	115.378 t	2.236
2015	10.139 ha	24.568 t	2.423
2017	3.358 ha	8.406 t	2.503

Fonte: IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2018e.

Dentre as cinco macrorregiões brasileiras estabelecidas pelo IBGE, a Sudeste é a que menos produz arroz em território nacional. Segundo Silva e Wander (2014), o desinteresse dos agricultores na rizicultura é um dos fatores que estorva seu desenvolvimento na região Sudeste. No que concerne ao assunto, os autores salientam a notória queda na colheita de arroz em terras mineiras, paulistas e fluminenses entre os anos de 2006 e 2012.

Até o início da década de 2000, a rizicultura apresentou alguma expressividade na agricultura nepomucenense. A partir de 2005, de acordo com os dados da tabela 16, é possível observar uma queda vertiginosa na área colhida e na quantidade total de arroz produzida no município de Nepomuceno. Num intervalo de dez anos - entre 2005 e 2015 - a área total destinada à rizicultura e a produção total de arroz foram reduzidas em mais de 97%. Segundo dados do IBGE (IBGE, 2018e) e da EMBRAPA (EMBRAPA, 2019), nenhum cultivo de arroz foi registrado no município no ano de 2017. Nas entrevistas semiestruturadas efetivadas, alguns agricultores argumentaram que as lavouras arroeiras foram substituídas pelas cafeeiras, as quais são mais rentáveis ao produtor.



**Tabela 16: Produção Total Anual de Arroz (em Casca) em Nepomuceno (1995-2017)**

Ano	Área Colhida	Quantidade Produzida	Valor da Produção (em R\$)
1995	240 ha	240 t	29.000,00
2000	100 ha	128 t	42.000,00
2005	170 ha	265 t	133.000,00
2010	25 ha	39 t	32.000,00
2015	4 ha	6 t	4.000,00
2017	0 ha	0 t	00,00

Fonte: EMBRAPA/IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2019.

Além disso, observou-se que o desinteresse dos agricultores nepomucenenses pelo cultivo do arroz se deve também à infraestrutura já consolidada para a produção cafeeira, à ausência de conhecimento sobre as técnicas de plantio e colheita do cereal, às adversidades climáticas, entre outros motivos. Sublinha-se que o arroz é um gênero básico dos regimes alimentares da população brasileira. Assim, a diminuição ou o fim do cultivo do cereal em Nepomuceno interfere diretamente na segurança alimentar de seus habitantes, pois provavelmente onerará seus preços venais.

#### 4.2.4 – A Produção de Milho no Município de Nepomuceno-MG

No estado de Minas Gerais, assim como em Nepomuceno, a despeito da diminuição da área cultivada do grão, houve aumento da quantidade total produzida. A tabela 17 sintetiza os dados concernentes à milhocultura em território mineiro entre os anos de 1995 e 2017.

**Tabela 17: Produção Total Anual de Milho (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017)**

Ano	Área Colhida	Produção	Produtividade (em kg/ha)
1995	1.496.606 ha	3.744.524 t	2.502
2000	1.240.549 ha	4.232.225 t	3.411
2005	1.353.544 ha	6.243.873 t	4.612
2010	1.169.506 ha	6.089.941 t	5.207
2015	1.219.333 ha	6.839.297 t	5.609
2017	1.054.224 ha	6.752.413 t	6.405

Fonte: IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2018e.

O milho é o grão que apresentou maior crescimento de produtividade nos últimos anos, com destaque para a produção dos países emergentes. A despeito da diminuição da área cultivada, a produção de milho apresentou significativos acréscimos no estado de Minas

Gerais, com destaque para a região Sul de Minas, a qual é a maior produtora do cereal e também possui a maior área plantada da unidade federativa (GARCIA; MATTOSO; DUARTE, 2006).

Houve grande aumento no rendimento agrícola da cultura de milho estadual nos últimos anos, isto é, a produção por hectare apresentou expressivo crescimento. Dessemelhantemente ao restante do estado, a área cultivada de milho no Sul de Minas Gerais foi ampliada no entre 1994 e 2005. Na região, o milho é importante tanto para autoconsumo e alimentação do gado suíno e bovino (inclusive para a produção de silagem), quanto para exportação, especialmente em virtude da privilegiada localização dos municípios sul-mineiros, próximo aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (GARCIA; MATTOSO; DUARTE, 2006).

O milho é o segundo principal gênero agrícola cultivado no município de Nepomuceno, tanto em área plantada, quanto em termos de produção anual. A importância da milhocultura em território nepomucenense remete ao início dos novecentos, período em que o cereal ocupava o posto de alimento mais produzido no município. À época, o êxito da cultura se devia ao fato de que era destinada principalmente ao autoconsumo e à alimentação das reses bovinas e suínas (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1918). A tabela 18 condensa alguns dados recentes relativos à produção de milho em Nepomuceno.

**Tabela 18: Produção Total Anual de Milho  
(em Grão) em Nepomuceno (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção (em R\$)</b>
1995	3.000 ha	8.400 t	1.008.000,00
2000	1.500 ha	6.750 t	1.890.000,00
2005	2.800 ha	15.400 t	5.852.000,00
2010	2.000 ha	13.800 t	4.416.000,00
2015	2.600 ha	14.560 t	6.115.000,00
2017	1.900 ha	13.832 t	6.709.000,00

**Fonte:** EMBRAPA/IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2019.

Os dados sumarizados na tabela 18 evidenciam que apesar da redução da área colhida de milho em Nepomuceno entre os anos de 1995 e 2017, a produção total do grão no município quase dobrou em pouco mais de dois decênios. Neste âmbito, os agricultores nepomucenenses relataram que a partir dos anos 2000, houve expressivo crescimento do plantio de sementes transgênicas de milho, as quais são adquiridas por intermédio das cooperativas atuantes no município ou diretamente com as empresas fabricantes. É possível

que, em decorrência da maior resistência às pragas e às oscilações térmicas e hídricas, o uso dos grãos geneticamente modificados tenha acarretado o aumento da produtividade municipal de milho.

Entretanto, apesar dos acréscimos produtivos, o emprego dos grãos transgênicos eleva a dependência tecnológica dos agricultores municipais (LAMARCHE, 2008) e a subordinação em relação ao setor urbano-industrial, sobretudo frente às empresas transnacionais e multinacionais que monopolizam o setor de biotecnologia em âmbito mundial (PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007). No tocante ao assunto, Oliveira (2016) afirma que o milho é uma das culturas que mais utiliza sementes transgênicas em território brasileiro. Além disso, há um monopólio na comercialização dos grãos geneticamente modificados de milho no Brasil, uma vez que a Monsanto é responsável pela venda de aproximadamente 70% destas sementes em escala nacional. Nesta esfera, Bombardi (2011) mostra que entre 2000 e 2007, a Monsanto adquiriu 28 empresas fabricantes de sementes transgênicas, assegurando seu monopólio no setor.

Dentre os inúmeros malefícios ambientais ocasionados pelo uso dos transgênicos, pode-se destacar: a diminuição da diversidade genética, a poluição genética, a extinção de espécies animais ou vegetais em virtude do contato ou da exposição a novos patógenos, o surgimento de microorganismos com elevada resistência aos praguicidas e a contaminação das variedades crioulas (ALTIERI; NICHOLLS, 2000; GUERRA; NODARI, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2016). Com relação à saúde humana, há diversos riscos, como o aumento da probabilidade de ocorrência de neoplasias e esterilidade, reações alérgicas, surgimento de problemas hepáticos, pulmonares, renais e hormonais, danos que podem inclusive levar ao óbito (MESNAGE et al., 2014; SAMSEL; SENEFF, 2015).

Segundo Lang (2006), a adoção das plantas transgênicas não promove a diminuição do uso de praguicidas na agricultura, uma vez que muitos organismos transgeneticamente modificados são tolerantes a determinados pesticidas e as pragas tendem a adquirir maior resistência quando há emprego de apenas um agente inseticida ou herbicida. No caso da Monsanto, a empresa criou sementes transgênicas resistentes ao glifosato, componente ativo do *Roundup*. Assim, é provável que pela maior tolerância dos grãos ao herbicida, este seja usado de maneira mais frequente e intensa nas lavouras que utilizam os transgênicos comercializados pela multinacional.

#### 4.2.5 – A Produção Cafeeira no Município de Nepomuceno-MG

Os dados da tabela 19 permitem observar que houve significativo crescimento da produtividade cafeeira no estado de Minas Gerais entre 1995 e 2000. Esse acréscimo foi consequência da disseminação de insumos urbano-industriais na produção da rubiácea e da introdução de técnicas, como a calagem, nas lavouras da unidade federativa. Em decorrência do bom momento experimentado pela cafeicultura no ínterim em questão, também ocorreu aumento da área colhida de café no estado.

**Tabela 19: Produção Total Anual de Café (em Grão) em Minas Gerais (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Produção</b>	<b>Produtividade (em kg/ha)</b>
1995	833.015 ha	931.983 t	1.118
2000	993.118 ha	1.651.261 t	1.662
2005	1.043.308 ha	1.002.672 t	961
2010	1.026.613 ha	1.504.188 t	1.465
2015	993.668 ha	1.345.834 t	1.354
2017	925.108 ha	1.454.779 t	1.572

Fonte: IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2019.

De acordo com Rice (2003), a crise que assolou a cafeicultura mundial no ano de 2002 provocou grande queda na cotação da rubiácea e prejudicou severamente os pequenos agricultores, muitos dos quais experimentaram momentos de fome e/ou venderam suas terras. Em muitos países, os custos de produção ultrapassaram os valores pagos por meio das Bolsas de Mercados de Futuros, impelindo muitos cafeicultores a substituírem o café por outra cultura ou venderem seu meio de produção – a terra. Além disso, a recessão vivenciada pelo setor cafeeiro culminou na pauperização das populações rurais e na intensificação do trabalho infantil em escala mundial. No estado de Minas Gerais e no município de Nepomuceno, com base nos dados das tabelas 19 e 20, não houve diminuição da área colhida de café entre 2000 e 2005, mas a produção total da rubiácea sofreu expressiva redução no quinquênio em questão, especialmente em virtude das geadas que assolaram os cafeeiros sul-mineiros em julho de 2000, maio de 2002 e setembro de 2003, com destaque para as duas últimas devido à sua alta intensidade.

O café é o principal gênero agrícola de Nepomuceno desde o início do século XX. Nesta perspectiva, a economia municipal gira em torno do cultivo da rubiácea, especialmente durante o período da colheita (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925; VILAS BOAS,

2016a). Muitos agricultores nepomucenenses optaram pela cafeicultura em decorrência da maior rentabilidade em relação ao cultivo de outros víveres agrícolas, e do receio de possíveis calotes, visto que com a atuação das cooperativas, possuem a garantia de venda da produção e do pagamento pelos grãos comercializados. No íterim ilustrado pela tabela 20, a quantidade produzida de café apresentou significativas oscilações, superiores às variações da área englobada pela cafeicultura no município.

**Tabela 20: Produção Total Anual de Café  
(em Grão) em Nepomuceno (1995-2017)**

<b>Ano</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção (em R\$)</b>
1995	12.023 ha	9.573 t	6.510.000,00
2000	16.000 ha	24.960 t	28.704.000,00
2005	16.500 ha	14.850 t	60.885.000,00
2010	15.000 ha	18.000 t	93.600.000,00
2015	13.900 ha	17.514 t	118.745.000,00
2017	9.260 ha	15.690 t	117.675.000,00

**Fonte:** EMBRAPA/IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2019.

Salienta-se que, nas entrevistas semiestruturadas e nos diálogos realizados, alguns cafeicultores municipais informaram que não fornecem os dados referentes às suas produções aos órgãos competentes, enquanto outros alegaram que no repasse das informações às entidades do setor, diminuem propositalmente a quantidade total de café produzido, almejando a minoração dos impostos pagos. Com efeito, é provável que a produção cafeeira de Nepomuceno seja superior aos números divulgados pela Embrapa e pelo IBGE.

Com base na tabela 20, pode-se afirmar que a produção cafeeira municipal, acompanhando o crescimento estadual, apresentou grande aumento entre 1995 e 2000, o qual pode ter como causa a ampliação da área cultivada e a robusta inserção de insumos oriundos da Revolução Verde, como máquinas agrícolas, fertilizantes químicos e praguicidas, no cultivo da rubiácea, os quais reverberaram no crescimento da produtividade cafeeira. O aumento da área destinada à cafeicultura no quinquênio em questão foi motivado pelos altos preços da rubiácea nos mercados internacionais no final do decênio de 1990 (RICE, 2003). Ademais, salienta-se que a safra do ano de 1995 ficou prejudicada devido à ocorrência de uma geadas em 1994 que avariou os cafeeiros em muitos municípios sul-mineiros (COULIS, 2011).

Entre 2005 e 2015, a despeito do aumento logrado na produção total, destaca-se a redução da área colhida de café em Nepomuceno e na unidade federativa de Minas Gerais,

conforme evidenciam as tabelas 20 e 19. Neste panorama, as tensões vivenciadas pela cafeicultura nos anos 2000 colaboraram para que alguns agricultores mineiros e nepomucenenses substituíssem os cafeeiros por outras culturas, como soja e feijão.

As crises econômicas de alcance global impactam diretamente a cafeicultura. Em 2009, como consequência da recessão oriunda da desvalorização do euro, houve queda das cotações internacionais da rubiácea e decréscimo do Valor Bruto da Produção do café brasileiro. Já em 2010, em virtude da quebra das safras cafeeiras de países centro-americanos e da Colômbia, o preço do café brasileiro apresentou grande aumento no mercado internacional (MERGULHÃO, 2017).

Em 2012, os preços venais do café continuaram aumentando, devido ao crescimento da demanda e à diminuição dos estoques na maioria dos países produtores. Já em 2014, o longo período de estiagem somado às elevadas temperaturas comprometeram a cafeicultura nacional, ocasionando expressiva queda na produção cafeeira do país (MERGULHÃO, 2017). Entre os anos de 2015 e 2017, houve expressiva diminuição da área colhida de café no município, a qual está diretamente relacionada à recente crise vivenciada pelo setor cafeeiro, cujas principais consequências foram a estagnação/redução da cotação da rubiácea nas Bolsas de Mercados de Futuros e a piora das condições de vida dos cafeicultores em escala mundial. Em Nepomuceno, alguns agricultores abandonaram sua produção, enquanto outros substituíram a cafeicultura pelo investimento na sojicultura. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2015 e 2016, a sojicultura vem apresentando notório crescimento em terras nepomucenenses. O aumento do cultivo de soja no município está diretamente associado à diminuição da área destinada ao plantio de outras culturas, como milho, feijão e arroz.

Assim sendo, pode-se observar que a produção monocultora, com destaque para o cultivo de café, é predominante em Nepomuceno, colaborando para a diminuição da variedade de alimentos consumidos e da insegurança alimentar. Nos últimos anos, ocorreu significativa diminuição da produção de alimentos básicos, como arroz e feijão, no município. Tal processo está associado ao crescimento da sojicultura em escala local. Houve também a monopolização da compra do feijão cultivado por uma rede de supermercados. Salienta-se que a produção de soja é direcionada prioritariamente à comercialização, comprometendo a segurança e a soberania alimentar dos agricultores nepomucenenses, uma vez que além de ampliar as áreas monocultoras, intensifica a dependência em relação ao mercado e minora a diversidade de gêneros cultivados e consumidos.

Sob esse prisma, o cultivo de víveres secundários é uma eficaz medida para o aumento da segurança alimentar das populações e a melhoria de seus regimes alimentares, uma vez que amplia a diversidade de gêneros alimentícios consumidos.

#### 4.2.6 – A Produção de Víveres Secundários no Município de Nepomuceno-MG

Em 2017, a cana-de-açúcar, o repolho, a alface, o jiló, a mandioca e a couve foram os principais gêneros secundários cultivados no município, conforme demonstra a tabela 21.

**Tabela 21: Principais Víveres Secundários Cultivados na Agricultura do Município de Nepomuceno-MG em 2017**

<b>Gênero Cultivado</b>	<b>Produção Total (em toneladas)</b>	<b>Área Cultivada (em hectares)</b>
Cana-de-açúcar	810	19
Repolho	92	12
Alface	68	18
Jiló	38	9
Mandioca	35	6
Couve	10	9

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

Destarte, nota-se que o somatório da produção total dos principais víveres secundários da agricultura nepomucenense é muito inferior ao volume total de café produzido no município. Na conjuntura agrária local, o cultivo de repolho, alface, jiló, mandioca e couve é destinado ao autoconsumo e à comercialização na feira livre, em hortifrúteis situados na área urbana municipal e nos supermercados locais.

A aguardente de cana já foi o principal produto econômico de Nepomuceno durante o século XIX e o início do século XX (VACA, 2013b; 2016c). Com a disseminação da cafeicultura no município, especialmente a partir dos primeiros anos dos novecentos, as lavouras canavieiras foram gradativamente substituídas pelas cafeeiras. Entretanto, alguns hectares ainda são destinados ao seu plantio, sobretudo para a produção de forragem para o gado bovino e a fabricação artesanal de aguardente e rapadura.

Desta maneira, pode-se afirmar que os principais víveres secundários cultivados em âmbito municipal são *food crops*, uma vez que se direcionam ao autoconsumo e/ou à venda em mercados locais e regionais, diferenciando-se dos *cash crops*, cuja produção se baseia em

vastas extensões de terras monocultoras destinadas à exportação, com emprego massivo de praguicidas, fertilizantes químicos e sementes transgênicas.

#### 4.2.7 – A Produção Pecuária no Município de Nepomuceno-MG

A pecuária também possui relevância na economia nepomucenense, com destaque para a criação de aves e de gado bovino. No tocante ao assunto, a tabela 22 mostra a quantidade de cabeças e de estabelecimentos agropecuários em Nepomuceno de acordo com a espécie animal criada.

**Tabela 22: Pecuária do Município de Nepomuceno-MG em 2017**

<b>Espécie</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>	<b>Número de Cabeças</b>
Aves	593	1.243.069
Bovinos	627	21.384
Suínos	300	1.290
Equinos	293	1.015
Ovinos	7	245
Muares	10	11
Caprinos	2	Sem dados

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

Destaca-se na tabela o grande número de aves no município, especialmente em virtude do Aviário Santo Antônio, cujo quantitativo de galinhas em Nepomuceno excede a marca de 1 milhão de indivíduos (AVIÁRIO SANTO ANTÔNIO, 2019). Apesar do destaque da empresa mencionada em escala local, há algumas granjas e criação de frangos caipiras em pequenas propriedades rurais municipais. Com relação aos bovinos, cerca de 7.000 vacas foram ordenhadas em terras nepomucenenses no ano de 2015 (EMBRAPA, 2019). Muitos proprietários rurais locais vendem o gado bovino criado para frigoríficos, açougues e supermercados do próprio município e de cidades adjacentes. Além disso, em muitas propriedades rurais nepomucenenses, há a criação de poucos bovinos cujo objetivo não é a comercialização.

Já a criação de suínos se destina, na maioria dos estabelecimentos agrícolas municipais, à alimentação do núcleo familiar. No entanto, existem alguns agricultores que revendem os porcos criados e/ou processam sua carne, efetuando a venda de derivados, como



linguiça, no comércio urbano. Assim, conseguem majorar os rendimentos financeiros obtidos pelo grupo familiar. Há também alguns suinocultores nepomucenenses que estabeleceram uma parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) por intermédio de um projeto de extensão, através do qual efetivam uma produção sustentável e ambientalmente correta, minorando os impactos ambientais e a demanda de mão de obra.

A significativa quantidade de imóveis rurais com presença de equinos se justifica devido ao seu uso em algumas atividades no campo, à tradição das cavalgadas e aos costumes de alguns habitantes de andar a cavalo em Nepomuceno. Embora os ovinos estejam presentes em apenas 7 estabelecimentos agropecuários municipais, o número de espécimes é significativo, principalmente em decorrência da existência de duas propriedades que criam esses animais com o intuito de comercializar sua carne. Já a criação de muares e a de caprinos, cujos números são pouco expressivos, não possuem fins comerciais.

#### **4.3 – Métodos de Preservação e Fertilização dos Solos em Nepomuceno-MG**

Para a conservação e a fertilização dos solos e a consequente melhora da produção agrícola, os agricultores efetivam diferentes procedimentos no município de Nepomuceno. No que concerne ao assunto, Pelegrini e Simões (2011) afirmam que os cafeicultores mineiros seguiram o exemplo dos agricultores alemães do município paranaense de Guarapuava, aplicando calcário para a redução da acidez dos solos, no processo conhecido como calagem. A prática é muito realizada pelos agricultores familiares nepomucenenses, em virtude de seu reduzido custo e de sua praticidade. Neste âmbito, é executada através da aração e da gradagem, procedimentos cujas vantagens são a facilitação da absorção das partículas de calcário pelo solo, pois suas moléculas são levadas até as camadas mais profundas, equilibrando o potencial hidrogeniônico (pH) de todo o solo. Seus objetivos são a redução da acidez do solo, a neutralização do manganês e do alumínio tóxico, entre outros (PRIMAVESI, 1984; 2014).

Ademais, aumenta a capacidade de troca catiônica (CTC) do solo, pois equilibra o seu pH. Após a calagem, o solo perde cálcio de maneira gradativa, devido ao consumo deste elemento pelas espécies vegetais, à lixiviação ou a outros processos. Consequentemente, há um progressivo aumento do teor de acidez do solo (PRIMAVESI, 1984; 2014). Assim sendo, este procedimento precisa ser repetido periodicamente, como acontece em aproximadamente 90% das propriedades agrícolas visitadas em Nepomuceno. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018a), 1052 (68,71%) dos 1531 estabelecimentos

agropecuários pesquisados em Nepomuceno aplicam calcário ou outro corretivo para a diminuição da acidez dos solos. No entanto, alguns agricultores municipais efetuam a calagem sem a análise dos componentes e a mensuração prévia do pH do solo (VILAS BOAS, 2016a). Conforme explica Primavesi (1984; 2014), a aplicação aleatória de calcário no solo traz inúmeros riscos à produção, pois pode culminar na perda de fertilidade.

Com o intuito de atenuar os processos erosivos, muitos agricultores locais realizam o terraceamento e o plantio em curvas de nível, sobretudo nas áreas de relevo mais acidentado. Dentre os 1.531 estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno, 808 (52,78%) efetuam o plantio em curvas de nível (IBGE, 2018a). Entretanto, a preservação dos terraços construídos é precária, pois passam vários anos sem quaisquer reparos, quando o ideal seria a conservação anual dos mesmos (PRIMAVESI, 1984; 2014).

Segundo Lopes et al. (2012), o uso de árvores como quebra-ventos é uma das características dos sistemas orgânico e agroflorestal de produção cafeeira. Apesar do predomínio da produção convencional de café no município de Nepomuceno, bananeiras, mangueiras e algumas árvores nativas são utilizadas como quebra-ventos na cafeicultura local. Além de reduzirem a intensidade da erosão eólica, são eficientes contra a ferrugem e a cercosporiose, as quais são, respectivamente, as patologias que mais assolam os cafeeiros no Sul de Minas e em Nepomuceno.

Apesar da disseminação dos fertilizantes químicos por toda a unidade federativa, a adubação orgânica ainda é comum no sul de Minas Gerais. Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010) e Coelho (2012) afirmam que os adubos orgânicos mais utilizados nos municípios sul-mineiros são, respectivamente, a palha de café, o esterco de gado e a cama de galinha<sup>17</sup>.

Nepomuceno possui solos de elevada fertilidade natural, dentre os quais se destacam os latossolos vermelho-amarelos álicos, os latossolos vermelho-escuros distróficos, os cambissolos álicos e os solos podzólicos vermelho-amarelos álicos (BRASIL, 1983). No município, 516 (33,70%) das 1.531 propriedades agrícolas avaliadas pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018a) conjugam a utilização de fertilizantes químicos com o emprego de adubos de origem orgânica. Tal prática possui como principal objetivo a diminuição dos gastos financeiros com a aquisição de adubos industriais, uma vez que a adubação com matéria orgânica reduz a necessidade da compra dos fertilizantes sintéticos.

---

<sup>17</sup> A cama de galinha é um adubo originado através da mistura entre resíduos da ração que alimenta os frangos, pó de serra, urina, fezes e penas das aves. Seu teor de nitrogênio, potássio e fósforo é elevado, contribuindo para o aumento da quantidade de nutrientes disponíveis no solo.

Dentre os principais adubos orgânicos usados na agricultura municipal, destacam-se o esterco de gado, a palha de café e a cama de galinha, os quais aumentam a soma de bases da cultura agrícola e majoram a quantidade de nitrogênio orgânico no solo, favorecendo a ampliação da produtividade (PRIMAVESI, 1984; 2014).

Outra técnica comum nos estabelecimentos rurais do município é a cobertura morta, a qual é efetivada principalmente através da casca e/ou da palha de café e do bagaço de cana-de-açúcar. No tocante ao procedimento mencionado, Primavesi (1984; 2014) afirma que a cobertura morta minora a evaporação de água do solo, sobretudo por protegê-lo do contato direto com a radiação solar e mantê-lo úmido. Além disso, amplia a infiltração de água no solo, reduzindo o escoamento superficial e, conseqüentemente, os processos erosivos. Em locais com excessos hídricos, a cobertura morta favorece a lixiviação, pois melhora a infiltração de água no solo.

Todavia, a autora adverte que a cobertura morta deve ser efetivada em concomitância com a adubação, pois essa prática conserva o solo, mas só aumenta sua fertilidade e a produtividade agrícola quando conjugada à adubação (PRIMAVESI, 1984; 2014). No entanto, muitos agricultores nepomucenenses efetuam a cobertura morta sem se preocuparem com a adubação, principalmente por acreditarem que esse procedimento garante, por si só, ganho de fertilidade aos solos.

#### **4.4 – A Soberania Alimentar no Município de Nepomuceno-MG**

##### **4.4.1 – Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e as Políticas Públicas Voltadas à Alimentação**

De acordo com Souza (2009b), alguns estudos promovem uma confusão entre os termos segurança alimentar e soberania alimentar. Destarte, é imprescindível salientar que segurança e soberania alimentar possuem sentidos distintos, relacionados principalmente com a diferença técnica e ideológica entre eles. Neste sentido, a segurança alimentar, categoria amplamente difundida pelos estudos da FAO e pelas políticas públicas adotadas em diversos países, possui critério mais técnico, avaliando os impactos dos regimes alimentares sobre a saúde dos indivíduos, isto é, se as dietas são adequadas em termos quantitativos e qualitativos às necessidades do organismo humano, propiciando uma vida saudável aos homens e mulheres (MALUF, 1998; SEGALL-CORRÊA, 2007; COCA, 2018).

A segurança alimentar foi incluída na pauta das políticas promovidas pela FAO após a Conferência Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1974 na cidade de Roma (SEN, 1981; CHÁVEZ, 2007). Apesar do início do debate acerca da categoria no decênio de 1970, Sen (1981) foi um dos primeiros autores a relacionar a segurança alimentar à problemática do acesso aos alimentos e à disparidade socioeconômica entre os países e as classes sociais. O economista mostrou que a desigualdade de acesso à terra também prejudica a segurança alimentar dos grupos humanos.

Desta maneira, a elevada concentração fundiária brasileira contribui para o agravamento dos quadros de insegurança alimentar, uma vez que grandes extensões de terra são destinadas à produção monocultora de gêneros direcionados ao mercado externo e/ou à produção de agrocombustíveis, minorando a diversidade alimentar da população brasileira (MALUF, 1998; VILAS BOAS, 2014). A pobreza e a desigualdade de renda também causam insegurança alimentar, pois geram escassez quantitativa e qualitativa nos regimes alimentares (SEN, 1981; HOFFMANN; 2008). Neste contexto, o desemprego e os diminutos salários mínimos contribuem para o aumento da insegurança alimentar, especialmente em países subdesenvolvidos (MALUF, 1998; VILAS BOAS, 2016a).

Os desastres naturais, como terremotos, furacões e grandes estiagens, assim como os conflitos armados, colaboram para o aumento dos casos de insegurança alimentar, pois destroem diversas lavouras e estoques de alimentos, além de ampliarem a quantidade de refugiados (FAO, 2013). A intensificação das mudanças climáticas e o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos podem ampliar os casos de insegurança alimentar, uma vez que ocasionam significativas perdas nas safras, afetando a produção de gêneros básicos das dietas alimentares mundo afora (VERVOORT et al., 2014).

A obesidade está associada à insegurança alimentar, pois indica que há excesso de nutrientes no regime alimentar, comprometendo a saúde e a qualidade de vida do indivíduo obeso (FONSECA et al., 2013). Patologias de ordem psicológica, como depressão e ansiedade, também agravam os quadros de insegurança alimentar, visto que, em alguns casos, interferem diretamente no cotidiano alimentar (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Assim sendo, a segurança alimentar foi incluída em diversos estudos científicos e políticas públicas em escala nacional e mundial. Apesar da relevância dos estudos relativos à segurança alimentar, esta categoria não contempla alguns aspectos, como a dependência em relação ao mercado, a sujeição da agricultura ao setor urbano-industrial e ao capital, os direitos de patentes sobre as sementes, entre outros (PAULINO, 2015; COCA, 2018). Em contrapartida, a soberania alimentar exige a preservação dos recursos naturais e a manutenção

da biodiversidade, bem como da cultura dos grupos populacionais. Nas palavras de Siliprandi (2001, p. 18):

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental.

Além disso, a categoria engloba a proteção em relação aos acordos comerciais, o respeito aos aspectos e hábitos culturais e alimentares das distintas populações, e preza pela produção, distribuição e consumo de alimentos que permitam a preservação do meio ambiente, em consonância às necessidades dos grupos humanos (THOMAZ JÚNIOR, 2007; DESMARAIS, 2013; PAULINO, 2015). Assim sendo, uma família ou um grupo humano pode estar em situação de segurança alimentar, mas não possuir soberania alimentar.

A soberania alimentar é incompatível com o processo de mercantilização da agricultura e da alimentação, uma vez que almeja a diversificação da produção agropecuária (THOMAZ JÚNIOR, 2007; BERNSTEIN, 2015). As categorias segurança alimentar e soberania alimentar possuem expressivas diferenças, especialmente no tocante às ideologias e ao conteúdo político presente em ambas. Neste sentido, a segurança alimentar está associada à ideia de desenvolvimento, de cunho notadamente capitalista (PAULINO, 2015).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a soberania alimentar preconiza a autonomia da produção alimentícia, sobretudo quanto ao acesso e ao direito de uso da terra e de métodos de produção que possam ser reproduzidos pelos próprios agricultores por meio de procedimentos agroecológicos, sem a dependência de crédito bancário para a aquisição de insumos empregados no processo produtivo. Em contrapartida, a segurança alimentar, promovida por programas estatais como o Programa Fome Zero (PFZ) e o Bolsa Família, insere os agricultores no mercado, viabilizando a obtenção de renda monetária para a compra de alimentos. Concentrando suas ações no combate à fome através da aquisição de víveres alimentícios, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) enfraqueceu as lutas pela soberania alimentar no país e desestimulou o cultivo de gêneros para o autoconsumo (THOMAS JÚNIOR, 2007; PAULINO, 2015).

Com a instituição do Programa Fome Zero, o governo formulou um plano financeiro de crédito direcionado à produção familiar de alimentos, principalmente destinado às famílias mais carentes. Suas medidas se voltavam principalmente à eliminação da fome quantitativa, ao equilíbrio nutricional das dietas alimentares e à oferta regular de alimentos. Além disso,

englobavam investimentos e ações para o barateamento do preço venal dos alimentos, o desenvolvimento econômico local e o fortalecimento dos pequenos agricultores, mas não contemplavam a autonomia no processo produtivo e/ou a diminuição da dependência em relação ao mercado (TOMAZINI; LEITE, 2016).

Visando a segurança alimentar da população brasileira, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi elaborado seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O PAA atrelou a oferta de alimentos oriundos da agricultura familiar às demandas dos setores públicos (TOMAZINI; LEITE, 2016; BORBA et al., 2018). Assim, pode-se afirmar que as medidas efetivadas pelo Estado brasileiro tentando a segurança alimentar da população preconizavam o acesso aos alimentos, mas não se preocupavam com as formas de obtenção adotadas, tampouco com a soberania alimentar dos brasileiros.

A primeira ocasião em que a soberania alimentar apareceu na pauta das políticas públicas foi em 1996 na Conferência Mundial sobre Alimentação realizada na cidade de Roma. O tema apenas foi inserido na agenda de discussões devido à persistência da Via Campesina, a qual é a grande responsável pela difusão da luta pela soberania alimentar em âmbito global (SUPPAN, 2008; DESMARAIS, 2013; BORBA et al., 2018).

Para Thomaz Júnior (2007), as políticas públicas brasileiras, como os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRAs) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), se preocuparam com a segurança alimentar, em detrimento da soberania alimentar. As políticas estatais direcionadas à agricultura e à alimentação, em alguns casos, até atenuaram as situações de fome e carência alimentar da população, diminuindo a insegurança alimentar, mas, ao estimularem o agronegócio e a agricultura familiar empresarial, ampliaram a dependência das famílias e dos agricultores frente ao mercado e à indústria, minorando sua soberania alimentar.

Assim sendo, nos últimos anos, especialmente durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, as políticas públicas brasileiras direcionaram seus esforços para a redução da insegurança alimentar no país. Diversos programas, como o Fome Zero, o Bolsa Família e o PRONAF, foram desenvolvidos com os objetivos de promover o acesso da população pobre aos alimentos e fomentar a agricultura familiar. Apesar dos inúmeros problemas apresentados, as ações empreendidas pelos programas estatais mencionados conseguiram ampliar a segurança alimentar em território nacional. Todavia, não foram capazes de majorar a soberania alimentar da população brasileira, pois não asseguraram

a autonomia na produção agrícola, tampouco reduziram a dependência em relação a insumos industriais e ao mercado externo (BORBA et al., 2018).

Nesta perspectiva, Fernandes (2017) e Coca (2018) afirmam que, enquanto política pública, a soberania alimentar constitui uma contraposição à *commoditização* da agricultura e ao agronegócio. Em contrapartida, as políticas voltadas à segurança alimentar não representam uma oposição ao agronegócio, tampouco se preocupam com o modelo de desenvolvimento agrícola/rural adotado pelos Estados.

Thomaz Júnior (2007), Suppan (2008) e Desmarais (2013) esclarecem que para a Via Campesina, a soberania alimentar engloba diversos aspectos não contidos na definição de segurança alimentar, uma vez que abrange o controle sobre a produção, isto é, as decisões referentes às formas de produção, aos gêneros cultivados e à dimensão da produção são assumidas pelos próprios agricultores. Além disso, também pretende abolir a dependência dos agricultores em relação ao mercado por intermédio de medidas protecionistas aos camponeses.

Destarte, abrange o direito das populações de terem autonomia sobre sua política agroalimentar e dos países de produzirem os alimentos necessários para seus habitantes em seus próprios territórios. Uma vez que preconiza a produção de gêneros alimentícios saudáveis e apropriados a cada população, prioriza o cultivo e o consumo de alimentos nativos. Também engloba o pagamento de remunerações mais dignas aos agricultores, que os liberem da dependência frente ao capital agroindustrial. Sob essa perspectiva, o direcionamento da produção agrícola ao abastecimento do mercado interno constitui uma das principais medidas necessárias à soberania alimentar dos povos (DESMARAI, 2013).

A soberania alimentar é caracterizada pela diversidade criativa e produtiva (PATEL, 2009; PAULINO, 2015). Além disso, é contrária à absorção da agropecuária pelo neoliberalismo e suas influências nas dietas alimentares, contrapondo-se à presença dos atores capitalistas na agricultura. Destarte, opõe-se à agricultura convencional, subordinada ao setor financeiro-industrial. Para atingirem a soberania alimentar, os Estados deveriam subsidiar a produção agrícola dos pequenos produtores e a aquisição de alimentos dos cidadãos mais pobres (THOMAZ JÚNIOR, 2007; WITTMAN, 2009; BERNSTEIN, 2015). Sob o prisma da soberania alimentar, a qual configura um movimento e um arranjo político dos agricultores, o uso do território e as relações de poder nele desenvolvidas devem se voltar à produção de alimentos. Além disso, os camponeses precisam e merecem ser protagonistas no cultivo e no consumo de víveres saudáveis (CARNEIRO, 2018; COCA, 2018).

A preconização da soberania alimentar reverbera na defesa da saúde pública, na conservação do meio ambiente e no respeito às temporalidades e territorialidades dos diversos grupos humanos. Além disso, representa a luta contra a exploração do trabalho e a hegemonia das empresas privadas atuantes no setor agroalimentar. Sua conquista pressupõe a fragmentação do poder e a democratização das deliberações relativas às dietas alimentares e aos seus processos produtivos, isto é, o rompimento com o atual modelo de agricultura pautado no agronegócio, no qual poucas corporações centralizam e monopolizam a produção e a comercialização de gêneros alimentícios em escala mundial (FERNANDES, 2017).

Sob essa perspectiva, os atravessadores constituem um empecilho à soberania alimentar dos agricultores, pois impedem que estes comercializem diretamente sua produção com a população, o que elevaria suas margens de lucro (PEREIRA; LOPEZ; DAL SOGLIO, 2017). Deste modo, quanto maior o número de intermediários no processo de comercialização dos alimentos, maiores os preços pagos pelos consumidores finais e menores os valores monetários recebidos pelos agricultores, prejudicando as dietas alimentares de ambos os grupos.

Em Nepomuceno, a atuação dos intermediários na agricultura acontece principalmente por meio das cooperativas agropecuárias e dos supermercados. Enquanto as cooperativas operantes no município adquirem alguns gêneros agrícolas produzidos no município e os negociam com diversos locais no Brasil e no exterior, os supermercados compram diversos víveres produzidos nas áreas rurais nepomucenenses e efetivam sua venda na área urbana municipal. Conseqüentemente, há o encarecimento do preço venal dos alimentos comercializados e a diminuição do valor financeiro pago aos agricultores pelos gêneros cultivados, reverberando em prejuízos à soberania alimentar, tanto de consumidores, quanto de produtores.

A conservação e o resgate das variedades nativas e crioulas de sementes é um importante passo para a soberania alimentar dos agricultores e de suas famílias, pois garante a autonomia destes sujeitos, tanto na produção, quanto na alimentação. Tais medidas favorecem a manutenção da agrobiodiversidade, pois estas variedades apresentam vasta diversidade genética e possuem elevada resistência a elementos bióticos e abióticos. Além disso, as sementes crioulas estão intimamente associadas ao território, pois só se desenvolvem em determinadas espaços dotados de características singulares. O vínculo com a dimensão territorial se estende até as relações de poder, uma vez que a opção pelas variedades crioulas materializa a resistência de grupos de agricultores ante a agricultura industrial e a



disseminação dos grãos transgênicos (PEREIRA; LÓPEZ; DAL SOGLIO, 2017; BORBA et al., 2018).

De acordo com Raffestin (1993), os grupos subalternos também exercem relações de poder. Assim sendo, a preservação das sementes crioulas assinala a luta de diversos grupos de agricultores, como os movimentos de caráter agroecológico que compõem a Via Campesina, contra a hegemonia do mercado e das relações capitalistas de produção no campo e na agricultura. Ademais, o geógrafo afirma que o território é constituído por sistemas sêmicos, os quais são formados por símbolos e códigos (RAFFESTIN, 1993). No caso dos agricultores que optam pelo resgate das sementes crioulas, estas compõem sistemas sêmicos que refletem as visões de mundo e as ideologias destes grupos populacionais.

O movimento agroecológico é um dos caminhos para a soberania alimentar, pois retira os agricultores da sujeição à indústria e ao capital (BERNSTEIN, 2015; PAULINO, 2015; SANTOS, 2016; BORBA et al., 2018). Neste sentido, Santos (2016) a considera como manifestação e instrumento político do campesinato, configurando uma prática social de oposição ao agronegócio. Deste modo, a agroecologia constitui uma alternativa para os camponeses superarem a subordinação em relação à agricultura capitalista, uma vez que a maioria dos agricultores brasileiros, a despeito da pequena dimensão de suas propriedades, tem uma produção de caráter empresarial, integrada, dependente e submissa ao mercado.

Ao discutir os vínculos entre agroecologia e soberania alimentar, Altieri (2005) mostra que ambas se contrapõem ao uso de transgênicos. Ademais, Paulino (2015) advoga que a agroecologia promove a soberania alimentar, pois minora a dependência tecnológica em relação ao mercado e ao setor industrial. Nesta perspectiva, Thomaz Júnior (2007) afirma que a soberania alimentar propõe uma mescla entre os conhecimentos tradicionais, os quais almejam a preservação ambiental, e as práticas agroecológicas.

Na conjuntura agrária nepomucenense, a exiguidade de propriedades rurais associadas à agroecologia evidencia a despreocupação com relação à preservação ambiental e à independência frente ao mercado. Neste contexto, a Fazenda Agropecuária Aracne Eireli, que adotou a cafeicultura orgânica desde o plantio 2017-18, pretende futuramente converter a produção orgânica em agroecológica, com o intuito de ampliar a soberania alimentar na propriedade e no município.

Os defensores da soberania alimentar almejam a erradicação da fome e da miséria e lutam pelo fim da opressão e das desigualdades em diferentes âmbitos, como de cor e etnia, de gênero e de classe. Contudo, diferentemente da segurança alimentar, não desejam promover o acesso à alimentação por meio da integração e da dependência frente ao mercado

capitalista. Neste sentido, num contexto de soberania alimentar, os agricultores teriam controle sobre as deliberações de sua produção e conseguiriam manter o núcleo familiar por meio dos recursos que encontram em sua propriedade, sem dependerem de insumos oriundos da indústria (THOMAZ JÚNIOR, 2007; EGUREN, 2013).

A soberania alimentar engloba a posse sobre os meios e os instrumentos de produção, as deliberações referentes à produção, entre outros aspectos. Além disso, os preços dos alimentos devem viabilizar o seu consumo pela população menos abastada e, concomitantemente, assegurar renda monetária para que os pequenos agricultores tenham condições dignas de vida e de trabalho (COCA, 2018).

Destarte, a soberania alimentar deve ser instrumento e objetivo da luta de classes, pois se a população alcançá-la, automaticamente minorará sua submissão frente ao capitalismo, modo de produção que subordina os seres humanos através do trabalho assalariado, da desposse e da falta de controle sobre os meios de produção, da alienação de seu trabalho e da produção, da extração de mais-valia, entre outros diversos processos exploratórios (THOMAZ JÚNIOR, 2007; PATEL, 2009). No tocante ao assunto, Lee (2007) discute algumas das principais diferenças entre segurança e soberania alimentar, as quais estão sumarizadas no quadro 03.

**Quadro 03: Principais Elementos da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar**

	<b>Segurança Alimentar</b>	<b>Soberania Alimentar</b>
<b>Modelo de Produção Agrícola</b>	Produtivista/Industrial	Agroecológico
<b>Modelo de Gestão Agrícola</b>	Liberal	Protecionista
<b>Organização Líder</b>	OMC	Via Campesina
<b>Instrumentos</b>	AoA, TRIPS, SPS	IPC
<b>Avaliação sobre os Transgênicos</b>	Direitos de Propriedade Privada	Anti-Patentes, Comunal
<b>Discurso Ambiental</b>	Racionalidade Econômica	Racionalidade Verde

Fonte: Adaptada de: LEE, Richard. Food Security and Food Sovereignty. Centre for Rural Economy Discussion Paper Series. n. 11. 2007, p. 01-17.

Portanto, o quadro 03 evidencia importantes distinções entre soberania e segurança alimentar. Enquanto a segurança alimentar pode estar associada a um viés produtivista e ser

dependente do mercado, a soberania alimentar possui caráter agroecológico, associando-se a medidas comerciais protecionistas, as quais amenizam os efeitos das práticas neoliberais sobre os pequenos agricultores. Enquanto a Via Campesina, uma organização que congrega diversos movimentos sociais vinculados ao campo, é a principal defensora da soberania alimentar em âmbito internacional; a Organização Mundial do Comércio (OMC), um organismo supranacional gerido pelos países hegemônicos, atua em prol da segurança alimentar em todo o planeta, principalmente por intermédio de três instrumentos – o TRIPS, o AoA e o SPS.

O Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC) foi um instrumento criado em 2003 para a difusão da soberania alimentar em escala mundial. Em contrapartida, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) é um pacto internacional instituído entre os países integrantes da OMC que regulamenta e padroniza a propriedade intelectual entre os membros do órgão. Já o Acordo sobre Agricultura (AoA) é um acordo efetuado pela OMC que intenta assegurar aos agricultores o acesso ao mercado por meio de subsídios às exportações e isenções ou reduções fiscais. O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) visa padronizar a produção alimentícia entre os países membros da OMC a fim de garantir a segurança alimentar das populações e a salubridade dos víveres de origem vegetal ou animal produzidos.

Deste modo, os mecanismos estabelecidos pela OMC almejam a segurança alimentar, mas constituem um empecilho à soberania alimentar, uma vez que intentam a padronização da produção alimentícia global e a integração dos agricultores ao mercado, assim como defendem o direito à propriedade intelectual, isto é, o patenteamento dos recursos naturais. Por conseguinte, favorecem a intensificação da subordinação da agropecuária às grandes corporações capitalistas e o aprofundamento da dependência dos pequenos agricultores em relação ao mercado.

Segundo McMichael (2009a; 2009b; 2016), a partir de 1980, iniciou-se o regime alimentar corporativo em âmbito global, o qual é caracterizado pela hegemonia de corporações transnacionais e multinacionais que monopolizam e controlam a produção, o processamento e a venda de alimentos em todo o planeta. A privatização da agricultura e, por conseguinte, da produção alimentícia, ocasiona diversas mudanças na conjuntura agrária internacional, como a especialização da produção, a estrangeirização de terras, a disseminação de monoculturas, a produção de *commodities* destinadas à exportação e o emprego de praguicidas e sementes transgênicas. Tais alterações geram consequências nocivas aos

agricultores e consumidores, como a perda de diversidade genética, a volatilidade dos preços dos alimentos, a diminuição do consumo de produtos naturais e a contaminação dos recursos hídricos e pedológicos.

A OMC, ao efetivar ações em prol da segurança alimentar das populações, trata os problemas alimentares sob um enfoque meramente técnico, despolitizando as causas da fome, visto que a subnutrição e a desnutrição estão intimamente atreladas às relações díspares de poder, à desigual distribuição de terras, à insuficiência de renda monetária e à falta de acesso aos alimentos (MCMICHAEL, 2009b; COCA, 2016).

A venda do produto final ao consumidor no regime alimentar corporativo é dominada pelas grandes redes varejistas de supermercados, cujos alimentos são, em sua maioria, industrializados. Assim sendo, apresentam altos índices de conservantes e açúcares, ocasionando a propagação de patologias como a obesidade e a diabetes (MCMICHAEL, 2009a; 2016).

Portanto, a produção de alimentos e sua comercialização em escala mundial são controladas, respectivamente, pelos oligopólios do setor agrícola e pelas grandes redes internacionais de supermercados, os quais promovem a padronização da produção de alimentos no mundo, pois reduzem a quantidade e a diversidade de espécies cultivadas e vendidas. Deste modo, contribuem para a intensificação das crises alimentares, a degradação ambiental, o empobrecimento dos agricultores e a deterioração das dietas (COCA, 2016; MCMICHAEL, 2016).

#### **4.4.2 – A Disseminação dos Transgênicos e a Soberania Alimentar**

A utilização dos grãos transgênicos, cuja comercialização é controlada por oligopólios do setor industrial, é um severo empecilho à soberania alimentar, uma vez que há diversos questionamentos acerca dos malefícios causados ao meio ambiente e ao homem, além da retirada do controle sobre a produção das mãos dos camponeses (DESMARAIS, 2013; PAULINO, 2015). Nesta esfera, segundo Guerra e Nodari (2001, p. 31):

Organismo transgênico é aquele cujo genoma recebeu genes exógenos por meio de técnicas de engenharia genética. A transgenia se constitui, então, num processo que permite o rompimento da barreira sexual e numa alternativa de introdução de genes em plantas.

Dentre os malefícios ocasionados pela utilização das sementes geneticamente modificadas, merece ênfase a “poluição genética”, a qual consiste na invasão de outras

plantações pelos grãos transgênicos, os quais, em virtude de sua maior resistência e capacidade adaptativa, extrapolam os limites das propriedades e gradativamente ocupam toda a área cultivada no país. Inúmeros movimentos questionam se a poluição genética não é mais uma das táticas engendradas pelas grandes corporações atuantes no setor agropecuário para a constituição de oligopólios (NODARI; GUERRA, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006). Destarte, o uso intenso de transgênicos é uma ameaça à diversidade genética dos gêneros alimentícios no mundo inteiro, causando redução da agrobiodiversidade (ALTIERI; NICHOLLS, 2000; LANG, 2006; OLIVEIRA, 2016).

Outros danos ocasionados pelas plantas transgênicas são a migração ou extinção de determinadas espécies, a exposição de espécies nativas a novos agentes patógenos e o surgimento de pragas mais resistentes. No tocante à agricultura, poderia haver a contaminação das variedades crioulas, o crescimento de pragas e microorganismos resistentes aos agrotóxicos, e a intensificação da dependência dos produtores em relação às empresas do setor agroquímico, pois poucas corporações monopolizam o comércio das sementes transgênicas em âmbito global (GUERRA; NODARI, 2001).

Eventuais transmissões de genes resistentes aos herbicidas a plantas silvestres podem repercutir no surgimento de diversos malefícios a estas espécies vegetais, bem como no surgimento de novas bactérias patógenas ou vírus mais resistentes (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). Recentemente, reconhecendo os malefícios do cultivo e do consumo de transgênicos, alguns países, como França e Peru, promulgaram leis restringindo e/ou proibindo a venda e o cultivo de transgênicos em seus territórios (OLIVEIRA, 2016).

Em consonância com as palavras de Guerra e Nodari (2001), pode-se dizer que os transgênicos estão sendo equivocadamente afirmados como a única maneira de ampliar a produtividade e a competitividade dos agricultores. Nesta conjuntura, o Estado brasileiro atuou estimulando o agronegócio pautado no intenso uso dos organismos transgeneticamente modificados (PELAEZ; SCHMIDT, 2000). Em virtude disso, muitos produtores estão recorrendo às sementes transgênicas (GUERRA; NODARI, 2001). Empobrecidos, os agricultores enxergam nos transgênicos a possibilidade de acréscimos na produtividade e nos rendimentos obtidos na lavoura (PELAEZ; SCHMIDT, 2000). Entretanto, há outros meios de ampliar a produtividade e a competitividade na agricultura, como as associações entre os pequenos produtores e as práticas agroecológicas.

O início do cultivo de transgênicos no Brasil ocorreu em desacordo com a legislação nacional. Nos últimos anos da década de 1990, foram constatados casos de plantio clandestino de soja transgênica em território brasileiro, sobretudo no Rio Grande do Sul. Os produtores

gaúchos recebiam os grãos geneticamente modificados através do contrabando pela fronteira argentina, região com graves problemas de fiscalização dos órgãos responsáveis de ambos os países (OLIVEIRA, 2016).

O plantio de transgênicos no Brasil foi normatizado desde o início dos anos 2000, sobretudo no ano de 2003, com a promulgação da lei nº. 10.688. Todavia, já no final do decênio de 1990, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizou o cultivo da soja transgênica fabricada pela Monsanto, resistente ao glifosato<sup>18</sup>, principal componente do *Roundup*, herbicida também produzido pela multinacional estadunidense. Esse episódio evidencia que a difusão dos transgênicos no Brasil coincide com a ampliação do uso de agrotóxicos, desmistificando o argumento, utilizado pelas empresas do setor de biotecnologia, de que os transgênicos são benéficos ao meio ambiente (PELAEZ; SCHMIDT, 2000; OLIVEIRA, 2016).

Oliveira (2016) enuncia que nos últimos anos houve expressivo crescimento da área ocupada pelo cultivo de transgênicos em escala mundial, sobretudo em países como os Estados Unidos e o Brasil. Com relação à conjuntura brasileira, o geógrafo mostra que a área de cultivo dos transgênicos saltou de menos de dez milhões de hectares em 2005 para mais de quarenta milhões de hectares no ano de 2015. A produção de transgênicos no Brasil engloba gêneros como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o feijão, o algodão e o eucalipto. Nos tempos hodiernos, somente os Estados Unidos cultivam mais transgênicos que o Brasil. A difusão de práticas neoliberais e do emprego de insumos industriais na agropecuária mundial colabora para a formação de oligopólios no setor e para a perda de soberania alimentar das populações. No tocante à agricultura de cunho empresarial e à polêmica em torno do uso dos grãos transgênicos, Harvey (2011, p. 152-153) afirma que:

As vulnerabilidades da monocultura significaram investimentos pesados em fertilizantes e pesticidas à base de petróleo (lucrativamente produzidos por empresas estadunidenses, como a Monsanto), e o tipo de capital envolvido (em geral relacionado à gestão de recursos hídricos e à irrigação) implicou a consolidação de uma classe de produtores ricos (com frequência com a ajuda de instituições de crédito duvidosas) e a redução de todos os outros ao status de camponês sem terra. Os organismos geneticamente modificados (OGMs) têm sido ao longo do tempo

---

<sup>18</sup> No dia 03 de agosto de 2018, a 7ª Vara Federal do Distrito Federal promulgou uma liminar que suspendeu o registro de produtos compostos por glifosato até a realização de avaliações mais detalhadas sobre os malefícios ocasionados pela substância ao meio ambiente e aos seres humanos (BRASIL, 2018a). A medida representou um grande avanço para o meio ambiente e a saúde, uma vez que o glifosato causa diversos danos ao organismo humano, como patologias respiratórias, cardiovasculares e neurológicas, neoplasias, má formação fetal, entre outras (PELAEZ; SCHMIDT, 2000; MESNAGE et al., 2014; SAMSEL; SENEFF, 2015b). No entanto, um mês após a decisão judicial mencionada, em 03 de setembro de 2018, outra liminar suspendeu a execução dessa sentença, reautorizando o uso do glifosato em território brasileiro (BRASIL, 2018b). O deferimento do pedido representou um grave retrocesso na questão agrária nacional, pois beneficia as corporações fabricantes de praguicidas e deteriora gravemente os recursos naturais e a saúde da população brasileira.

questionados quanto à ética e sujeitos a objeções morais por parte de ambientalistas (são chamados de “alimentos Frankenstein” na Europa).

No excerto, o geógrafo inglês ressalta os vínculos existentes entre as monoculturas, a aplicação intensa de agrotóxicos e fertilizantes químicos e o uso indiscriminado das sementes transgênicas. Ademais, confere destaque à discussão ética e moral promovida pelos ambientalistas acerca dos grãos geneticamente modificados. Como a maioria dos transgênicos é patenteada pelas empresas fabricantes, o agricultor, em geral, é proibido de fazer quaisquer reusos das sementes, como vendê-las, trocá-las ou armazená-las. Há também a venda de sementes transgênicas estéreis, as quais são manipuladas de modo a impedir sua reprodução, ampliando a sujeição do agricultor em relação ao setor de biotecnologia.

A situação de soberania alimentar de determinada população está diretamente relacionada à dependência e à integração dos agricultores frente ao mercado, uma das principais características abordadas por Lamarche (2008) em sua tipologia de estabelecimentos agrícolas. Segundo o sociólogo francês, os imóveis agrícolas podem ser classificados quanto ao caráter familiar da propriedade e também em relação à dependência tecnológica e/ou financeira e à integração ao mercado.

Nos quatro modelos estabelecidos pelo Lamarche (2008), apenas a agricultura camponesa ou de subsistência não possui expressivas relações mercantis. As empresas e as empresas familiares, assim como as unidades caracterizadas como agricultura familiar moderna, são consideravelmente integradas ao mercado. Deste modo, a soberania alimentar destes agricultores está muito prejudicada, pois produzem os gêneros agrícolas direcionados à venda e dependem de insumos urbano-industriais e de crédito ou empréstimos para a produção. Por conseguinte, perdem o controle sobre a produção, a qual é orientada pelos interesses do mercado.

A agricultura empresarial, caracterizada pelo predomínio de relações mercantis, está distante da soberania alimentar. Considerando-se que a maioria dos imóveis agrícolas no Brasil e no mundo incorporou práticas e relações de trabalho e de produção capitalistas, aderindo à lógica empresarial, pode-se dizer que os agricultores estão gradativamente perdendo sua soberania alimentar. No tocante ao assunto, Patel (2009) e Paulino (2015) afirmam que a soberania alimentar abrange o controle e o domínio sobre os métodos, recursos e técnicas da produção agrícola, bem como a independência em relação às práticas mercadológicas capitalistas. Ademais, Paulino (2015) explica que o camponês almeja o controle da terra, do trabalho e de seus instrumentos, os quais atualmente se encontram

dominados pelo agronegócio. Por conseguinte, anseia a soberania alimentar, a qual engloba o direito à alimentação e à inserção dos agricultores nos mercados de venda.

Deste modo, ao ser convertido em agricultor familiar e/ou proletarizado, o camponês perde sua soberania alimentar, pois fica amalgamado ao mercado e dependente de seus insumos, do custo de produção, da concorrência capitalista e das oscilações de preços e de demanda. Contrapondo-se a esse processo, a Via Campesina e o MST avaliam a soberania alimentar a partir de cinco critérios principais – o genético, o alimentar, o hídrico, o energético e o territorial (PAULINO, 2015).

#### **4.4.3 – A Soberania Alimentar na Agricultura Nepomucenense**

Nesta perspectiva, a agricultura nepomucenense está distante de alcançar a soberania genética, a qual preconiza o cultivo de sementes crioulas, pois o uso de sementes transgênicas é difundido no campo municipal desde o início do decênio de 2000, especialmente na milhocultura. Os grãos transgênicos utilizados em Nepomuceno são adquiridos nas cooperativas atuantes no município (principalmente na Capebe, na Cocatrel e na Cooxupé) e/ou por intermédio de revendedores particulares, como lojas especializadas e agrônomos. O emprego de organismos transgeneticamente modificados na produção agrícola compromete a soberania alimentar, pois priva a população do controle sobre as sementes utilizadas (SOUZA, 2009b). Além disso, sua utilização causa inúmeros malefícios ambientais, conforme atestam Altieri e Nicholls (2000), Harvey (2011) e Oliveira (2016).

A soberania hídrica dos agricultores em Nepomuceno vem diminuindo gradativamente, uma vez que o acesso à água, mesmo numa região afamada pela elevada disponibilidade hídrica, foi prejudicado em virtude de diversas práticas predatórias, como o plantio de eucalipto sem assistência técnica em áreas impróprias à cultura e o uso intensivo de praguicidas nas lavouras. Em muitos estabelecimentos rurais do município, as fontes hídricas se escassearam, dificultando atividades cotidianas, como a irrigação agrícola e a dessedentação do gado.

A soberania energética também não é assegurada na conjuntura agrária nepomucenense, pois, devido ao emprego de insumos urbano-industriais oriundos de outras regiões e estados, a agropecuária local é muito dependente de fontes energéticas não renováveis, como o petróleo. Esse hidrocarboneto, além de não ser produzido nas propriedades agrícolas municipais, é o principal responsável pela poluição atmosférica, especialmente por meio da queima de seus derivados, como a gasolina e o óleo diesel, os



quais são os principais combustíveis utilizados no transporte dos insumos empregados nas lavouras. O uso de fontes de energia provenientes de combustíveis fósseis está em desacordo com a soberania energética, a qual defende a utilização de fontes energéticas renováveis e não poluentes. Além disso, são raros os imóveis agrícolas que produzem, mesmo que parcialmente, as fontes de energia que empregam no processo produtivo. Com efeito, a dependência do transporte rodoviário diminui a autonomia da produção agrícola em solo nepomucenense, intensificando sua subordinação aos mercados externos.

Quanto ao território, não há soberania alimentar no município, uma vez que a despeito do grande número de minifúndios e pequenas propriedades rurais em Nepomuceno, a quantidade de trabalhadores sem-terra ou com porções de terra insuficientes para a satisfação das necessidades familiares, é bastante expressiva. Em virtude da despossessão dos meios de produção ou da diminuta produção lograda em suas terras, estes sujeitos precisam se submeter à exploração do trabalho assalariado, frequentemente em empregos temporários e/ou sem carteira assinada.

A disseminação do crédito no panorama agrário municipal, evidenciada pela expressiva quantidade de agricultores que contraíram financiamentos ou empréstimos, minora a soberania alimentar, pois aprofunda a dependência em relação ao capital financeiro e diminui os recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios e aos investimentos produtivos no imóvel agrícola. Neste contexto, muitos agricultores aderem aos financiamentos do PRONAF, os quais cobram diminutas taxas de juros. No entanto, apesar dos baixos juros cobrados, muitos agricultores familiares têm dificuldade para o pagamento da dívida assumida. Dentre os 1.531 estabelecimentos agropecuários avaliados pelo Censo Agropecuário em Nepomuceno, 293 contraíram financiamentos/empréstimos no ano de 2017 e 166 aderiram ao PRONAF, principalmente para custeio da produção e investimentos no imóvel (IBGE, 2018a). Conseqüentemente, a quantidade de produtores endividados no município em decorrência dos empréstimos assumidos junto ao PRONAF também é significativa, revelando mais uma faceta negativa da difusão do crédito na agricultura.

Sublinha-se que a maioria da população nepomucenense não possui soberania alimentar, pois aproximadamente 1.200 (78,38%) das 1.531 propriedades agrícolas do município baseiam sua produção na monocultura cafeeira, reduzindo a variedade de gêneros cultivados (EMATER-MG, 2019). Como a rubiácea é vendida às cooperativas com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, os agricultores que plantam somente café estão mais expostos aos riscos da volatilidade dos preços internacionais das *commodities*. De acordo com Silveira, Maciel e Ballini (2014), a negociação de contratos futuros do café

arábica aumenta a variabilidade de seus preços, e prejudica os cafeicultores, especialmente os menos capitalizados, os quais não conseguem esperar um momento de valorização da rubiácea para vendê-la no mercado.

Ademais, não há autonomia com relação ao processo produtivo, visto que a integração e a dependência frente ao mercado são fenômenos manifestos na agricultura local, algo evidenciado pelo emprego maciço de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e máquinas agrícolas nas lavouras e pela atuação das cooperativas na cafeicultura nepomucenense, as quais controlam a produção cafeeira municipal, inserindo-a em cadeias produtivas internacionais. Neste panorama, não é possível obter soberania alimentar, pois a mesma visa a diversificação da produção agropecuária e se opõe à especialização produtiva, à mercantilização e à industrialização da agricultura e da alimentação (WITTMAN, 2009; BERNSTEIN, 2015; PAULINO, 2015; COCA, 2018).

Destarte, a dependência da situação alimentar de um município ou país em relação ao exterior reverbera na perda da soberania alimentar, pois causa o aprofundamento da dependência frente às mudanças e exigências do mercado internacional alimentício (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Segundo Paulino (2015), num contexto de soberania alimentar, a produção agrícola é direcionada ao autoabastecimento e/ou ao mercado interno e há o controle sobre a terra, os instrumentos de trabalho, o trabalho e o conhecimento relativo à produção. Nesta perspectiva, o fato de os agricultores nepomucenenses não possuírem controle, tampouco autonomia sobre as deliberações relativas aos quatro fatores mencionados, representa um sério empecilho à soberania alimentar deste grupo. A maioria dos gêneros cultivados em Nepomuceno, comandados pelo café, tem sua comercialização dominada pelas cooperativas, as quais revendem a rubiácea para outros estados e países, comprometendo a soberania alimentar no município.

Não há soberania tecnológica na conjuntura agrária municipal, uma vez que os agricultores locais são muito dependentes de tecnologias externas às suas propriedades, sobretudo de insumos comercializados pelas corporações oligopolistas atuantes na indústria química e na biotecnologia. Agravando o cenário da agropecuária nepomucenense, a autogestão, a diversidade criativa e a inserção nos circuitos curtos de troca, distribuição e consumo, importantes elementos da soberania alimentar (PAULINO, 2015), são características quase inexistentes nos imóveis agrícolas do município, os quais são integrados ao mercado e dependentes da assistência técnica fornecida pelas cooperativas. Na maioria das propriedades rurais, não há diversidade criativa, uma vez que os métodos de cultivo empregados coincidem e permanecem inalterados há décadas. A exiguidade de

estabelecimentos produtores de cafés especiais corrobora a baixa variedade de métodos e sistemas de produção agrícola empregados em Nepomuceno.

Geralmente, vincula-se a soberania alimentar à agricultura direcionada ao autoconsumo, modalidade de produção caracterizada pela elevada intensidade do trabalho e pelo limitado uso de insumos urbano-industriais, principalmente em função dos baixos rendimentos financeiros deste grupo de agricultores. Esta associação dá origem a algumas generalizações, as quais desconsideram as singularidades socioespaciais de cada contexto (BERNSTEIN, 2015). Ademais, se todos os agricultores produzissem apenas para autoconsumo, não proveriam a procura mundial de alimentos, comprometendo a segurança alimentar dos cidadãos que não são produtores agrícolas.

Sob esse prisma, os estabelecimentos que dedicam parcela da produção para a subsistência e parte para a comercialização nos mercados locais podem se encontrar em situação de soberania alimentar. No município de Nepomuceno, são raros os agricultores que dedicam percentual da produção para a venda livre, isto é, sem a atuação de intermediários, e não estão subordinados ao capital financeiro-industrial. Dentre os proprietários fundiários que comercializam parte da produção e possuem autonomia e controle sobre o processo de produção e suas deliberações, destacam-se os trabalhadores que atuam na feira livre municipal, os quais logram soberania alimentar, uma vez que parcela dos víveres cultivados é destinada à alimentação do núcleo familiar, enquanto o excedente agrícola é vendido na feira realizada aos sábados. Deste modo, há a eliminação dos atravessadores, cuja atuação constitui um empecilho à soberania alimentar e onera os preços finais dos produtos. Além disso, os feirantes-produtores são adeptos da policultura e autônomos quanto às decisões vinculadas às formas de cultivo, aos gêneros lavrados, aos instrumentos de trabalho, às negociações de preços, entre outros aspectos.

No tocante ao assunto, Bernstein (2015) defende que as pequenas propriedades agrícolas devem ter um mínimo de produtividade para assegurar o fornecimento de alimentos à população. O autor afirma que os pequenos agricultores, por intermédio do trabalho intensivo e do reduzido emprego de insumos urbano-industriais, provavelmente não consigam suprir a demanda global de gêneros alimentícios. Em sua ótica, constitui um equívoco a oposição instituída entre os agricultores que produzem e comercializam parcela dos víveres cultivados e a soberania alimentar, pois a venda dos excedentes assevera a segurança alimentar dos seres humanos não envolvidos em atividades agrícolas. Apesar dos baixos rendimentos obtidos, da restrita aplicação de insumos externos nas lavouras e das jornadas deletérias de trabalho, muitos habitantes pobres do campo não possuem controle ou acesso

aos recursos da terra. Desta maneira, estes agricultores se encontram desprovidos de soberania alimentar.

Além disso, o acesso à terra é um elemento indispensável à soberania alimentar, pois minora a dependência em relação ao mercado e aos gêneros oriundos das grandes redes varejistas, os quais possuem elevados índices de conservantes, gorduras e açúcares. Os supermercados presentes no município de Nepomuceno são de pequena dimensão e ofertam uma restrita diversidade de gêneros alimentícios à população, especialmente com relação aos alimentos não industrializados de origem vegetal, como frutas, verduras e legumes. Neste panorama, observou-se que a população rural do município apresenta dietas alimentares mais variadas em comparação aos habitantes da cidade, especialmente em virtude da posse da terra, do cultivo de espécies vegetais e da criação de animais para autoconsumo (VILAS BOAS, 2016a). Neste sentido, o movimento em prol da soberania alimentar defende a promoção de políticas e práticas comerciais que favoreçam a qualidade da alimentação de todos os povos. Deste modo, não nega o comércio, mas critica a dependência comercial vivenciada pela maioria dos agricultores. A soberania alimentar preconiza uma agricultura direcionada aos mercados locais, que preserve e valorize os recursos naturais e o meio ambiente, assim como as culturas locais (SILIPRANDI, 2001; SOUZA, 2009b; SILVA; THOMAZ JÚNIOR, 2014; COCA, 2018).

Os defensores da soberania alimentar se opõem à interferência da OMC na produção agrícola e alimentar (SILIPRANDI, 2001). Neste cenário, as corporações oligopolistas não podem continuar controlando o comércio mundial de alimentos, pois diminuem expressivamente a variedade e a qualidade de víveres comercializados e consumidos, uma vez que os alimentos industrializados comercializados pelas redes de supermercados contêm grande quantidade de produtos químicos em sua composição.

Segundo Lee (2007), o movimento internacional de luta pela soberania alimentar, comandado por algumas organizações não governamentais (ONG's), em especial a Via Campesina, rejeita o modelo de agricultura associado ao setor industrial e à biotecnologia, formulando ações para estimular a produção alimentícia local e proteger os moradores do campo em diversos países. Para Bernstein (2015), processos típicos da globalização neoliberal, como a difusão dos agrocombustíveis, a estrangeirização de terras e a expropriação dos camponeses em diversos países, constituem ameaças à soberania alimentar. No município de Nepomuceno, tais fenômenos não são observados em grande escala, uma vez que não existem imóveis agrícolas que se destinam à produção de combustíveis de origem vegetal, tampouco há a atuação de atores estrangeiros na aquisição de terras. Além disso, a quantidade

de pequenos agricultores familiares que mantêm a posse da terra é expressiva, caracterizando uma concentração fundiária inferior à do restante do país (VILAS BOAS, 2016a).

A despeito da expressividade da agricultura no cenário econômico municipal, a maioria dos alimentos consumidos pelos habitantes de Nepomuceno é adquirida em supermercados, especialmente em virtude da comodidade durante a compra e dos baixos preços de determinadas mercadorias. Esses produtos são, em sua maioria, oriundos de outras regiões do país, e sua distribuição ocorre por intermédio das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAs). Assim sendo, o consumo de enlatados e produtos industrializados é elevado no município, comprometendo a qualidade dos regimes alimentares e a soberania alimentar de seus moradores. Intimamente associada ao predomínio da monocultura cafeeira na agricultura nepomucenense, a diminuta diversidade de alimentos consumidos e de espécies cultivadas contribui para a redução da soberania alimentar dos agricultores municipais e de sua população como um todo.

A adubação química começou a ser realizada, em larga escala, nos municípios sul-mineiros, inclusive em Nepomuceno, na década de 1950 (COELHO, 2012). Os agrotóxicos foram inseridos na produção agrícola municipal no início dos anos 1980, sobretudo devido à ferrugem, praga que assolava os cafezais do município neste período. Embora a agricultura da Nepomuceno não apresente expressiva mecanização, devido aos poucos recursos financeiros dos agricultores familiares e ao relevo ondulado do município, algumas máquinas, como o trator, a derriçadora costal manual e a roçadora costal manual, foram introduzidas na agricultura municipal entre os decênios de 1990 e 2000. Já as sementes transgênicas, empregadas majoritariamente na milhocultura, disseminaram-se na conjuntura agrária municipal a partir da década de 2000, principalmente por intermédio das cooperativas.

Assim sendo, a disseminação de insumos urbano-industriais na agricultura nepomucenense foi marcada pela inserção de fertilizantes químicos, praguicidas, grãos transgênicos e máquinas agrícolas na produção. Doravante, a submissão do setor agrícola municipal ao capital industrial foi ampliada, culminando na redução da autonomia e do controle dos agricultores locais sobre o processo produtivo, prejudicando a soberania alimentar destes sujeitos.

É importante salientar que a soberania alimentar não preconiza o repúdio total aos insumos industriais. Todavia, defende a manutenção da qualidade dos alimentos, a autonomia e o fim da subordinação em relação ao capital urbano-industrial. Se o emprego de elementos, como equipamentos e máquinas agrícolas, não ocasionar degradação ambiental e colaborar para a diversificação produtiva e o aumento dos rendimentos dos agricultores, sua utilização

favorece a soberania alimentar, pois proporciona a melhoria das condições desses sujeitos (CARNEIRO, 2018).

Anteriormente, os agricultores do município de Nepomuceno dependiam menos de elementos oriundos da indústria e da aquisição de empréstimos. Assim sendo, eram menos subordinados ao capital financeiro-industrial e possuíam maior autonomia na administração e nas deliberações referentes aos seus estabelecimentos produtivos. No entanto, desde as primeiras décadas do século XX, a monocultura cafeeira volvida ao mercado externo se difundiu em território nepomucenense, comprometendo a soberania alimentar de seus habitantes, uma vez que ocasionou redução da diversidade de víveres lavrados e o cultivo da rubiácea não se destina ao autoconsumo ou ao mercado interno. Destarte, a principal atividade econômica municipal é a produção de um *cash crop*, o café. Tal condição aumenta a dependência em relação ao mercado e compromete diretamente a soberania alimentar dos agricultores municipais.

Segundo Kohlhepp (2010), há importantes diferenças entre as propriedades monocultoras que produzem *cash crops* e os estabelecimentos agrícolas que se baseiam no cultivo de *food crops*. Enquanto os *cash crops*, como açúcar, soja e café, são voltados à exportação e cultivados com vasto uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, os *food crops* consistem em gêneros básicos dos regimes alimentares, como arroz, feijão e milho, direcionando-se ao mercado interno e contribuindo para a redução da insegurança alimentar, sobretudo das populações mais pauperizadas. De acordo com Kay (2015) e Bruno (2016), a maioria dos agricultores brasileiros produz para a exportação. Subequipados, esses trabalhadores têm que pagar diversos impostos e taxas, o que contribui para a diminuição dos seus rendimentos financeiros e a piora da condição de vida do núcleo familiar. Além disso, tais encargos dificultam a aquisição e/ou a renovação dos insumos empregados na produção.

A disseminação do plantio de espécies vegetais, como a mamona, a beterraba e a cana-de-açúcar, destinadas à produção de biocombustíveis, minora a emissão de gases estufa e a poluição atmosférica, mas contribui para a diminuição da segurança e da soberania alimentar, uma vez que reduz a quantidade de terras férteis voltadas à produção de alimentos (KOHLHEPP, 2010). Neste contexto, sublinha-se que a agricultura volvida à geração de biocombustíveis coincide com os parâmetros dos *cash crops*, pois a maioria das propriedades estabelece um cultivo monocultor direcionado à exportação, com o objetivo de majorar os rendimentos e os lucros logrados com a produção agrícola. No tocante ao assunto, Tundisi (2008, p. 10) explica que:

O investimento em produção de alimentos mais rentáveis – *cash crops* – significa maior investimento e usos mais intensivos de água na agricultura. A degradação da qualidade da água superficial e subterrânea é outro componente relevante dos usos da água na agricultura, e essa degradação deve ser quantificada.

Assim sendo, o cultivo de *cash crops* prejudica a dimensão hídrica da soberania alimentar, uma vez que demanda maior consumo de água e promove a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, especialmente pelo uso massivo de praguicidas. Na conjuntura agrária nepomucenense, em que muitas propriedades agrícolas já padecem com a escassez hídrica, a continuidade da monocultura cafeeira ameaça diretamente a disponibilidade e a qualidade da água no município.

No entanto, alguns autores, como Govereh e Jayne (2003), defendem a possibilidade de conjugação entre *cash crops* e *food crops*, pois consideram que essas culturas não disputam espaço, tampouco investimentos, e os rendimentos oriundos da comercialização dos gêneros direcionados à exportação podem auxiliar na produção dos víveres direcionados ao autoconsumo ou à venda no mercado interno. Em sua análise, as culturas voltadas à venda proporcionam o aumento dos investimentos financeiros em determinada área, os quais reverberam na melhoria da infraestrutura produtiva, especialmente em setores como energia e transporte.

Nesta perspectiva, os pesquisadores são favoráveis ao cultivo dos *cash crops*, uma vez que, em sua avaliação, o plantio desses gêneros pode ampliar a renda e a produtividade das pequenas propriedades agrícolas. Ademais, afirmam que as linhas de crédito agrícola são mais difundidas para os produtos destinados à exportação. Deste modo, o cultivo de tais gêneros permite a aquisição de diversos insumos, como praguicidas, transgênicos, fertilizantes químicos, equipamentos e máquinas agrícolas, os quais possibilitam o aumento da produtividade e, conseqüentemente, das receitas dos produtores rurais (GOVEREH; JAYNE, 2003). De fato, sua produção causa o aumento das exportações, mas também promove o crescimento das importações. Conseqüentemente, a dependência em relação ao mercado externo também é intensificada.

Portanto, o cultivo de *food crops* constitui uma medida indispensável à promoção da soberania alimentar no município de Nepomuceno, pois diminuiria a dependência frente ao mercado externo, além de ampliar a produção de gêneros básicos dos regimes alimentares da população nepomucenense, como feijão, arroz e milho. Ademais, os custos de transporte seriam reduzidos, fato que provavelmente provocaria a queda nos preços venais dos alimentos, traria benefícios aos habitantes do município e minoraria os índices de insegurança alimentar.

## **5 – CARACTERIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM NEPOMUCENO-MG**

Outros importantes aspectos da conjuntura agrária nepomucenense são o uso de máquinas e insumos agrícolas no processo produtivo, os arrendamentos, as condições de vida e as principais características dos agricultores familiares do município. Assim sendo, tais elementos são avaliados a seguir, bem como os imóveis agrícola de Nepomuceno são analisados com base na classificação de estabelecimentos agropecuários construída por Lamarche (1993; 2008).

### **5.1 – O Emprego de Máquinas Agrícolas e Insumos Agroquímicos na Agropecuária Nepomucenense**

Em pesquisa efetivada em Nepomuceno, Crocco et al. (2017) observaram que 55% dos trabalhadores entrevistados cuidam da lavoura cafeeira de forma semimecanizada, através do emprego de máquinas simples, como roçadeiras, derrigadeiras e motosserras, enquanto 45% trabalham de forma estritamente manual. No tocante ao assunto, salienta-se que a acidentada topografia nepomucenense constitui um empecilho à mecanização de sua agricultura. Referindo-se aos municípios sul-mineiros, Coulis (2011) e Vale, Calderaro e Fagundes (2014) afirmam que o relevo ondulado e os poucos recursos financeiros dos pequenos produtores dificultam a mecanização do processo produtivo. Além disso, Holloway (1978) e Frederico (2017) afirmam que a cafeicultura não demanda uma mecanização tão robusta quando comparada a outras culturas.

Neste panorama, a conjuntura municipal corrobora a tese de Marx (2008b) acerca da mecanização agrícola, pois a inserção de máquinas agrícolas elevou a produção alimentícia municipal, sobretudo de café e milho, conforme ilustra a tabela 23.



**TABELA 23: Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimento Médio do Arroz, da Soja, do Feijão, do Milho e do Café em Nepomuceno-MG de 1980 a 2016**

		Arroz	Soja	Feijão	Milho	Café
<b>1980</b>	Área Colhida (em hectares)	200	0	3.700	6.500	4.862
	Quantidade Produzida (em toneladas)	240	0	2.465	11.700	1.620
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.200	0	666	1.800	333
<b>1985</b>	Área Colhida (em hectares)	960	0	2.600	5.870	7.462
	Quantidade Produzida (em toneladas)	1.008	0	940	14.381	19.030
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.050	0	362	2.450	2.550
<b>1990</b>	Área Colhida (em hectares)	500	0	1.600	3.483	14.110
	Quantidade Produzida (em toneladas)	135	0	480	2.957	4.808
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	270	0	300	848	340
<b>1995</b>	Área Colhida (em hectares)	240	0	1.200	3.000	12.023
	Quantidade Produzida (em toneladas)	240	0	318	8.400	9.573
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.000	0	265	2.800	796
<b>2000</b>	Área Colhida (em hectares)	100	0	750	1.500	16.000
	Quantidade Produzida (em toneladas)	128	0	450	6.750	24.960
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.280	0	600	4.500	1.560
<b>2005</b>	Área Colhida (em hectares)	170	0	1.200	2.800	16.500
	Quantidade Produzida (em toneladas)	265	0	1.596	15.400	14.850
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.558	0	1.330	5.500	900
<b>2010</b>	Área Colhida (em hectares)	25	0	1.000	2.000	15.000
	Quantidade Produzida (em toneladas)	39	0	1.272	13.800	18.000
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	1.560	0	1.272	6.900	1.200
<b>2016</b>	Área Colhida (em hectares)	0	500	1.600	1.500	13.200
	Quantidade Produzida (em toneladas)	0	1.500	2.500	12.000	22.968
	Rendimento Médio da Produção (em quilogramas por hectare)	0	3.000	1.563	8.000	1.740

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal - Anos 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2016.

De acordo com os dados sumarizados na tabela 23, o rendimento médio da produção, isto é, a produtividade de feijão, milho e café, com destaque para os dois últimos gêneros, apresentou notório crescimento no município de Nepomuceno entre os anos de 1980 e 2016. No tocante à milhocultura, é possível que o grande incremento na produtividade seja decorrente da opção dos agricultores municipais pelo cultivo do milho transgênico, o qual, apesar de seus malefícios ambientais, possui maior produtividade e resistência às pragas e às intempéries que as variedades crioulas.

Com relação à cultura cafeeira, doravante o decênio de 1980, os cafeicultores nepomucenenses passaram a aplicar praguicidas e fertilizantes químicos em suas lavouras. O emprego destes insumos colaborou para o acréscimo da produtividade cafeeira municipal, mas agravou a contaminação dos recursos naturais e ampliou a insalubridade do trabalho agrícola. Acerca do assunto, alguns cafeicultores afirmaram que reduziram o espaço entre as ruas de café com o intuito de ampliar o número de cafeeiros plantados e, por conseguinte, majorar sua produção (VILAS BOAS, 2016a; 2016c).

O uso de máquinas agrícolas, mesmo que rudimentares, como os tratores, as derriçadoras e roçadeiras manuais, também colaborou para o aumento da produtividade agrícola municipal (VILAS BOAS, 2016b). No entanto, o acréscimo produtivo nem sempre resulta em melhorias diretas ao pequeno produtor agrícola, pois os preços agrícolas podem ficar estagnados e os custos de produção podem sofrer grandes aumentos.

Na ótica de Marx (2011), a produção sempre é um ramo específico do todo produtivo, o qual abrange também a distribuição, a troca e o consumo. Portanto, na análise da agricultura em Nepomuceno, é imprescindível considerar suas relações produtivas e econômicas nas mais diversas escalas, uma vez que a cafeicultura municipal está imersa em diversas redes geográficas, sobretudo em virtude da ação das cooperativas adquirentes da produção nepomucenense.

Neste âmbito, observou-se que os efeitos das crises do setor cafeeiro, causadas pela imobilização ou contração dos preços venais da rubiácea, afetam de maneira diferente os distintos tipos de agricultores no município de Nepomuceno. Os pequenos produtores, os quais dispõem de diminuto capital e restrito maquinário, são profundamente atingidos pelos momentos de recessão, tendo sua qualidade de vida bastante comprometida pela queda ou cristalização dos preços comerciais da saca de café. Já os médios e grandes cafeicultores, cujos maquinários e capital são robustos, sofrem menos durante os períodos de crise em virtude de diversos fatores. Como dispõem de maiores rendimentos, conseguem aguardar a alta da cotação da rubiácea nas Bolsas de Mercados de Futuros para vender sua produção.

Além disso, na maioria dos casos, os ganhos familiares não dependem estritamente da cafeicultura, atenuando os efeitos de uma possível depressão no setor sobre as condições de vida do núcleo familiar.

Segundo Cordeiro, Singulano Filho e Ribeiro (2010), as principais espécies que prejudicam as lavouras cafeeiras no sul de Minas Gerais são o bicho mineiro, a cigarra, a broca e o ácaro, nesta ordem. Já as principais doenças que acometem os cafezais são, respectivamente, a ferrugem, a cercóspora e a phoma. Em Nepomuceno, de acordo com os agricultores entrevistados, estas também são as espécies e patologias que mais avariam os cafeeiros no município.

Na tentativa de minimizar os prejuízos causados às plantações por tais moléstias, observou-se na maioria das propriedades agrícolas visitadas uso intenso de insumos urbano-industriais, tais como pesticidas e fertilizantes químicos, oriundos dos oligopólios hegemônicos nos setores de biotecnologia e de indústria agroquímica, dentre as quais se pode destacar a *Monsanto*, a *Cargill*, a *Bayer*, a *Novartis*, a *Bunge*, a *Basf*, a *Syngenta* e a *DowAgroSciences*.

Oliveira (2016) afirma que após a privatização da Petrofértil no ano de 1994, o mercado de fertilizantes no Brasil ficou controlado pelas multinacionais *Hydro/Yara* e *Cargill/Mosaic*, as quais são responsáveis por quase metade do provimento de adubos químicos do país. Hodiernamente, a única empresa nacional com atuação expressiva neste setor é a *Heringer*, pois vigora um processo de aquisição de diversas empresas brasileiras fabricantes de fertilizantes químicos por parte das corporações multinacionais, favorecendo a constituição dos oligopólios. Neste cenário, essas três marcas de insumos agroquímicos foram as únicas encontradas nos rótulos e embalagens de fertilizantes químicos examinados em todas as propriedades rurais visitadas no município de Nepomuceno.

Mais de 80% dos fertilizantes químicos vendidos no Brasil são fabricados por somente quatro empresas - *Bunge*, *Yara*, *Mosaic* e *Heringer* - corroborando o oligopólio existente no setor em território nacional. Já no tocante aos praguicidas, sua comercialização é controlada pelo oligopólio atuante neste setor, no qual se destacam empresas multinacionais como a *Bayer*, a *Basf*, a *Cofco* (ex *Syngenta*), a *Dupont*, a *Dow Chemical*, a *Monsanto*, a *Milenia*, a *Novartis* e a *ChemChina*, as quais são responsáveis por mais de 90% da venda destes insumos no país. Ademais, três corporações hegemonomizam a venda das colheitadeiras e tratores no país, enquanto apenas duas empresas dominam a produção e a distribuição das máquinas utilizadas nas etapas posteriores à colheita e anteriores à comercialização, como a lavagem, o despulpamento, a secagem, a estocagem e o beneficiamento da rubiácea (PELAEZ;

SCHMIDT, 2000; ROLLO, 2009; BOMBARDI, 2011, 2012; OLIVEIRA, 2016; MERGULHÃO, 2017).

Marx (2008b) mostra que há uma relação dialética entre concorrência e monopólio, pois, no modo de produção capitalista, a concorrência gera o monopólio e vice-versa. Por intermédio de diversas estratégias, como fusões, compras e associações de empresas (HARVEY, 2013), os monopolistas minoram a concorrência. Portanto, é a concorrência capitalista que gera o monopólio. Deste modo, com os monopólios, aumenta a concorrência entre os proletários por emprego. No tocante ao assunto, Milton Santos (2008) enuncia que as grandes firmas, responsáveis pelos trustes e cartéis no mundo inteiro, não consideram interessante uma volumosa geração de empregos, pois resultaria numa grande massa de trabalhadores que poderia se rebelar e se organizar através de protestos e greves. Em virtude do uso intenso de máquinas e do desinteresse dos capitalistas numa grande oferta de empregos, os monopólios impelem a população ao subemprego e ao desemprego.

A dependência em relação ao setor empresarial e ao mercado internacional compromete a produção agrícola em Nepomuceno, favorecendo a ampliação das monoculturas, sobretudo a cafeeira, a qual reduz os índices de segurança alimentar, pois diminui a diversidade de víveres consumidos pela população local (VILAS BOAS, 2016a). As práticas de monocultivo e a parca variedade de gêneros agrícolas lavrados na conjuntura agrária nepomucenense corroboram sua inserção na agricultura neoliberal. Hegemônico nos tempos recentes, esse modelo de produção deteriorou quali-quantitativamente as dietas alimentares em escala mundial (WITTMAN, 2009).

Os agrotóxicos, cujos malefícios à saúde humana e ao meio ambiente são denunciados por diversos autores como Maluf (1998) e Porto-Gonçalves (2006; 2012), são utilizados na maioria das lavouras nepomucenenses. Ademais, as sementes transgênicas, principalmente de milho, possuem amplo uso em escala local. Referindo-se ao uso dos pesticidas, os agricultores municipais demonstraram conhecimento acerca de seus males. Contudo, afirmaram que continuam aplicando esses insumos químicos nas lavouras, pois ampliam a produtividade agrícola e, por conseguinte, seus rendimentos. Muitos informaram ainda que sem o emprego dos agrotóxicos não seria possível a sobrevivência somente com as receitas oriundas da produção agrícola.

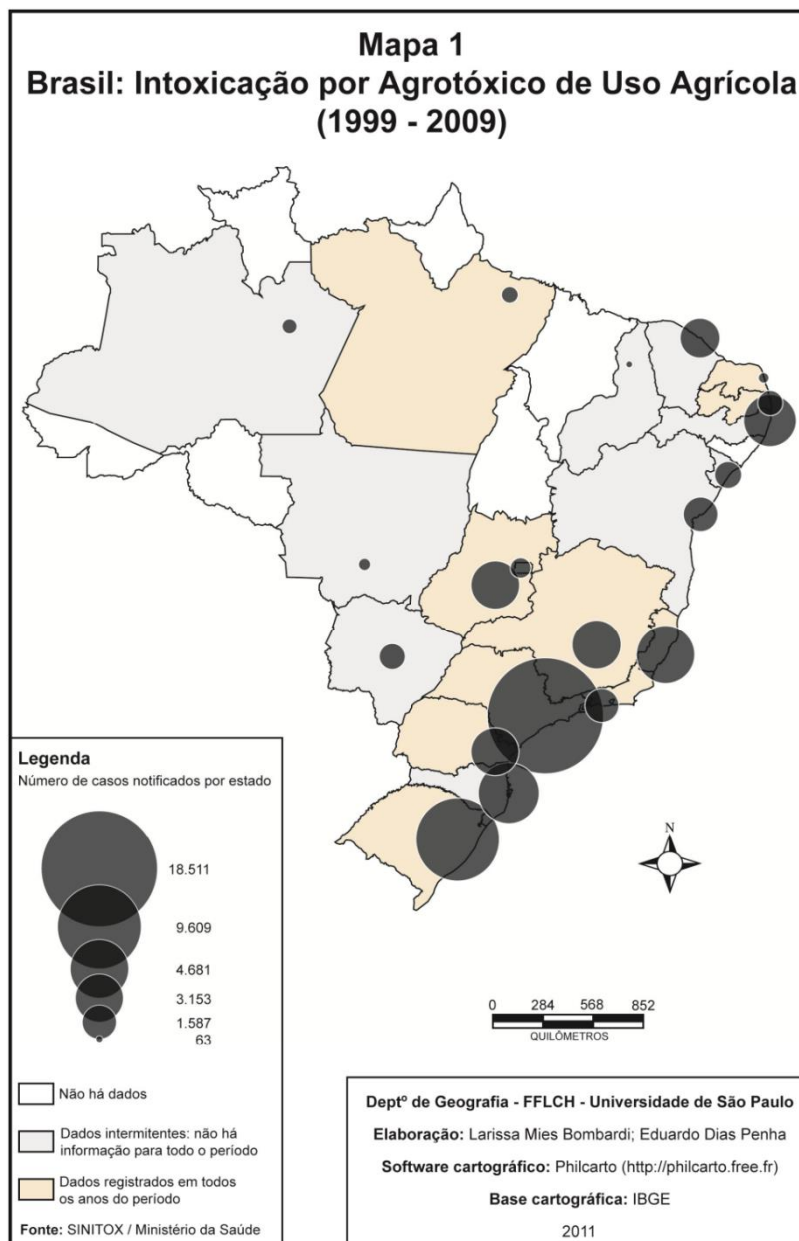
Entre 2014 e 2017, a água de 2.639 municípios brasileiros foi avaliada pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Dentre os 27 agrotóxicos testados, todos foram encontrados na água do município de Nepomuceno e 21 têm o uso proibido na União

Europeia, principalmente em virtude da presença de substâncias notadamente cancerígenas, como o glifosato (SISAGUA, 2019). Agravando a situação, a própria Prefeitura Municipal de Nepomuceno utiliza o herbicida *Roundup* para a eliminação de espécies vegetais indesejadas nas áreas urbanas do município.

Além disso, aproximadamente 65% dos agricultores em Nepomuceno não utilizam os equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a jornada de trabalho, submetendo-se a inúmeros riscos, sobretudo na utilização de instrumentos cortantes e no manuseio de produtos químicos, como os pesticidas (VILAS BOAS, 2016a). Dentre os motivos mencionados para a ausência dos EPI's durante o labor nas lavouras cafeeiras, destacam-se o incômodo provocado pelo seu uso, a não disponibilização dos equipamentos por parte do proprietário das terras e a diminuição da produtividade do trabalhador na colheita (CROCCO et al., 2017). Durante a pesquisa executada, alguns produtores noticiaram casos de intoxicação pelo contato com os agrotóxicos, os quais resultaram em internações hospitalares. Muitos agricultores nepomucenenses apresentaram mal-estar, náuseas e diarreia logo após a aplicação dos praguicidas. A ausência dos EPIs necessários para o emprego dos agrotóxicos, como máscaras e óculos protetores, luvas, aventais e botas impermeáveis, aumenta os riscos aos quais os trabalhadores se expõem durante suas jornadas diárias de trabalho. Mesmo conhecendo os males do contato com estes insumos agroquímicos, muitos trabalhadores continuam utilizando-os sem os equipamentos básicos de proteção.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, dentre os 1.531 estabelecimentos agropecuários municipais de Nepomuceno, 1.208 (78,9%) utilizam agrotóxicos com frequência (IBGE, 2018a). Um dos pesticidas mais utilizados no município é o herbicida *Roundup*, fabricado pela Monsanto. Muitos estudos afirmam que o glifosato, seu princípio ativo, ocasiona consequências extremamente nocivas ao organismo humano, podendo causar diversas patologias, como neoplasias (PELAEZ; SCHMIDT, 2000; SAMSEL; SENEFF, 2015b), anencefalia fetal, mal de Alzheimer (SAMSEL; SENEFF, 2015a), enfermidades cardiovasculares, problemas respiratórios, doença de Parkinson e autismo (MESNAGE et al., 2014). A lenta degradação deste pesticida, sobretudo em frutas e tubérculos, agrava os malefícios causados pela sua aplicação (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). Ademais, com a utilização de organismos transgênicos resistentes ao herbicida glifosato, já ocorreram alguns relatos no Brasil de plantas daninhas tolerantes aos pesticidas, sobretudo ao *Roundup*, praguicida mais utilizado em território nacional (MIRANDA et al., 2007; BOMBARDI, 2012; OLIVEIRA, 2016).

Nesta esfera, Bombardi (2011; 2012) mostra que entre 1999 e 2009, ocorreram aproximadamente 62 mil casos de intoxicações por agrotóxicos no Brasil (Figura 03). A indisponibilidade de dados referentes a alguns anos do período analisado ou a todo o ínterim, sobretudo para algumas unidades federativas do Norte e do Nordeste, demonstram que o cenário é mais grave do que os números indicam. Miranda et al. (2007) salientam que nem todos os casos de intoxicação são notificados, pois os Centros de Controle de Intoxicações se localizam em grandes centros urbanos, dificultando o registro de situações de envenenamento ocorridas em diversas regiões produtoras, sobretudo nas áreas rurais. Portanto, os dados oficiais não são capazes de mensurar a real dimensão da contaminação dos produtores agrícolas.



**Figura 03: Intoxicação por Agrotóxicos no Brasil entre 1999 e 2009**

**Fonte:** BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**. v. 45. 2011, p. 01-21.

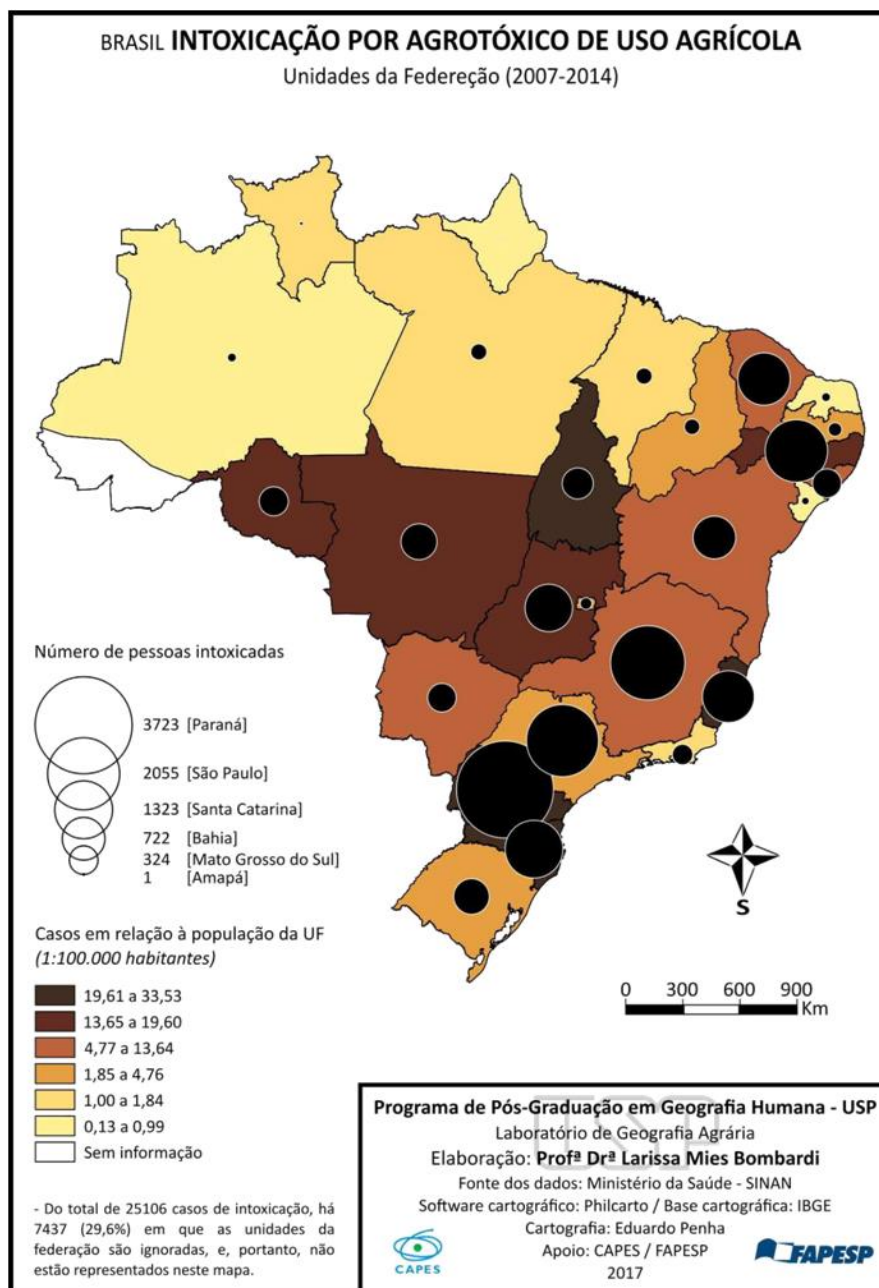
Ocorreram aproximadamente 170 óbitos anuais decorrentes da intoxicação por agrotóxicos no intervalo temporal investigado (1999-2009), a maioria resultante de tentativas de suicídio. Neste cenário, observa-se uma maior concentração de casos notificados de intoxicação por agrotóxicos nas regiões Sudeste e Sul, as quais, com exceção do estado de Santa Catarina, possuem dados registrados para todos os anos do período analisado pelo mapa

(BOMBARDI, 2011; 2012). Entre 2007 e 2014<sup>19</sup>, Minas Gerais foi a segunda unidade federativa com o maior número de casos de intoxicação por agrotóxicos, registrando 2.186 ocorrências (Figura 04), dentre as quais 957 (aproximadamente 44% do total de notificações) constituíram tentativas de suicídio. No íterim analisado, foram registrados 83 óbitos decorrentes de intoxicação por praguicidas nos municípios mineiros (BOMBARDI, 2017). Salienta-se que os dados mencionados dizem respeito apenas aos casos oficialmente reconhecidos pelos órgãos estatais, nos quais houve comprovação do nexo causal entre o manuseio de agrotóxicos e as intoxicações e/ou os óbitos.

---

<sup>19</sup> A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) adverte aos usuários dos dados publicados em seu endereço virtual que a menor quantidade de notificações de intoxicações e envenenamentos registrados pelas publicações do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) se deve à redução da participação dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica na realização dos levantamentos e na formulação das estatísticas. Em virtude das subnotificações, é difícil afirmar que houve diminuição no número de envenenamentos e intoxicações no Brasil, bem como nas unidades federativas.





**Figura 04: Intoxicação por Agrotóxicos no Brasil (Período 2007-2014)**

**Fonte:** BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH-USP. 2017, p. 128.

Durante as entrevistas semiestruturadas efetuadas, alguns agricultores nepomucenenses relataram casos de tentativas de suicídio através da ingestão de praguicidas. A maioria dos indivíduos que tentou pôr fim à própria vida por intermédio de grandes doses de agrotóxicos é alcoólatra e efetuou a ação em momentos de embriaguez.

Miranda et al. (2007) observaram que a disseminação do crédito fornecido pelo PRONAF promoveu o crescimento do uso de praguicidas e não trouxe nenhuma melhoria no tocante à redução da degradação ambiental. Desta maneira, os financiamentos estatais para a

agricultura familiar foram majoritariamente aplicados para a compra de insumos agrícolas, como os agrotóxicos, sem quaisquer preocupações de cunho ambiental. Machado, Oliveira e Mendes (2016) assinalam que as políticas públicas brasileiras voltadas à alimentação e à agricultura favoreceram a integração e a dependência em relação ao neoliberalismo e aos mercados internacionais.

O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2009. A comercialização dos pesticidas em território nacional é controlada pelo oligopólio atuante neste setor, no qual se destacam empresas multinacionais como a *Bayer*, a *Basf*, a *Cofco* (ex *Syngenta*), a *Dupont*, a *Dow Chemical*, a *Monsanto*, a *Milenia*, a *Novartis* e a *ChemChina*, as quais são responsáveis por mais de 90% da venda destes insumos no país (PELAEZ; SCHMIDT, 2000; BOMBARDI, 2011, 2012; OLIVEIRA, 2016).

Não é surpreendente que o Brasil seja o maior consumidor de praguicidas do mundo desde o ano de 2009, uma vez que a Bancada Ruralista é expressiva na política nacional há anos, votando a favor da aprovação de diversas leis benéficas aos capitalistas agrários e de várias medidas nefastas ao meio ambiente e aos camponeses. Sob esse prisma, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), órgão instituído em 1995, agregava 226 deputados associados no ano de 2018. A organização, intimamente atrelada ao agronegócio, reúne percentual significativo dos congressistas ligados à Bancada Ruralista e difunde diversos discursos preconceituosos contra grupos indígenas, quilombolas e movimentos sociais vinculados ao campo e à terra, como o MST (CASTILHO, 2018).

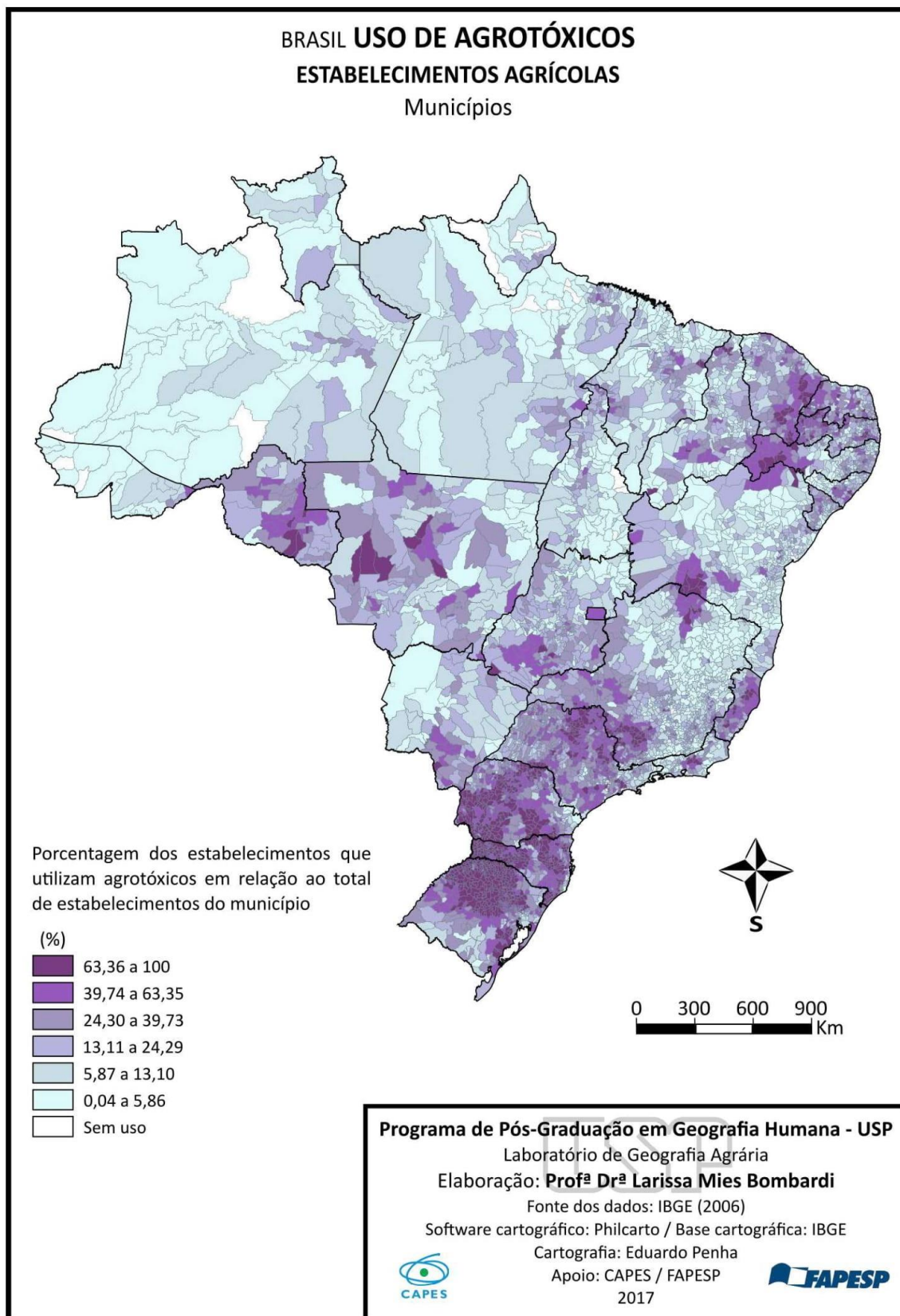
Agravando o cenário caótico experimentado pela agricultura nacional, o presidente Jair Bolsonaro indicou a deputada federal Tereza Cristina, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, para assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2019. Ressalta-se que a congressista representa os interesses da Bancada Ruralista e recentemente presidiu a comissão especial da Câmara que flexibilizou a legislação relativa aos praguicidas no país.

Em 2018, Blairo Maggi, integrante da FPA e então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comemorou nas redes sociais a liberação do uso do glifosato, ativo comprovadamente cancerígeno, em território brasileiro. O projeto de lei nº. 6.299/2002, conhecido pela alcunha de Pacote do Veneno, está em trâmite no Congresso brasileiro e pretende flexibilizar a legislação referente aos agrotóxicos no Brasil, permitindo a comercialização e o uso de pesticidas e sementes transgênicas proibidos em diversos países, como na União Europeia (FRIEDRICH et al., 2018). Portanto, a aprovação de leis favoráveis à venda de praguicidas possui íntima relação com o crescimento da Bancada Ruralista e de

sua influência no cenário político nacional. Além disso, tais medidas podem ocasionar danos inenarráveis à biodiversidade, aos elementos naturais e à saúde da população brasileira.

Neste panorama, a legislação referente ao emprego de praguicidas no Brasil é menos rígida que a aplicada na maioria dos países desenvolvidos. A fragilidade institucional, sobretudo no tocante ao aspecto político-financeiro, que assola os órgãos reguladores dos pesticidas em território brasileiro constitui um empecilho à regulação de seu uso. As corporações fabricantes de agrotóxicos impetram ações contra as agências estatais que regulam o setor, dificultando a promulgação e a aplicação de leis que restrinjam a utilização destes venenos (PELAEZ; SILVA; ARAÚJO, 2013).

No tocante ao assunto, a figura 05 mostra a classificação dos municípios brasileiros conforme o percentual de estabelecimentos agrícolas que empregam praguicidas no processo produtivo.



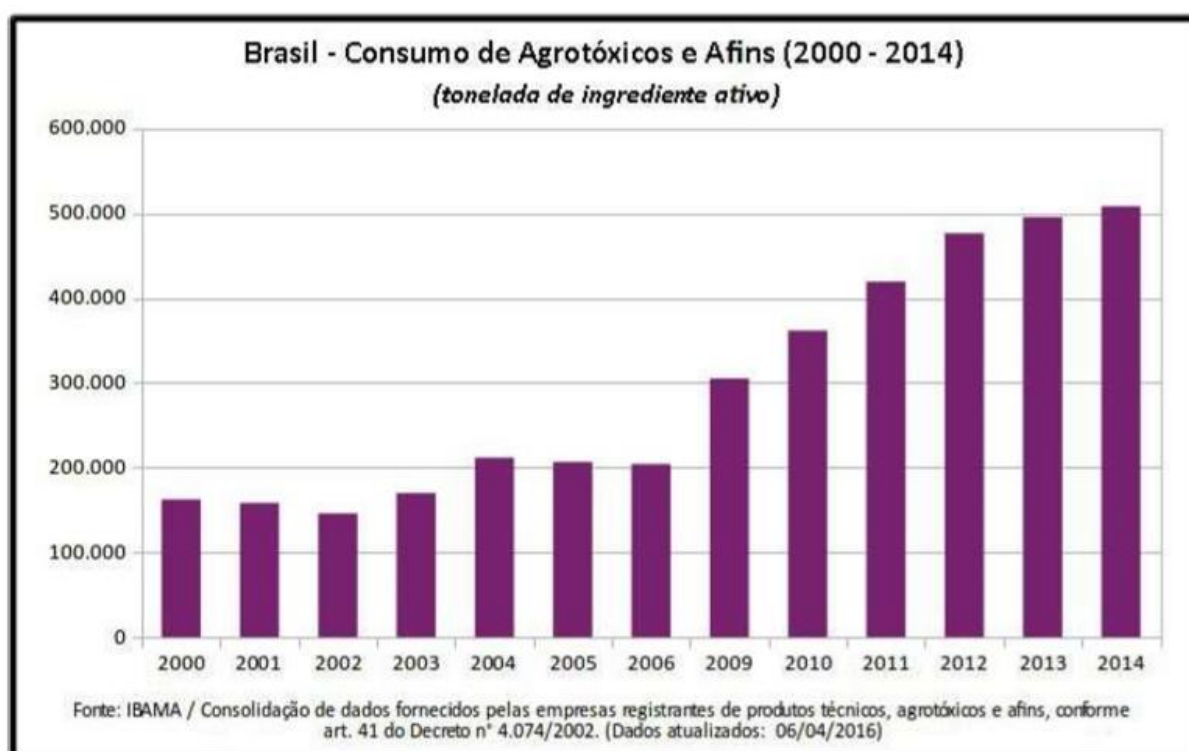
**Figura 05: Utilização de Agrotóxicos nos Municípios Brasileiros em 2006**

Fonte: BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP. 2017, p. 72.

A representação cartográfica em destaque ilustra o intenso uso de agrotóxicos no Brasil, especialmente em áreas de agronegócio, sobretudo no sul do país e na unidade federativa de São Paulo. Algumas áreas do Centro-Oeste e do Nordeste também apresentam elevadas taxas de utilização de pesticidas. Em Minas Gerais, os maiores índices de aplicação dos praguicidas estão presentes em municípios do sul do estado e do Triângulo Mineiro, principais regiões agrícolas da unidade federativa.

Segundo Bombardi (2017), o Brasil é responsável por mais de 20% do consumo mundial de praguicidas. A utilização de agrotóxicos e afins em território nacional teve significativo crescimento nos últimos anos, atingindo a marca de mais de 500 mil toneladas usadas no país em 2014, conforme evidencia o gráfico 01:

**Gráfico 01: Consumo de Agrotóxicos e Afins no Brasil (Período 2000-2014)**



BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP. 2017, p. 33.

De acordo com Crocco et al. (2017), a insalubridade e a periculosidade caracterizam o trabalho na cafeicultura nepomucenense. Inúmeros acidentes relacionados à picada de animais peçonhentos, como cobras, escorpiões e aranhas, e intoxicações pelo uso de praguicidas foram relatados. Os autores destacam a estocada como a principal causa de lesões entre os safristas em Nepomuceno. Em seus dizeres:

A estocada é um termo criado pelos apanhadores de café para definir quando algo perfura a pele ou algum membro do corpo, como a entrada de farpas nas unhas ou galhos nos olhos. Desta forma, pode-se dizer que estocada é a entrada de objetos pontiagudos, como farpas, em algum membro do corpo, podendo promover escoriações ou perfurar a pele, ou seja, podendo ferir gravemente. A estocada é consequência da colheita manual e semimanual, predominante no município, pois obriga o trabalhador a adentrar na planta para retirar os grãos de café de seus galhos (CROCCO et al., 2017, p. 95).

Deste modo, além de todos os malefícios causados, a curto e longo prazo, pelo manuseio dos praguicidas, a cafeicultura nepomucenense também expõe os trabalhadores ao risco de outras lesões, como a estocada ou ferimentos decorrentes da operação de máquinas agrícolas. Por conseguinte, pode-se afirmar que a agricultura no município é deletéria aos produtores e trabalhadores municipais.

A partir da década de 1990, apesar da topografia acidentada de Nepomuceno, a agricultura municipal experimentou um período de intensificação da mecanização agrícola. Neste âmbito, o trator, a derriçadora costal manual e a roçadora costal manual são os maquinários mais aplicados na agropecuária nepomucenense. A mecanização elevou a produtividade e substituiu parcela da mão de obra humana pelas máquinas (VILAS BOAS, 2016a). A introdução da derriçadeira portátil na colheita cafeeira no município de Nepomuceno elevou a produtividade do trabalho durante a apanha da rubiácea. Acerca desta máquina, Costa e Poppi (2012, p. 09) explicam que:

A derriçadeira é um aparelho mecânico manejado manualmente e acionado por motor lateral ou costal, que faz vibrar as varetas localizadas na extremidade superior de uma haste, promovendo a derriça dos frutos. É também chamada de mão mecânica, pela sua aparência semelhante a uma mão humana e vibra junto aos ramos de café para provocar a derriça do grão na colheita. Assim, substitui a colheita manual, em que a mão de obra puxa o ramo para derrubar o grão. (...) A partir da sua comercialização em meados da década de 2000, este instrumento de colheita foi rapidamente adotado pelos produtores de café de montanha e causou mudanças significativas na economia cafeeira.

No tocante ao assunto, as autoras mostram que entre o fim da década de 1990 e o início do decênio de 2000, a derriçadeira portátil de grãos de café foi desenvolvida e disseminada em território brasileiro, com o objetivo de facilitar a colheita em áreas de relevo ondulado. Todavia, ao passo que promove o aumento da produtividade agrícola, seu emprego minora expressivamente a demanda de mão de obra. Na maioria das propriedades agrícolas com até cinco hectares, permite que toda a colheita seja realizada pela mão de obra familiar, dispensando a necessidade de contratação de trabalhadores externos. Nos demais estabelecimentos, o uso da derriçadeira reduz a demanda de colhedores à metade ou a um terço em comparação à colheita manual (COSTA; POPPI, 2012).

Nesta perspectiva, Kautsky (1980) relata que a mecanização agrícola amplia o desemprego e o subemprego rural, deteriorando as condições de vida dos moradores do campo. Destarte, reverbera na migração campo-cidade, pois com a ampliação da produtividade, menos trabalhadores são necessários ao processo produtivo. Acerca do emprego de máquinas na agricultura, Lênin (1980, p. 63) disserta:

Na agricultura, o trabalho manual predomina sobre a máquina muito mais que na indústria. Mas a máquina está em constante avanço, melhorando a técnica de cultivo, ampliando a escala das explorações e tornando-as mais capitalistas. As máquinas são empregadas de forma capitalista na agricultura moderna. O indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado.

Para Lênin (1977; 1980), a inserção do capitalismo na agricultura ocorre principalmente por meio da mecanização agrícola e do trabalho assalariado. Neste sentido, o autor reitera que a utilização de maquinário agrícola é mais intensa nas grandes propriedades rurais, as quais dispõem de maiores recursos financeiros. À época dos escritos leninistas, na transição entre os séculos XIX e XX, a maioria dos camponeses expropriados tinha sua mão de obra explorada através do trabalho assalariado em grandes imóveis agrícolas. Todavia, no decurso do século XX, a mecanização agrícola atingiu especialmente as fazendas de maiores dimensões, reverberando na ampliação do desemprego rural.

Marx (2011) mostra que, em âmbito geral, a aplicação de capital na aquisição de maquinário é seguida da redução do capital empregado no pagamento da força de trabalho. Deste modo, há redução do montante de capital despendido para a produção, ao passo que o trabalho excedente fornecido gratuitamente ao capitalista pelos assalariados continua o mesmo. Por conseguinte, a mecanização da produção, tanto na indústria, quanto na agricultura, reverbera na ampliação do desemprego, da extração de mais-valia e dos lucros obtidos pelos capitalistas.

Por intermédio da mecanização, a produtividade do trabalho é ampliada, incidindo no aumento das taxas de lucro e na formação da mais-valia relativa. Conforme afirma Marx (1983), os progressos na técnica e na ciência promovem o crescimento da produção total de mercadorias, sem que haja aumento salarial para os trabalhadores. Por conseguinte, a mecanização da produção agrícola nepomucenense culminou no aumento da extração da mais-valia relativa na agricultura municipal.

## **5.2 – Os Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG segundo os Modelos de Funcionamento de Hughes Lamarche**

Aplicando a tipologia elaborada por Lamarche (2008) ao panorama agrário nepomucenense, é notável que a maioria dos estabelecimentos agrícolas do município possui caráter familiar, com importante participação do núcleo familiar no trabalho e na administração das propriedades. Mesmo nas propriedades em que há contratação de trabalhadores temporários para a colheita do café, os membros do núcleo familiar permanecem labutando no trabalho agrícola. Todavia, destacam-se também a dependência e a integração em relação ao mercado, facilitadas pela ação das cooperativas cafeeiras no município. A dependência tecnológica afeta bastante os agricultores nepomucenenses, uma vez que empregam grande quantidade de insumos e técnicas urbano-industriais no processo produtivo agrícola, como os agrotóxicos, as sementes transgênicas e as máquinas agrícolas.

A dependência financeira também é expressiva, pois parcela significativa dos produtores agrícolas entrevistados relatou a assunção de crédito e de empréstimos para compra de insumos e maquinários utilizados na produção. Além disso, alguns agricultores declararam a aquisição de dívidas decorrentes dos empréstimos formais e informais adquiridos, as quais comprometem as receitas e a qualidade de vida da família, pois parte dos rendimentos familiares é aplicada mensalmente para o pagamento dos juros dos débitos vigentes, minorando a quantia financeira destinada à aquisição de víveres para o grupo familiar. Os agricultores municipais também possuem acentuada dependência em relação ao mercado, pois a maioria deles pauta sua produção na monocultura cafeeira, direcionando a venda do grão às cooperativas.

No município de Nepomuceno, as unidades agrícolas caracterizadas como empresa e/ou empresa familiar, segundo a classificação de Lamarche (1993; 2008), possuem amplo acesso à motorização e à mecanização agrícola, com máquinas e equipamentos de robusta tecnologia e boa infraestrutura de armazenamento e transporte da produção. Embora a administração desses estabelecimentos agropecuários seja preponderantemente familiar, a força de trabalho empregada é não familiar. Como a produção é mecanizada, poucos são os postos permanentes de trabalho gerados. A maior oferta de empregos temporários ocorre durante o período da colheita do café.

A realização de empréstimos e financiamentos é algo comum, ocasionando endividamentos que, de maneira geral, não afetam significativamente a condição de vida desses agricultores, pois dispõem de expressivo capital para o pagamento das dívidas



contraídas. Muitos financiamentos são obtidos por intermédio do BNDES-FINAME, principalmente para a compra de máquinas e automóveis e o custeio da produção. Dentre os gêneros lavrados, destacam-se as monoculturas direcionadas à exportação, como o caso do café e da soja. É comum o cultivo de milho para a produção de ração e silagem, visando a alimentação de bovinos e galináceos.

Em geral, esses estabelecimentos agrícolas possuem entre 4 e 15 módulos fiscais, sendo classificados, de acordo com o INCRA, como médias propriedades rurais. A produtividade obtida é elevada, em virtude do uso intensivo da terra, do maquinário de alta tecnologia e do emprego frequente de adubos químicos, praguicidas, sementes transgênicas e hormônios animais. Apesar da massiva utilização de insumos agroindustriais na produção, algumas práticas sustentáveis, como o plantio em curvas de nível, a utilização de árvores como quebra-ventos, a adubação orgânica, a rotação e o consórcio de culturas, são realizadas. Segundo a EMATER (2019), essas propriedades produziram, em média, 3 mil sacas de café no ano de 2018 em Nepomuceno.

Já a agricultura familiar moderna engloba a maioria das propriedades agrícolas municipais. Em Nepomuceno, os agricultores pertencentes a essa categoria utilizam praguicidas, fertilizantes químicos e grãos transgênicos no processo produtivo, mas dispõem de reduzido maquinário e não possuem automóveis para o transporte da produção, principalmente pela ausência de recursos financeiros e escassez de rendimentos para a obtenção de vultosos financiamentos, uma vez que os altos preços dos automóveis e dos maquinários mais robustos os tornam inacessíveis para a maioria dos agricultores. Há predomínio da monocultura de café direcionada à comercialização, especialmente por intermédio das cooperativas.

A contração de empréstimos é comum, especialmente por meio do PRONAF, para investimentos na produção, como a aquisição de insumos, e o custeio da produção. De acordo com dados da EMATER (2019), a produção cafeeira média desses agricultores em 2018 no município de Nepomuceno girou em torno de 500 sacas. Entretanto, o crédito disseminado reverbera no endividamento desses produtores, causando piora na sua condição de vida, uma vez que parte das receitas anuais é utilizada para o pagamento dos juros. No tocante à dimensão das terras, predominam os minifúndios, com dimensão inferior a 1 módulo fiscal (o qual corresponde a 26 hectares em Nepomuceno), e as pequenas propriedades rurais, cujas áreas variam entre 1 e 4 módulos fiscais.

Os poucos imóveis agrícolas que podem ser classificados como agricultura camponesa ou de subsistência apresentam equipamentos agrícolas simples e arcaicos. A dimensão de suas

terras é pequena, abrangendo principalmente minifúndios. Sua produção é destinada preferencialmente ao autoconsumo, enquanto o excedente é comercializado em feiras livres, hortifrúteis ou no próprio estabelecimento. O processo produtivo apresenta uma relação harmoniosa com os solos e os recursos hídricos. Seus habitantes conciliam a adubação orgânica e a artificial, e não empregam praguicidas, tampouco sementes transgênicas, na produção. Assim, apresentam maior autonomia nos processos de produção e comercialização dos víveres cultivados. Apesar de suas exíguas receitas monetárias, são raros os casos de agricultores endividados, uma vez que a adesão a empréstimos e financiamentos é pequena. Embora apresentem menor renda monetária que os demais tipos de agricultores, apresentam dietas alimentares caracterizadas pela diversidade de gêneros consumidos, em virtude da conjugação entre policultura e pecuária em seus imóveis.

Deste modo, com base nos modelos de funcionamento dos imóveis agrícolas sistematizado por Lamarche (2008), observou-se que a maioria dos agricultores nepomucenenses se enquadra no modelo agricultura familiar moderna (conforme ilustra a tabela 24), caracterizado pela proeminente lógica familiar, mas com expressiva dependência em relação ao mercado, tanto no setor financeiro, quanto no aspecto tecnológico e no destino final da produção. Neste sentido, a agricultura em Nepomuceno experimenta um panorama similar à conjuntura agrária nacional, na qual há predominância de dois modelos - a agricultura camponesa ou de subsistência e a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993).

**Tabela 24: Características da Agricultura Familiar Moderna Presentes nos Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG**

<b>Característica do Modelo Agricultura Familiar Moderna</b>	<b>Critérios Utilizados</b>	<b>Quantidade Total e Percentual</b>
<b>Mão de Obra</b>	Trabalhadores Temporários ou Parceiros	757 (49,44%)
	Emprego de Mão de Obra Familiar	1.525 (99,61%)
	Pagamento de Salários	695 (45,40%)
<b>Dependência Tecnológica</b>	Uso de Agrotóxicos	1.208 (78,90%)
	Uso de Adubos Químicos	1.334 (87,13%)
	Emprego de Máquinas	836 (54,60%)
<b>Dependência Financeira</b>	Financiamentos/Empréstimos Agrícolas	293 (19,14%)
	PRONAF	166 (10,84%)
	Estabelecimento como Principal Fonte de Renda	769 (50,23%)
<b>Dependência e Vínculo com o Mercado</b>	Associação com as Cooperativas	1.033 (67,47%)
	Assistência Técnica	763 (49,84%)
	Finalidade - Comercialização da Produção	1.522 (99,41%)

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

Os dados da tabela 24, baseados no Censo Agropecuário realizado em 2017 (IBGE, 2018a), evidenciam que a agricultura do município de Nepomuceno possui as quatro principais características que definem a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993; 2008). Isto é, há predomínio da mão de obra familiar nas propriedades agropecuárias municipais, embora a contratação de trabalhadores temporários e o trabalho assalariado estejam presentes em quase metade dos estabelecimentos nepomucenenses. Ademais, a dependência tecnológica e financeira em relação ao mercado é intensa, uma vez que o emprego de insumos urbano-industriais no processo produtivo agrícola é frequente e a finalidade preponderante da produção é a venda, sobretudo por intermédio da filiação às cooperativas. É importante frisar que os dados relativos aos financiamentos e empréstimos agrícolas fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2018a) se referem apenas ao ano de 2017. Por conseguinte, não abrangem empréstimos e/ou financiamentos de anos anteriores, tampouco contemplam o endividamento dos agricultores.

No tocante à dependência tecnológica, 78,90% dos estabelecimentos agropecuários municipais utilizam praguicidas, enquanto 87,13% empregam adubos químicos na produção e 54,60% usam máquinas com frequência no processo produtivo. Quanto à dependência em relação ao mercado, 67,47% dos imóveis agrícolas nepomucenenses estão associados com cooperativas, enquanto 99,47% têm como objetivo principal a venda da produção. A respeito

da dependência financeira, 19,14% dos estabelecimentos agropecuários municipais adquiriram financiamentos e/ou empréstimos apenas no ano de 2017 (IBGE, 2018a).

Portanto, em Nepomuceno, a contração de empréstimos e crédito, o direcionamento da produção à venda e a integração com as cooperativas são alguns dos fatores que corroboram a perda de soberania alimentar dos agricultores familiares locais. A adesão aos insumos oriundos da Revolução Verde e a intensificação do vínculo com o mercado minoraram a autonomia da produção agrícola municipal.

### 5.3 – Os Arrendamentos na Agropecuária do Município de Nepomuceno-MG

Para a avaliação da condição e das principais características do uso e da posse da terra na agricultura familiar nepomucenense, foram utilizadas informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018), através da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). A tabela 25 organiza os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo o Extrato DAP, para o município de Nepomuceno.

**Tabela 25: Condição do Uso da Terra na Agricultura Familiar em Nepomuceno-MG, segundo o Extrato DAP, em 2018**

Categoria	Quantidade
Proprietário (a)	477
Arrendatário (a)	87
Comodatário (a)	10
Pescador (a)	8
Beneficiário (a) do PNCF	4
Parceiro (a)	3
Proprietário (a)/Arrendatário (a)	1
Outro (a) - Não Especificado (a)	1
<b>Total de DAPs Ativas</b>	<b>591</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.  
**Extrato DAP - Município de Nepomuceno - Ano 2018.** 2018.

A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) permite ao agricultor o reconhecimento enquanto agricultor familiar e o acesso a políticas públicas direcionadas à categoria, como o PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Em 2018, Nepomuceno possuía 591 DAPs ativas e 550 DAPs inativas. Com base em seus dados e no trabalho de campo efetivado na zona rural nepomucenense entre 2016 e 2019, pode-se afirmar

que o arrendamento, a parceria e o comodato são relações de contratos de trabalho existentes em Nepomuceno, com destaque para as duas primeiras, as quais estão presentes em significativo percentual dos imóveis agrícolas municipais. A respeito do assunto, o quadro 04 destaca as principais as principais diferenças entre os arrendamentos, as parcerias e os comodatos.

**Quadro 04: Principais Diferenças entre Arrendamentos, Parcerias e Comodatos**

<b>Formas de Contrato</b>	<b>Tipos de Pagamento</b>	<b>Direito à Preferência na Compra do Imóvel</b>	<b>Outras Características Importantes</b>
<b>Arrendamento</b>	Pagamento de Aluguel Prévio pelo Uso da Terra ou Outra Forma de Compensação	Sim	Preferência Legal à Renovação do Contrato de Arrendamento
<b>Parceria</b>	Pagamento com Percentual dos Lucros ou da Produção (Exemplo: Meia)	Não	Divisão dos Riscos e dos Resultados da Produção entre o Proprietário e o Parceiro-Produtor
<b>Comodato</b>	Empréstimo Gratuito, no Qual o Pagamento ou não dos Impostos por parte do Comodatário é Previamente Estabelecido	Não	Obrigação Judicial de Ressarcimento em Caso de Danos ao Bem Emprestado

**Fonte:** VILAS BOAS, 2016c; CASTRO, 2016; MARX, 2017.

Nos arrendamentos, a posse da terra é cedida pelo proprietário fundiário a outro indivíduo durante um período de tempo, recebendo um aluguel prévio ou outra forma de compensação como contrapartida. Todavia, apesar da obrigatoriedade de pagamento, o arrendatário tem direito à preferência na compra do estabelecimento e à renovação do contrato, caso seja sua vontade. O prazo mínimo dos arrendamentos judicialmente assinados geralmente é de 3 anos. Segundo Castro (2016), nestes contratos de trabalho, o proprietário agrícola auferir renda fundiária por intermédio do excedente da produção do qual se apropria em virtude da posse da terra.

De acordo com os proprietários agrícolas nepomucenenses, arrendar a terra se tornou uma ação bastante interessante nos tempos recentes, em decorrência da valorização fundiária experimentada pelo município, tanto no campo, quanto na cidade. Na conjuntura agrária nepomucenense, frequentemente pais arrendam terras aos filhos para que estes possam

conseguir financiamento ou crédito de instituições bancárias, uma vez que algumas entidades exigem a condição de proprietário ou arrendatário para a concessão de empréstimos (VILAS BOAS, 2016c). Acerca dos arrendamentos, Kautsky (1980, p. 118) explica que:

É do maior interesse para o arrendatário retirar do solo o maior lucro possível. Suas condições são as melhores para consegui-lo. Não tem, contudo, interesse em que esse lucro seja constante, e muito menos quando o seu contrato é de curto vencimento. Quanto mais depressa esgota o solo, tanto mais proveitosa a sua exploração. No contrato respectivo pode ser estipulada a proibição de uma cultura que prejudique e extenuie a terra. De fato, os contratos de arrendamentos contêm, a este respeito, cláusulas muito minuciosas, mas o mais que consegue obter é a restituição da empresa no grau de aperfeiçoamento em que se encontrava antes.

O excerto em destaque evidencia que os arrendamentos provocam a rápida degradação do solo, uma vez que os arrendatários não se preocupam com a conservação das terras cultivadas, pois as mesmas não são de sua propriedade. Nos arrendamentos, nas parcerias e nos comodatos, há o interesse em lograr a maior produtividade possível, visto que os rendimentos financeiros dependerão diretamente da produção obtida. Entretanto, os acréscimos na produtividade são alcançados por meio da deterioração ambiental, da intensificação e da exploração do trabalho, fenômenos verificados no campo nepomucenense.

Já nas parcerias, o proprietário das terras e o parceiro-produtor dividem os riscos e os resultados da produção durante certo íterim. Assim, não há necessidade da cessão de quantias financeiras pelo arrendamento do solo. No entanto, o parceiro se compromete a ceder percentual da produção total ou dos lucros ao dono do imóvel. A despeito da não exigência de pagamento pelo aluguel da terra, na parceria não há preferência do parceiro-produtor para a aquisição do estabelecimento agrícola (GUIMARÃES, 1982; VILAS BOAS, 2016c). Em Nepomuceno, a meia é uma forma usual de parceria, através da qual o proprietário fundiário empresta instrumentos, insumos e maquinários agrícolas aos arrendatários, os quais, em troca, destinam metade da produção ao dono das terras pelo seu aluguel (VILAS BOAS, 2016a). No tocante à meia, a Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1918) já a enaltecia como uma prática típica do município desde o início do século XX. Segundo Marx (2017, p. 863):

Como forma transitória entre a forma originária da renda e a renda capitalista encontra-se o sistema de meias ou de parceria, no qual o cultivador (arrendatário) fornece, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital de giro, e o proprietário fundiário, além do solo, outra parte do capital de giro (por exemplo, o gado), sendo o produto dividido em dadas proporções, variáveis nos diferentes países, entre o rendeiro e o proprietário da terra. Nesse caso, para a plena exploração capitalista falta ao arrendatário, por um lado, capital suficiente.

Com base no trecho em evidência, pode-se afirmar que as parcerias são uma alternativa aos arrendatários pobres, principalmente àqueles que não dispõem de instrumentos

de produção, como equipamentos e máquinas agrícolas. Na conjuntura agrária nepomucenense, geralmente a meia é instituída através de negociação verbal, sobretudo entre parentes ou amigos, sem a assinatura de documentos comprobatórios concernentes à relação de trabalho estabelecida, uma vez que a oralidade constitui um importante elemento da cultura camponesa presente em Nepomuceno. Sublinha-se que as relações pessoais aumentam a confiança nos pactos firmados entre os agricultores que estabelecem a meia, uma vez que os vínculos de amizade e/ou parentesco são considerados garantias do cumprimento dos acordos instituídos.

No tocante ao sistema de parceria, Gonzales e Bastos (1977, p. 41) afirmam que: “A parceria (entendida como parceria no produto principal do empreendimento econômico) só fortalece e se reproduz nas áreas onde os empresários agrícolas não dispõem de certo volume de capital”. A parceria é necessária no município, pois em muitos casos, os agricultores não dispõem de recursos financeiros e capitais que lhes possibilitem produzir em todo o imóvel e/ou a ampliarem a produtividade agrícola. No tocante ao assunto, Lênin (1977) afirma que ante o domínio capitalista na agricultura, há a ampliação do número de parceiros e arrendatários como consequência da expropriação dos pequenos produtores agrícolas.

De acordo com Castro (2016), no Brasil ainda existem arrendatários pobres, com frágil arsenal tecnológico e dificuldade na manutenção da produção e de suas terras. Neste cenário, o arrendatário aplica seu capital ou seu trabalho nas terras de outrem porque, em muitos casos, não possui aplicação mais rentável para seu capital. Com o término do contrato de arrendamento, o locatário das terras não leva consigo as técnicas e capitais aplicados na propriedade. Desta maneira, as benfeitorias realizadas também são apossadas pelo proprietário fundiário.

No panorama agrário nepomucenense, os pequenos proprietários agrícolas, em sua maioria, possuem diminutos rendimentos. Assim, os comodatos, as parcerias e os arrendamentos frequentemente são instituídos como estratégia para ampliação da produtividade de suas terras, as quais muitas vezes ficavam ociosas por ausência de capital (VILAS BOAS, 2016b). Nesta perspectiva, os comodatos compõem uma forma de contrato de trabalho encontrada em Nepomuceno. De acordo com Vilas Boas (2016c, p. 367):

O comodato é um contrato gratuito, no qual há um empréstimo gratuito de elementos não consumíveis, como terras e/ou imóveis. Estes itens são usados, mas deverão ser devolvidos em sua integralidade. No comodato, a propriedade da terra prossegue com o prestador, enquanto que o emprestado (indivíduo solicitante do empréstimo) possui apenas a posse da terra. O comodato deve ser gratuito, temporário e inconsumível e infungível (exclusivo, insubstituível).

Apesar do não pagamento de aluguel pelo uso do bem emprestado, o comodatário possui a obrigação legal de ressarcir o comodante por eventuais danos materiais ao objeto do empréstimo. Também é proibido o arrendamento ou o empréstimo do bem móvel ou imóvel a terceiros e o comodatário deve conservá-lo, com a obrigação de seguir estritamente as normas do contrato de comodato e aceitar quaisquer obras ou reparos que o comodante realize. Conforme o acordo estabelecido, o comodatário pode ou não arcar com algumas despesas relativas ao pagamento de impostos, como o ITR. No município de Nepomuceno, a maioria dos comodatos foi constituída entre parentes ou vizinhos. A gratuidade obrigatória desta modalidade de contrato faz com que ela predomine entre sujeitos que tenham laços de confiança e proximidade entre si.

Neste cenário, o estabelecimento de contratos de comodato entre pais e filhos no município consiste em uma estratégia camponesa no âmbito da produção capitalista do espaço, uma vez que tais acordos intentam assegurar a permanência na terra e possibilitar o acesso a benefícios e programas estatais destinados aos agricultores familiares, isto é, visam garantir a sobrevivência e a reprodução do grupo familiar no campo.

Localidades como Nepomuceno, nas quais a renda da terra, sobretudo a diferencial, é elevada, favorecem e oportunizam os arrendamentos rurais, uma vez que majoram a possibilidade de lucros, tanto dos arrendadores, quanto dos arrendatários (CASTRO, 2016; VILAS BOAS, 2016b). Considerando os arrendamentos como relações de trabalho não capitalistas, Oliveira (1988, p. 06) disserta que:

(...) o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas (parceria, familiar) para produzir o capital. E, como isto foi possível? Foi possível através da transferência da renda da terra em produto, quando da parceria, ou em dinheiro quando o pagamento é feito em dinheiro, e/ou em trabalho, pelos camponeses, parceiros ou não, que deixaram o pasto refeito sem terem recebido salário algum por este trabalho. Isto quer dizer, que o fazendeiro não só cobrou renda pela cessão da terra, como ficou com parte da produção (em mercadoria ou dinheiro) e ainda ficou com o pasto renovado, ou seja, não pagou os dias de trabalho do camponês, se apossando deste trabalho gratuitamente.

Desta maneira, conforme argumenta Oliveira (2008), por intermédio da parceria, ocorre o pagamento da renda em produtos. Como as parcerias são comuns no município de Nepomuceno, a renda em produtos, uma das formas da renda pré-capitalista da terra (MARX, 1983), também possui expressividade na conjuntura agrária nepomucenense, embora seja superada pela renda em dinheiro, característica dos arrendamentos. Tanto nas parcerias, quanto nos arrendamentos, os acordos instituídos impelem o arrendatário à intensificação do trabalho e ao aumento da produtividade (GUIMARÃES, 1982; VILAS BOAS, 2016b).



#### 5.4 – Características Camponesas da Agropecuária Nepomucenense

No entanto, a despeito da integração ao modo de produção capitalista, os agricultores familiares em Nepomuceno ainda preservam algumas características camponesas, como a troca de serviço, o apego à terra, os mutirões, a cooperação, as doações de excedentes e a estima pela propriedade fundiária enquanto patrimônio familiar (CHAYANOV, 1974; 2014; SCHEJTMAN, 1980; HERNÁNDEZ, 1994). Nesta contextura, a troca de serviço é uma prática de cooperação na qual todos os agricultores de uma área se unem e colhem todo o café produzido pelos imóveis agrícolas da vizinhança. Esse processo é feito até que toda a produção dos vizinhos tenha sido colhida. De acordo com Chayanov (1974), o procedimento de ajuda durante a apanha do café corresponde ao trabalho não capitalista, o qual ocorre quando um agricultor auxilia outro (s) em uma etapa do processo produtivo sem necessidade de contrapartida. Neste âmbito, Hernández (1994) enuncia que há séculos os camponeses auxiliam seus vizinhos durante a colheita e em outros momentos importantes do cultivo devido ao princípio da reciprocidade.

Corroborando a permanência de algumas particularidades camponesas numa conjuntura agrária marcada pela intensa dependência e integração em relação ao modo de produção capitalista e ao mercado, muitos agricultores nepomucenenses manifestaram a intenção de conservarem a posse de suas terras, mesmo que estejam acarretando prejuízo financeiro. Nesta perspectiva, dentre os 60 agricultores entrevistados, 42 afirmaram que em situações inevitáveis, como uma grave crise financeira, venderiam apenas parte de seu estabelecimento rural, mas manteriam algum pedaço de terra sob sua posse. Isto é, reduziriam a área destinada à agropecuária, mas conservariam totalmente o espaço voltado à moradia, pois pretendem continuar residindo no campo. Já nas palavras dos outros 18 proprietários fundiários, caso a produção não seja mais rentável, cessariam o cultivo, mas não venderiam nenhuma porção do estabelecimento rural, uma vez que compreendem que a manutenção da posse fundiária consiste em uma garantia financeira para os filhos no futuro. Além disso, é comum a doação de parte do excedente da produção, de frutas ou da carne de animais abatidos entre vizinhos no campo municipal.

Essas observações confirmam as interpretações de Woortmann (1990), pois em muitas situações, no âmbito econômico, o camponês é convertido em agricultor familiar integrado ao mercado, mas na ordem moral, continua preservando os valores camponeses. O cenário descrito pelo autor exemplifica a conjuntura agrária nepomucenense, uma vez que apesar do predomínio da monocultura cafeeira direcionada à comercialização, a terra é concebida como

patrimônio familiar e a reciprocidade está presente em algumas relações de trabalho, como aquelas partilhadas com os vizinhos, no processo denominado troca de serviço.

De acordo com o autor, há uma campesinidade presente em diferentes níveis e em distintos grupos populacionais. Deste modo, inclusive agricultores não camponeses podem apresentar algumas características camponesas (WOORTMANN, 1990). Sob esse prisma, cada grupo humano, com suas particularidades, pode possuir campesinidade, a qual é encontrada inclusive em contextos nos quais a produção agrícola foi apropriada pela lógica capitalista empresarial, como na agropecuária do município de Nepomuceno.

Segundo Woortmann (1990), em imóveis camponeses, o trabalho permanente é exercido pelo núcleo familiar, mas pode haver contratação de trabalhadores externos temporários. Assim sendo, na ótica do autor, a contratação de apanhadores de café em estabelecimentos agropecuários cuja mão de obra permanente é familiar – como ocorre em muitas propriedades rurais nepomucenenses, em vez de demonstrar a não campesinidade do imóvel, consiste em uma tática necessária para a sobrevivência da família e a manutenção de sua terra, a qual é considerada como unidade de vida e patrimônio da família, não como mera mercadoria ou objeto de trabalho.

Wanderley (1996) demonstra que a agricultura camponesa geralmente possui pequena escala e poucos recursos financeiros, sendo caracterizada pela pluriatividade e pela multifuncionalidade do espaço produtivo. No tocante ao assunto, Carneiro (1997; 1998) enuncia que a pluriatividade, a qual constitui uma alternativa para a permanência da população no campo e a manutenção das pequenas propriedades agrícolas, pode ser um aspecto tanto da agricultura familiar empresarial, quanto do campesinato. Em seus dizeres:

Mas, ao contrário do que acontece com outros tipos de pluriativos, o investimento desses operários na produção agrícola não tem o objetivo de rentabilizá-la. O esforço para manter a unidade produtiva em funcionamento responde muito mais à estratégia de conservar o patrimônio familiar do que à de desenvolver uma atividade produtiva eficaz (CARNEIRO, 1998, p. 170).

O trecho em destaque exemplifica muitas situações encontradas em Nepomuceno, pois diversos agricultores mantêm suas terras, considerando-as como patrimônio familiar. No município, é comum encontrar habitantes que tenham como principal fonte de renda o salário oriundo do trabalho em atividades urbano-industriais, a despeito da posse e da produção efetivada em seus imóveis agrícolas. Para esses nepomucenenses, a conservação da propriedade agrícola possui como principal objetivo assegurar a herança das gerações futuras e garantir certa estabilidade financeira ao núcleo familiar. Assim, a pluriatividade desenvolvida nos estabelecimentos agropecuários do município não se deve a questão

políticas e/ou culturais, mas consiste em uma estratégia de sobrevivência praticada por esse grupo de agricultores.

No entanto, apesar de a concepção da terra como patrimônio familiar e da intenção de manter a propriedade fundiária serem características inerentes aos grupos camponeses, os agricultores nepomucenenses estão imersos em relações capitalistas de trabalho. Com base em Gasson (1986) e Graziano da Silva (1997), pode-se afirmar que muitos produtores municipais se enquadram na categoria dos *part-time farmers*, a qual obteve significativo crescimento a partir do decênio de 1980.

De acordo com Graziano da Silva (1997) e Werlang e Mendes (2016), no contexto do novo rural brasileiro, houve a disseminação do *part-time farmer*, categoria que agrupa os produtores que conciliam atividades agrícolas ou pecuárias com trabalhos não agrícolas, os quais podem ser executados em suas terras ou fora delas. Embora essa tipologia de agricultores seja característica de países desenvolvidos, também é significativa em nações subdesenvolvidas. O crescimento relativo e absoluto da população que reside no campo e trabalha em atividades urbano-industriais corrobora a disseminação do *part-time farmer* em território brasileiro.

Neste panorama, observou-se o crescimento do *part-time farmer* (ou agricultor em tempo parcial) no município de Nepomuceno, pois é comum que os pequenos proprietários fundiários trabalhem em suas terras e também labutem através do trabalho acessório em médias ou grandes propriedades agrícolas de outrem ou em indústrias, como o Aviário Santo Antônio. Salienta-se que a maioria dos agricultores nepomucenenses que opta pelo trabalho extra assalariado tenta ampliar os rendimentos auferidos em suas terras, os quais, em geral, são diminutos. Na perspectiva dos clássicos marxistas que teorizaram sobre a agricultura, o *part-time farmer* incidiria no processo de proletarização dos camponeses, uma vez que contribui para a disseminação da venda da força de trabalho através do assalariamento, entre outras práticas que colaboram para a redução da autonomia do campesinato e para a exploração de sua força de trabalho.

## **6 – RELAÇÕES CAPITALISTAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM NEPOMUCENO-MG**

### **6.1 - A Precarização do Trabalho Agrícola no Município de Nepomuceno-MG**

A partir da década de 1970, com o regime flexível de acumulação, os salários, as jornadas e os contratos trabalhistas foram flexibilizados, incidindo na deterioração das relações de trabalho e no agravamento dos malefícios à saúde dos trabalhadores (PERPETUA; HECK; THOMAZ JÚNIOR, 2018). Tendo como base a conjuntura agrária nepomucenense, a cafeicultura municipal é marcada pela apanha da rubiácea, na qual o salário do colhedor é determinado pela produtividade de seu trabalho, isto é, pelo número de medidas de café colhidas. Ademais, como é remunerado por produção, o apanhador de café possui uma jornada de trabalho flexível, podendo variar sua carga horária de labor conforme sua disponibilidade ou necessidade.

No município de Nepomuceno, as cooperativas representam de maneira fidedigna a precarização do trabalho, pois são empresas que não detêm a posse formal das terras municipais, mas monopolizam, por intermédio de diversos estratagemas, a produção, a distribuição e a venda do café produzido nos imóveis agrícolas nepomucenenses. Muitos proprietários fundiários locais não possuem emprego formal, tampouco se consideram trabalhadores assalariados. No entanto, como as cooperativas adquirem a rubiácea com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, e o preço pago pela *commodity* é baixo, o cafeicultor é impelido à intensificação de sua carga de trabalho. Embora possuam a propriedade formal da terra, os cafeicultores que comercializam a rubiácea cultivada com as cooperativas constituem pequenas engrenagens das redes geográficas associadas às cadeias produtivas internacionais. A ausência de delimitação da carga horária de trabalho e de repouso remunerado caracteriza também o trabalho dos pequenos agricultores no município de Nepomuceno, os quais geralmente maximizam seus rendimentos por meio da intensificação e do aumento da jornada de trabalho.

A maioria dos cafeicultores nepomucenenses contrata os serviços dos apanhadores de café, mas não assina carteira, tampouco formaliza contratos de trabalho. Entre 2016 e 2019, conforme os relatos dos proprietários agrícolas municipais, houve significativo aumento do número de pessoas que se ofereceram para o trabalho na colheita do café, fato diretamente relacionado à escassez de postos de emprego formal e à estagnação dos salários médios no município. Como a oferta de trabalhadores temporários para a safra cresceu, os preços pagos

por medida de café colhida se mantiveram intactos, embora a inflação tenha aumentado nesse período.

Segundo Freitas Júnior, Slosbergas e Silva (2018), tal condição constitui um entrave às categorias legais do direito do trabalho, uma vez que não existe regulamentação jurídica específica para as relações de trabalho deste tipo, atravancando a fiscalização e a proteção dos trabalhadores. Os autores afirmam que novas modalidades de trabalho demandam novas formas de proteção estatal. Por conseguinte, legislações deveriam ser promulgadas a fim de assegurarem o amparo jurídico-legal a esses trabalhadores, especialmente quanto à carga horária semanal de trabalho, à remuneração, ao tempo de descanso, à propriedade dos equipamentos utilizados no trabalho, à periculosidade e à insalubridade.

O trabalho volante no corte da cana-de-açúcar e/ou na apanha do café existe em diversas regiões brasileiras há décadas. Desta maneira, a incipiência e a insuficiência das leis voltadas a essa modalidade de trabalho evidenciam a ausência de proteção estatal direcionada aos safristas, os quais padecem com jornadas de trabalho intensas e insalubres, as quais não são, em sua integralidade, contempladas pela legislação brasileira.

No entanto, adverte-se que os agricultores que contribuem para a Previdência Social enquanto produtores/empregadores rurais ou produtores rurais em regime de economia familiar, os quais são proprietários das terras nas quais trabalham, gozam do direito de aposentadoria rural mediante a comprovação de cadastro no INCRA e o cumprimento de alguns requisitos. Em Nepomuceno, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nepomuceno é a principal entidade responsável por auxiliar os agricultores e trabalhadores rurais na solicitação do direito de aposentadorias junto aos órgãos estatais.

Segundo Schneider (2003), a pluriatividade constitui uma estratégia de reprodução social dos agricultores familiares e é caracterizada pela variedade de atividades econômicas e produtivas desempenhadas dentro ou fora de seus estabelecimentos agropecuários. Na prática, famílias residentes no campo passam a se dedicar também a atividades não agrícolas, embora prossigam trabalhando na agricultura. No âmbito da pluriatividade, há diferentes tipos de remuneração e uma vasta diversidade de situações e de tipos de famílias pluriativas.

Como a pluriatividade abrange um conjunto de distintas atividades trabalhistas efetivadas em diferentes espaços, há comprometimento do descanso dos agricultores e, possivelmente, de suas férias, reverberando em intensificação do trabalho e, conseqüentemente, em prejuízos à sua saúde. Destarte, em determinados casos, a pluriatividade pode colaborar para o aumento da exploração da mão de obra rural.

No caso das famílias pluriativas, as diferentes atividades produtivas desenvolvidas representam o emprego de sua mão de obra em situações e contextos variados, possibilitando a apropriação da mais-valia em diversas escalas pelos atores capitalistas. A título de exemplo, ao comercializar o café com as cooperativas, o agricultor nepomucenense tem parte de sua mais-valia apossada por essas empresas; e ao trabalhar na colheita da rubiácea em outros estabelecimentos agrícolas, sua mais-valia é explorada por seus proprietários.

O trabalho efetivado pelos apanhadores de café durante a colheita condiz com o pós-fordismo, o qual, segundo Harvey (2005), é marcado por relações de produção e trabalho flexíveis. A colheita da rubiácea em Nepomuceno é praticada apenas em determinada época do ano, geralmente entre maio e agosto, quando há a maturação dos frutos do cafeeiro. Ademais, a jornada de trabalho e sua remuneração são flexíveis, uma vez que o pagamento é proporcional à produtividade e não há limite mínimo, tampouco máximo, para a carga horária diária e/ou semanal de trabalho.

Corroborando a precariedade do trabalho agrícola em Nepomuceno, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Trabalho, cinco trabalhadores foram encontrados em situações análogas à escravidão no Sítio Três Cedros, situado na zona rural do município. No dia 2 de dezembro de 2016, a decisão judicial confirmou o veredito sobre o trabalho escravo na propriedade, caracterizada pelo cultivo cafeeiro (BRASIL, 2018c)<sup>20</sup>. A exploração, a intensificação e a insalubridade do trabalho agrícola em Nepomuceno, um dos maiores produtores de café do país, evidenciam a precarização das condições de trabalho dos agricultores em todo o território brasileiro.

### **6.1.1 – A Integração da Agricultura Familiar Nepomucenense ao Modo de Produção Capitalista e a Intensificação do Trabalho Agrícola**

Hodiernamente, a agricultura mundial está profundamente imersa na lógica capitalista de produção. Desta maneira, a maioria dos esforços empreendidos se direciona ao aumento da lucratividade, em detrimento da qualidade dos gêneros agrícolas cultivados e das condições de vida dos agricultores. Kautsky (1980) mostra que o capitalismo subordinou a agricultura aos seus interesses, convertendo a produção agrícola em fabricação de mercadorias, as quais não

---

<sup>20</sup> Ainda que notícias sobre a descoberta de trabalhadores em condição de escravidão causem certa surpresa à população, uma vez que já se passaram mais de 130 anos da promulgação da Lei Áurea, centenas de pessoas são resgatadas todos os anos pelo INCRA em regime de trabalho escravo.

são destinadas ao autoconsumo, mas à troca. Ao analisar as consequências da integração e da sujeição da agricultura ao modo de produção capitalista, Lênin (1980, p. 45) afirma que:

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc.

Neste cenário, a subordinação da agricultura ao capitalismo gera a degradação das condições de vida dos pequenos agricultores. Dentre os fatores mencionados por Lênin, as intensas jornadas de trabalho e o crescente endividamento - fomentado pela difusão da oferta de crédito e de empréstimos – constituem empecilhos à prosperidade do imóvel agrícola e à saúde de seus proprietários.

A população pobre<sup>21</sup> em recursos monetários frequentemente adquire crédito, visto que os trabalhos temporários ou sazonais são apenas uma fonte provisória de rendimentos, não conseguindo assegurar receitas suficientes para a satisfação de todas as necessidades do grupo familiar. A facilitação e a disseminação do crédito almejam a inserção de todos os indivíduos no consumo modernizado, inclusive aqueles integrantes das classes mais pobres. A maioria das pessoas que recorre ao crédito se endivida apenas pelo ato de consumo, pois contraem os empréstimos com tal finalidade (SANTOS, 2008).

Na agricultura, os créditos são contraídos, em geral, para aquisição e melhoramento de maquinários e insumos, ampliação das lavouras, compra de terras e pagamento de dívidas (GUIMARÃES, 1982; OLIVEIRA, 2007). Acerca da aquisição de crédito, Santos (2008, p. 238) disserta: “Aliás, os comerciantes do circuito inferior, assim como os pequenos agricultores, consideram perigoso recorrer ao crédito bancário, o qual representa para eles uma ameaça de desaparecimento, se não puderem pagar suas promissórias”.

Entretanto, o cenário em Nepomuceno difere do enunciado por Milton Santos (2008) para os pequenos agricultores em escala nacional, uma vez que muitos dos agricultores familiares do município, apesar da pequena dimensão de suas propriedades e de sua produção total, assumem empréstimos com certa frequência, com o intuito de alavancarem a produção agrícola. Na agricultura, as linhas de crédito visam a ampliação da produtividade, algo

---

<sup>21</sup> Seguindo os parâmetros propostos pelo Banco Mundial, o IBGE (2018c) considera pobres as pessoas cuja renda monetária diária é inferior a US\$ 5,50. No ano de 2017, 26,5% da população brasileira, isto é, aproximadamente 55 milhões de seres humanos, tiveram rendimento inferior a US\$ 5,50 por dia.

perceptível em Nepomuceno, pois a maioria dos agricultores familiares consegue os empréstimos para o custeio e a realização de investimentos na produção, sobretudo em insumos e maquinário, conforme evidenciam os dados da tabela 26.

A produção dos pequenos agricultores também é subordinada ao capital em virtude da intensidade do trabalho realizado. Para Kautsky (1980), a jornada de trabalho do pequeno proprietário que não utiliza o trabalho assalariado de outrem é mais intensa e ele possui maiores cuidados com sua produção, pois é o dono do que produz. Não apenas ele é envolvido neste processo, visto que os familiares também trabalham de forma incessante nas atividades econômicas da propriedade. Assim sendo, Kautsky (1980) critica as pequenas propriedades neste modelo, pois impelem os camponeses a uma carga de trabalho desumana, com diminutos rendimentos. Destarte, o camponês vivencia uma situação paradoxal. Ao passo que quanto maior for o tempo de trabalho empregado, maior será a produção de bens para o consumo familiar e melhor a condição de vida de seus entes, maior também será a exploração de sua mão de obra.

Em pesquisa efetivada no município de Nepomuceno nos anos de 2015 e 2016, Crocco et al. (2017) notaram que os rendimentos oriundos do trabalho na apanha do café variaram entre R\$ 400,00 e R\$ 3.500,00 mensais. A disparidade entre as receitas obtidas por cada safrista decorre principalmente da diferença de produtividade entre os apanhadores, a qual depende de sua destreza e capacidade física, da carga diária de trabalho, do emprego da derriçadeira portátil na colheita, entre outros aspectos.

De acordo com Costa Neto (1998), outra tática utilizada pelos capitalistas para intensificar o trabalho dos agricultores familiares é a contração dos preços dos alimentos, cujos prejuízos aos pequenos produtores agrícolas são enormes. Ademais, o fácil acesso ao crédito agrícola também colabora com esta situação, visto que quando disseminado, amplia o endividamento dos pequenos produtores, forçando-os à intensificação do regime de trabalho. Neste sentido, a estratégia engendrada pelos capitalistas, sobretudo após o processo de financeirização da economia, com a facilitação e a ampliação da oferta de crédito e a contração dos preços agrícolas, amplia a extração de mais-valia absoluta na agricultura. Kautsky (1980) afirma que o progresso tecnológico também contribui para o crescimento da carga de trabalho, pois quando os avanços técnico-científicos são inseridos nas grandes propriedades, os pequenos agricultores, em virtude da ampliação da concorrência, intensificam sua jornada de trabalho.

Desta maneira, a ampliação e/ou a intensificação da jornada de trabalho do agricultor, em virtude do pagamento de juros relativos a dívidas e/ou da estagnação dos preços dos



viveres agrícolas, culmina, em geral, no aumento da mais-valia absoluta, pois o sobretrabalho, cuja consequência direta é o crescimento da produtividade, é apropriado gratuitamente pelo capital (MARX, 2013a; 2013b). Santos e Teló (2011) enunciam que a definição dos preços internacionais dos gêneros agrícolas ocorre através do alinhamento de interesses dos oligopólios atuantes no setor, os quais almejam a diminuição dos gastos com mão de obra, por intermédio da redução dos preços dos produtos alimentícios básicos da dieta da população pobre, intentando a reprodução da força de trabalho.

O salário, em suas variadas formas, constitui outra forma de exploração do trabalho, tanto na agricultura, quanto na indústria. Marx (2011) advoga que na troca efetuada com o trabalhador, o capitalista lhe paga um equivalente pelos custos produtivos presentes em sua capacidade de trabalho. Neste processo, fornece, através dos salários, os meios para manter sua capacidade de trabalho, porém, apropria-se do seu trabalho vivo. Desta maneira, recebe gratuitamente o trabalho excedente, o qual faz ampliar o valor de seu capital. No tocante ao assalariamento, Lefebvre (2013, p. 88) enuncia que: “O assalariado (ou antes, a classe dos assalariados) se encontra privado dos meios de produção e separado deles, mesmo que execute uma função essencial no processo do trabalho social e, assim, não tem outro recurso senão o de vender ao capitalista a sua força de trabalho”.

Ante a precarização do trabalho, em alguns casos, o trabalhador é o proprietário dos meios de produção e/ou dos equipamentos de trabalho, sendo responsável por arcar com as despesas referentes à manutenção e à melhoria dos instrumentos e meios de produção. Assim sendo, frequentemente recorre aos empréstimos e financiamentos a fim de investir na produção ou custeá-la, reverberando em endividamento e na conseqüente piora das condições de vida de seus núcleos familiares. Considerando tal contexto, é imprescindível discutir a disseminação de crédito e empréstimos em Nepomuceno, bem como suas conseqüências para os agricultores municipais.

### **6.1.2 – Crédito e Empréstimos Agrícolas no Município de Nepomuceno-MG**

Sob essa perspectiva, a dependência financeira abrange elementos associados aos empréstimos, à oferta de crédito e ao grau de endividamento do agricultor (LAMARCHE, 2008). Nos tempos hodiernos, houve expressivo aumento do número de agricultores que financiam seus investimentos produtivos através de empréstimos e de crédito ofertados pelos bancos e programas estatais, elevando sua dependência financeira. De acordo com dados do

Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, 784.228 estabelecimentos agropecuários obtiveram financiamentos e/ou empréstimos em todo o Brasil no ano de 2017 (IBGE, 2018a).

O processo de financeirização da economia, uma das soluções encontradas pelo capital para as crises do setor petrolífero do decênio de 1970, facilitou a disseminação e a oferta de crédito e de empréstimos mundo afora (HARVEY, 2011; 2013). Conforme advoga Vergopoulos (1977), a difusão do crédito e dos empréstimos constitui um artifício capitalista para a ampliação da jornada de trabalho do pequeno produtor agrícola, a qual provém da necessidade de assegurar a subsistência familiar somada às despesas geradas pelo endividamento. Assim, o capital financeiro se apropria de parcela da mais-valia auferida na produção agrícola.

Carvalho (2005) afirma que o crédito fornecido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual orienta os agricultores para uma produção mercantil, está amplamente disseminado pelo Brasil. Diversos agricultores no país recorrem aos financiamentos do PRONAF para aquisição de maquinários e insumos direcionados à produção. Deste modo, a dependência financeira e a tecnológica estão entrelaçadas, pois é o acesso facilitado ao crédito que amplia a atuação do capital industrial na agricultura. Assim, o Estado brasileiro disseminou a ideia de que o crédito rural era a única solução para os pequenos produtores agrícolas, os quais, em sua maioria, desconsideraram outras técnicas alternativas para melhorias em suas lavouras.

Para Carneiro (1997) e Santos e Teló (2011), um dos objetivos do PRONAF é o crescimento da economia brasileira através do aumento da rentabilidade e da produtividade agrícola, cuja principal consequência seria a ampliação da competitividade nacional nos mercados internacionais. Desta maneira, o PRONAF aderiu à lógica produtivista, pautada na especialização e na tecnificação das relações de produção. Ademais, houve uma centralização espacial dos investimentos do programa, pois a maioria dos esforços efetivados está concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Segundo Torres et al. (2016), uma de suas metas é promover o acesso, o uso e a difusão do crédito e das novas tecnologias entre os agricultores familiares.

Entretanto, milhões de agricultores familiares não atendem aos critérios exigidos para serem contemplados pelo programa governamental, o qual estabeleceu critérios que favorecem os produtores mais capitalizados, em detrimento daqueles que possuem menores rendimentos. Por conseguinte, há sérias disparidades no acesso e nas formas de integração aos programas públicos voltados à agricultura familiar, uma vez que quanto maior a renda e a

dimensão de suas terras, maiores são as possibilidades de obtenção dos financiamentos ofertados (CARNEIRO, 1997).

Assim, o PRONAF vinculou os agricultores familiares à lógica mercantil capitalista e promoveu a inserção técnica e ideológica da agricultura familiar no modo de produção capitalista. A maioria das tecnologias empreendidas no campo através do crédito fornecido pelo programa estatal não é sustentável, uma vez que os equipamentos e as máquinas adquiridos são, em geral, perniciosos ao meio ambiente. Durante a instituição do programa, o governo federal afirmou que o PRONAF melhoraria a condição de vida dos agricultores familiares, pois aumentaria a oferta de empregos agrícolas especialmente através da ampliação da produtividade. No entanto, a assertiva estatal é paradoxal, uma vez que o crescimento da produtividade geralmente é obtido por meio do emprego de tecnologias e maquinários, os quais minoram a necessidade de mão de obra e, conseqüentemente, reduzem a oferta de postos de trabalho (CARNEIRO, 1997; WATSON; ACHINELLI, 2008).

Mais da metade dos cafeicultores sul-mineiros aderiram ao programa mencionado para financiarem seus investimentos em produção e o custeio da mesma (CORDEIRO, SIGULANO FILHO; RIBEIRO, 2010). Em 2017, conforme ilustra a tabela 26, 65,14% dos estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais que recorreram aos financiamentos e empréstimos tiveram como finalidade<sup>22</sup> investimentos no setor produtivo, enquanto 44,27% visaram o custeio da produção. Já em Nepomuceno, 58,7% das propriedades que contraíram empréstimos e financiamentos almejavam investimentos na produção, enquanto 60,41% pretendiam custeá-la (IBGE, 2018a).

**Tabela 26: Finalidade dos Financiamentos e Empréstimos Agrícolas em 2017 - Brasil, Minas Gerais e Nepomuceno-MG**

	Estabelecimentos que Obtiveram Financiamentos/Empréstimos	Finalidade - Investimento	Finalidade - Custeio
<b>Brasil</b>	784.228	473055 (60,32%)	369258 (47,09%)
<b>Minas Gerais</b>	96.288	62728 (65,14%)	42624 (44,27%)
<b>Nepomuceno-MG</b>	293	172 (58,70%)	177 (60,41%)

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

<sup>22</sup> Salienta-se que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE (IBGE, 2018a), os financiamentos e empréstimos assumidos pelos estabelecimentos agropecuários podem possuir mais de uma finalidade.

Todavia, apesar de seus objetivos calcados numa racionalidade funcionalista e capitalista, o PRONAF não conseguiu transformar todos os agricultores familiares em capitalistas, pois muitos ainda mantêm traços de outras racionalidades, como a camponesa, mesmo estando muitas vezes integrados ao mercado (LOPES et al., 2016). Apesar das críticas expostas, Silva e Hespanhol (2016) defendem que programas federais, como o PRONAF e o PNAE, colaboram para a manutenção dos agricultores familiares, constituindo uma importante estratégia de reprodução social desse grupo, pois facilitam a comercialização dos víveres cultivados e a geração de renda da categoria.

No município de Nepomuceno, muitos agricultores, com o auxílio do Banco do Brasil e do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), contraíram empréstimos com juros reduzidos através do PRONAF no ano de 2017 (IBGE, 2018a). Todavia, os produtores nepomucenenses que recorreram aos financiamentos do programa estatal não assimilaram completamente o ideário capitalista, uma vez que mantêm suas produções durante os momentos de recessão econômica. A persistência nos gêneros cultivados se deve especialmente pelo comodismo, pela infraestrutura consolidada e pela relação de confiança estabelecida com as cooperativas.

Uma das facetas decorrentes da presença de práticas e relações capitalistas de produção e de trabalho na conjuntura agrária nepomucenense é a perda da soberania alimentar dos agricultores familiares municipais, a qual reverbera em diversos malefícios, como a deterioração dos regimes alimentares e o aumento dos custos de produção. A subsunção da agricultura familiar ao capitalismo reverbera no aumento da dependência tecnológica e financeira em relação ao mercado e na falta de controle sobre o processo produtivo e as deliberações concernentes ao mesmo.

Ainda no âmbito da precarização do trabalho agrícola, o trabalho volante é muito comum no município de Nepomuceno e se adéqua perfeitamente às características do trabalho precarizado, uma vez que consiste em uma modalidade de trabalho não permanente, na qual a remuneração é geralmente paga pela produtividade. Além disso, em virtude de seu caráter temporário, frequentemente não há a assinatura de contratos de trabalho.

### **6.1.3 - O Trabalho Volante na Agricultura Nepomucenense**

No tocante ao trabalho agrícola, Gonzales e Bastos (1977) e Silva (1999) salientam uma importante distinção. Os autores afirmam que os trabalhadores “itinerantes” residem temporariamente nos imóveis agrícolas onde trabalham, migrando periodicamente de um

estabelecimento rural para outro. Já o grupo dos trabalhadores “sazonais” é composto pelos indivíduos que, por um curto período de tempo, saem de suas residências para labutarem em alguma atividade agrícola, retornando após o encerramento dessa prática. Portanto, “o trabalho sazonal é uma atividade complementar a uma ocupação principal” (GONZALES; BASTOS, 1977). De acordo com Kropotkin (1953), o trabalho sazonal é ideal à agricultura industrial, pois os contratos relativos apenas aos meses da colheita favorecem a exploração da mão de obra e a ampliação dos lucros dos proprietários fundiários.

De acordo com Gonzales e Bastos (1977, p. 36), o trabalho volante “é uma modalidade de trabalho assalariado por tarefa, ou seja, uma forma concreta de relação social de produção capitalista”. A diária do trabalhador volante é, em geral, maior que a dos trabalhadores permanentes, desconsiderando-se o fato de o volante, em alguns casos, não receber os benefícios sociais assegurados pela legislação trabalhista. Desta maneira, muitos trabalhadores preferem o trabalho volante em detrimento do trabalho permanente, o qual possui suas vantagens, pois garante diversos direitos aos assalariados (GONZALES; BASTOS, 1977; BACCARIN, 2015).

Na conjuntura agrária nepomucenense, é comum a existência do trabalhador volante, o qual não reside na propriedade agrícola em que trabalha, deslocando-se diariamente para trabalhar em imóveis rurais, sobretudo na agropecuária. Segundo Silva (1999) e Baccarin (2015), o trabalho volante é um tipo de trabalho temporário ou sazonal e se diferencia de outros tipos de trabalho temporário – como o trabalho migrante e o itinerante – porque não demanda mudança de moradia, principalmente em virtude da proximidade entre os locais de residência e de trabalho. Em geral, o salário é pago por empreita ou por produtividade, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho agrícola e, por conseguinte, o crescimento dos lucros do proprietário das terras.

Em Nepomuceno, observou-se expressiva contratação de trabalhadores volantes, especialmente para a colheita do café, a qual dura aproximadamente quatro meses. De modo geral, a remuneração é paga por produtividade, estratégia que resulta na intensificação do trabalho. Muitos apanhadores de café residem na área urbana do município e durante a safra optam por essa modalidade de trabalho visando a complementação dos rendimentos familiares. Neste sentido, a despeito da ausência de assistência jurídico-legal, julgam o trabalho volante mais rentável que outras formas de trabalho, pois a quantia financeira recebida é proporcionalmente maior à paga aos assalariados permanentes e há a possibilidade de conciliação com outras formas de trabalho, uma vez que o horário da jornada de trabalho é flexível.

Segundo dados do IBGE, 34,7% dos domicílios no município de Nepomuceno possuíam renda per *capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo em 2016. No mesmo ano, o salário mensal médio dos nepomucenenses ocupados em trabalhos formais era de 1,7 salários mínimos, o que correspondia ao montante de R\$ 1.496,00 (IBGE, 2018b). Em pesquisa realizada nos anos de 2015 e 2016, Crocco et al. (2017) averiguaram que a renda monetária mensal obtida por 20 apanhadores de café somente por meio do trabalho na colheita variou entre R\$ 400,00 e R\$ 3.500,00. Por conseguinte, dependendo da produtividade e da intensidade da jornada de trabalho, o trabalho volante em Nepomuceno pode propiciar remunerações superiores às obtidas no trabalho permanente. Ademais, também interessa aos proprietários fundiários, pois, em virtude da informalidade do trabalho volante e da inexistência de carteira assinada ou contrato de trabalho, os encargos trabalhistas, como a contribuição previdenciária para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não são pagos.

Sigaud (1977) e Baccarin (2015) explicam que a mutação do salário por tempo de serviço (diária) para o pagamento por produtividade, tal como acontece na cafeicultura nepomucenense, possibilita o rebaixamento das remunerações pagas e a intensificação das jornadas de trabalho. Destarte, a produtividade e os lucros são ampliados, em detrimento das quantias financeiras recebidas pelos trabalhadores. Acerca do pagamento por produtividade no município de Nepomuceno, Crocco et al. (2017, p. 91) afirmam que:

Predominante na colheita de café da região, o pagamento por produtividade simboliza uma forma de precariedade pelo fato de delegar ao trabalhador a responsabilidade pelo seu rendimento, levando-o a trabalhar até a exaustão para conseguir um bom salário. Ou seja, essa forma de pagamento torna o trabalhador explorador de si mesmo e responsável pelo elevado ou diminuto salário que recebe. Por outro lado, essa forma de pagamento promove a intensificação dos lucros do produtor, pois o trabalhador além de sofrer a exploração exercida pelos fazendeiros, ou pelos gatos, sofre a pressão colocada por si mesmo para produzir mais.

Desta maneira, o pagamento no período da safra é feito por produtividade, de acordo com o quantitativo de medidas de café colhidas por cada trabalhador. O preço pago pela medida de café – a qual equivale a 60 litros - variou entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00 nas propriedades investigadas entre os anos de 2016 e 2019 no município de Nepomuceno. Com o auxílio da derriçadeira portátil, os apanhadores colheram em média entre 8 e 10 medidas. Deste modo, a remuneração diária deles oscilou entre R\$ 80,00 e R\$ 150,00 no período. Considerando-se que ao longo de um mês, a maioria dos colhedores trabalhou cerca de vinte dias nos imóveis rurais, o salário mensal variou entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.000,00. Observou-se que em momentos de elevação dos índices de desemprego no país e no município, houve pequena redução do preço pago por medida de café colhida em algumas propriedades.

Como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) não contemplava o trabalho em regime de atividades por empreitada, o trabalhador volante ficava sem assistência jurídico-legal. No entanto, a lei nº. 11.718, de 20 de junho de 2008, melhorou a situação de muitos trabalhadores temporários, uma vez que assegurou que os trabalhadores rurais com contrato de trabalho superior a 2 meses tenham os mesmos direitos que os trabalhadores assalariados permanentes (BRASIL, 2008; BACCARIN, 2015). Contudo, ao abranger somente os contratos de trabalho superiores a 2 meses, a legislação desampara os trabalhadores cujos contratos não ultrapassam os sessenta dias, bem como aqueles que não firmaram legalmente contratos de trabalho, prática comum na colheita do café em Nepomuceno.

Nesses casos, o trabalhador volante é legalmente tratado como empreiteiro autônomo, uma vez que é remunerado conforme a função realizada. Assim, não tem acesso aos direitos trabalhistas, inclusive aqueles asseverados pelo ETR. Ademais, essa modalidade de trabalho possui uma fiscalização menos rígida em comparação com as demais, incidindo na redução dos custos de produção e na ampliação de práticas exploratórias, sendo vantajosa para os capitalistas (SILVA, 1999; MARTINS, 2006).

O trabalho volante é, na prática, uma forma de trabalho assalariado, pois há a venda da força de trabalho aos proprietários do capital e dos meios de produção (GONZALES; BASTOS, 1977; BACCARIN, 2015). Além disso, em virtude de seu caráter temporário, o trabalho na colheita do café não é contemplado pelo seguro-desemprego, importante benefício de seguridade social garantido pela Constituição brasileira (CROCCO et al., 2017). Destarte, é evidente que a criação do ETR em 1963 assegurou diversos benefícios aos trabalhadores rurais. No entanto, aumentou os gastos dos proprietários fundiários com mão de obra, impelindo muitos latifundiários a substituírem o trabalhador permanente pelo trabalhador volante, como no caso dos boias-frias, os quais não são contemplados pela legislação do ETR (ZOCOLLER; BACCARIN; GEBARA, 1978; SILVA, 1999). Tal conjuntura é evidente no município de Nepomuceno, no qual se destaca a grande quantidade de trabalhadores volantes, cujo trabalho é requisitado principalmente na colheita do café. Desassistidos pelas leis trabalhistas, os apanhadores de café possuem sua força de trabalho intensamente explorada no panorama agrário municipal.

## 7 – A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG ENTRE 2015 E 2019

### 7.1 – A Origem das Cooperativas Modernas

Antes da fundação das primeiras cooperativas, algumas sociedades já viviam em sistemas semelhantes ao cooperativismo, como as *zadrugas* na Iugoslávia e as associações francesas de fruticultores do século XIII (LIEBHARDT, 1982). As *zadrugas* eram comunidades rurais típicas entre os povos eslavos e constituíam sociedades patriarcais nas quais os membros trabalhavam em prol da satisfação da necessidade de todos os seus integrantes. A propriedade da terra, o rebanho e o dinheiro também eram posses coletivas. Em virtude de sua fragmentação e das transformações estruturais da sociedade e da economia mundiais, o sistema de *zadrugas* experimentou seu colapso ao final do século XIX (HALPERN; ANDERSON, 1970).

No decênio de 1750, houve o estabelecimento das primeiras cooperativas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos (BIRCHALL, 1997; SHAFFER, 1999). Na Escócia e na Inglaterra, esse tipo de organização surgiu influenciado pela obra de Robert Owen, o qual defendia a criação de cooperativas (TOPHAM; HOUGH, 1948). Topham e Hough (1948), assim como Liebhardt (1982), mostram que as primeiras cooperativas britânicas foram fundadas por trabalhadores de estaleiros e tecelões.

As cooperativas representaram uma das respostas do operariado ao liberalismo econômico e à opressão vivida nas fábricas no século XIX (TOPHAM; HOUGH, 1948; SHAFFER, 1999), uma vez que a Primeira Revolução Industrial resultou na piora das condições de vida e de trabalho da população inglesa, a qual era submetida a condições insalubres e extenuantes de trabalho em troca de diminutos salários. Além disso, a miséria e o desemprego se alastraram por toda a Inglaterra (MARX, 2006). Neste contexto, o cooperativismo surgiu como uma oposição ao capitalismo.

Durante o século XIX, as primeiras cooperativas almejavam as melhorias das condições de vida e trabalho dos assalariados, propondo medidas como o aumento das remunerações, a diminuição das jornadas de trabalho e a oferta de empregos a trabalhadores desempregados. Seu objetivo principal era contribuir para a qualidade de vida dos associados e de suas famílias, e suas políticas se direcionavam aos pequenos produtores. Também realizavam ações sociais, voltadas à educação e ao combate ao alcoolismo. Seu foco era a prestação de serviços e a produção de gêneros indispensáveis à vida dos trabalhadores. As



vendas a prazo e o crédito praticamente inexistiam, pois sua meta não era a maximização dos lucros. Como os próprios trabalhadores coordenavam seu funcionamento, as cooperativas rompiam com a divisão instituída pelo modo de produção capitalista entre trabalho intelectual (concepção) e trabalho braçal (execução), a qual colabora para a exploração do proletariado (LIEBHARDT, 1982; SHAFFER, 1999; SCOPINHO, 2007; MARCUSE, 2015).

Hodiernamente, o cenário é diferente, pois muitas cooperativas estão imersas na lógica do capitalismo financeiro, assim como as cooperativas cafeeiras atuantes no município de Nepomuceno. As cooperativas agropecuárias brasileiras priorizam o aumento da produtividade e a exportação da produção, em detrimento das condições de vida e de trabalho dos agricultores. Suas ações se destinam ao fornecimento de insumos urbano-industriais e infraestrutura de armazenamento, transporte e comercialização para os cooperados. Seu foco é a produção de *commodities* voltadas à exportação, intentando a maximização dos lucros. Ademais, fornecem crédito aos associados e permitem o pagamento a prazo.

Dentre as principais características das primeiras sociedades cooperativas, destacam-se a adesão voluntária e livre, o número ilimitado de associados, a gestão democrática e coletiva, a neutralidade política e religiosa, os juros limitados ao capital, entre outras. Além disso, o voto era unitário, não importando o capital ou a quantidade de operações realizada pelo associado (GIDE, 1931; LIEBHARDT, 1982; SERRA, 1987).

Para Owen (1991), o cooperativismo era, em sua origem, um movimento de combate ao lucro e à concorrência, elementos julgados pelo autor como injustiças sociais, típicas do modo de produção capitalista. Ademais, considerava que a divisão interna do trabalho na fábrica entre operários e patrões deveria ser superada, defendendo a criação de medidas assistencialistas aos trabalhadores.

Em dezembro de 1844, quando 28 operários, inspirados pelas ideias de renomados autores cooperativistas, como Robert Owen e Charles Fourier, deliberaram a constituição de uma cooperativa de consumo para a aquisição conjunta de víveres, foi fundada a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, popularmente conhecida como Cooperativa de Rochdale, cujo modelo de gestão inspirou o cooperativismo moderno. A maioria das cooperativas britânicas seguiu seu exemplo de atuação. Uma década após a fundação da Cooperativa de Rochdale, a Grã-Bretanha já possuía mais de mil cooperativas e Rochdale contabilizava aproximadamente 1.400 associados (TOPHAM; HOUGH, 1948; LIEBHARDT, 1982; SERRA, 1987).

Não é fortuito o fato de que o movimento tenha surgido em Rochdale, situada em Manchester, visto que a cidade foi uma das mais importantes, senão a principal urbe da

Revolução Industrial. Desta maneira, o êxito da cooperativa de Rochdale disseminou vários dos principais fundamentos cooperativistas mundo afora, como a administração democrática e coletiva, a adesão livre, o voto unitário e a neutralidade religiosa (GIDE, 1931; BIRCHALL, 1997; SCOPINHO, 2007).

## **7.2 – Histórico das Cooperativas no Brasil**

Conforme disserta Shaffer (1999), a primeira cooperativa fundada no Brasil foi a colônia Tereza Cristina, inaugurada no interior do Paraná em 1847. Criada por um grupo de europeus, com destaque para o médico francês Jean Maurice Faivre, foi influenciada pelos ideais cooperativistas de Charles Fourier. Segundo Liebhardt (1982), no início do século XX, algumas cooperativas agrícolas e de consumo foram fundadas no Brasil, obtendo algum sucesso. Neste sentido, os imigrantes foram responsáveis pela consolidação do cooperativismo no Brasil, pois difundiram as ideias cooperativistas vigentes na Europa desde o final do século XIX, dentre as quais é possível destacar a ênfase na prestação de serviços, a associação livre e voluntária, a atuação em prol da melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos cooperados, a administração coletiva e as ações na área da educação, como a construção de escolas e a alfabetização dos trabalhadores.

De maneira geral, as cooperativas no Brasil exercem funções de comercialização (atuando ou não no armazenamento e transporte das mercadorias agrícolas), de industrialização, de crédito ou de apoio à produção, fornecendo insumos, equipamentos e assistência técnica. A maioria das cooperativas brasileiras pauta sua atuação em atividades agrícolas individuais, aspecto típico dos países capitalistas. Sublinha-se que o cooperativismo agrícola é o mais usual no Brasil e no mundo (LIEBHARDT, 1982). De acordo com Shaffer (1999), destacam-se no Brasil as cooperativas agrícolas, de consumo, de habitação, de trabalho e produção, financeiras, entre outras.

### **7.2.1 – As Cooperativas Brasileiras durante a Ditadura Militar (1964-1985)**

Por intermédio do IBC, doravante o decênio de 1960, o governo brasileiro forneceu investimentos para a fundação e o crescimento de cooperativas privadas. O regime ditatorial firmou parcerias com algumas cooperativas atuantes nos municípios sul-mineiros, providenciando apoio logístico, trabalhista e financeiro para o melhoramento da infraestrutura física destas empresas, com o intuito de fomentar a cafeicultura na região (COULIS, 2011).

Assim sendo, apesar da profunda intervenção estatal no setor agrícola entre os decênios de 1950 e 1970, pode-se dizer que o Estado forneceu o aporte que possibilitou o grande desenvolvimento das cooperativas particulares a partir dos anos 1990.

Na década de 1970, o governo militar, por intermédio da lei nº. 5.764, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade responsável pela administração do setor cooperativista brasileiro. O órgão possuía o respaldo das Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs), filiais criadas em todas as unidades federativas do país. A OCB almejava o rompimento com os ideais do Movimento de Rochdale e a disseminação do cooperativismo de caráter empresarial. Para atingir suas metas, concentrava seus esforços em ações que intentavam o aumento da produtividade e da eficiência no processo produtivo. Numa ótica racionalista, concebia os cooperados como empresários e defendia a neutralidade política, opondo-se às diretrizes das cooperativas inspiradas nas orientações dos pioneiros de Rochdale. Em 1976, o Estado brasileiro fundou o 1º Programa Nacional de Cooperativismo (Pronacoop), cujos objetivos eram semelhantes aos da OCB, pois visava racionalizar o cooperativismo, ampliar sua produtividade e o número de associados (BRASIL, 1971; FULANETI, 2008; CORADINI, 2009).

Com a fundação da OCB, a legislação referente às cooperativas no Brasil priorizou os grandes proprietários, favorecendo a agricultura voltada à exportação e a reprodução das relações capitalistas no campo. Desta maneira, a entidade exercia função ideológica, pois praticamente não alterava as precárias condições de vida e de trabalho dos pequenos agricultores. Ademais, as cooperativas de caráter capitalista promovem a alienação do trabalho, pois os trabalhadores desconhecem a totalidade do processo produtivo (RIOS, 1989; SCOPINHO, 2007). Durante o período ditatorial, as cooperativas ambicionaram o aumento da produtividade agrícola, fornecendo insumos e infraestrutura para que os agricultores ampliassem a produção em seus estabelecimentos. Neste cenário, a filiação de muitos agricultores familiares à OCB consolidou sua submissão ao setor agroindustrial e a integração da agricultura familiar ao mercado (BRUNO, 2016).

### **7.2.2 – As Cooperativas de Produção Agropecuária Criadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**

Para a compreensão das atividades exercidas recentemente pelas cooperativas em território brasileiro, é necessário perpassar pelas principais características das cooperativas

soviéticas e cubanas, cuja influência sobre o movimento cooperativista brasileiro na segunda metade do século XX é notável, especialmente no que concerne às cooperativas de produção agropecuária (CPAs) fundadas pelo MST, as quais exerceram uma intensa oposição em relação ao cooperativismo do período ditatorial.

A Revolução Bolchevique, liderada por Lênin, extinguiu a propriedade privada da terra na Rússia e criou formas de produção coletiva, como as comunas, nas quais todos os meios de produção eram coletivizados. Com a morte de Lênin e a ascensão ao poder de Stalin, iniciou-se o processo de coletivização forçada a partir do ano de 1929, cujo objetivo era o cumprimento das metas dos planos quinquenais, os quais estipularam elevados índices de produtividade (REIS FILHO, 2007).

Desde o início do século XX, houve grande crescimento da quantidade de cooperativas na Rússia, consequência da significativa demanda por mecanismos sociais de proteção ao pequeno produtor e ao consumidor perante o mercado (CHAYANOV, 1991; 2014). A respeito do tema, Chayanov (2014) afirma que as cooperativas constituíam uma maneira de socializar o trabalho e ampliar o controle dos trabalhadores sobre a produção e a comercialização. Ademais, o autor considerava a cooperação como uma alternativa ao campesinato para a venda de mercadorias.

Com o objetivo de coletivizar o trabalho e a produção, os camponeses foram obrigados a aderir às cooperativas de produção agropecuária soviéticas, denominadas *kolkozés*, pois Stalin acreditava que o trabalho coletivo promoveria maiores acréscimos à produção agropecuária nacional. Em 1946, Stalin ordenou que aproximadamente catorze milhões de hectares de terras fossem devolvidos ao controle estatal e integrados aos *kolkozés*. Os camponeses que não cumpriram a recomendação estatal sofreram diversas restrições e punições, as quais resultaram em milhões de óbitos, sobretudo decorrentes das situações de fome e de miséria (OLIVEIRA, 2007; REIS FILHO, 2007; THOMAZ, 2010). No tocante ao assunto, Chayanov (1974; 2014) teceu ásperas críticas à coletivização forçada nas comunas soviéticas, a qual, em sua concepção, minorava a autonomia dos camponeses.

As principais deliberações dos *kolkozés* eram estabelecidas nas assembleias gerais e almejavam a racionalização da produção para o aumento da produtividade. Seus integrantes recebiam gratuitamente pedaços de terra, nos quais deveriam produzir durante toda a vida. Como estratégia para ampliar a produtividade, cada seção de trabalho possuía liberdade financeira. Destarte, conforme a produção era ampliada, também havia o aumento dos rendimentos dos camponeses integrantes de determinada seção. Outros países como Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e a antiga Iugoslávia também aderiram a

modelos de cooperativa semelhantes aos *kolkozés* soviéticos durante a Guerra Fria. Algumas de suas principais características, como a divisão entre produção agrícola e pecuária, a busca pela autonomia dos setores das cooperativas e pela ampliação da produtividade, a administração da infraestrutura e a divisão da aplicação do excedente entre novos investimentos produtivos e a repartição entre os cooperados, foram empregadas em diversas CPAs, inclusive as brasileiras (REIS FILHO, 2007; THOMAZ, 2010).

Cuba também promoveu a coletivização da agricultura a partir do final do decênio de 1950, principalmente através da criação de cooperativas e empresas estatais. As CPAs cubanas almejavam desenvolver a agricultura local, sobretudo por intermédio do uso de insumos urbano-industriais oriundos da Revolução Verde, como máquinas agrícolas e fertilizantes químicos. Neste cenário, o governo cubano articulou alguns pactos para que os camponeses se associassem às cooperativas. Dentre as vantagens oferecidas aos camponeses, pode-se salientar o acesso ao crédito, o direito à aposentadoria, a permissão da construção de moradias e o ressarcimento pela entrega das terras às cooperativas. Os planejamentos das CPAs cubanas foram acompanhados pelo Estado, o qual através da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP) determinava qual seria o destino da produção – autoconsumo, venda ao Estado ou comercialização nos mercados agrícolas - e o percentual direcionado a cada uma dessas alternativas. Doravante o decênio de 1980, houve queda na produtividade das CPAs cubanas, incidindo na redução do número de CPAs em território cubano, bem como na fusão de algumas (THOMAZ, 2010).

Assim sendo, observa-se que as cooperativas cubanas são amplamente submissas ao poder estatal, o qual controla tanto sua produção, quanto a comercialização dos víveres produzidos. Muitas das características das CPAs cubanas foram utilizadas como modelo para as CPAs criadas pelo MST, as quais herdaram do modelo cubano a organização da infraestrutura e a ênfase em uma atividade principal, com outras ocupações de menor importância (THOMAZ, 2010).

No Brasil, o Plano Nacional do MST, vigente entre 1989 e 1993, previa a constituição do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), instituído entre os anos de 1989 e 1992. Um de seus principais objetivos era que o cooperativismo atingisse todos os assentados, não somente os integrantes das CPAs. Além disso, almejava auxiliar e fomentar as formas de cooperação produtivas (cujo foco é a produção) e não produtivas (as quais se baseiam em atividades do setor terciário, sobretudo a prestação de serviços, como a comercialização dos gêneros produzidos). Ao SCA caberia a formação técnica dos assentados, enquanto que a luta e a organização políticas seriam uma incumbência do MST. O SCA fundou diversas

Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPSs), com o intuito de melhorar as condições de vida dos assentados, mas também de assegurar o aumento da produtividade, a fundação de indústrias e agroindústrias, o acesso ao capital e às tecnologias. Ademais, também desejava difundir os valores socialistas, a luta política e a oposição ao capitalismo (CONCRAB, 1999; SCOPINHO, 2007).

Segundo Carvalho (1999), o SCA e o Plano Nacional do MST criticaram, com uma análise incipiente e insatisfatória, os processos de cooperação anteriores a 1989, uma vez que não se dedicaram ao estudo sobre seus aspectos políticos, econômicos e antropológicos. Em função disso, decidiram que mudanças eram necessárias no modelo cooperativista adotado. Destarte, houve uma transformação no paradigma de cooperação do movimento, reverberando em expressivas modificações no perfil, na atuação e na organização de suas cooperativas, as quais, até o ano de 1989, eram constituídas de maneira mais espontânea, principalmente através de comunidades eclesiais de base (CEBs), sindicatos rurais e associações espontâneas. Neste cenário, a maioria das cooperativas era de pequeno porte, com parca politização de seus membros.

Em seus documentos, o SCA preconizava a pluralidade de formas cooperativas no MST. No entanto, tal propósito não foi alcançado, pois as cooperativas dos assentados adquiriram acentuado cunho técnico, privando-se de seu conteúdo político. Com a ênfase conferida às CPAs e às CPSs, as demais formas de cooperação conhecidas pelos camponeses foram preteridas pelo MST. Além disso, as CPAs e as CPSs ficaram praticamente restritas ao aspecto econômico, em detrimento de sua dimensão político-ideológica. O direcionamento das ações à administração, à eficiência e às finanças das cooperativas prejudicou a formação política e ideológica dos cooperados (CARVALHO, 1999). A atuação e a organização das CPAs e CPSs apresentam um contrassenso, pois a despeito do caráter político de oposição ao capitalismo, as cooperativas do MST estão profundamente inseridas no mercado e em algumas relações capitalistas de produção. Com efeito, tal conjuntura enfraquece a coesão do movimento e sua luta política (CONCRAB, 1999).

Desta maneira, pode-se dizer que o SCA concentrou suas atividades no sistema de cooperativas, olvidando-se da cooperação. Neste âmbito, é importante salientar a diferença entre os vocábulos, uma vez que a cooperação é um princípio associado aos grupos camponeses e ao modo de produção socialista, enquanto a cooperativa pode ter várias feições, como o capitalista, predominante na maioria das cooperativas do século XXI. Carvalho (1999) explica que o SCA defendeu a indissociabilidade entre cooperativas e cooperação.

Entretanto, a experiência prática refutou sua tese, uma vez que a gênese das cooperativas não resultou na coletivização que o movimento desejava, pois muitos assentados preferiram o trabalho individual. Assim, a fundação e a organização das CPAs desconsideraram importantes aspectos sociais, históricos e antropológicos dos grupos que as constituem.

De acordo com Fabrini (2000), Marconi e Santos (2016) e Cattelan e Moraes (2018), o MST defende a instalação de cooperativas agrícolas em todos os seus assentamentos como modo de transformar a sociedade. Entre seus objetivos estão o fortalecimento das lutas camponesas e a reforma agrária. A autonomia das cooperativas vinculadas ao MST é assegurada pelo seu objetivo político, isto é, pelo caráter revolucionário do movimento. Neste sentido, as cooperativas dos assentados constituem uma oposição política em relação ao modo de produção capitalista. Destarte, são dotadas de conteúdo político-ideológico. No tocante ao aspecto econômico, tal contraposição não existe, uma vez que as CPAs estão inseridas no mercado, porque comercializam o excedente e utilizam insumos urbano-industriais na produção. Além disso, facilitam o acesso ao crédito para a aquisição de insumos produtivos. Assim, há uma contradição entre a postura econômica adotada e a luta política das cooperativas do MST, pois ao passo que possuem um caráter econômico empresarial, também efetivam diversas ações visando a reforma agrária e contestando o modo de produção capitalista.

As CPAs criadas pelo MST tentam a integração dos agricultores associados aos mercados capitalistas, baseando seu processo produtivo na racionalidade técnica com o intuito de aumentar a produtividade. Para majorar sua eficiência econômica, promovem a especialização do trabalho e da produção, diminuem os custos de produção e investem em capital constante e variável para a ampliação de sua competitividade no mercado. Assim sendo, em âmbito econômico, não se opõem ao capitalismo, mas desejam participar intensamente de seus mercados (FABRINI, 2000; MARCONI; SANTOS, 2016).

Em contrapartida, na esfera política, proporcionam a realização de diversas lutas e manifestações, além de propiciarem a discussão sobre diversos assuntos, como trabalho, política, educação e cultura. Também promovem a constituição de lideranças políticas e estabelecem associações com vários outros movimentos, sindicatos e entidades trabalhistas. Destarte, efetivam uma luta política revolucionária em prol do socialismo e contra a perpetuação de práticas capitalistas de trabalho e de produção no campo, buscando a diminuição da desigualdade de renda, da concentração fundiária, da violência e das diversas formas de opressão sofridas por mulheres e homens (FABRINI, 2000; MARCONI; SANTOS, 2016).

Nas CPAs, há a socialização dos meios de produção, os quais são coletivos. Os rendimentos obtidos com a comercialização da produção são, em sua maioria, direcionados à aquisição de insumos empregados na produção. Consequentemente, as receitas raramente são destinadas à compra de bens de consumo para as famílias. Desta maneira, as cooperativas mecanizam a produção e aplicam tecnologias agrícolas com o intuito de ampliar a produtividade. Ademais, a produção agrícola é volvida ao autoconsumo, enquanto o excedente é comercializado nos mercados agrícolas. As CPAs são respaldadas pela legislação cooperativista brasileira, pois são oficialmente registradas como empresas de caráter cooperativo. Assim, asseguram alguns importantes direitos trabalhistas aos cooperados (FABRINI, 2000; SCOPINHO, 2007; THOMAZ, 2010).

A associação de algumas CPAs com grandes indústrias e agroindústrias propiciou o aperfeiçoamento da formação técnica de seus assentados. Desta maneira, as CPAs ampliaram expressivamente seus rendimentos e melhoraram a qualidade de vida dos cooperados. Apesar do enfoque conferido à produção coletiva e cooperativa, as CPAs também fornecem auxílio à produção individual dos assentados (CONCRAB, 1999).

Em pleno ano de 1995, um documento da CONCRAB (1995) já elencava alguns dos principais empecilhos ao êxito das CPAs implantadas pelo MST. Dentre os problemas enfrentados pelas CPAs, a entidade destacou a ausência de planejamento, a baixa qualificação técnica dos trabalhadores para a produção e para a administração nas/das cooperativas, o ineficiente controle financeiro da produção, a falta de assessoria aos cooperados, a escassez de normas regulatórias do trabalho e da produção, a carência de recursos financeiros e a fragilidade da formação política dos cooperados.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi um órgão fundado em 1992 para unificar algumas cooperativas centrais do MST e diversas cooperativas de base do movimento. Sua gênese corrobora o desejo do MST de centralizar os esforços cooperativos, especialmente através da criação das cooperativas centrais, as quais deveriam fornecer assistência técnica às CPAs, auxiliando no planejamento do processo produtivo. Para a CONCRAB, as cooperativas dos assentados deveriam promover melhorias nas forças produtivas. Para a concretização deste objetivo, intentava a mecanização das atividades agropecuárias, o emprego das tecnologias existentes para a ampliação da produtividade e a racionalização dos recursos naturais e das forças produtivas (CONCRAB, 1999; FABRINI, 2000; THOMAZ, 2010).

Fabrini (2000) disserta que com a instauração da CONCRAB, as cooperativas do MST abandonaram a contestação à produção e ao mercado capitalistas, direcionando suas ações à



integração na economia capitalista de mercado. Doravante a fundação da CONCRAB, a viabilidade econômica das cooperativas se tornou seu principal objetivo, com ênfase conferida às ações que oportunizassem a ampliação da produtividade e das receitas dos assentados. Assim sendo, características elementares do movimento, como a luta camponesa e a defesa da reforma agrária e do socialismo, foram gradativamente relegadas.

O MST considera a integração entre produção agrícola e indústria um dos caminhos para o aumento da competitividade dos gêneros produzidos pelos assentados. Os lucros obtidos com a venda dos víveres são apropriados pelos próprios trabalhadores das cooperativas, distinguindo-se dos complexos agroindustriais, nos quais os lucros auferidos são apossados pelos proprietários, enquanto os trabalhadores assalariados têm sua mais-valia diariamente explorada (FABRINI, 2000; SCOPINHO, 2007).

Fabrini (2000) e Cattelan e Moraes (2018) afirmam que a maioria dos assentados do MST desenvolve produção individual, pois muitos possuem certa aversão à produção coletiva e cooperativa. Em alguns casos, há a conciliação entre trabalho coletivo e individual nas cooperativas fundadas pelo movimento. Neste sentido, muitos assentados optam pela não adesão às cooperativas, devido ao temor da perda de sua autonomia, a qual constitui uma das características marcantes dos grupos camponeses (CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 1996; JOLLIVET, 1998; LEFEBVRE, 2011). Além disso, a resistência dos assentados às cooperativas se deve ao fracasso da maioria das cooperativas tradicionais num passado não muito distante (FABRINI, 2000).

A respeito do tema, Kautsky (1980) acreditava que com o êxito das cooperativas socialistas, os camponeses perderiam o receio da associação em cooperativas agrícolas. No entanto, em virtude de diversos processos, como o fracasso das comunas na União Soviética e a predominância de cooperativas de caráter capitalista nos tempos hodiernos, a tese kautskista não pôde ser confirmada, tampouco refutada.

A predominância da produção individual entre os assentados não condiz com o pensamento político do movimento, pois o MST preconiza o combate à produção individual nos assentamentos, pois a considera uma característica capitalista. Apesar de algumas cooperativas se caracterizarem pela produção diversificada, outras priorizaram uma produção especializada, distanciando-se da policultura, qualidade peculiar do campesinato (FABRINI, 2000).

Marx (1983; 2006) afirma que os grandes proprietários são beneficiados na concorrência frente aos pequenos, pois podem aguardar o melhor momento de mercado para venderem suas mercadorias. Ademais, também adquirem os insumos empregados na

produção por um preço menor, uma vez que compram em maiores quantidades. Atentando-se à situação exposta, Fabrini (2000) e Cattelan e Moraes (2018) advogam que a cooperação agrícola efetivada pelos assentados do MST é uma alternativa eficaz para a ampliação da competitividade dos pequenos produtores ante a concorrência capitalista, sobretudo da agricultura patronal e dos oligopólios internacionais do setor agropecuário, visto que reduz os preços venais dos gêneros agrícolas por eles produzidos. Ao melhorar as condições de concorrência de seus cooperados, o MST promove sua inserção no mercado.

Conforme explicam Liebhardt (1982) e Oliveira (2016), com a financeirização da economia mundial, há uma expressiva mutação dos objetivos e das ações das cooperativas, as quais foram apropriadas pela lógica capitalista de produção. Acerca do assunto, Kautsky (1980) já advertia sobre os riscos da associação entre capitalismo e cooperativismo. Em seus dizeres:

Os operários de uma fábrica de açúcar de uma destilaria, de uma leiteria, de uma fábrica de conservas, de uma cooperativa de biscoitos, não são os cooperadores, mas operários assalariados, empregados e explorados por eles. A vantagem que os agricultores obtêm com as cooperativas reside, independentemente das economias feitas nas despesas de transporte e de comércio, na entrada do lucro do capital. A cooperativa de produção agrícola dessa espécie e não tem havido outras até agora - constitui um degrau para o capitalismo e não para o socialismo (KAUTSKY, 1980, p. 158).

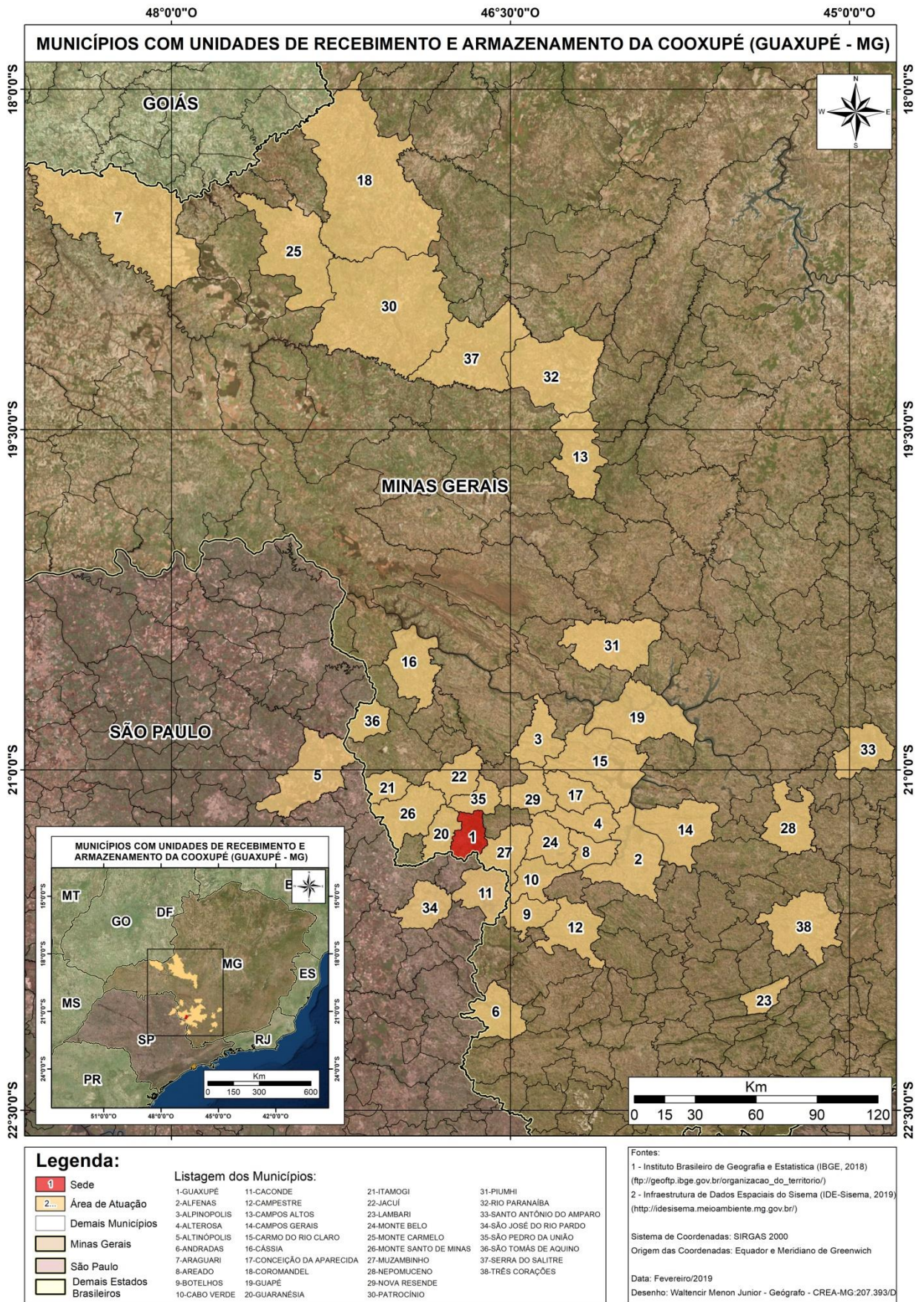
### **7.3 – A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) e sua Instalação em Nepomuceno-MG**

Atualmente, a maioria das cooperativas no Brasil possui atuação local ou regional, sendo raras as que têm maior abrangência. A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) é uma destas exceções, pois surgiu como uma pequena cooperativa regional, tornando-se a maior exportadora nacional de café verde, marcando presença nas principais áreas produtoras e exportadoras do Brasil (ROLLO, 2009; COULIS, 2011; FREDERICO, 2014b; OLIVEIRA, 2016). Acerca da liderança da Cooxupé entre as exportadoras brasileiras da rubiácea, Mergulhão (2017, p. 62) narra que:

A adesão da Cooxupé ao Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), um programa federal que garante preço mínimo ao produtor quando as cotações do grão estão abaixo do custo, e os créditos de PIS/COFINS na exportação podem ter contribuído para este resultado.

Fundada no ano de 1932, a Cooxupé foi uma cooperativa de crédito agrícola até 1957. Doravante, tornou-se cooperativa de cafeicultores, contabilizando aproximadamente 14 mil

cooperados em 2017, distribuídos em mais de 200 municípios espalhados pelas unidades federativas de Minas Gerais e São Paulo. Possui unidades locais em 38 municípios (Figura 06) e mais de 80% de seus associados são pequenos cafeicultores vinculados à agricultura familiar (COOXUPÉ, 2018). A cooperativa dispõe de uma ampla e moderna estrutura de armazenamento dos grãos e tem uma unidade de armazenagem exclusiva para a *Starbucks*, multinacional que comanda a maior cadeia de cafeterias do mundo, com mais de 21 mil lojas varejistas distribuídas em 66 países (ROLLO, 2009; CARVALHO, 2013; FREDERICO; BARONE, 2015; IBGE, 2016b).



**FIGURA 06: Municípios com Unidades da Cooxupé em 2018**

É importante salientar que em diversos momentos a Cooxupé foi apoiada pelo Estado brasileiro, o qual lhe forneceu diversos incentivos. Em 1967, funcionários do IBC trabalhavam para a Cooxupé numa parceria que almejava auxiliar os cafeicultores, sobretudo no estado de Minas Gerais. Por alguns anos, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)<sup>23</sup> financiou parte da infraestrutura de armazenamento e de processamento desta empresa (SOUZA, 2006; COULIS, 2011; OLIVEIRA, 2016), a qual, no ano de 2017, ocupava o posto de sétima maior cooperativa do Brasil e era uma das 35 maiores empresas de agronegócio do país (FORBES BRASIL, 2018).

Broggio et al. (1999) destacam a importância do papel exercido pelas cooperativas cafeeiras no sul de Minas nos últimos anos, dando ênfase ao caso da Cooxupé. De acordo com Coulis (2011), a cooperativa apresentou notável crescimento no decênio de 1990, mas vivenciou seu esplendor a partir da década de 2000, quando se tornou a maior cooperativa cafeeira do planeta, em virtude da expressiva ampliação do número de filiados e do aumento de suas exportações.

A filial da Cooxupé foi instalada em território nepomucenense no mês de agosto de 2015. À época, havia apenas 16 cooperados no município. Já em setembro de 2017, a cooperativa possuía 196 associados em Nepomuceno. A instalação da unidade no município foi uma das medidas do rol de ações efetivadas no plano de expansão da empresa. Neste contexto, alguns produtores nepomucenenses solicitaram a vinda da Cooxupé para o município, sobretudo para atuação na cafeicultura local. Dentre as cinco filiais fundadas pela Cooxupé em 2015, a unidade de Nepomuceno vem apresentando os melhores resultados até o momento (COOXUPÉ, 2018).

O custo mínimo para associação na cooperativa é de R\$ 550, 00 (quinhentos e cinquenta reais). Os associados da Cooxupé conseguem bônus e descontos na aquisição de insumos, como praguicidas, sementes transgênicas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas, e desfrutam da possibilidade do pagamento parcelado, benefícios não concedidos aos não cooperados. A cooperativa também assegura a liquidez diária na comercialização da rubiácea, isto é, o cafeicultor consegue vender seu café a qualquer momento (COOXUPÉ, 2018). Tal característica condiz com a produção *just in time*, na qual o consumo e a venda são marcados pela instantaneidade. Com o advento do pós-fordismo e a flexibilização do trabalho,

---

<sup>23</sup> A partir do decênio de 1990, o BDMG realizou diversos investimentos que beneficiaram as cooperativas em Minas Gerais, com destaque para a Cooxupé (COULIS, 2011). Em 27 de julho de 2012, a Lei Estadual nº. 20.313 instituiu o Fundo Estadual de Café (Fecafé), administrado pelo BDMG em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), cujo objetivo é dar suporte financeiro à cadeia produtiva cafeeira na unidade federativa (MINAS GERAIS, 2012). O Fecafé financiou R\$ 100.000.000,00 para o setor cafeeiro do estado entre 2013 e 2014, e uma das empresas beneficiadas foi a Cooxupé (OLIVEIRA, 2016).

do consumo, do mercado e da produção, houve a aceleração do tempo de giro da produção e do consumo, aumentando a fluidez das mercadorias e possibilitando sua compra e venda de forma instantânea (HARVEY, 2005).

Os cooperados também têm uma participação nos lucros da empresa. Outras vantagens oferecidas aos associados são: a segurança no armazenamento dos grãos, a assistência técnica gratuita, a possibilidade de negociações virtuais, as premiações para os cafés certificados, as análises pedológicas e foliares efetuadas em laboratórios especializados, os convênios e programas de capacitação técnica e profissional, as linhas de crédito ofertadas e o recolhimento de embalagens vazias (COOXUPÉ, 2018).

Atualmente a cooperativa adquire apenas café e milho, pois preferiu reduzir o número de gêneros aos quais dedicava seus esforços, com o intuito de centralizar suas ações apenas nos produtos que proporcionavam maior lucratividade. O preço pago pela saca de café é baseado na cotação da rubiácea na Bolsa de Mercados Futuros de Nova York, subtraindo-se o custo da cooperativa, o qual se refere ao gasto com beneficiamento e transporte da mercadoria e atinge até 20% do valor total da saca. Toda a produção das filiais das cooperativas é direcionada para o município de Guaxupé, onde é realizado o beneficiamento dos grãos. Posteriormente, a Cooxupé revende o café de seus cooperados para empresas torrefadoras e exporta para todos os estados brasileiros e para diversos países<sup>24</sup>.

Enquanto a fundação das primeiras cooperativas constituiu uma oposição do proletariado frente ao liberalismo econômico e à exploração de sua mão de obra nas indústrias capitalistas, a Cooxupé está imersa na lógica capitalista de produção. Com a intensificação do processo de globalização, sua produção se inseriu na cafeicultura científica globalizada em razão de seu estreito vínculo com corporações transnacionais e multinacionais, da especialização da produção, do uso da tecnologia da informação em todas as etapas do processo produtivo, entre outras características. Deste modo, a atuação da empresa corresponde a um desvirtuamento do sentido original das cooperativas, pois suas ações dão prioridade à exportação de *commodities* e à ampliação da produtividade e dos lucros. Ademais, não há políticas sociais efetivas voltadas aos cooperados, uma vez que, apesar do fornecimento de infraestrutura para a agropecuária, a Cooxupé cobra taxas dos agricultores filiados para armazenar e exportar sua produção, e os gêneros cultivados pelos associados são

---

<sup>24</sup> De acordo com informações fornecidas durante as entrevistas semiestruturadas, nos anos de 2016, 2017 e 2018, a Cooxupé exportou café para cinco continentes, abrangendo os seguintes países: Venezuela, Argentina, Chile, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, Itália, França, Irlanda, Islândia, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Noruega, Suécia, Polônia, Romênia, Turquia, Grécia, Bélgica, Eslovênia, Holanda, Macedônia, Israel, Líbano, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Rússia, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Vietnã, Malásia, Indonésia, Taiwan e Austrália (COOXUPÉ, 2018).

adquiridos com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, o que aumenta a variabilidade de seus preços, prejudicando os produtores.

A qualidade do café também é avaliada conforme os parâmetros internacionais da Bolsa de Nova York. Assim, o preço pago pela saca varia de maneira inversamente proporcional à quantidade de defeitos encontrados. Além disso, a cooperativa garante gratuitamente o seguro da produção de seus associados durante todo o processo de transporte. No tocante à lavoura, a empresa intermedeia o seguro para os cooperados através do convênio com várias seguradoras.

O produtor de cafés especiais associado à Cooxupé tem sua produção direcionada à SMC – Comercial e Exportadora de Café S/A, sediada em Guaxupé, a qual adquire, beneficia e distribui os cafés especiais. A SMC comercializa cafés de elevada qualidade, como os certificados, finos, sustentáveis e varietais<sup>25</sup>. Neste âmbito, a empresa possui convênio com algumas entidades certificadoras internacionais, como a *Rainforest Alliance*, a *Global Coffee Platform*, a *Coffee and Farmer Equity Practices* e a *Utz Certified*, as quais atestam a qualidade da rubiácea comercializada, legitimando-a perante os importadores (COOXUPÉ, 2018). A atuação das certificadoras em território nacional é relativamente recente, pois a maioria delas foi fundada nos decênios de 1990 e 2000.

Neste panorama, mais de 80% dos cafés especiais produzidos em território brasileiro no ano de 2018 foram exportados (CECAFÉ, 2019). Barone (2017) disserta que a rubiácea recebe essa designação quando apresenta características materiais ou imateriais específicas que atendam a determinados interesses dos consumidores e do mercado. Embora sua definição ainda não seja consensual entre os especialistas da área, os cafés especiais apresentam qualidade diferenciada em relação aos demais, em virtude de suas características sensoriais – como aroma, sabor, doçura, corpo e acidez – e do menor número de defeitos. Em geral, para se considerar um café como especial, tem-se adotado a Metodologia de Avaliação Sensorial criada pela associação *Specialty Coffee Association*, na qual os cafés especiais precisam alcançar no mínimo 80 pontos de 100 possíveis na escala de pontuação. No tocante ao assunto, Mergulhão (2017) afirma que o consumo de cafés finos ou com características singulares teve grande crescimento em território brasileiro entre os anos de 2008 e 2012.

Com a instalação de um escritório da Cooxupé no município de Nepomuceno em 2015, foi ampliada a concorrência frente às cooperativas regionais que atuavam em terras

---

<sup>25</sup> Os cafés varietais são produzidos com apenas uma variedade da rubiácea. Destarte, nos processos de colheita, transporte e processamento, seus grãos não são misturados com outras variedades. Assim, não experimentam nenhum contato com plantas híbridas, assegurando sua alta qualidade e características sensoriais ímpares.

nepomucenenses, como a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) e a Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas). Dentre as vantagens oferecidas pela empresa, os agricultores municipais destacaram o valor monetário pago pela saca e a compra imediata do grão. Neste âmbito, muitos entrevistados relataram que as outras cooperativas esperavam um momento de redução do preço do café na Bolsa de Mercados de Futuros para adquiri-lo. De modo diferente, a Cooxupé compra o grão no momento em que o produtor o leva para a cooperativa, independente da situação da rubiácea no mercado mundial. Devido ao expressivo aumento no número de cooperados em Nepomuceno, é possível que, daqui a alguns anos, a Cooxupé supere a concorrência das outras cooperativas atuantes no município e consiga monopolizar a cafeicultura em âmbito local.

Em função do crescimento da concorrência e da absorção de parcela da produção cafeeira nepomucenense pela Cooxupé, a Cocatrel e a Capebe aumentaram, a partir de 2016, o preço pago pela saca de café no município. Segundo a EMATER-MG (2019), esse acréscimo resultou principalmente da maior valorização dada, no processo de avaliação da qualidade – o qual abrange parâmetros como a bebida e o número de defeitos por saca, ao café produzido pelos agricultores associados do município. Assim, o aumento da concorrência entre as cooperativas beneficiou, em certa medida, os cafeicultores em Nepomuceno.

A Cooxupé exporta diretamente o café de seus cooperados, enquanto a Capebe e a Cocatrel vendem a rubiácea produzida pelos associados para empresas exportadoras. Desta maneira, além da influência da cotação nas Bolsas de Valores e nas Bolsas de Mercados de Futuros, a oscilação dos preços pagos pelas empresas exportadoras interfere diretamente na quantia paga pela Cocatrel e pela Capebe aos cafeicultores pela saca de café. Em contrapartida, como a Cooxupé não necessita de intermediários para exportar a rubiácea de seus associados, variações nos custos de transporte e de beneficiamento reverberam diretamente na alteração dos preços pagos aos produtores. Mais de 100 cafeicultores nepomucenenses vinculados a outras cooperativas optaram por mudança e se filiaram a Cooxupé, especialmente em virtude do preço pago pela saca de café, o qual, na maioria das vezes, é maior que o oferecido pela concorrência. Além disso, segundo os gestores entrevistados, a cooperativa ofereceu, no ano de 2017, crédito rural com os menores juros do mercado, inferiores a 8% anuais (COOXUPÉ, 2018).



#### **7.4 – A Atuação da Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) no Município de Nepomuceno-MG**

Concorrente da Cooxupé em Nepomuceno e nos municípios vizinhos, a Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe) foi fundada em 1963, com o intuito de comercializar café, leite e seus derivados. Possui oito unidades e sua sede está localizada no município de Boa Esperança. Em 2017, possuía aproximadamente 9000 associados, com cerca de 800 cooperados na filial em Nepomuceno, cuja fundação ocorreu em fevereiro de 2005. A quantia paga pela associação à cooperativa é de R\$ 300,00 (trezentos reais). Atualmente, a cooperativa se dedica às culturas de café, milho, leite e soja (CAPEBE, 2018).

A Capebe garante ao cooperado o seguro gratuito de sua produção, abrangendo o transporte inicial, o armazenamento da safra e sua posterior distribuição. Quanto ao seguro relativo à lavoura, a cooperativa possui empresas conveniadas, as quais concedem um desconto ao associado, mas cobram uma taxa pela aquisição de seus serviços. De maneira oposta à Cooxupé, a Capebe não insere a análise química do solo e das folhas em seus laboratórios no rol dos serviços disponibilizados aos cooperados mediante a associação, os quais ganham apenas um abatimento no preço final do serviço (CAPEBE, 2018).

A empresa comercializa diversos insumos, como agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas), fertilizantes químicos, máquinas agrícolas, sementes transgênicas e hormônios vegetais e animais. De modo geral, os associados têm um pequeno desconto, inferior a 5%, na compra dos produtos negociados pela cooperativa. Com relação à assistência técnica, as visitas dos agrônomos da Capebe são gratuitas e ocorrem periodicamente. Em contrapartida, quando solicitam a ida de um médico veterinário à sua propriedade agrícola, os associados devem pagar uma taxa, calculada com base na distância em quilômetros percorrida pelo profissional durante o trajeto de ida e volta do estabelecimento rural (CAPEBE, 2018).

A Capebe possui profissionais responsáveis pela degustação e avaliação dos cafés produzidos pelos associados. Dentre suas funções, destacam-se a indicação de grãos que possam participar de concursos externos de qualidade e a análise das amostras recebidas. O café dos cooperados é classificado segundo vários critérios, como cor, aspecto, bebida, tipo, padrão e número de defeitos. Deste modo, o preço pago pela saca varia conforme a classificação realizada pela cooperativa e a cotação da rubiácea na Bolsa de Nova York. No rol dos valores e das filosofias da empresa, sobressaem-se o respeito ao meio ambiente, o trabalho ético, o comprometimento com os associados e a priorização no atendimento de suas necessidades, com foco na qualidade da assistência técnica prestada (CAPEBE, 2018).

No ano de 2017, a cooperativa obteve R\$ 383.941.629,00 de ingressos de receitas oriundas da exportação de mercadorias, tendo como carro-chefe a venda do café (SISTEMA OCEMG, 2018). O café produzido pelos associados da cooperativa é exportado para diversos países, dentre os quais se destacam: Alemanha, Itália, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, China, Rússia, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Neste sentido, a rubiácea dos cooperados é comercializada com empresas exportadoras, como a Terra Forte Importadora e Exportadora, a Três Corações Alimentos, a Stockler Comercial e Exportadora, a Mercon Brasil, a Tristão Companhia de Comércio Exterior, a Unicafé, a Sagrados Corações Indústria e Comércio de Alimentos, a Cofco Brasil e a Gardingo Trade.

A Capebe permite – mediante a assinatura de contrato com no mínimo um avalista (o qual precisa estar associado à cooperativa) – aos agricultores filiados a aquisição de insumos destinados à lavoura com o pagamento programado apenas para a próxima safra. Nesta circunstância, parte da produção é utilizada para a quitação da dívida no ano seguinte. Aproximadamente 95% do milho e da soja produzidos pelos seus cooperados são transgênicos. Já o percentual de cafés geneticamente modificados da cooperativa é inexpressivo diante do total produzido pelos associados (CAPEBE, 2018).

No que concerne à infraestrutura, dispõe de escritórios, lojas de insumos, uma boutique, um empório, uma casa de queijos e um posto de gasolina, comercializando um variado conjunto de mercadorias, sobretudo gêneros destinados à alimentação. Possui 10 armazéns de grandes dimensões, nos quais ocorrem a estocagem e o beneficiamento dos grãos para sua posterior distribuição. Neste âmbito, a cooperativa confere ênfase à produção de cafés finos, direcionando-os à exportação (CAPEBE, 2018).

Em pesquisa relativa à atuação da Cooxupé e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso) na agropecuária sul-mineira, Coulis (2011) demonstrou que estas cooperativas usam programas de bônus, brindes e promoções intentando a atração e a fidelidade dos cooperados. Ademais, mensalmente enviam revistas e/ou boletins informativos aos associados, os quais contemplam as principais ações efetuadas pela cooperativa, dicas sobre a produção, informações sobre a situação da cafeicultura nacional e mundial, entre outros dados. Na conjuntura nepomucenense, as principais cooperativas atuantes no município também utilizam tais estratégias para a conquista de mais associados.

Nesta esfera, a Capebe encaminha trimestralmente um jornal informativo para todos os cooperados. Além disso, realiza alguns eventos anuais de capacitação e confraternização para seus filiados. Dentre as cerimônias organizadas, destacam-se a Feira do Agronegócio e a Festa

da Família, realizadas anualmente em Boa Esperança, onde está localizada a sede da cooperativa, e o Encontro com os Associados, o qual ocorre em diversos municípios. Em Nepomuceno, esta solenidade acontece uma vez ao ano, geralmente em alguma das propriedades rurais dos cooperados. A participação nestes eventos, cujo caráter é festivo e informativo, é gratuita aos associados (CAPEBE, 2018).

### **7.5 – A Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e sua Atuação em Nepomuceno-MG**

De maneira semelhante à Capebe, a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) envia aos associados, gratuita e mensalmente, uma revista contendo as principais novidades relativas à cooperativa e informações sobre a cafeicultura em escala regional, nacional e mundial. Além disso, é uma das instituições organizadoras da EXPOCAFÉ, a maior feira relacionada à cafeicultura no Brasil, realizada anualmente no município de Três Pontas. O evento se dedica principalmente à transferência de tecnologias associadas ao setor cafeeiro. Através de uma parceria com a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul), a Cocatrel organiza, desde o ano de 2017, a Feira de Negócios Cocatrel/Minasul (FECOM), evento de entrada franca concretizado em todas as filiais de ambas as cooperativas (COCATREL, 2018).

A Cocatrel foi fundada em 1961 e sua filial em Nepomuceno foi inaugurada no ano de 1984. Atualmente, a empresa adquire café, milho, leite, sorgo e soja dos cooperados, embora já tenha trabalhado com girassol há alguns anos. Em 2017, a cooperativa possuía aproximadamente 5 mil associados em cerca de 90 municípios. Além disso, tinha unidades com armazéns e centros de vendas em oito municípios. A sede da empresa está localizada no município de Três Pontas. O preço de associação à cooperativa é de R\$ 1000, 00 (mil reais), quantia que pode ser parcelada em até três prestações sem juros. Caso o cooperado saia da cooperativa, há ressarcimento da quantia paga no momento da associação. Além disso, há a retenção de capital, pois por se tratar de uma cooperativa, o produtor filiado tem participação nos ganhos da empresa. No ano de 2018, a filial nepomucenense atendia agricultores de 42 municípios diferentes (COCATREL, 2018).

A cooperativa também cobra taxas pelas análises pedológicas e foliares solicitadas pelos cooperados. Segundo os gestores da empresa, os preços cobrados pelos procedimentos são inferiores aos do mercado. Apesar de a Cocatrel não fornecer seguro para a lavoura, a produção dos associados se encontra assegurada pela empresa durante todo o trajeto entre a

propriedade agrícola e os armazéns. A partir de 2016, a cooperativa começou a exportar café. Contudo, o percentual da rubiácea exportada diretamente é incipiente diante do total comercializado pela empresa (COCATREL, 2018).

A Cocatrel oferta inúmeros insumos aos seus associados, como equipamentos agrícolas, sementes geneticamente modificadas, hormônios animais, praguicidas e adubos químicos. Neste contexto, a cooperativa possui uma loja para venda de diversos produtos em Nepomuceno e providencia gratuitamente visitas técnicas de agrônomos aos cooperados, enquanto a assistência veterinária é cobrada de acordo com a quilometragem percorrida pelo veterinário no percurso de ida e volta até os estabelecimentos visitados. Dentre suas filosofias, pode-se destacar o foco na credibilidade da empresa e no bom relacionamento com os associados, a busca pela qualidade dos produtos comercializados e pela qualidade de vida da sociedade, a responsabilidade ambiental e social e a defesa do cooperativismo (COCATREL, 2018).

A cooperativa oferece a locação de máquinas e equipamentos agrícolas aos associados e possui uma oficina especializada no reparo do maquinário agrícola. A produção dos cooperados de todas as unidades da Cocatrel é transportada até o município de Três Pontas, onde é beneficiada e classificada. A maioria do café produzido é vendida para empresas exportadoras, como a *Louis Dreyfus Company*, a Comexim Ltda e a EISA Empresa Interagrícola S/A (COCATREL, 2018).

A Cocatrel adquire o café de seus associados com base na cotação da rubiácea na Bolsa de Mercados de Futuros de Nova York. Assim sendo, a cada dez defeitos, reduz-se um real no valor pago pela saca. Os concursos de qualidade do café são realizados anualmente. Os vencedores da competição ganham troféus e se beneficiam, pois sua produção é comercializada por altas cifras (COCATREL, 2018).

Nesta conjuntura, a produção de cafés especiais é inferior a 10% do total cultivado pelos cooperados em Nepomuceno. Além disso, destaca-se principalmente entre os grandes cafeicultores, os quais dispõem de maior quantidade de maquinário e capital para investirem em todo o processo produtivo. No entanto, a maioria dos produtores filiados à Cocatrel tem produção e rendimentos diminutos. Apesar de incentivar o ganho de qualidade dos gêneros cultivados pelos seus associados, a cooperativa não lida com cafés orgânicos (COCATREL, 2018).

A empresa comercializa diversos laticínios e cafés especiais para todo o país e possui laboratórios especializados para análises pedológicas e foliares. No entanto, é cobrada uma taxa aos associados para a realização de tais procedimentos. Os cafés especiais produzidos

pelos filiados são certificados por empresas nacionais e estrangeiras, como a Certifica Minas Café, a *Global Coffee Platform*, a *Rainforest Alliance* e a *Utz Certified* (COCATREL, 2018).

As relações de parentesco possuem suma importância na adesão dos agricultores nepomucenenses às cooperativas, pois de acordo com seus relatos e com as entrevistas dos gestores da Cooxupé, da Capebe e da Cocatrel, a fidelidade do cooperado é frequentemente assegurada pela associação de seus amigos e parentes, os quais efetuam uma propaganda oral das cooperativas aos conhecidos.

Sublinha-se que a Cocatrel e a Capebe atuam em áreas muito próximas, inclusive com municípios que possuem unidades de armazenamento e recebimento de ambas as cooperativas. Para ilustrar tal cenário, a figura 07 mostra a área de atuação da Capebe e da Cocatrel.

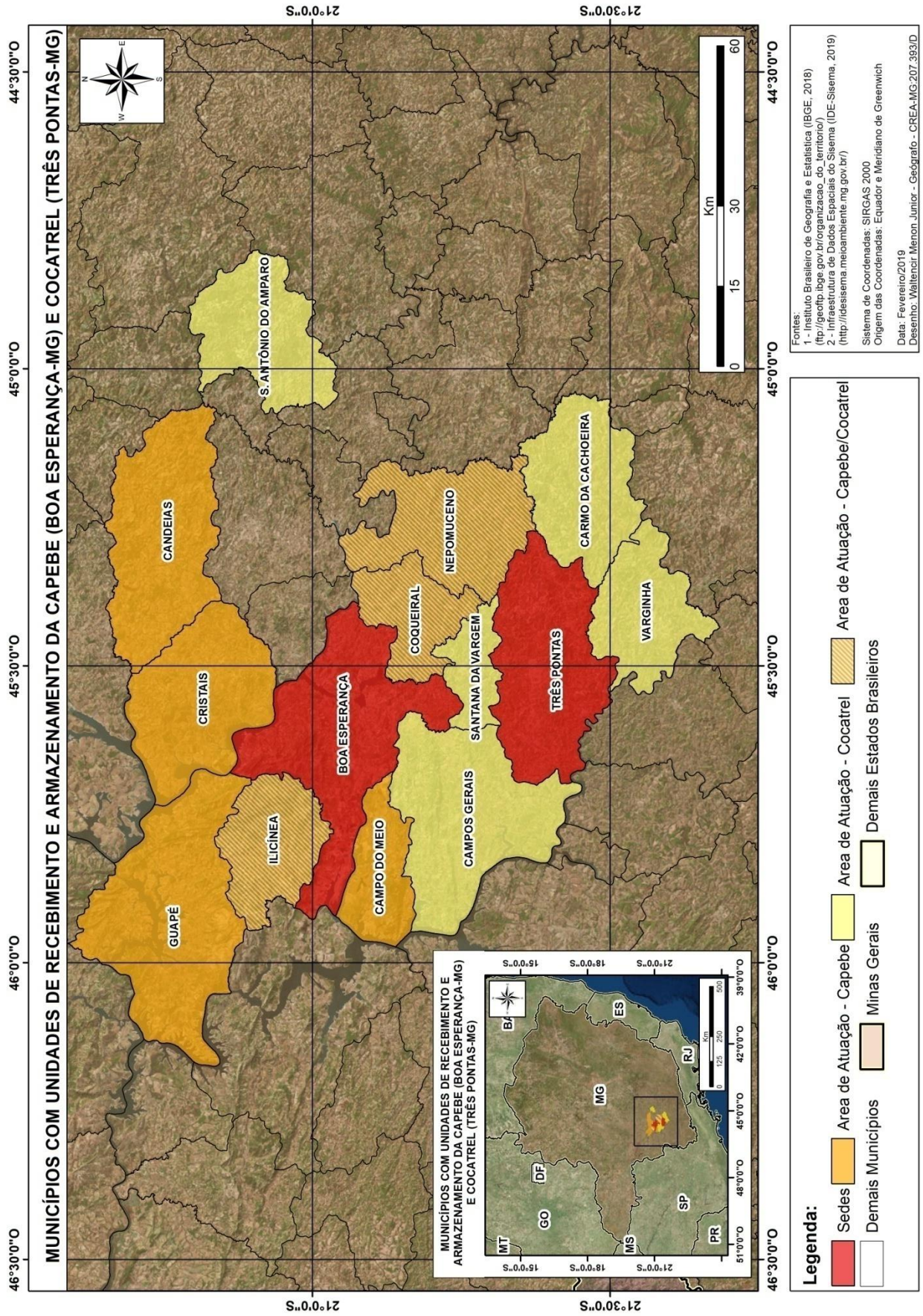


FIGURA 07: Municípios com Unidades da Capebe e da Cocatrel em 2018

## 7.6 – Cooperativas Agropecuárias e Modo de Produção Capitalista no Município de Nepomuceno-MG

O emprego da nomenclatura cooperativa para designar determinadas empresas, como a Capebe, a Cocatrel e a Cooxupé, carrega uma carga ideológica, pois transmite a ideia de cooperação e igualdade entre os produtores, algo que não as caracteriza. O uso da palavra cooperativa remete às primeiras cooperativas, como a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, cujo caráter de enfrentamento ao capital e de solidariedade entre os produtores não está presente nas empresas mencionadas.

Segundo Therborn (1991), a concepção mercantil do mundo consiste em uma das marcas ideológicas do capitalismo. As cooperativas operantes em Nepomuceno materializam essa visão social de mundo, uma vez que direcionam suas ações para o crescimento das exportações e a maximização dos lucros.

Para Therborn (1991), a dominação ideológica possui alguns mecanismos que promovem a submissão de alguns grupos populacionais. Um deles é o sentido de inevitabilidade, o qual gera a obediência pela crença de que não há alternativas porque as condições e os fatos dados são imutáveis. Assim sendo, provoca a atenuação das lutas sociais. No município de Nepomuceno, onde mais de 2/3 dos estabelecimentos agropecuários estão vinculados às cooperativas (IBGE, 2018a), os agricultores frequentemente consideram a associação a essas empresas como a única alternativa para a comercialização dos víveres cultivados.

Ademais, a dominação ideológica também acontece por meio do sentido de representação, no qual os dominados se sentem representados pelas classes dominantes, as quais agiriam em seu favor (THERBORN, 1991). Esse é o caso dos agricultores nepomucenenses que se sentem representados pelas cooperativas, as quais detêm vultosos capitais e subordinam a agropecuária municipal ao agronegócio, integrando os agricultores familiares ao mercado.

Na transição entre as décadas de 1980 e 1990, com a extinção do IBC e a desarticulação da infraestrutura produtiva cafeeira, o custo de produção da rubiácea teve considerável acréscimo, onerando especialmente os pequenos cafeicultores. Sem o apoio estatal, estes agricultores recorreram a instituições, como as cooperativas, as quais monopolizaram a comercialização de insumos agroquímicos no Brasil, sobretudo no sul de Minas Gerais, pois em virtude de seu expressivo capital, conseguem adquirir grandes estoques, ofertando produtos a baixos preços aos cooperados. Neste cenário, parcela

significativa do lucro das cooperativas, inclusive da Cooxupé, provém da venda de produtos químicos, como fertilizantes e praguicidas. A confiabilidade da mercadoria vendida por estas empresas e a possibilidade de troca do café por insumos asseguram a fidelidade dos agricultores (COULIS, 2011). Durante as entrevistas semiestruturadas realizadas, os gestores da Capebe e da Cocatrel em Nepomuceno confirmaram a possibilidade de o associado pagar os equipamentos e materiais adquiridos na cooperativa em sacas de café na próxima safra.

Entre os anos 1970 e 1980, os cafeicultores sul-mineiros procuraram assessoria técnica e crédito nas cooperativas e nos bancos para investirem na produção, majorando a produtividade cafeeira na região. Assim, a maioria dos pequenos agricultores da região absorveu estas ideias e efetivou a mecanização da produção e, sobretudo, da colheita. Apesar de o uso de equipamentos e máquinas agrícolas nas lavouras promover, em alguns casos, o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção, minora a demanda de mão de obra no campo, colaborando para o crescimento do desemprego rural (ROLLO, 2009; COULIS, 2011).

O IBC forneceu apoio às cooperativas, as quais prosperaram durante o período de existência do órgão e ampliaram seu papel na cafeicultura brasileira. Principalmente nos decênios de 1970 e 1980, a instituição adquiria os excedentes da produção cafeeira e fornecia crédito para que as cooperativas adquirissem adubos, inseticidas, entre outros insumos, para revenderem aos cooperados, contribuindo para seu desenvolvimento neste período. Com o término dos AICs e do IBC, as cooperativas aumentaram sua atuação no panorama cafeeiro nacional, conquistando a adesão de muitos agricultores. A partir dos anos 1990, incentivaram o plantio intensivo de café, com vasto uso de sementes transgênicas, pesticidas, máquinas agrícolas, entre outros elementos decorrentes da Revolução Verde (COULIS, 2011).

A partir do início do decênio de 2000, as cooperativas ganharam notoriedade no Brasil, abrangendo significativo percentual da produção e da comercialização agropecuária no país (CORADINI, 2009). Neste cenário, Oliveira (2016) mostra que aproximadamente cinquenta cooperativas agropecuárias estão entre as quatrocentas maiores empresas do agronegócio no Brasil, corroborando a importância destas corporações para a economia nacional, as quais atuam nos setores primário, secundário e terciário. No ano de 2014, a Cocatrel era a vigésima oitava maior cooperativa do país e a Capebe ocupava o posto de quadragésima quinta maior cooperativa brasileira. Ambas se situavam entre as trezentas maiores empresas nacionais do agronegócio (OLIVEIRA, 2016).

Com o aporte estatal, a atuação das cooperativas na cafeicultura brasileira consolidou a inserção da produção cafeeira nacional no agronegócio globalizado e nas cadeias produtivas



internacionais, majorando a dependência em relação ao capital financeiro-industrial. Ademais, favoreceu a adesão ao pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde e a subordinação aos oligopólios do setor agrícola. Em decorrência da infraestrutura de produção, transporte, armazenamento e distribuição fornecida aos produtores da rubiácea em Nepomuceno, a adesão dos cafeicultores municipais às cooperativas foi expressiva, promovendo a introdução da cafeicultura nepomucenense nas redes internacionais de produção e distribuição de café, bem como a disseminação de praguicidas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas no município. O receio de possíveis calotes e a garantia do pagamento são fatores que também contribuíram para a filiação dos agricultores nepomucenenses às cooperativas.

No ano de 2016, o sul de Minas era a região do país com maior concentração de cooperativas cafeeiras. Percentual significativo do café arábica cultivado na região Sudeste tem como destino as cooperativas, ratificando sua relevância no cenário cafeeiro nacional (IBGE, 2016b). Deste modo, pode-se afirmar que o cooperativismo teve papel fundamental no processo de expansão da cafeicultura mineira e sul-mineira a partir da década de 1970, contribuindo para que o estado de Minas Gerais se tornasse o maior produtor nacional da rubiácea (ANDRADE, 1994).

Neste contexto, em 2017, 67,47% dos produtores agrícolas de Nepomuceno comercializavam sua produção cafeeira com as cooperativas atuantes no município, as quais revendem o café cultivado para os mercados internos e internacionais. Salienta-se que as cooperativas compram a rubiácea com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, principalmente na Bolsa de Nova York (VILAS BOAS, 2016a; MERGULHÃO, 2017; IBGE, 2018a).

Portanto, as cooperativas, apesar de frequentemente serem associadas a um pensamento de cunho mais socialista e às coletividades, constituem-se, em sua maioria, como verdadeiras empresas capitalistas, as quais se apoderam da produção agrícola em busca de lucros. Neste âmbito, Thomaz (2010) mostra que na ótica do MST, as cooperativas podem gerar condições propícias ao estabelecimento do socialismo no Brasil. Todavia, de modo paradoxal, as CPAs favorecem a inserção dos cooperados no mercado, majorando sua competitividade (FABRINI, 2000). No tocante às cooperativas agrícolas, Kautsky (1980, p. 167) enuncia que:

As cooperativas rurais de produção, em virtude das vantagens momentâneas que deixam entrever aos lavradores, servem de instrumento poderoso para avanço da industrialização da agricultura. Ao mesmo tempo, servem para abrir, de modo enérgico, o caminho à dominação do capital, que sem isso encontraria dificuldades bem maiores. Não diminuimos, certamente, a importância dessas cooperativas. Elas

são consideráveis na medida em que revolucionam a agricultura. Não são porém, um recurso de salvação para o camponês.

Kautsky (1980) compreende as cooperativas como uma forma de subordinação da agricultura à indústria e ao capitalismo. Elas interessam e beneficiam o capital industrial, cujas ações sobre a agropecuária são facilitadas. De maneira geral, as cooperativas agrícolas concentram a compra e a revenda da produção nos locais em que se instalam, além de fornecerem diversos insumos urbano-industriais e assistência técnica aos agricultores. As cooperativas operantes em Nepomuceno também adquirem a maioria da produção cafeeira local e são responsáveis por sua comercialização no Brasil, assim como no exterior. Ademais, muitos dos agricultores nepomucenenses entrevistados revelaram certa dependência em relação às cooperativas, uma vez que dependem da assistência técnica fornecida e se sentem confortáveis pelo fato de não precisarem procurar consumidores, pois as cooperativas monopolizam a compra do café produzido no município.

Respaldadas por seu corpo técnico de profissionais e pelos laboratórios, as cooperativas adotam o discurso da ciência e, por isso, seus conhecimentos e suas orientações são aceitas pelos associados. Esse discurso científico é o discurso competente, o qual é ouvido e aceito como verdadeiro e indiscutível. Constitui um discurso instituído, cuja autoridade é conferida pelos cientistas. O discurso competente, por meio da organização e da burocratização, oculta a dominação ideológica (CHAUÍ, 1980). No caso das cooperativas, muitos cafeicultores acreditam que a associação lhes garantirá maior qualidade e produtividade no cultivo da rubiácea, especialmente em virtude da infraestrutura produtiva e do conhecimento técnico-científico fornecidos por essas empresas.

No tocante às consequências da atuação das cooperativas de caráter capitalista na agricultura, Kautsky (1980, p. 160) afirma que:

O camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se. Ele se torna um operário parcial da fábrica. (...). Paralelamente a esta subordinação técnica se verifica ainda uma subordinação puramente econômica do camponês em relação à cooperativa. Esta não fornece apenas os recursos para aperfeiçoamento da exploração agrícola e para cobertura dos seus débitos possíveis. Ela se torna também, na medida em que a exploração se adapta às suas exigências, o comprador único das mercadorias produzidas pelo camponês. A empresa agrícola não pode mais existir sem a empresa industrial, sobre a qual se apóia. A derrocada deste apoio industrial provoca a ruína da empresa agrícola.

Por intermédio da consolidação de uma infraestrutura de suporte à produção agrícola, as cooperativas conquistam a confiança e a fidelidade dos agricultores associados, assegurando a hegemonia e o controle sobre algumas culturas produzidas em Nepomuceno e

nos municípios adjacentes. A supremacia das cooperativas na agricultura nepomucenense, especialmente na cafeicultura, corrobora o processo de subordinação da agricultura à indústria, previsto por Lênin (1977) e Kautsky (1980) há mais de um século. Desta maneira, essas associações influenciam diretamente a produção agrícola municipal, integrando os pequenos agricultores nepomucenenses ao mercado. A respeito das consequências da atuação das cooperativas, Liebhardt (1982, p. 75) enuncia que:

A opção pela monocultura traz consigo, no entanto, ponderáveis inconvenientes. Primeiramente, muitos associados às cooperativas e outros produtores na região veem-se forçados a aderir à monocultura, ainda sem possuir a estrutura técnico-produtiva adequada, visto que a monoculturalização generalizada tende a eliminar canais de comercialização para produtos alternativos.

Na passagem em destaque, o autor menciona a relação entre as cooperativas e as monoculturas, mostrando que as cooperativas, no âmbito do modo de produção capitalista, impelem os agricultores às práticas monocultoras, pois favorecem o cultivo de um gênero agrícola específico. Tal cenário é perceptível no município de Nepomuceno, onde as cooperativas atuam estimulando a monocultura cafeeira. O monopólio exercido na compra do café nepomucenense, a assistência técnica fornecida e a comercialização de insumos utilizados na cafeicultura corroboram o liame existente entre as cooperativas e as práticas monocultoras.

No tocante ao assunto, Coulis (2011) e Franco et al. (2018) afirmam que tais empresas desenvolveram complexas redes para o envio de agrônomos às propriedades dos cooperados, com o intuito de disseminar técnicas e métodos de combate às pragas, modernizar a produção cafeeira e aumentar a produtividade das lavouras. Desta maneira, suas ações colaboraram para a diminuição da diversidade de gêneros lavrados, tanto no sul de Minas Gerais, quanto em todo o território brasileiro. A fala dos autores contempla a conjuntura agrária de Nepomuceno, uma vez que as três principais cooperativas atuantes no município providenciam assistência agrônômica aos associados e incentivam o uso de fertilizantes químicos, sementes transgênicas e praguicidas na agricultura.

Liebhardt (1982), Porto-Gonçalves (2006) e Oliveira (2016) salientam o prejuízo financeiro causado pela monocultura ao produtor, pois elimina alternativas de comercialização de outros víveres agrícolas, cuja venda poderia ampliar os rendimentos e diminuir os impactos ocasionados pelos momentos de crise. Há também graves malefícios à segurança alimentar, uma vez que as monoculturas minoram a diversidade de alimentos consumidos, reverberando em menor variedade de nutrientes ingeridos. Destarte, podem incidir em moléstias associadas às deficiências nutricionais, ampliando as taxas de

insegurança alimentar (MALUF, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006). Portanto, ao estimularem os monocultivos, muitas cooperativas impulsionam o aumento dos níveis de insegurança alimentar em suas áreas de atuação.

Liebhardt (1982) investiga a integração vertical nas cooperativas brasileiras, demonstrando que esse processo almeja o aprimoramento e o crescimento da produção. Para a concretização das metas estipuladas, as cooperativas promovem diversas ações no intuito de assegurar o estreitamento do contato e das relações com o consumidor final, maior agilidade no processamento, no escoamento e na venda de produtos de alta perecibilidade e maior controle sobre a produção, o deslocamento e a qualidade das matérias-primas utilizadas.

Com a constituição do meio técnico-científico-informacional, o espaço geográfico é constituído por horizontalidades e verticalidades, as quais se combinam para o efetivo funcionamento das redes geográficas, cujo crescimento acompanha o ritmo de intensificação da globalização. Neste contexto, as horizontalidades são caracterizadas por relações e processos desenvolvidos de maneira contígua. Em contrapartida, as verticalidades ocorrem de maneira descontínua no espaço geográfico, assegurando três etapas do processo produtivo - a circulação, a distribuição e o consumo (SANTOS, 2006).

Segundo Marx (2011), a circulação, a distribuição e a troca constituem relações verticais dentro do processo produtivo, uma vez que são influenciadas pela totalidade da sociedade. Neste panorama, a circulação e a distribuição são profundamente marcadas pela lógica das verticalidades, pois fatores sociais interferem diretamente na circulação das mercadorias, isto é, nas deliberações relativas aos locais de venda, ao transporte, entre outros aspectos. A troca também é permeada por inúmeras verticalidades, pois como nas sociedades capitalistas atuais, as mercadorias são trocadas pela forma dinheiro, os preços que as corporações hegemônicas atribuem aos seus produtos determinam o acesso e a compra dos víveres pelos consumidores.

Destarte, as redes geográficas promovem o funcionamento da sociedade e da economia mundiais sob a lógica reticular e originam interdependências, as quais são, em sua maioria, hierárquicas (SANTOS, 2006). De acordo com Andrade (1994), há uma crescente verticalização da atuação e das atividades das cooperativas no sul de Minas Gerais, processo notado no vultoso crescimento das ações e do número de associados da Cooxupé na região. Neste cenário, a lógica das verticalidades está presente nas ações efetivadas pelas cooperativas, pois geralmente adquirem os gêneros agrícolas dos produtores associados com base nas cotações destas *commodities* nas Bolsas de Mercados de Futuros (SCHOUCHANA; MICELI, 2004).

Sob o prisma hierárquico da integração vertical, essas associações exercem influência sobre áreas consideradas de menor importância, como as zonas produtoras (LIEBHARDT, 1982). Nesta conjuntura, as cooperativas cafeeiras instaladas no município de Nepomuceno também estão imersas na lógica vertical das redes geográficas, pois compram o café dos agricultores locais conforme sua cotação no mercado internacional e providenciam a distribuição, a troca e o consumo da rubiácea produzida pelos cafeicultores municipais.

Desta maneira, as cooperativas atuantes no município estão inseridas na lógica capitalista, constituindo empresas cujo objetivo principal é a obtenção de lucro, em detrimento de características outrora atreladas ao pensamento cooperativista, como a solidariedade, a promoção da cidadania e a preservação ambiental. Neste panorama, as cooperativas são uma estratégia moderna de inserção do capital no campo. Acerca das cooperativas de caráter capitalista, Kautsky (1980, p. 159) disserta:

A primeira consequência da cooperativa vem a ser a mesma quando o camponês se torna fornecedor de uma fábrica estranha: ele deve adaptar a sua exploração às necessidades desta última. A usina de açúcar prescreve qual a semente que o agricultor deve empregar e a maneira pela qual deve fazer a adubação; a empresa de laticínios lhe prescreve qual a forragem que deve utilizar, a hora em que deve ordenhar, às vezes mesmo a espécie de vacas que deve manter.

O excerto em destaque salienta uma consequência da associação do agricultor às cooperativas capitalistas - a perda do controle sobre a produção. O domínio sobre a escolha dos procedimentos realizados na agricultura é perdido, assim como sua soberania alimentar. Imerso na produção capitalista, seu trabalho é estranhado e alienado, uma vez que o fruto de sua labuta não mais o pertence, tampouco a decisão sobre os insumos utilizados e as formas de comercialização dos gêneros cultivados. Além disso, o destino dos víveres produzidos pelos produtores associados às cooperativas é deliberado por outrem (MARX, 2004; 2008b).

Doravante os decênios de 1960 e 1970, houve expressivo crescimento dos complexos agroindustriais em território brasileiro, os quais transformaram significativamente a agropecuária nacional. As ações estatais contribuíram para esse processo, pois estimularam o surgimento de indústrias fabricantes de maquinário agrícola e de insumos utilizados na produção, como adubos químicos e praguicidas. Ademais, fomentou crédito para que os agricultores adquirissem insumos urbano-industriais destinados à utilização nas lavouras. Assim, o governo nacional favoreceu a industrialização da agricultura e sua dominação pelo agronegócio. Neste cenário, os avanços técnico-científicos, a mecanização agrícola, a centralização de capitais e a integração entre capital privado e estatal colaboraram para o êxito

dos complexos agroindustriais no Brasil (GUIMARÃES, 1982; MÜLLER, 1982; GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1996).

Os complexos agroindustriais integram indústria (isto é, a indústria a montante, produtora de máquinas e insumos), agropecuária, agroindústria (a qual transforma a matéria-prima oriunda do setor agropecuário) e o setor de serviços e comércio, unificando-os em todo o processo produtivo, isto é, nas etapas de produção, distribuição, troca e consumo. Além disso, são caracterizados pela estreita relação entre os capitais agrário, financeiro e industrial e pelo elevado grau de complexidade de sua base técnica de produção. Deste modo, através da consolidação de uma infraestrutura propícia ao cultivo e à comercialização de determinado gênero, geram a especialização produtiva, favorecendo a difusão de práticas monocultoras (GUIMARÃES, 1982; MÜLLER, 1989; FAJARDO, 2008). Com a constituição dos complexos agroindustriais, houve a consolidação do Brasil como um país exportador de *commodities*, sobretudo agrícolas (MENDONÇA, 2013).

Kageyama e Silva (1996) dividem as atividades agrícolas em complexos agroindustriais completos e integrados, complexos agroindustriais incompletos, atividades agrícolas modernizadas e atividades agrícolas artesanais. A classificação dos autores é baseada no grau de integração entre indústria e agropecuária em todo o processo produtivo e no caráter do vínculo entre a produção e a indústria a montante. Nesta acepção, os complexos agroindustriais completos, como os casos do açúcar e da soja, possuem total integração com as indústrias a montante e a jusante, enquanto os complexos agroindustriais, como o leite e as frutas, apresentam integração completa com as agroindústrias a jusante, mas não têm estreita integração com as indústrias a montante, fornecedoras de insumos para a produção (KAGEYAMA, 1990; KAGEYAMA; SILVA, 1996).

Na ótica dos autores, as atividades agrícolas modernizadas, como a rizicultura e a cafeicultura, a despeito da aquisição de insumos industriais, não estão intimamente integradas às indústrias a montante, tampouco às indústrias a jusante. Deste modo, não podem ser consideradas complexos agroindustriais. Já as atividades artesanais estão distantes da agricultura de cunho industrial, visto que não apresentam expressivos liames com as indústrias a montante e a jusante. Assim sendo, geralmente se destinam à subsistência e/ou ao mercado interno (KAGEYAMA, 1990; KAGEYAMA; SILVA, 1996).

As cooperativas representam o agronegócio presente na agricultura familiar em Nepomuceno, uma vez que constituem a presença da indústria a montante e a jusante da produção agrícola, isto é, fornecem insumos para a produção e beneficiam e/ou processam os víveres cultivados, respectivamente. Desta maneira, diferentemente da tipologia arquitetada

por Kageyama (1990) e Kageyama e Silva (1996), a cafeicultura sul-mineira é considerada um complexo agroindustrial, pois integra indústria, agricultura e agroindústria durante todo o processo produtivo. Segundo Müller (1989), Kageyama (1990) e Fajardo (2008), os complexos agroindustriais abrangem as indústrias que fornecem bens e serviços à agropecuária, os agricultores e pecuaristas, e as agroindústrias, as quais beneficiam, distribuem e comercializam as mercadorias produzidas até o consumidor final.

Nesta perspectiva, as cooperativas fomentaram uma infraestrutura adequada para que a cafeicultura nepomucenense constituísse um complexo agroindustrial, pois integram os setores primário, secundário e terciário na produção, além de exercerem o papel das indústrias a montante e a jusante para os cafeicultores municipais. Tal função é desempenhada por intermédio do fornecimento de agrotóxicos, fertilizantes químicos, assistência técnica e análises laboratoriais pedológicas e foliares aos cooperados, além do armazenamento, processamento/beneficiamento, transporte e comercialização da rubiácea produzida.

Destarte, as ações das cooperativas transformam a agricultura municipal em agronegócio, uma vez que promovem sua absorção pelo mercado e por práticas e relações capitalistas de produção e de trabalho. Segundo Sauer (2008) e Mendonça (2013), o agronegócio abrange as cadeias produtivas internacionais e está intimamente vinculado ao processo de industrialização da agricultura. Neste modelo de produção, há emprego de técnicas visando o aumento da produtividade e forte tendência aos monocultivos. O principal objetivo do agronegócio não é a produção de alimentos, mas a monopolização do mercado agropecuário, a diminuição da intervenção estatal no setor, a estrangeirização de terras, o controle territorial, a produção de *commodities*, a valorização de capitais e a maximização dos lucros. Além disso, vale salientar que o Estado historicamente apoiou esse modelo de agricultura em território brasileiro, incentivando as corporações industriais atuantes tanto nas indústrias a montante, quanto nas agroindústrias (MENDONÇA, 2013).

Bruno (2016) mostra que o agronegócio agrega os agricultores familiares empresariais, os quais têm sua produção direcionada ao mercado, intentando o lucro. Assim, concorda-se com a afirmação de Caume (2009), o qual diz que não é possível estabelecer um antagonismo entre agricultura familiar e agronegócio. Deste modo, as cooperativas, ao integrarem os agricultores nepomucenenses ao mercado e torná-los dependentes, inserem a agricultura familiar do município na lógica capitalista de produção, aderindo ao arsenal ideológico do agronegócio.

A atuação das cooperativas corresponde à participação do circuito superior da economia na agricultura nepomucenense. Dentre os inúmeros elementos que caracterizam o

circuito superior e estão presentes na atuação das cooperativas no município, destacam-se o vínculo com o setor bancário, as ações de publicidade e *marketing*, a organização burocrática, a dependência em relação aos mercados internacionais, a existência de grandes estoques, os vultosos capitais acumulados e a oferta de crédito aos cooperados (SANTOS, 2008). A respeito do assunto, Santos (1977; 2008) afirma que os circuitos superior e inferior da economia estão associados, favorecendo a hegemonia do circuito superior e a exploração do trabalho no circuito inferior tanto em escala local, quanto em âmbito global.

As palavras do autor condizem com a realidade do município de Nepomuceno, uma vez que a colheita da rubiácea e a produção do pequeno cafeicultor possuem inúmeros aspectos vinculados ao circuito inferior, como o diminuto capital empregado, a organização rudimentar do trabalho e da produção, as jornadas intensas e insalubres de trabalho, a pessoalidade nas relações entre os proprietários das terras e os safristas, a expressiva presença do trabalho familiar e a existência de trabalho assalariado sem carteira assinada (SANTOS, 2008). Neste contexto, as cooperativas operantes na agricultura nepomucenense adquirem a rubiácea dos produtores locais, cuja colheita, na maioria dos casos, é realizada de maneira informal, sem quaisquer contratos formais de trabalho. Assim, através da articulação entre os dois circuitos da economia, as cooperativas majoram suas taxas de lucro mediante as atividades desempenhadas na conjuntura agrária municipal.

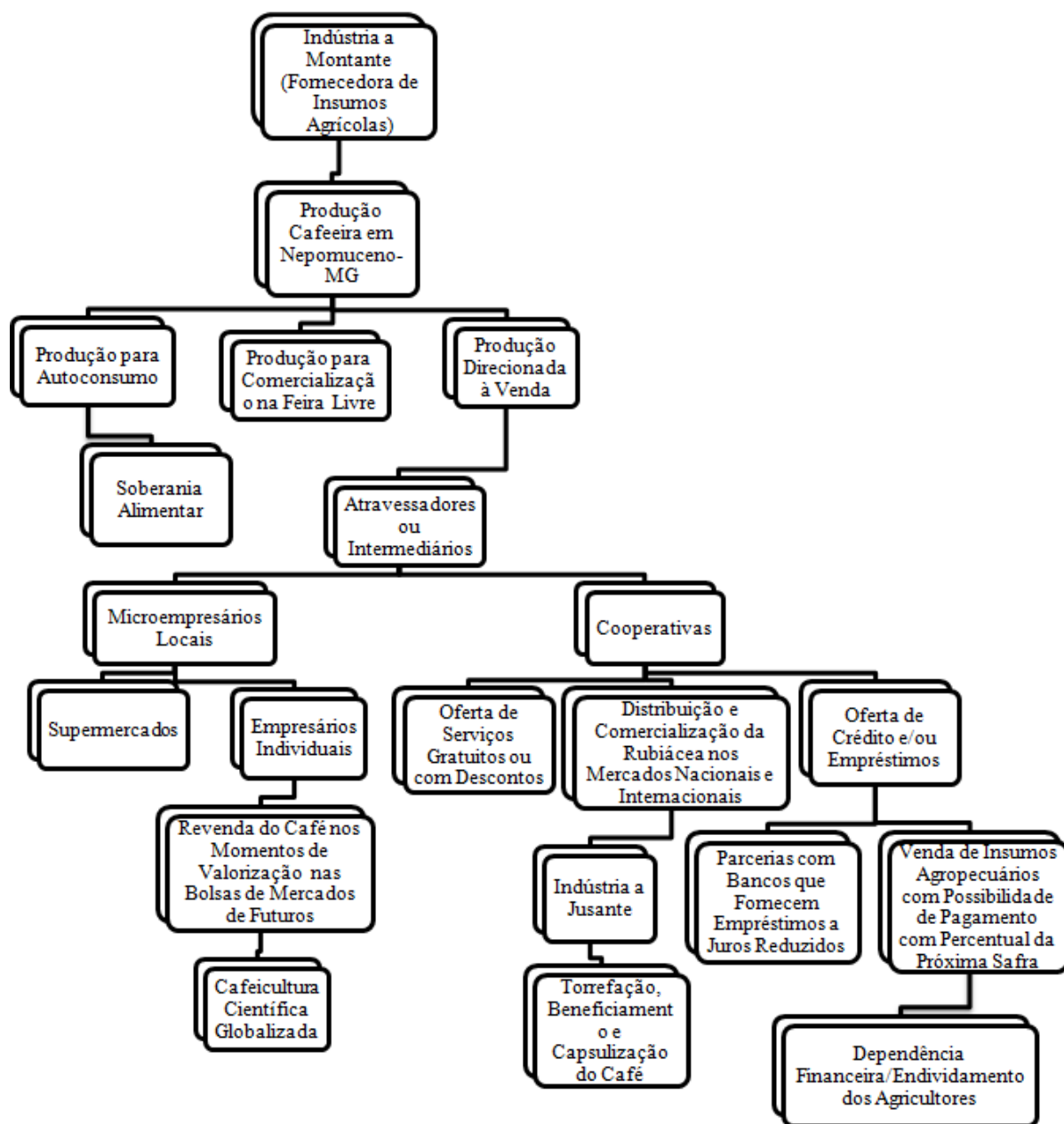
Portanto, as cooperativas se destacam no município de Nepomuceno por promoverem a integração e a subordinação dos agricultores ao mercado e ao agronegócio, inserindo-os, por meio da comercialização de insumos agrícolas e da oferta de serviços, em redes internacionais de produção e comercialização de café. Desta maneira, há a intensificação da dependência da agricultura local em relação às exportações, principalmente pela ênfase dada à produção de um *cash crop*, o café. Ademais, os insumos vendidos, como os praguicidas, as sementes transgênicas, os fertilizantes químicos e as máquinas agrícolas, favorecem o aumento do desemprego rural, a perda de diversidade genética e a contaminação de solos, águas, animais e alimentos cultivados.

Outro aspecto que se destaca na conjuntura agrária nepomucenense é o baixo preço pago pelos víveres produzidos pelos pequenos agricultores. Nesta esfera, Graziano da Silva e Queda (1977) enunciam que os preços dos gêneros alimentícios não podem ter expressivos aumentos, pois o poder aquisitivo da maioria dos indivíduos é diminuto. Como na ótica do capital, um mínimo de alimentação é necessário para a manutenção da força de trabalho, os alimentos têm que estar num preço acessível à população. Em virtude desse fato, a produção alimentícia é uma incumbência dos pequenos imóveis agrícolas, os quais devido à diminuta



dimensão, produzem para o autoconsumo e comercializam geralmente com o mercado interno. Assim, conseguem um pequeno excedente, o qual é comercializado no mercado. Contudo, há grande quantidade de intermediários nesse processo. Como o número de atravessadores até que o alimento chegue ao consumidor final é grande, o pequeno agricultor recebe um baixo valor monetário pelos alimentos vendidos, mas o consumidor final não compra um produto tão barato.

Esse processo caracteriza a cafeicultura nepomucenense, uma vez que as cooperativas exercem o papel de atravessadores na conjuntura agrária municipal. Além da função desempenhada pelas cooperativas, há microempresários que compram a rubiácea dos cafeicultores municipais em momentos de queda dos preços venais. Como dispõem de capital para aguardarem a valorização da *commodity* nas Bolsas de Mercados Futuros, esses intermediários armazenam significativa quantidade de café e a revendem em momentos de alta no mercado internacional. Neste panorama, o atravessador corresponde ao indivíduo ou à organização que adquire a produção dos agricultores e se encarrega de vendê-la. Sob esse prisma, a figura 08 sintetiza as principais relações entre os atores do agronegócio atuantes na cafeicultura de Nepomuceno.



**Figura 08: O Agronegócio na Cafeicultura de Nepomuceno-MG: Da Produção à Comercialização**

**Elaboração:** VILAS BOAS, Lucas Guedes.

## **8 – POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DAS (SUPOSTAS) ALTERNATIVAS**

Embora a monocultura cafeeira direcionada à comercialização, cuja compra é monopolizada pelas cooperativas, predomine em Nepomuceno, existem alternativas desenvolvidas por alguns agricultores no município. A produção destinada ao autoconsumo, a comercialização direta dos gêneros cultivados na feira livre municipal e o cultivo de cafés especiais e alimentos orgânicos constituem algumas das opções existentes no panorama agrário local. Deste modo, tais modos de comercialização e produção são discutidos, com o objetivo de avaliar seus benefícios, suas desvantagens e as dificuldades encontradas pelos agricultores nessas formas de produção.

### **8.1 – Formas de Produção Alternativa: A Agricultura de Subsistência e o Comércio de Alimentos nas Feiras Livres Municipais**

Na conjuntura nepomucenense, de maneira semelhante ao panorama nacional, a população, tanto na cidade, quanto no campo, baseia seus regimes alimentares em gêneros oriundos dos supermercados, cuja procedência frequentemente é desconhecida dos consumidores (VILAS BOAS, 2017). Machado, Oliveira e Mendes (2016) assinalam que os supermercados estão no rol dos estabelecimentos que seguem a racionalidade capitalista, especialmente no contexto neoliberal de desregulamentação da economia. Criado nos países desenvolvidos, este tipo de estabelecimento comercial rapidamente se disseminou para nações emergentes e subdesenvolvidas, em partes devido à intensa concorrência vigente no setor.

Reardon e Berdegú (2002) argumentam que as redes varejistas de supermercados constituem uma ameaça aos pequenos estabelecimentos comerciais, como as mercearias e as feiras, pois ofertam uma maior quantidade de produtos e possuem um capital robusto. Neste cenário, tais empreendimentos possuem notável poder material no comércio nacional e mundial. Dentre os elementos que explicam o êxito destes estabelecimentos em âmbito global, destacam-se a racionalização e a logística na distribuição das mercadorias e o investimento em propaganda e *marketing*. Além disso, como os gêneros comercializados são adquiridos em diversos municípios e regiões, normalmente não se encontram aprisionados às amarras da sazonalidade de diversos víveres, especialmente os de origem vegetal. Sob essa perspectiva, Roma (2016) salienta que os supermercados constituem uma forma de acesso da população ao circuito superior da economia urbana.

A expansão e a diversificação desta modalidade de comércio pelo território nacional, iniciadas a partir dos decênios de 1960 e 1970, promoveram o enfraquecimento das quitandas e das feiras por todo o Brasil. Tais processos emanam principalmente de seu estreito vínculo com o setor industrial e de seu vultoso capital. Esses estabelecimentos propiciam maior rapidez na circulação das mercadorias, acelerando a (re) produção do capital. Não obstante, também auferem mais-valia absoluta e relativa através da exploração e da intensificação do trabalho de seus funcionários (GAETA, 1982).

A dependência da população nepomucenense em relação aos víveres adquiridos nos supermercados gera algumas consequências negativas, uma vez que muitos dos produtos vendidos são provenientes de outros municípios e estados. Por conseguinte, há o aumento do preço final das mercadorias em decorrência dos elevados custos de transporte, além da desvalorização e do enfraquecimento da agricultura municipal. No tocante ao assunto, Santos (2016, p. 506) afirma que:

Quando é o próprio supermercado que compra a produção, no campo, notamos a eliminação dos demais agentes de intermediação resultando na apropriação concentrada da renda da terra camponesa nas mãos de um único agente, o empresário/grupo proprietário do supermercado. De qualquer forma, os camponeses – nestes casos – continuam a vender seus produtos por preços extremamente baixos, muitas vezes insuficientes para cobrir os custos de produção, deixando aos intermediários – ou mesmo um único – uma fração do produto do seu trabalho, resultado de sua atividade produtiva.

A situação narrada pelo autor no excerto em destaque é comum em Nepomuceno, pois a principal rede de supermercados atuante no município exclui os intermediários deste processo, uma vez que compra diretamente parte da produção agrícola municipal e a revende aos consumidores, auferindo elevadas taxas de lucro. Desta maneira, os proprietários destes estabelecimentos extraem para si a renda da terra agrícola, apropriando-se de parte da mais-valia global. A predominância da monocultura cafeeira na realidade municipal colabora para a dependência dos nepomucenenses frente aos supermercados, pois minora a oferta e a diversidade de gêneros alimentícios disponíveis, apesar do caráter agrário do município (VILAS BOAS, 2016b).

A despeito de mais de 90% dos agricultores nepomucenenses comercializarem os víveres cultivados, principalmente o café, com as cooperativas, existem algumas exceções, como os proprietários fundiários que produzem somente para o autoconsumo e aqueles que vendem os gêneros lavrados por conta própria nas feiras livres municipais. Destarte, constituem alternativas e possibilidades em relação à agricultura familiar notadamente empresarial vigente no município. Distanciando-se da conjuntura agrária municipal,

caracterizada pela intensa dependência dos agricultores em relação ao mercado, tais produtores possuem maior soberania alimentar, devido ao menor vínculo com o mercado, ao maior controle sobre a produção, entre outros aspectos. Neste âmbito, pretende-se discutir as razões pelas quais alguns agricultores optam por uma agricultura menos submissa à lógica mercantil e quais são as consequências desta escolha para suas propriedades agrícolas, assim como para a população nepomucenense.

O trabalho e a produção dos feirantes em Nepomuceno se contrapõem à hegemonia da produção agrícola empresarial no município, uma vez que parte dos víveres lavrados é destinada para o autoconsumo, enquanto o excedente é comercializado, corroborando a produção simples de mercadorias e a autonomia desse grupo de agricultores. Desta maneira, esse grupo de trabalhadores possui características associadas à agricultura camponesa ou de subsistência (LAMARCHE, 1993; 2008), pois o objetivo maior de sua produção não é a comercialização. Além disso, seus imóveis agrícolas se baseiam na policultura, contribuindo para a ampliação da segurança e da soberania alimentar. Em virtude da oposição ao modelo de agricultura dominante, o qual se encontra amalgamado e subordinado ao capital financeiro-industrial, a feira livre municipal de Nepomuceno também foi pesquisada.

## **8.2 – As Feiras Livres Municipais**

Algumas formas específicas de comercialização das mercadorias, como as feiras livres, promovem maior autonomia aos agricultores durante a venda dos gêneros cultivados e diminuem sua dependência em relação ao capital financeiro-industrial. Ademais, propiciam uma interessante alternativa em relação aos produtos ofertados pelos supermercados, visto que os víveres vendidos pelos feirantes geralmente apresentam maior qualidade, em virtude da menor utilização de agrotóxicos, conservantes e fertilizantes químicos; e menores preços, pois passam por menos intermediários até chegarem aos consumidores (MASCARENHAS, 1991; PORTO, 2005). No entanto, a clientela fica exposta às intempéries e mais suscetível a ações criminosas, como furtos e roubos, devido à ausência de seguranças profissionais (MASCARENHAS, 1991). Neste âmbito, as variações temporais, sobretudo as precipitações intensas, influenciam significativamente os rendimentos dos feirantes, uma vez que atravancam o percurso do público consumidor até as bancas.

As feiras livres são comuns em pequenas, médias e grandes cidades no Brasil, constituindo importante fonte de rendimentos para moradores do campo e da cidade (SANTOS, 2013). De acordo com Carvalho, Rezende e Rezende (2010), seu impacto em

municípios de menor porte é maior, pois favorecem a venda da produção agrícola local, propiciam o acesso regular da população municipal a diversos víveres e movimentam o comércio urbano, visto que os feirantes empregam parte das receitas provenientes de sua atividade comercial para a aquisição de bens em estabelecimentos do município.

Neste contexto, as feiras compõem uma modalidade de mercado varejista ao ar livre voltada à comercialização de alimentos e gêneros básicos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008; CARVALHO; REZENDE; REZENDE, 2010). O adjetivo livre que as caracteriza indica que os preços não são definidos por alguma autoridade ou associação formal, mas simplesmente variam devido às relações e leis mercantis de oferta e procura (BROMLEY, 1980). Assim sendo, são formas de mercado típicas de países subdesenvolvidos, diferenciadas pelo caráter periódico de sua realização (PORTO, 2005; SANTOS, 2013).

Em consonância com as palavras de Pintaudi (2006), pode-se afirmar que as feiras livres são mercados públicos, caracterizadas pela troca de mercadorias e pelo dinamismo, que perduram há séculos. Além disso, os mercados públicos são úteis para a centralização do comércio em um único local e a facilitação do controle sobre a comercialização dos produtos e suas fontes (PINTAUDI, 2006). Neste cenário, de acordo com Bromley (1980), os mercados são classificados em três tipos essenciais - mercados diários, periódicos e especiais. Os diários ocorrem praticamente todos os dias e são comuns às grandes cidades, enquanto os periódicos ocorrem em dias específicos da semana ou do mês, em urbes de menor porte. Já os mercados especiais se caracterizam principalmente como feiras de realização anual. Acerca dos mercados periódicos, Bromley, Symanski e Good (1980, p. 194) explicam que:

A vantagem inicial e o peso da tradição, variáveis que são tanto culturais e históricas como econômicas, fornecem duas vantagens econômicas aos consumidores através do prolongamento da existência dos mercados periódicos. Uma é a presença de mercadorias de primeira qualidade que, de outra maneira, não estariam disponíveis num determinado centro de mercado, e a outra é a presença destas mesmas mercadorias num maior número de locais dentro de determinada área.

Assim sendo, pode-se afirmar que a maioria das feiras livres possui as características elencadas pelos autores. Os mercados periódicos existem e resistem às transformações tecnológicas, sociais, culturais e econômicas devido às necessidades dos produtores, os quais optam por comercializar apenas uma ou duas vezes por semana para que haja uma divisão racional entre o tempo de comércio e de produção e suas rotinas de trabalho e produção não sejam interrompidas, pois geralmente quem produz também comercializa os víveres cultivados.

Em âmbito geral, essas modalidades de comércio se desenvolvem em sociedades com intensa divisão do trabalho e profunda disparidade entre as classes sociais (BROMLEY; SYMANSKI; GOOD, 1980; PORTO, 2005). Segundo Mascarenhas (1991), a periodicidade assegura a existência das feiras livres principalmente nas pequenas cidades, como Nepomuceno, em virtude da incipiência do consumo. Roma (2016) corrobora a afirmação do autor, esclarecendo que o mercado consumidor do circuito inferior nas urbes pequenas é limitado, geralmente se restringindo ao público local. O intervalo a seguir, extraído de Bromley (1980), reflete com fidedignidade a conjuntura nepomucenense no tocante à periodicidade da feira livre:

Um mercado diário seria insuficientemente freqüentado e não ofereceria nada exceto as mercadorias e os serviços comumente mais desejados. No entanto, um mercado periódico, concentrando o atendimento em um ou dois dias especiais, pode oferecer maior variedade de mercadorias e serviços (BROMLEY, 1980, p. 650).

A delimitação de datas e horários específicos na semana para sua realização é uma característica dos mercados periódicos, os quais almejam viabilizar a frequência de todos os trabalhadores. Por conseguinte, na maioria dos casos, acontecem no final de semana e o momento e o local de sua ocorrência são padronizados, com o intuito de facilitar o comparecimento da clientela. Ademais, esse tipo de comércio normalmente é efetuado em localidades centrais nas áreas urbanas, pois favorecem o acesso tanto de produtores, quanto de consumidores (BROMLEY; SYMANSKI; GOOD, 1980). De maneira geral, os mercados são locais de troca e de circulação de mercadorias, cujo intuito estratégico de sua localização é facilitar a chegada da clientela e dos produtos comercializados (PINTAUDI, 2006). Neste contexto, as feiras livres materializam diversos elementos culturais e fornecem uma alternativa em relação às grandes redes de supermercados (SILVA; MIRANDA; CASTRO JUNIOR, 2014).

Além disso, constituem territorialidades populares que dinamizam e se apropriam do espaço público, modificando-o substancialmente e alterando também o cotidiano dos cidadãos urbanos. Para Arendt (2003), o espaço público é material e imaterial, consistindo em local do discurso e da ação, os quais constituem particularidades da vida humana. Assim, é o território da política, da coexistência e da coabitação de diversos sujeitos com suas singularidades, pois é onde os seres humanos se encontram e participam da vida pública. Nesta esfera, Gomes (2012) considera a cidade como o espaço público por excelência. As relações nele desenvolvidas são contratuais, isto é, existe um contrato social no qual nem todas as ações são bem-vindas, uma vez que os espaços públicos são locais marcados pela copresença em que os

cidadãos se mostram uns para os outros e, por isso, os comportamentos devem seguir determinados padrões, os quais são marcados pela polidez, pela discrição, entre outras características. Na prática, as feiras constituem espaços públicos ou quase comunitários com regras particulares em que compradores e vendedores se conhecem e realizam uma sociabilidade que ultrapassa as relações mercantis.

Gomes (2012) enuncia que ocorrem trocas comunicacionais entre distintos sujeitos no espaço público. Nesta perspectiva, as feiras livres integram os espaços públicos, pois cidadãos de diferentes classes sociais adquirem mercadorias nesta modalidade de comércio e interagem com os feirantes. Além disso, são dotadas de visibilidade e acessibilidade no âmbito do espaço urbano, permitindo a coabitação e a coexistência de diversos sujeitos.

Neste panorama, não se destinam apenas à prestação de serviços ou à comercialização de mercadorias, mas são locais de sociabilidade, interações e de encontros entre variados sujeitos. São marcadas pelo caráter festivo do ambiente, caracterizado pela irreverência, criatividade e multiplicidade de interações (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008; SILVA, MIRANDA e CASTRO JUNIOR, 2014). Por conseguinte, não podem ser compreendidas como espaços homogêneos, pois contêm distintos recortes territoriais, cada um com suas singularidades (SANTOS, 2013).

Destarte, as feiras livres são territórios com temporalidades e espacialidades definidas<sup>26</sup>, decorrentes de diversas relações sociais, econômicas, culturais e de poder que ressoam no espaço geográfico. Portanto, são práticas espaciais, econômicas e culturais que materializam interesses de diversos tipos e valores humanos e resistem às mudanças têmporo-espaciais (PORTO, 2005). Ademais, as feiras livres habitualmente são intraurbanas, situando-se geralmente em um único bairro, atraindo principalmente consumidores das ruas em que se localizam ou de áreas adjacentes (MASCARENHAS, 1991). Como são desprezadas pelas políticas públicas em virtude de não se adequarem às modificações do mundo contemporâneo, profundamente tecnológico e informacional, as feiras livres normalmente possuem precária infraestrutura e parco arcabouço tecnológico (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008; SILVA, MIRANDA e CASTRO JUNIOR, 2014).

De acordo com Souza e Caldas (2018), as redes alimentares alternativas englobam diversas formas de produção, como a venda direta do produtor, a produção para autoconsumo,

---

<sup>26</sup> As feiras livres possuem espacialidades e temporalidades determinadas, pois geralmente seus locais e horários de ocorrência são preestabelecidos e fixos, intentando o aumento do mercado consumidor. A nomenclatura feira livre não se refere à dimensão têmporo-espacial, mas ao fato de os preços dos produtos comercializados nesses mercados não sofrerem influência de nenhum órgão estatal ou associação particular, oscilando conforme as leis de mercado.



a troca não monetária ou doação e os grupos de compra solidária. Além disso, opõem-se às grandes redes varejistas de supermercados e podem ser úteis aos pequenos produtores de orgânicos, especialmente na venda dos víveres cultivados.

Sob esse prisma, as feiras livres são um exemplo de rede alimentar alternativa na qual ocorre a venda direta do alimento cultivado pelo produtor, sem a atuação de intermediários. Tais formas de comercialização modificam e estreitam a relação entre produtores e consumidores, sobretudo devido à interação presencial entre esses sujeitos (SOUZA; CALDAS, 2018).

### **8.2.1 – A Feira Livre no Município de Nepomuceno-MG**

Nas manhãs de todos os sábados há a realização de uma feira livre de pequena dimensão em uma das principais vias da cidade de Nepomuceno, a Avenida Monsenhor Luiz de Gonzaga, onde cerca de 30 agricultores<sup>27</sup> comercializam os gêneros cultivados em suas terras. A feira livre tem início às seis horas da manhã e término ao meio-dia e meia, mas a maioria dos feirantes chega antes, entre 05 horas e 05 horas e 30 minutos, para a montagem das barracas. Conforme explica Porto (2005), as feiras, enquanto mercados periódicos, ajustam seus horários de funcionamento às demais atividades comerciais, econômicas e sociais dos municípios, com o intuito de oportunizar a presença de mais consumidores. A realização da feira aos sábados no município possibilita a frequência dos trabalhadores que labutam semanalmente de segunda a sexta-feira.

Consoante ao artigo 61 da Lei Complementar nº. 133 da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (2015), os agentes de fiscalização sanitária possuem franco acesso para a verificação das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos que comercializem ou armazenem bebidas e/ou gêneros alimentícios. Dentre as normas instituídas para a comercialização de víveres destinados ao consumo alimentício no município, destaca-se a proibição da venda de produtos adulterados, alterados, deteriorados ou falsificados. Além disso, as frutas comercializadas não podem estar verdes, podres ou mal amadurecidas. Essas exigências favorecem a padronização dos gêneros comercializados e ampliam a necessidade de um equipamento técnico especializado destinado à produção. Assim, estabeleceu-se que as

---

<sup>27</sup> Sublinha-se que, entre 2016 e 2019, houve redução do número de feirantes no município de Nepomuceno. No ano de 2016, 30 agricultores trabalhavam em 15 barracas. Já em 2019, havia apenas 26 feirantes, distribuídos em 13 bancas.

violações às normas sanitárias instauradas nos artigos 59 e 60 da mencionada lei serão penalizadas com uma multa de R\$ 1000, 00.

A despeito da legislação concernente ao comércio de alimentos e bebidas no município, as fiscalizações da Prefeitura na feira livre<sup>28</sup> são raras, conforme atestam os relatos dos feirantes. Nesta perspectiva, os comerciantes salientaram que em 2017 não houve nenhuma ação de fiscalização dos órgãos competentes. Todavia, a Prefeitura Municipal de Nepomuceno cobra uma taxa de R\$ 15, 00 para permitir a montagem das barracas aos sábados.

A feira é realizada no principal eixo de crescimento comercial e imobiliário da cidade de Nepomuceno, próxima à unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Portanto, possui ótima localização (Figura 09). Nos últimos anos, vários estabelecimentos comerciais se instalaram em seus arredores, reverberando em considerável aumento dos preços de imóveis e terrenos (VILAS BOAS, 2016a).



**FIGURA 09: Feira Livre no Município de Nepomuceno-MG**

**Autor:** Lucas Guedes Vilas Boas

**Data:** 06/01/2018

São ofertados nas bancas diversos víveres, como: repolho, couve-flor, mandioca, abacate, beterraba, laranja, banana, farinha de mandioca, pães, biscoitos, alface, cebolinha,

---

<sup>28</sup> Apesar da adoção da nomenclatura “feira livre”, a feira realizada aos sábados no município de Nepomuceno possui uma dimensão espaço-temporal predeterminada e uma tarifa instituída para a autorização da instalação das barracas.

salsinha, brócolis, abóbora, limão, frango, peixe, cenoura, berinjela, nabo, pepino, ovos, café, mamão, jiló, quiabo, tomate, milho, inhame, batata doce, pimenta, rúcula, lichia, acelga, alho-poró, doces, feijão, pamonha, bolos, curau, chuchu, carambola e ervas medicinais. A quantidade total de produtos vendidos em cada uma das 15 barracas variou entre 30 e 250 quilogramas por sábado entre 2016 e 2019.

Os itens dispostos nas bancas são procedentes de diferentes imóveis rurais do município de Nepomuceno e são cultivados pelos próprios feirantes. Os gêneros comercializados são transportados em diferentes tipos de automóveis, como caminhonetes, camionetas e carros, das áreas produtoras até o espaço de realização das feiras. A receita bruta de cada uma das barracas apresentou grande oscilação, pois enquanto alguns feirantes venderam, em média, entre R\$ 50,00 e R\$ 200,00 de mercadorias por sábado, outros conseguiram faturar entre R\$ 400,00 e R\$ 1000,00 por dia de trabalho na feira.

A partir das sete horas, o fluxo de transeuntes se torna expressivo, movimento que permanece constante até o encerramento das atividades. Destaca-se o elevado número de idosos e crianças circulando pelas bancas. A clientela é composta por muitos sujeitos que residem nas ruas adjacentes, cujo deslocamento é facilitado pela proximidade geográfica. Em consonância com a pesquisa efetivada por Carvalho, Rezende e Rezende (2010) no município de Alfenas, observou-se grande número de aposentados e mulheres no público consumidor das barracas em Nepomuceno. De acordo com os autores, percentual expressivo dos consumidores das feiras livres frequenta estes espaços semanalmente (CARVALHO; REZENDE; REZENDE, 2010). No município de Nepomuceno, a maioria dos clientes também vai às feiras todas as semanas, tornando esta prática um hábito.

Frequentemente, os preços dos produtos são mais baratos que os cobrados em supermercados e hortifrúti, tornando-os mais acessíveis aos consumidores. Nesta perspectiva, Porto (2005) e Lelis (2017) mostram que apesar dos usuais baixos preços, os produtos do circuito inferior são consumidos por indivíduos de diversas classes sociais, o que explica, em partes, o êxito dos estabelecimentos característicos deste circuito. Em geral, os pagamentos pelas mercadorias adquiridas são efetuados em dinheiro em espécie (SANTOS, 1977; 2008).

Consoante às palavras de Santos (2008), pode-se afirmar que as feiras livres estão no circuito inferior da economia, cujo desenvolvimento é consequência da pobreza urbana, aspecto marcante de países subdesenvolvidos, sobretudo em regiões metropolitanas, cujos espaços são caracterizados por várias discontinuidades. Além disso, o circuito inferior da economia possui como características o trabalho intensivo, o reduzido capital empregado, os

estoques diminutos, a baixa tecnologia, a informalidade do trabalho ou da ocupação profissional, a organização rudimentar, as relações diretas e pessoais com a clientela, entre outras (MASCARENHAS, 1991; SANTOS, 1977; 2008; SALVADOR, 2012; ROMA, 2016). Acerca deste aspecto, Maia (1999) discorda de Santos (2008), pois compreende que a organização do trabalho no circuito inferior da economia nem sempre é rudimentar. Em alguns casos, como no narcotráfico, o trabalho é bem planejado e elaborado através de redes complexas de produção, distribuição e venda dos produtos ilícitos.

De acordo com Porto (2005), a prática do crédito é rara nas feiras livres, pois a maioria das transações acontece com pagamento a vista. Como o feirante não dispõe de muito capital, ele necessita imediatamente do dinheiro recebido com a venda dos víveres agrícolas para a compra de bens destinados ao seu grupo familiar. Em Nepomuceno, a maioria dos trabalhadores da feira não vende a prazo, enquanto alguns só abrem exceção para clientes de longa data. Devido à proximidade e à harmonia da relação entre feirantes e clientes, alguns comerciantes não se importam em vender fiado, pois segundo seus próprios relatos, os consumidores sempre pagam as dívidas contraídas.

Ademais, as negociações relativas aos preços dos gêneros vendidos são frequentes na feira livre em Nepomuceno. Conforme afirmam Maia (1999), Santos (1977; 2008) e Roma (2016), a pechincha e a barganha são comuns às feiras livres e ao circuito inferior da economia, pois seus preços geralmente são negociáveis. Neste âmbito, Mascarenhas (1991) explica que a pechincha rompe com a passividade comum aos consumidores modernos, instituindo um ato interativo entre vendedor e freguês durante o ato da compra. Como geralmente não visam o acúmulo de capital, essas atividades possuem como característica a possibilidade de alteração momentânea dos preços, pois os trabalhadores deste circuito dependem dos rendimentos obtidos para sua subsistência e do núcleo familiar (MASCARENHAS, 1991; SANTOS, 2008; SALVADOR, 2012; ROMA, 2016).

Como as relações são diretas e pessoais e a publicidade é incipiente, a propaganda é feita no próprio local de trabalho e em contato direto com os clientes. Consequentemente, os investimentos financeiros relativos à publicidade são desnecessários. Destarte, os descontos são oferecidos durante a venda (SANTOS, 1977; 2008; SALVADOR, 2012; ROMA, 2016). Na conjuntura nepomucenense, constantemente os gêneros são comercializados com desconto, inclusive em situações nas quais os consumidores não pechinham.

“Todavia, é necessário notar que a pechincha é tanto um resultado das condições sazonais, quanto um ajustamento entre cliente e comerciante” (SANTOS, 2008, p. 248). Assim sendo, observou-se que em Nepomuceno as negociações envolvendo a redução dos

preços dos alimentos vendidos eram mais favoráveis aos consumidores quando abrangiam produtos típicos da estação. Portanto, a sazonalidade de muitos gêneros agrícolas influencia em seus preços e no êxito das pechinchas realizadas pela clientela.

Os diálogos e as relações pessoais entre feirantes e consumidores facilitam a diminuição dos preços venais, uma vez que enquanto comerciantes, os feirantes procuram manter a fidelidade de seus clientes através de uma maior flexibilidade no tocante aos preços. Em Nepomuceno, os descontos também são praticados conforme a fidelidade dos consumidores e a quantidade de gêneros adquirida. Neste sentido, os descontos ofertados aos clientes mais antigos e aos que comprem maiores quantidades revelam uma relação de horizontalidade nas feiras livres. No tocante à oscilação dos preços no circuito inferior da economia urbana, Santos (2008, p. 248) assinala que:

Os preços no circuito inferior dependem, de um lado, das condições em que o comerciante é abastecido e, de outro, das formas de relação com sua clientela. No que concerne sobretudo aos produtos alimentares, a oscilação das quantidades oferecidas no mercado é considerável. Assim, os preços tendem a subir quando a oferta é menor, tanto mais que os atacadistas podem então se dedicar à especulação.

No fragmento destacado, o geógrafo sublinha que em virtude da grande variabilidade da oferta de mercadorias em atividades características do circuito inferior da economia, como as feiras livres, a inconstância dos preços é algo comum. A oscilação dos preços atinge principalmente os gêneros alimentícios, cuja oferta depende diretamente de sua sazonalidade. Em consonância com os dizeres do autor, observou-se expressiva variação sazonal das frutas comercializadas na feira livre nepomucenense, reverberando em profunda redução de seus preços venais durante o período da safra.

Acerca do tema, Santos et al. (2014) e Araujo e Ribeiro (2018) salientam a sazonalidade dos produtos encontrados nas feiras livres, pois há uma alternância dos víveres comercializados conforme as estações do ano. No panorama nepomucenense, algumas frutas, como lichia, morango, jabuticaba, abacaxi, nectarina, ameixa, pêssego, manga e romã, são encontradas apenas em determinados períodos do ano.

Conforme enuncia Porto (2005), o movimento financeiro nas feiras livres é ampliado nas proximidades de festividades e datas comemorativas. Nesta perspectiva, notou-se significativo acréscimo na circulação de dinheiro na feira livre em Nepomuceno durante o período de colheita do café, o qual movimenta a economia municipal, pois muitos cafeicultores e apanhadores adquirem diversos produtos com as receitas auferidas através da comercialização da rubiácea e do trabalho na apanha, respectivamente.

Segundo Santos (1977; 2008), os comerciantes do circuito inferior não contabilizam as finanças de seus empreendimentos. Todavia, em pesquisa relativa ao setor alimentício, Lelis (2017) demonstrou que a parcela majoritária dos trabalhadores do circuito inferior controla as finanças de seus negócios, calculando os lucros, as variações de preços, entre outros aspectos concernentes à atividade comercial. Neste âmbito, Roma (2016) afirma que a maioria dos feirantes ainda registra suas contas através de cadernetas e blocos de anotações, prática notada em Nepomuceno, pois os trabalhadores das feiras livres anotam suas despesas e rendimentos principalmente através de cadernos, livros de registros e agendas.

De acordo com Bromley, Symanski e Good (1980), o feirante frequentemente orienta o consumidor quanto à qualidade dos gêneros, às formas de uso e cozimento, acerca de suas benesses à saúde e suas contraindicações, entre outros aspectos. Já Mascarenhas (1991), afirma que as feiras livres são marcadas por inúmeras relações pessoais, pois o consumidor tem que dialogar com o feirante sobre a qualidade dos produtos, os preços, entre outros assuntos, contatos que não acontecem nos supermercados, marcados pela impessoalidade e pela incipiência dos diálogos entre vendedor e cliente. Além disso, o autor salienta o tratamento cordial e personalizado do feirante em relação à sua clientela. Assim sendo, foram observadas variadas relações de pessoalidade e comunicações nas feiras livres em Nepomuceno, nas quais os feirantes dão dicas e sugestões sobre os víveres comercializados, suas possibilidades e benefícios, além de conversarem sobre diversos assuntos, inclusive temas atrelados à vida pessoal de seus fregueses.

Pela dificuldade de estocagem e armazenamento de produtos, é comum que ao final das feiras livres, o preço de determinados produtos diminua. A falta de estrutura para refrigeração e conservação dos alimentos contribui para a redução dos preços (PORTO, 2005). Neste cenário, o “(...) vendedor procurará escoar o mais depressa possível as mercadorias mais perecíveis. O produto será então oferecido ao que se poderia chamar de preço de ocasião” (SANTOS, 2008, p. 249). O excerto em destaque representa a conjuntura do município de Nepomuceno, pois alguns feirantes negociam seus produtos com descontos maiores ao final da feira, principalmente quando restam poucas unidades de determinado gênero.

Mascarenhas (1991) afirma que o feirante-produtor, típico do início do período novecentista, praticamente inexistia em território brasileiro. Já nos tempos hodiernos, em virtude da expansão das áreas urbanas, há o crescimento das redes atacadistas e varejistas de supermercados, entre outros fatores. Nesta perspectiva, o autor defende que a partir do decênio de 1980, a maioria dos feirantes passou a comercializar produtos oriundos dos

complexos agroindustriais, escoando a produção dos grandes agricultores. No entanto, Nepomuceno se distingue expressivamente do panorama descrito por Mascarenhas (1991), pois a maioria dos feirantes do município vende víveres produzidos em suas próprias propriedades rurais, cujas dimensões são exíguas. Assim sendo, a feira nepomucenense difere das feiras livres das grandes urbes, como São Paulo e Rio de Janeiro, as quais favorecem a reprodução do capital, beneficiando as corporações oligopolistas hegemônicas no cenário agrícola nacional.

Com efeito, Bromley, Symansky e Good (1980) explicam que é comum que os trabalhadores dos mercados periódicos possuam mais de uma ocupação profissional. Todos os feirantes nepomucenenses exercem uma dupla jornada de trabalho ao longo da semana, pois além do trabalho nas bancas, também são agricultores, labutando em suas terras e comercializando os víveres produzidos com hortifrúteis, mercearias e supermercados de Nepomuceno e dos municípios vizinhos.

Portanto, a maior parte das mercadorias comercializadas é procedente da zona rural de Nepomuceno e cultivada nas terras dos feirantes-produtores. Neste panorama, a maioria dos feirantes reside na zona rural e nasceu no próprio município e todos os trabalhadores da feira livre municipal são proprietários de seus pontos de venda. A maioria dispõe de auxílio de familiares durante a jornada de trabalho, os quais, em geral, não são remunerados pelo serviço executado. As receitas obtidas com a venda das mercadorias nas bancas são comumente empregadas para investimentos produtivos e para a compra de itens destinados ao consumo do grupo familiar. Sobre o assunto, Porto (2005) afirma que a maior parte dos trabalhadores das feiras livres é do sexo masculino. Entretanto, notou-se certo equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres feirantes no município de Nepomuceno, no período 2016-2019.

Silva e Hespanhol (2016) afirmam que a venda dos excedentes nas feiras livres constitui uma das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. Sob essa perspectiva, todos os produtores que trabalham na feira livre em Nepomuceno não estão associados às cooperativas. Dentre as quinze barracas estudadas, apenas três plantam e vendem café. No entanto, a área destinada ao seu cultivo possui pequena dimensão e os feirantes se encarregam da venda do café produzido, o qual é comercializado na própria feira, em seus estabelecimentos agropecuários ou entregues em domicílio. Consequentemente, pode-se afirmar que a comercialização de víveres agropecuários na feira constitui uma alternativa em relação à filiação às cooperativas, colaborando para a diminuição da dependência frente ao mercado e, por conseguinte, para o aumento da soberania alimentar dos agricultores no município. Como vendem uma maior variedade de gêneros, os feirantes

diversificam os sistemas de produção desenvolvidos em seus imóveis agrícolas. Com relação à diversificação produtiva e à policultura, Aguiar (2017, p. 143) argumenta que:

Estas diferentes situações sugeriam que os sistemas de produção adotados na unidade familiar poderiam favorecer mais ou menos a maior ou menor participação das jovens mulheres nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de fazer a gestão da propriedade. Foi possível perceber que os sistemas de produção que combinavam duas, três ou mais explorações (grãos, hortícolas, leite ou suínos, aves e leite p.ex.) tendiam a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo, do que aqueles que se baseavam em um único tipo de exploração (grãos, por exemplo). Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto de atividades variadas necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo de todos (as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades.

No trecho em evidência, a autora ressalta que elementos como a pluriatividade e a diversidade de atividades produtivas valorizam a participação das mulheres no trabalho familiar e ampliam sua voz nas deliberações relativas à unidade agrícola, promovendo maior igualdade de gênero. Os agricultores que dispõem de bancas na feira livre nepomucenense condizem com esse contexto, pois cultivam diversos gêneros e criam animais em suas terras para autoconsumo e venda, além de serem responsáveis pela comercialização nas barracas. Assim sendo, com um rol maior de atividades, as unidades agrícolas demandam maior descentralização e participação feminina no trabalho agrícola. Nos estabelecimentos agropecuários dos feirantes, as mulheres são encarregadas principalmente do cultivo de hortaliças e frutas, da alimentação dos animais, da fabricação de quitutes e da venda dos produtos.

De acordo com Porto (2005), a poupança também é rara às feiras livres, pois os feirantes dispõem de diminuto capital. Assim sendo, normalmente precisam usar com urgência o dinheiro obtido com a venda dos víveres produzidos, fenômeno evidente em Nepomuceno, uma vez que a maioria dos rendimentos logrados é aplicada em investimentos no estabelecimento agrícola e no transporte dos produtos até às bancas ou para a aquisição de bens necessários ao núcleo familiar.

Segundo Mascarenhas (1991), o uso de jaleco branco no comércio de gêneros alimentícios é recomendável devido à questão de higiene. Entretanto, alguns feirantes utilizam a vestimenta em Nepomuceno, ao passo que outros não fazem uso desta indumentária. Neste panorama, notou-se que os comerciantes vestidos com jaleco durante a jornada de trabalho lidam, em sua maioria, com o preparo de alimentos de alta perecibilidade em suas barracas.



Em contrapartida, a parcela majoritária dos trabalhadores sem o traje mencionado não prepara ou cozinha alimentos para a venda, comercializando víveres crus em suas bancas.

Nas proximidades do espaço delimitado para a realização da feira livre, alguns vendedores ambulantes (Figura 10) comercializam produtos como frango, feijão, banana, café, laranja e morango, aproveitando-se do fluxo de consumidores atraídos pelas outras barracas. Além disso, esses trabalhadores evitam o pagamento da taxa cobrada pela Prefeitura para a montagem das barracas na feira livre, prática que expressa nitidamente a pauperização desses comerciantes no município, pois o tributo coletado possui valor monetário relativamente baixo (R\$ 15, 00).



**FIGURA 10: Comércio de Ambulantes nas Proximidades da Feira Livre**

**Autor:** Lucas Guedes Vilas Boas

**Data:** 06/01/2018

As feiras livres constituem uma fonte de renda para muitos trabalhadores no Brasil. São espaços caracterizados por uma sociabilidade específica, isto é, por normas sociais de comportamento implícitas e singulares. Ademais, contêm redes de relações pessoais e de vínculos entre diversos sujeitos, como os feirantes, os clientes e os moradores das áreas adjacentes à realização do evento. Em virtude de sua dinâmica e de suas exigências, o trabalho nestes espaços é árduo, sendo realizado através de várias etapas e caracterizado pela agilidade, criatividade e adaptabilidade (SATO, 2007).

Para Araujo e Ribeiro (2018), as feiras livres são uma importante fonte de renda monetária para as famílias camponesas, uma vez que constituem uma forma de acesso ao

mercado e viabilizam a venda e a valorização dos víveres por eles produzidos. Outra tática formulada por esses comerciantes é a troca das mercadorias restantes ao final do dia de trabalho (SANTOS et al., 2014), prática também efetuada por alguns dos trabalhadores da feira livre nepomucenense. Nesta perspectiva, a necessidade de subsistência dos feirantes é um dos fatores que favorece a perpetuação desses tipos de mercado (PORTO, 2005).

De acordo com Santos et al. (2014), a religiosidade é um aspecto presente em muitas feiras livres. Em Nepomuceno não é diferente, pois diversos artigos religiosos, como crucifixos, terços, escapulários e imagens de santos, são comercializados. Além disso, é usual a execução de cânticos de cunho religioso em algumas bancas.

As feiras livres materializam costumes e tradições e trazem alguns elementos do rural ao urbano. De maneira geral, são lugares que guardam semelhanças entre si, mesmo que estejam localizados em distintos espaços-tempos. Comuns nas pequenas cidades, estes espaços contêm ampla diversidade de sujeitos e propiciam a comercialização de excedentes da produção agrícola. Suas paisagens são peculiares, pois contêm uma vasta gama de cores, sons e cheiros inabituais aos ambientes citadinos. Ademais, é corriqueira a reutilização de instrumentos e objetos de trabalho com as mais distintas finalidades (SANTOS et al., 2014; ROMA, 2016). Apesar da limitação de recursos financeiros, há significativa preocupação estética, sobretudo com relação à apresentação das mercadorias (SATO, 2007).

Nas entrevistas semiestruturadas efetuadas, a maioria dos feirantes afirmou que sua produção agropecuária é direcionada ao autoconsumo, isto é, à produção de valores de uso, enquanto o excedente é comercializado. Essa condição caracteriza a produção simples de mercadorias, na qual o trabalhador é também o proprietário dos meios de produção. Tais características também distinguem as práticas agrícolas realizadas por estes agricultores da produção capitalista de mercadorias (CHAYANOV, 1974; KAUTSKY, 1980).

De acordo com Chayanov (1974), na produção simples de mercadorias, o próprio trabalhador é responsável pela produção e distribuição dos gêneros produzidos, algo comum aos agricultores que comercializam as espécies lavradas na feira livre municipal de Nepomuceno. A venda dos víveres cultivados tem o objetivo de gerar rendimentos que serão empregados tanto para a aquisição de bens que possibilitem a sobrevivência do núcleo familiar, quanto em investimentos financeiro-produtivos no estabelecimento agrícola. Deste modo, parte dos lucros obtidos com a comercialização da produção retorna para o processo de produção, através da aquisição de insumos, como fertilizantes químicos, máquinas e equipamentos agrícolas. Neste contexto, a produção simples de mercadorias se difere da produção capitalista principalmente em virtude das relações sociais de trabalho e de produção

desenvolvidas, pois o trabalho é majoritariamente familiar. Assim sendo, geralmente são os membros da família que produzem e comercializam as mercadorias (CHAYANOV, 1974).

Ademais, na produção simples de mercadorias, a despeito de a produção ser direcionada ao próprio consumo, há a comercialização do excedente. Essa situação é típica da agricultura camponesa e constitui uma de suas formas de resistência frente à submissão da agropecuária ao capitalismo. Neste cenário, uma das premissas deste tipo de produção é a posse do meio de produção (terra) e a inexistência do trabalho assalariado (CHAYANOV, 1974; KAUTSKY, 1980). Assim sendo, salienta-se que todos os feirantes nepomucenenses são proprietários fundiários e empregam mão de obra familiar na produção agrícola.

Cabe frisar que as feiras livres constituem uma das táticas engendradas pelos agricultores para a sobrevivência e a reprodução do grupo familiar. Por intermédio desta práxis, especialmente em virtude do ganho de autonomia durante o processo produtivo, também alcançam a soberania alimentar. Sob esse prisma, a diversidade de gêneros vendidos e a produção policultora se opõem à monocultura e à especialização produtiva, as quais colaboram para a perda da soberania alimentar (WITTMAN, 2009; PAULINO, 2015; ARAUJO; RIBEIRO, 2018). A opção pela policultura entre os feirantes de Nepomuceno ocorre porque parcela da produção é destinada ao autoconsumo. Por conseguinte, a maior diversidade de gêneros reverbera em ganho de qualidade nos regimes alimentares de suas famílias. Além disso, há a possibilidade de aumento dos rendimentos financeiros, uma vez que o cultivo de mais víveres agrícolas amplia as possibilidades de comércio e atenua os efeitos das crises financeiras e da sazonalidade de algumas espécies sobre as receitas auferidas pelos agricultores.

Paulino (2015) afirma que a produção em pequena escala direcionada ao mercado interno, a autogestão do estabelecimento agrícola, o controle sobre o trabalho, a terra e os instrumentos de trabalho, a diversidade criativa e a inserção nos circuitos curtos de troca, distribuição e consumo são características dos grupos que se encontram em situação de soberania alimentar. Apesar da oposição à dependência em relação ao mercado, a soberania alimentar defende a inserção dos pequenos agricultores nos mercados locais, especialmente para a comercialização dos excedentes agrícolas (THOMAZ JÚNIOR, 2007; PAULINO, 2015).

Tais predicados condizem com a situação dos feirantes no município de Nepomuceno, visto que os mesmos administram suas propriedades fundiárias e as negociações das mercadorias produzidas, têm produção de pequena dimensão destinada ao autoconsumo e à venda nos mercados locais, possuem autonomia em relação ao seu trabalho e estão inseridos

nos pequenos circuitos de comercialização por intermédio do trabalho na feira livre. Deste modo, o crescimento do número de agricultores integrados à feira e o aumento dos incentivos estatais para a efetivação desses mercados periódicos podem colaborar para a ampliação da soberania alimentar, tanto em escala local, quanto nacional.

De acordo com Porto (2005), Santos (1977; 2008) e Roma (2016), a baixa escolaridade é uma característica dos trabalhadores do circuito inferior, algo visível em Nepomuceno, visto que a maioria dos feirantes do município possui Ensino Fundamental ou Médio Incompleto, corroborando os dizeres dos autores.

Nas palavras de Santos (2008), existem alguns mecanismos financeiros essenciais ao funcionamento do circuito inferior da economia, como o crédito, o qual auxilia tanto vendedores, quanto consumidores. Entretanto, em decorrência da disseminação do crédito, ocorreu a ampliação do endividamento dos sujeitos inseridos no circuito inferior, culminando na piora de suas condições de vida. Não obstante, é necessário sublinhar que a escassez de capital entre os comerciantes do circuito inferior gera a necessidade do crédito para viabilizar seu trabalho.

No caso das feiras livres, inclusive no município de Nepomuceno, o crédito também é fundamental aos feirantes, pois permite que invistam em infraestrutura produtiva e ampliem sua produção. 80% dos feirantes nepomucenenses estão associados à agricultura familiar, adquirindo crédito através do PRONAF. Neste âmbito, alguns trabalhadores revelaram a existência de dívidas decorrentes do não pagamento dos débitos assumidos.

De acordo com Roma (2016), a quantidade de bens, serviços e equipamentos comerciais nas cidades locais-híbridas<sup>29</sup> é diminuta, a taxa de desemprego geralmente é elevada, os salários são baixos e a maioria dos empregos públicos é preenchida por moradores de outros municípios. Este cenário afeta diretamente a capacidade de aquisição de bens e serviços de seus habitantes, uma vez que seus recursos financeiros são escassos, prejudicando o desenvolvimento da economia e do comércio municipais. Deste modo, seus moradores se deslocam até cidades maiores, geralmente sub-regionais ou médias, na busca por serviços e/ou bens especializados. O contexto de Nepomuceno se assemelha à situação discutida pela autora, pois municípios próximos, como Lavras e Varginha, suprem várias demandas da população nepomucenense relacionadas ao consumo e à prestação de serviços, especialmente vinculadas à educação, à saúde, à cultura e ao lazer. Ademais, muitos cargos públicos são

---

<sup>29</sup> De maneira sucinta, pode-se afirmar que Roma (2016) denomina cidades locais-híbridas as pequenas cidades inseridas na rede urbana com predominância de atividades do circuito inferior da economia, as quais atendem às necessidades elementares da população. Neste âmbito, Nepomuceno apresenta diversas características que permitem seu enquadramento na categoria arquitetada pela autora.

ocupados por trabalhadores que não residem no município e efetuam o movimento pendular diariamente.

Em municípios com baixa média salarial, a procura da população por fontes de renda no circuito inferior é maior (ROMA, 2016). Em muitos casos, os trabalhadores vislumbram na informalidade a chance de ampliarem seus rendimentos mensais. De acordo com dados do IBGE, em 2016 a média salarial mensal dos trabalhadores formais no município de Nepomuceno era de 1,7 salários mínimos (IBGE, 2018b), configurando um contexto em que a maioria dos assalariados de carteira assinada recebe diminutas remunerações<sup>30</sup>, conforme ilustra a tabela 27, referente ao ano de 2010.

**Tabela 27: População Ocupada de 10 ou mais Anos de Idade, segundo a Faixa Salarial Mensal do Trabalho Principal, no Município de Nepomuceno-MG em 2010**

<b>Faixa Salarial</b>	<b>População Ocupada na Faixa Salarial</b>	<b>Percentual em Relação à População Ocupada Total</b>
Até 1/4 de salário mínimo	248	2,03%
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	967	7,94%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	5.780	47,43%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3.459	28,38%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	583	4,78%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	402	3,30%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	230	1,89%
Mais de 10 a 15 salários mínimos	9	0,08%
Mais de 15 a 20 salários mínimos	32	0,26%
Mais de 20 a 30 salários mínimos	7	0,06%
Mais de 30 salários mínimos	0	0%
Sem rendimentos	468	3,84%
<b>Total</b>	<b>12.187</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** IBGE. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Além disso, salienta-se que apenas 3.249 habitantes do município estavam ocupados em alguma atividade formal de trabalho, totalizando aproximadamente 12% da população total de Nepomuceno, a qual foi estimada em 26.709 habitantes no ano de 2018 (IBGE, 2018b). Os dados elencados evidenciam a precariedade das condições de trabalho dos nepomucenenses, os quais recorrem, com considerável frequência, ao trabalho informal.

<sup>30</sup> Em 2018, 34,7% dos domicílios de Nepomuceno possuíam renda mensal *per capita* inferior ou igual a meio salário mínimo (IBGE, 2018).

Em pesquisa relativa ao circuito inferior nas cidades de Flora Rica, Pracinha e Mariópolis, Roma (2016) observou que os principais motivos que impelem os trabalhadores ao circuito inferior da economia urbana são: o aumento dos ganhos financeiros, a maior lucratividade e rentabilidade, a incipiência dos serviços e do comércio nas pequenas cidades, a liberdade financeira e a autonomia no trabalho. No panorama nepomucenense, os feirantes afirmaram que a opção pelo trabalho no circuito inferior ocorreu em virtude da possibilidade de ampliação dos rendimentos e de comercialização dos excedentes agrícolas, da escassez e da precariedade de postos de emprego formal no município, da ausência de patrão, entre outros motivos.

Na visão dos próprios trabalhadores, a feira livre nepomucenense poderia ter mais barracas e produtos para exposição, visando a atração de mais consumidores. Outras melhorias sugeridas pelos feirantes são a reforma das bancas e a disponibilização de condução para as barracas, visto que são os próprios feirantes que transportam através de caminhonetes e camionetas todos os equipamentos necessários à sua montagem. Ademais, foi criticada a ausência de toailete destinado aos feirantes, uma vez que utilizam as dependências sanitárias da Escola Municipal Prefeito Ribeiro Neto. No entanto, nem sempre a chave da instituição de ensino é providenciada aos comerciantes. Outra reivindicação dos feirantes é a cessão de um cômodo fechado para os pontos de venda, pois o público consumidor diminui consideravelmente em dias chuvosos.

No dia 12 de maio de 2019, houve a inauguração do Mercadão do Produtor Rural de Nepomuceno (Figura 11), situado na Avenida Monsenhor Luiz de Gonzaga, em um local próximo ao de realização da feira livre municipal. A sede do estabelecimento é um galpão alugado por um grupo de produtores rurais, os quais não tiveram apoio da Prefeitura Municipal para a iniciativa. A princípio, o mercado abrirá todos os domingos, entre 07 e 13 horas.



**FIGURA 11: Fachada da Sede do Mercado do Produtor Rural de Nepomuceno**

**Autor:** Lucas Guedes Vilas Boas

**Data:** 18/05/2019

No tocante ao consumo, os principais fatores que impelem os clientes a adquirirem mercadorias nas feiras são a preferência pelas compras nesta forma de comércio, os menores preços dos produtos vendidos, a diversidade e a qualidade dos gêneros comercializados (CARVALHO; REZENDE; REZENDE, 2010). As justificativas elencadas pelos autores coincidiram com as razões apontadas pelos consumidores da feira livre em Nepomuceno para a preferência conferida à compra nas bancas.

Conforme esclarecem Mascarenhas (1991), Santos (2008) e Roma (2016), os circuitos inferior e superior da economia se relacionam e convivem frequentemente em locais próximos ou inclusive nos mesmos espaços. Contudo, o circuito superior é hegemônico na economia mundial. Desta maneira, a articulação entre ambos favorece a exploração do trabalho, especialmente do trabalho informal. Em Nepomuceno, a feira livre se situa nas adjacências de diversos estabelecimentos do circuito superior, como instituições de ensino, supermercados, papelarias e restaurantes. Em muitas situações, na mesma jornada, os consumidores do município adquirem gêneros do supermercado e da feira, isto é, dos circuitos superior e inferior da economia.

De acordo com Salvador (2012), Santos (2013), Roma (2016) e Lelis (2017), o uso das máquinas de cartão evidencia a adoção de tecnologias no circuito inferior e o vínculo entre os dois circuitos da economia urbana. Em Nepomuceno, a utilização destes equipamentos ainda

é incipiente, uma vez que são utilizados por somente um feirante. No entanto, alguns comerciantes indicaram a pretensão de adquirir a maquininha de cartão, pois muitos clientes costumam efetivar suas compras em outros estabelecimentos através do cartão de débito ou de crédito.

No circuito inferior da economia, os espaços reservados à venda e à exposição dos produtos geralmente são pequenos (SANTOS, 1977; 2008). Na feira livre municipal de Nepomuceno, as bancas dos feirantes apresentam exíguas dimensões, limitando-se apenas à extensão suficiente para a exposição das mercadorias. Além disso, os lugares dos pontos de venda foram mantidos entre os anos de 2016 e 2018. Para Lelis (2017), a conservação do local da banca na feira é um importante elemento para a manutenção da clientela, pois os fregueses geralmente se recordam do posicionamento dos pontos de venda nos quais efetivaram compras.

Com base nas características elencadas, o quadro 05 sintetiza os principais aspectos da feira livre de Nepomuceno:



**Quadro 05: Síntese das Principais Características  
da Feira Livre de Nepomuceno-MG**

<b>Data, Horário e Local de Realização</b>	Avenida Monsenhor Luiz de Gonzaga - Centro (Eixo de Crescimento Imobiliário do Município). Todos os Sábados, de 06h00min às 12h30min
<b>Número de Feirantes</b>	Trinta (15 Homens e 15 Mulheres)
<b>Produção</b>	Produção Simples de Mercadorias - Agricultor Produz e Comercializa os Gêneros Lavrados - Autoconsumo e Comercialização de Excedentes
<b>Origem dos Produtos Comercializados</b>	Zona Rural de Nepomuceno - Estabelecimentos Agropecuários dos Próprios Feirantes
<b>Transporte das Mercadorias</b>	Responsabilidade dos Feirantes - Efetuado com o Auxílio de Carros, Camionetas e Caminhonetes
<b>Oferta de Produtos</b>	Alternância dos Gêneros Agrícolas Comercializados Devido à Sazonalidade
<b>Consumidores</b>	Maioria de Mulheres e Aposentados - Motivos para a Compra na Feira: Preços Baixos, Diversidade Gêneros Ofertados e Qualidade dos Alimentos Vendidos
<b>Negociação dos Preços</b>	Diálogos e Relações de Pessoalidade - Pechincha, Barganha e Descontos
<b>Taxa para a Montagem das Barracas</b>	R\$ 15,00 por Sábado
<b>Contabilidade Financeira</b>	Anotações em Cadernos, Agendas e Livros de Registros
<b>Soberania Alimentar</b>	Alternativa em Relação às Cooperativas, Autonomia na Produção e Comercialização, Menor Dependência Frente ao Mercado, mas com Dependência Financeira
<b>Financiamentos/Empréstimos Agrícolas</b>	Vinte e Quatro (80%) Feirantes Aderiram ao PRONAF
<b>Reivindicações dos Feirantes</b>	Cessão de um Cômodo Fechado para as Vendas, Toaleta para os Feirantes e Disponibilização de Transporte para as Bancas e os Produtos

**Autor:** VILAS BOAS, Lucas Guedes.

Conforme afirma Sato (2007), as feiras livres configuram outro uso ao território. Sob esse prisma, a feira livre de Nepomuceno apresenta territorialidade cíclica, pois na maior parte da semana a avenida é utilizada para o trânsito de automóveis, enquanto nas manhãs dos sábados o espaço é ocupado pelas bancas. Deste modo, a rua, outrora espaço de tráfego dos veículos automotores, torna-se palco do comércio (SILVA, MIRANDA, CASTRO JUNIOR, 2014). Nas palavras de Souza (2000), a territorialidade cíclica é caracterizada pela alternância de uso do território em determinados momentos. No rol das territorialidades flexíveis, as áreas de influência das feiras livres transcendem o espaço delimitado para sua realização, alcançando locais próximos. Nesta perspectiva, Santos (2008) afirma que a área de influência das atividades do circuito inferior é contígua, abarcando principalmente o público consumidor da vizinhança.

A feira livre de Nepomuceno atrai majoritariamente clientes das ruas limítrofes, cuja maioria vai caminhando até o espaço onde se encontram as bancas. Assim, há a apropriação de um espaço tipicamente urbano, em uma das principais avenidas do município, por um grupo majoritariamente rural, uma vez que a maioria dos feirantes reside no campo nepomucenense, origem dos víveres comercializados na feira livre, a qual constitui um território com temporalidade bem definida. Neste contexto, há uma alteração momentânea de um ambiente cotidianamente citadino para um local provisoriamente marcado por elementos tipicamente rurais, como as canções tocadas pelos músicos, as vestimentas trajadas pelos feirantes, a cooperação durante a jornada de trabalho, entre outros aspectos.

### **8.3 – A Produção de Cafés Especiais e Orgânicos em Nepomuceno-MG**

O cultivo e a comercialização de cafés especiais e orgânicos também constituem uma possibilidade aos agricultores nepomucenenses para o aumento dos rendimentos financeiros e a melhoria das condições de vida. Destarte, sua produção em escala local foi analisada, discutindo as vantagens apresentadas, bem como os problemas enfrentados em todo o processo produtivo.

Segundo os gestores da filial da Cooxupé em Nepomuceno, a produção de cafés especiais, como os orgânicos ou varietais, é incipiente no município. De acordo com dados do IBGE (2018a), apenas 24 (1,57% do total) estabelecimentos agropecuários municipais desenvolviam agricultura ou pecuária orgânica no ano de 2017. No entanto, a Associação Flor de Café vem estimulando a produção de cafés especiais nos estabelecimentos agrícolas nepomucenenses por meio da parceria com alguns cafeicultores municipais. Seu principal

objetivo é a valorização da produção e da cultura cafeeiras de Nepomuceno, almejando o aumento dos rendimentos dos cafeicultores locais e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de vida. Composta por uma equipe de especialistas em diversas áreas vinculadas à cafeicultura, a Flor de Café possuía 15 produtores associados em 2018 e comercializa seus cafés para vários locais no Brasil e no exterior. Ademais, vende dois tipos de cafés especiais torrados de própria produção, o Garanguí e o Morembá (Figura 12). Embora já tenha iniciado o plantio conforme as normas da agricultura orgânica em algumas das propriedades associadas, em 2018, a organização ainda não vendia cafés orgânicos (ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ, 2018).



**Figura 12: Cafés Especiais Torrados Comercializados pela Associação Flor de Café em 2019**

**Fonte:** ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ. 2018. Disponível em: <<http://www.flordecafe.net/>>. Acesso em 12 jun. 2018.

Enquanto as associações – em tese – não têm como objetivo principal o lucro e concebem o comércio como algo facultativo, as cooperativas possuem capital social e têm caráter notadamente mercantil, uma vez que um de seus objetivos é a comercialização, ofertando vantagens e benefícios aos cooperados. As cooperativas, diferentemente das associações, exercem atividades de prestação de serviços, produção, consumo, crédito e comercialização (LIEBHARDT, 1982).

A despeito da designação jurídica de associação, a Flor de Café possui algumas características atribuídas às cooperativas, pois presta serviços, como consultorias técnicas, aos

cafeicultores associados, além da atuação direta na produção e na comercialização da rubiácea produzida por seus integrantes. Desta maneira, não é possível afirmar que o cafeicultor vinculado à associação tenha maior autonomia no processo de produção em comparação com os cooperados da Cocatrel, da Capebe e da Cooxupé, pois depende do apoio técnico fornecido pela associação para o cultivo, o beneficiamento e a venda dos grãos cultivados.

Assim, a Flor de Café é uma associação capitalizada e capitalista, visto que seus integrantes possuem expressivo capital para investimentos produtivos e atuam no setor agroindustrial por meio do cultivo de café, milho e soja e da criação de aves e bovinos, atividades para as quais contam com a posse de frigoríficos, granjas, indústrias leiteiras, entre outras instalações. Buscando a melhoria da qualidade dos cafés produzidos pelos associados e a produção de cafés especiais – cujos preços venais são elevados – a associação almeja a ampliação dos rendimentos e dos lucros auferidos por seus integrantes. Além disso, a empresa se apropria da mais-valia a montante, pois paga ao apanhador de café um valor monetário inferior ao produzido por seu trabalho, e da mais-valia a jusante, por meio da venda de cafés especiais.

A produção de cafés orgânicos no município de Nepomuceno ainda é ínfima em comparação com a quantidade total de café produzida pelos agricultores municipais, pois são raros os agricultores que cultivam os grãos seguindo as normas higiênico-sanitárias da produção orgânica. Apesar dos esforços de algumas entidades, como a EMATER, a agricultura orgânica não obteve ampla disseminação em terras nepomucenenses. Ademais, observou-se grande relutância da maioria dos cafeicultores locais na adesão à produção orgânica. Dentre os principais empecilhos à cafeicultura orgânica, destacaram-se em suas falas o elevado investimento financeiro necessário a esse tipo de produção e a dificuldade no atendimento a todos os requisitos da agricultura orgânica.

A incipiência da assistência técnica e das linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica, assim como a escassez de trabalhadores aptos ao trabalho com a produção orgânica constituem empecilhos à sua disseminação no Brasil. Outros fatores, como a insuficiência de equipamentos agrícolas adequados à modalidade de produção, a exiguidade de capital para investimentos financeiro-produtivos e a dificuldade no controle das pragas da lavoura também atravancam a propagação da agricultura orgânica em território nacional (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006; PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

Em pesquisa realizada no estado de Mato Grosso do Sul, Padovan, Gomes e Padovan (2017) observaram que muitos agricultores não investem na produção orgânica devido ao receio quanto à exequibilidade da produção e da comercialização, as quais são cruciais à

geração de renda e à sobrevivência do grupo familiar. Não obstante, a maioria dos agricultores orgânicos sul-mato-grossenses declarou ter menor custo de produção em relação à agricultura convencional, especialmente em virtude da possibilidade de uso de insumos oriundos de suas propriedades, como os orgânicos, do controle das pragas através de receitas caseiras e da produção de sementes no próprio estabelecimento agrícola.

Entretanto, em Nepomuceno, a maioria dos agricultores considera a produção orgânica mais cara que a convencional. Com base na pesquisa realizada, pode-se afirmar que muitos produtores nepomucenenses desconhecem as técnicas da agricultura orgânica e possuem diminuto capital, dificultando possíveis investimentos na estrutura produtiva. Além disso, há carência de máquinas e instrumentos específicos e de mão de obra qualificada ao expediente da agricultura orgânica.

Em consonância com a fala de gestores de cooperativas, alguns produtores que optaram pela agricultura orgânica no sul de Minas Gerais afirmaram que o rendimento do café orgânico não compensou seus elevados custos. Assim, consoante os seus próprios relatos, a produção convencional era mais rentável que a orgânica e a dificuldade de controle das pragas na produção orgânica era expressiva. A hegemonia das cooperativas na cafeicultura sul-mineira é um empecilho ao desenvolvimento da cafeicultura orgânica, pois essas empresas se preocupam somente com aspectos vinculados à produtividade e aos lucros, em detrimento da preservação ambiental. Ademais, as cooperativas comercializam agrotóxicos e fertilizantes químicos, cujo uso é incompatível com a agricultura orgânica (COULIS, 2011).

De acordo com a legislação brasileira, a produção orgânica engloba a sustentabilidade econômica, cultural e ambiental, intentando a minoração da dependência em relação às fontes energéticas não renováveis e a restrição do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas. Seus objetivos são assegurar a salubridade dos gêneros cultivados, ampliar e conservar a fertilidade e a atividade biológica do solo, preservar a diversidade da fauna e da flora, estimular a utilização de insumos orgânicos na produção, entre outros (BRASIL, 2003).

### **8.3.1 – Certificação de Produtos Orgânicos: Critérios Adotados e Problemas Enfrentados**

A certificação dos víveres orgânicos teve início nos Estados Unidos, durante o decênio de 1970. Nos anos 1980, ocorreram movimentos informais de certificação da produção orgânica no Brasil. Contudo, somente em 1999, o governo federal formulou uma legislação

normativa para a agricultura orgânica. Para receber o certificado de orgânico, o café deve atender a algumas normas, dentre as quais estão o uso de sementes produzidas de forma orgânica, a proibição ou a limitação do uso de fertilizantes químicos e praguicidas, o emprego do controle biológico e de técnicas sustentáveis ou mecânicas para o combate às pragas, a aplicação de matéria orgânica no solo para a ampliação da fertilidade e a rotação de culturas (UNCTAD, 1999; SOUZA, 2006). Desta maneira, em tese, a produção orgânica estimula a policultura e restringe o uso de transgênicos, praguicidas e adubos químicos.

Dentre suas vantagens, pode-se salientar a diminuta dependência em relação aos derivados do petróleo, a valorização da biodiversidade e dos processos naturais de fertilização do solo e a preferência pelo cultivo de espécies nativas (ALTIERI, 2005). Além disso, a agricultura orgânica visa a conservação e a restauração da fertilidade pedológica por intermédio de processos biológicos (PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

Os selos orgânicos conferidos aos alimentos são certificações frequentemente normatizadas pelos Estados nacionais, inclusive o brasileiro. Sua importância aumentou com o crescimento da demanda nacional e mundial por produtos orgânicos, especialmente em função de algumas características, como a maior salubridade dos víveres produzidos e a preocupação com a preservação ambiental. Para adquirir o selo de alimento orgânico, a produção deve ser fiscalizada por certificadores credenciados (UNCTAD, 1999; SOUZA, 2006).

A certificação de cafés orgânicos no Brasil acontece em conformidade à legislação nacional e internacional e aos parâmetros instituídos pela Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM). Pode-se dizer que sua qualidade é avaliada de acordo com critérios internacionais e a maioria da produção é destinada ao mercado externo (BARONE, 2017). A padronização da agricultura orgânica definida pelos órgãos internacionais diverge das propostas da agroecologia para a produção de alimentos, as quais almejam a autonomia dos agricultores e a diversidade de gêneros e espécies cultivadas, inserindo a produção orgânica no rol das atividades apropriadas pelo agronegócio internacional. No tocante à certificação de orgânicos, Schmidt (2001, p. 68) afirma que:

Na percepção do consumidor, a vantagem do produto orgânico se baseia quase sempre na confiança que ele tem em uma certificação. (...) Fundamentalmente, o sistema de certificação julga se um processo de produção está em conformidade com as regras estabelecidas pela normalização.

O ajuste às normas de entidades certificadoras, como a IFOAM, mostra que a agricultura orgânica está se adequando às exigências dos mercados internacionais, inserindo-

se em redes mundiais de produção e comercialização de alimentos associadas ao agronegócio. Ademais, a adaptação aos critérios de certificação revela o direcionamento da produção à venda, introduzindo os agricultores na produção capitalista de mercadorias e, conseqüentemente, minorando sua soberania alimentar.

Os estabelecimentos que comercializam orgânicos geralmente também vendem produtos provenientes da agricultura convencional e/ou que atendam a interesses diversos, como alimentos *diet*, *light* ou sem glúten. Isto é, o foco é o atendimento ao público consumidor e às suas exigências, em detrimento dos métodos de produção empregados, da autonomia e das condições de vida e de trabalho dos agricultores (NASCIMENTO et al., 2018).

O mercado de orgânicos vem crescendo e se estruturando nos últimos anos, especialmente por meio dos critérios de certificação que padronizam sua produção e a convertem em uma indústria de caráter capitalista. Visando a atração de um público consumidor preocupado com uma alimentação saudável e com o meio ambiente, os grandes supermercados comercializam alimentos orgânicos a altos preços, com o intuito de maximizar seus lucros. Como o supermercado atua como um intermediário entre o agricultor e o consumidor, o produtor dos gêneros orgânicos tem sua força de trabalho explorada, enquanto a maior parte das receitas financeiras é apossada pelas redes varejistas. Além disso, a presença de um intermediário onera o preço final das mercadorias, dificultando o acesso da população mais pobre aos alimentos orgânicos (NASCIMENTO et al., 2018).

Em alguns países do continente europeu, algumas cadeias agroalimentares mesclaram práticas agroecológicas e/ou orgânicas com o uso de sementes transgênicas, adaptando-se ao ideal produtivista do modo de produção capitalista. Assim, predomina a dimensão tecnoprodutiva da agroecologia, a qual desconsidera os conhecimentos tradicionais vinculados ao campesinato (LEVIDOW, 2015). Ao se apropriar da agroecologia e da agricultura orgânica, os capitalistas promovem a despolitização do movimento em torno da agroecologia e da produção orgânica de alimentos (RIVERA-FERRE, 2018).

Devido à possibilidade de agregação de valor à produção agrícola, a agricultura orgânica interessa bastante a determinados grupos de produtores, os quais se preocupam mais com os lucros, em detrimento da preservação ambiental e da qualidade dos alimentos. Destarte, estes agricultores vendem produtos diferenciados, com maior valor agregado, a elevados preços, garantindo o incremento das receitas oriundas da atividade agrícola (SCHMIDT, 2001; SOUZA, 2009).

Talvez o grande desafio da agricultura orgânica seja produzir alimentos limpos a preços acessíveis para pessoas de todos os níveis de renda monetária, ao passo que também assegure um pagamento justo aos agricultores, que propicie qualidade de vida e de trabalho aos seus núcleos familiares. Neste panorama, o alto preço de seus produtos fere, em partes, o princípio ético do movimento da agricultura orgânica, cujo intuito é viabilizar um regime alimentar saudável e de qualidade a todos os seres humanos (SCHMIDT, 2001).

Deste modo, o preço dos alimentos orgânicos constitui um obstáculo ao crescimento de seu consumo. Neste âmbito, a diferença de preço em relação aos produtos convencionais é maior nas redes varejistas de supermercados em comparação com as feiras de produtos orgânicos. Sob esse prisma, o sobrepreço pago pelos consumidores de orgânicos advém da responsabilidade ambiental e dos maiores gastos produtivos que oneram a agricultura orgânica (TERRAZZAN; VALARINI, 2009; PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

### **8.3.2 – A Produção de Alimentos Orgânicos no Município de Nepomuceno-MG**

Souza (2006) afirma que a transição para a agricultura orgânica é simples para os produtores familiares, uma vez que muitos já não empregam agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas em suas lavouras. Nesta perspectiva, Barone (2017) defende que a inserção da cafeicultura orgânica entre os pequenos agricultores é expressiva. Todavia, atender a todos os critérios exigidos para a certificação de produtos orgânicos é oneroso e complexo, especialmente para os pequenos agricultores, os quais dispõem de poucos recursos financeiros e tecnológicos para modificarem seus sistemas de produção. Deste modo, apesar dos benefícios proporcionados pelo cultivo orgânico, a conversão para esse tipo de produção ainda é inviável para muitos agricultores no país. Nesta ótica, o panorama agrário nepomucenense apresenta significativas diferenças em relação às palavras de Souza (2006) e Barone (2017), pois a maioria dos cafeicultores familiares do município julga difícil e financeiramente inexecutável a mudança para a produção orgânica.

No entanto, existem agricultores que produzem sem o emprego de insumos químicos industriais, visando a preservação ambiental e a qualidade dos alimentos cultivados, mas não seguem todas as exigências para a obtenção do certificado de alimento orgânico. As inúmeras obrigações impostas para a obtenção do selo de orgânico oneram o processo produtivo e atravancam a mudança de muitos pequenos agricultores para a produção orgânica. Desta maneira, existem trabalhadores que cultivam alimentos saudáveis e se preocupam com a conservação do meio ambiente, mas não conseguem ampliar seus ganhos financeiros com a



prática agrícola, uma vez que não atendem às inúmeras exigências da certificação de produtos orgânicos.

No município de Nepomuceno, alguns agricultores cultivam diversos gêneros em suas terras sem a utilização de insumos químicos, como sementes transgênicas, praguicidas e fertilizantes químicos. Além disso, utilizam métodos naturais para a conservação e o aumento de fertilidade dos solos, como a adubação orgânica, a cobertura morta, a adubação verde, o plantio em curvas de nível, o controle biológico de pragas, o consórcio e a rotação de culturas. Assim, pode-se afirmar que os alimentos produzidos nessas propriedades são saudáveis e os procedimentos utilizados em todo o processo produtivo não degradam os recursos naturais, como o solo e as águas superficiais e subterrâneas. No entanto, a despeito de os víveres lavrados serem, em geral, mais saudáveis que os gêneros oriundos da agricultura convencional, esses agricultores não conseguem comercializar os alimentos cultivados a maiores preços, pois não possuem o certificado comprobatório de produção orgânica.

Os critérios de certificação apenas avaliam se a produção ocorreu em conformidade com as diretrizes exigidas para a agricultura orgânica. Em virtude disso, alguns agricultores consideram a transição para a produção orgânica difícil e onerosa. Não obstante, apesar do respeito às normas de certificação, não há garantias que o alimento cultivado tenha maior qualidade ou apresente mais benefícios à saúde que os demais (SCHMIDT, 2001). Com relação ao tema, Padovan, Gomes e Padovan (2017) explicam que o parco conhecimento das práticas orgânicas colabora para o aumento dos gastos de produção entre os agricultores que aderem aos orgânicos.

Sem embargo, sublinha-se que a Fazenda Agropecuária Aracne Eireli, a qual possui 112 hectares de área, iniciou o plantio totalmente orgânico de café entre os anos de 2017 e 2018. Sua proprietária tem a intenção de conseguir o selo IBD Orgânico do Instituto Biodinâmica. Os profissionais envolvidos na proposta da propriedade optaram pela produção orgânica em virtude da sustentabilidade ambiental e da possibilidade de maior rentabilidade com a venda de cafés diferenciados, e também ressaltaram o diminuto mercado consumidor de orgânicos existente no município de Nepomuceno. A despeito da incipiente demanda, alguns proprietários fundiários municipais manifestaram interesse na conversão para a produção orgânica.

Dentre os métodos empregados na produção orgânica empreendida no estabelecimento, destacam-se a adubação com esterco de gado semiconfinado, a utilização de um adubo feito com farinha de sangue oriunda de frigoríficos que aumenta a quantidade de nitrogênio disponível no solo e o *bokashi*, que consiste em:

(...) uma mistura balanceada de matérias orgânicas de origem vegetal e/ou animal, submetidas a processo de fermentação controlada. (...) Os nutrientes do Bokashi são disponibilizados sob a forma de quelatos orgânicos, ou seja, estão presos nas estruturas orgânicas e têm a vantagem de não se perderem facilmente por volatilização ou lixiviação após a aplicação. A ação mais importante do Bokashi, entretanto, é introduzir microrganismos benéficos no solo, que desencadeiam um processo de fermentação na biomassa disponível, proporcionando rapidamente condições favoráveis à multiplicação e atuação da microbiota benéfica existente no solo, como fungos, bactérias, actinomicetos, micorrizas e fixadores de nitrogênio, que fazem parte do processo complexo da nutrição vegetal equilibrada e da construção da sanidade das plantas e do próprio solo (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2013, p. 05-06).

Desta maneira, o *bokashi* é uma técnica de compostagem que propicia o aumento do teor de matéria orgânica do solo, colaborando para a ampliação de sua fertilidade. Outros procedimentos efetuados no imóvel são a preparação e a aplicação de um biofertilizante líquido feito com água, esterco fresco, micronutrientes permitidos na agricultura orgânica e uma mistura proteica. Por conseguinte, pode-se afirmar que o suporte técnico de especialistas que conhecem os métodos da produção orgânica favorece o êxito da Fazenda Aracne em seu objetivo. Ademais, o estabelecimento iniciou o cultivo de cafés sombreados e pretende exportar parte de sua produção para a Itália. Apesar dessa iniciativa no município, como nem todos os agricultores nepomucenenses dispõem de apoio profissional voltado ao cultivo de orgânicos, a disseminação deste tipo de agricultura em Nepomuceno ainda enfrenta sérios empecilhos.

No entanto, apesar de a agricultura orgânica apresentar benefícios ao meio ambiente e aos alimentos, em virtude da não utilização de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos, entre outros insumos industriais, essa forma de produção está inserida no bojo das práticas capitalistas na agricultura. Assim, conforme advogam Souza (2006) e Paulino (2015), nos tempos hodiernos, a agricultura orgânica está volvida somente ao atendimento das normas técnicas, caracterizando-se pela integração ao mercado e pela busca de lucro.

Por conseguinte, embora a agricultura orgânica contribua para a segurança alimentar em virtude da qualidade e da salubridade dos alimentos cultivados, não assegura a soberania alimentar, pois uma produção que cumpra as exigências técnicas da certificação orgânica pode estar dependente e subordinada ao mercado e ao capital urbano-industrial (PAULINO, 2015). Assim, pode-se afirmar que a produção orgânica não é garantia de soberania alimentar, pois o agricultor pode não ter autonomia e controle sobre as deliberações concernentes ao processo produtivo.

Nesta perspectiva, Schmidt (2001) afirma que a luta pela ampliação dos mercados de agricultura orgânica promove sua submissão ao setor financeiro-industrial, assim como ocorre

na agricultura convencional. Destarte, o movimento em prol dos orgânicos perde seu conteúdo ético e se enfraquece na oposição em relação ao mercado. O autor também defende a associação entre agricultura orgânica e familiar para que ocorra a disseminação do cultivo e do consumo de alimentos orgânicos no Brasil e no mundo.

As grandes redes de supermercados perceberam, no término dos anos 1990 e no início do decênio de 2000, o movimento político-ideológico em prol dos orgânicos. Assim sendo, passaram a comercializar produtos orgânicos, sobretudo nas grandes cidades. Essa atitude compôs parte das estratégias desenvolvidas com o intuito de fortalecer suas marcas empresariais, atrair novos clientes e superar a concorrência. Apesar de os supermercados promoverem a ampliação do mercado consumidor de gêneros orgânicos, prejudicam os pequenos produtores, pois geralmente adquirem os alimentos orgânicos de grandes agricultores, os quais possuem mais capital para investirem nessa produção (SCHMIDT, 2001).

## 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, compreende-se que a agricultura familiar municipal foi integrada pelo modo de produção capitalista por meio da ação das cooperativas e de diversas estratégias engendradas pelos atores capitalistas. Assim, com base na tipologia de Lamarche (1993; 2008), pode-se afirmar que em Nepomuceno, o camponês foi convertido em agricultor familiar moderno, integrado e dependente do mercado.

As condições geomorfológicas, climáticas e pedológicas de Nepomuceno, como a altitude média de seu relevo, o clima tropical de altitude e os solos de elevada fertilidade, favoreceram o êxito da cafeicultura municipal. No entanto, apesar da indiscutível contribuição dos fatores físicos para a disseminação das lavouras cafeeiras, as características socioeconômicas do município também colaboraram para sua difusão. A escassez de postos formais de trabalho, as baixas remunerações pagas e o reduzido grau de escolarização da população nepomucenense cooperaram para o aumento da força de trabalho disponível ao trabalho na cafeicultura, especialmente durante o período da colheita. Ademais, sublinha-se que no início do século XX, a chegada de imigrantes italianos e a construção de ferrovias e hidrovias no Sul de Minas Gerais contribuíram para a disseminação das lavouras cafeeiras em Nepomuceno.

Assim sendo, a produção de café arábica compõe a base da economia municipal. Desde o início do século XX, a cafeicultura é a principal atividade econômica de Nepomuceno. Atualmente, o cultivo cafeeiro ainda predomina no município, cuja agricultura está assentada na monocultura da rubiácea. No ínterim entre 1995 e 2000, houve expressivo aumento da produção cafeeira nepomucenense, o qual provavelmente foi ocasionado pela inserção de máquinas agrícolas, como a derriçadeira portátil, na colheita da rubiácea.

Doravante o ano de 2000, a quantidade total de café colhida no município variou anualmente, uma vez que se trata de uma cultura anual, isto é, que possui um ano de boa safra seguido por um ano de diminuição na produção. Todavia, a despeito do destaque municipal no panorama cafeeiro nacional, a produção de cafés especiais ainda é incipiente, principalmente em virtude da falta de interesse dos cafeicultores e da ausência de informações e incentivos ao cultivo de cafés dotados de qualidades diferenciadas. Já entre 2000 e 2005, ocorreu significativa queda na produção cafeeira local, a qual foi praticamente reduzida pela metade.

Entre os anos de 1995 e 2018, seguindo uma tendência observada em todo o estado de Minas Gerais, houve significativa redução da área destinada à rizicultura em Nepomuceno, reverberando em grande decréscimo da quantidade total de arroz colhida no município. Já a produção total de milho apresentou crescimento no intervalo analisado, a despeito da diminuição da área destinada ao seu cultivo. Tal fato corrobora o aumento da produtividade da milhocultura em solo nepomucenense, algo que pode estar associado à disseminação das sementes transgênicas no município.

No quinquênio 2011-2015, ocorreu notório aumento da área colhida e da produção total de feijão no município de Nepomuceno, cujos índices aumentaram mais de 100% no período. Neste ínterim, a área destinada ao cultivo da leguminosa no estado de Minas Gerais apresentou decréscimo, distinguindo-se do panorama nepomucenense. Em escala estadual e nacional, as estiagens de 2012 e 2013 e as pragas da lavoura, como a mosca branca, cooperaram para a diminuição da colheita total do grão e o aumento de seu valor venal. As entrevistas realizadas evidenciaram que os momentos de recessão apresentados pelo setor cafeeiro e o encarecimento do feijão nos mercados nacional e mundial entre os anos de 2011 e 2015 foram as principais causas para a ampliação da área direcionada à cultura de feijão em Nepomuceno. No entanto, entre 2015 e 2017, houve diminuição da área colhida e da produção total de feijão no município, especialmente em virtude do crescimento da sojicultura e do aumento de áreas voltadas às pastagens.

Entre 1995 e 2015, a produção leiteira praticamente duplicou em Nepomuceno, embora o crescimento do rebanho ordenhado no município tenha sido pequeno. A instalação de tanques de expansão comunitários em algumas áreas rurais colaborou para o aumento da produção deste líquido e para o ganho de qualidade. Neste cenário, a maioria do leite produzido pelos pecuaristas nepomucenenses é comercializada com cooperativas e empresas atuantes na região. A avicultura possui destaque em terras nepomucenenses, principalmente em decorrência da presença do Aviário Santo Antônio no município, um dos maiores produtores de ovos do país.

A maioria dos agricultores nepomucenenses está integrada ao mercado, através da aquisição de insumos industriais, como as sementes transgênicas e os pesticidas, e da comercialização dos víveres cultivados com as cooperativas, as quais monopolizam a venda e a distribuição dos gêneros agropecuários produzidos no município. Assim, estes produtores perderam sua autonomia, característica inerente aos grupos camponeses, tornando-se dependentes de produtos oriundos das grandes corporações transnacionais e multinacionais.

Por conseguinte, a soberania alimentar da população municipal foi severamente comprometida.

A despeito do intenso uso de agrotóxicos e adubos químicos no município, muitos agricultores também adotam métodos naturais de fertilização e/ou conservação dos solos, como o consórcio e a rotação de culturas, o plantio em curvas de nível, a cobertura morta, a adubação verde, a cobertura viva e a utilização de árvores como quebra-ventos.

A divisão do trabalho segundo o gênero é nítida no campo e na agricultura nepomucenenses, uma vez que às mulheres são atribuídas funções vinculadas à moradia, ao cuidado com as hortas e ao preparo de quitutes, enquanto aos homens são incumbidas as deliberações relativas ao estabelecimento agropecuário e as tarefas que demandam maior força física.

Várias estratégias, como a estagnação dos preços dos gêneros agrícolas e o pagamento por produtividade, promovem a intensificação do trabalho, a qual reverbera no aumento da mais-valia extraída dos agricultores. Este cenário é agravado devido ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e à exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), pois conforme enuncia Lefebvre (1999), o Estado se apropria de parcela da mais-valia global por intermédio do sistema fiscal.

Nesta conjuntura, o trabalho na agricultura nepomucenense é insalubre, apresentando diversos casos de intoxicações por pesticidas, especialmente pelo *Roundup*, empregado na maioria das propriedades rurais do município. Também é notória a exploração do trabalhador agrícola, tanto do apanhador de café, quanto pequeno do proprietário fundiário. O pagamento por produtividade na colheita cafeeira promove a intensificação da exploração do trabalho agrícola e expõe o safrista a diversos riscos, como picadas e ataques de animais peçonhentos.

A sazonalidade do trabalho efetivado pelos apanhadores de café e o pagamento proporcional à quantidade de medidas de café colhidas contribuem para a exploração de sua força de trabalho e a intensificação de suas jornadas de trabalho. Ademais, esta modalidade de trabalho não é contemplada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, deixando diversos trabalhadores sem acesso aos direitos trabalhistas assegurados pela legislação nacional. Após o período da colheita, em virtude da incipiência de postos formais de trabalho em Nepomuceno, muitos safristas ficam à mercê do subemprego ou do desemprego, culminando em grave piora de suas condições de vida.

Em Nepomuceno, os agricultores familiares, em virtude da dependência em relação ao mercado, do uso de sementes transgênicas e praguicidas, do emprego de fontes de energia não renováveis e da ausência de controle sobre a produção, não apresentam soberania alimentar.

Devido ao predomínio da monocultura cafeeira, a segurança alimentar também é ameaçada, pois há expressiva diminuição da diversidade de gêneros cultivados.

Deste modo, defende-se que a despeito da propriedade da terra, muitos agricultores nepomucenenses foram convertidos em proletários, uma vez que produzem embasados nos parâmetros das cooperativas, as quais determinam quais devem ser os insumos utilizados, as técnicas empregadas na lavoura, entre outras características. Apesar da posse formal da terra, vários cafeicultores não detêm a autonomia sobre as deliberações relativas ao estabelecimento agrícola e ao processo produtivo, além de labutarem em jornadas de trabalho insalubres e extensas, as quais ocasionam sérios agravos aos seus estados de saúde.

As principais cooperativas atuantes em Nepomuceno – Cooxupé, Capebe e Cocatrel - arquitetam diversas táticas, como a concessão de brindes, o envio de revistas informativas, a oferta de assistência agrônômica, a possibilidade de pagamento dos empréstimos contraídos com parte da safra futura e descontos nas análises foliares e pedológicas solicitadas, para a atração de novos associados e a manutenção de seus cooperados. Desta maneira, monopolizam a compra e a distribuição da rubiácea produzida no município, exportando-a para vários países.

Desta maneira, as cooperativas representam o agronegócio na agropecuária nepomucenense e constituem complexos agroindustriais, pois integram os setores econômicos no processo produtivo e atuam como indústrias a montante e a jusante, fornecendo insumos industriais para a produção, transformando/beneficiando as matérias-primas, transportando e comercializando o produto final.

Neste cenário, as cooperativas constituem verdadeiras empresas capitalistas, pois controlam a produção cafeeira municipal, adquirindo o café cultivado pelos agricultores nepomucenenses a baixos preços e comercializando os grãos a altas cifras nas Bolsas de Valores e nas Bolsas de Mercados de Futuros. Assim, colaboram para a exploração da mão de obra vinculada à agricultura familiar e majoram a extração de mais-valia no município de Nepomuceno. Consequentemente, as cooperativas atuantes em âmbito municipal não correspondem mais ao sentido original de seu próprio nome, visto que em vez de cooperação, efetivam diversas práticas com o intuito de superarem a concorrência e monopolizarem a agricultura local.

Portanto, tais características confirmam a precarização do trabalho agrícola na agropecuária nepomucenense, visto que a ausência de carteira assinada no trabalho efetivado pelos apanhadores de café é algo comum. Ademais, a remuneração é paga conforme a produtividade, ocasionando a intensificação das jornadas de trabalho, as quais são flexíveis,

em virtude da inexistência de contratos formais de trabalho. Há também a falsa sensação de controle sobre o processo produtivo e os meios de produção na conjuntura agrária municipal, pois os agricultores, especialmente os cafeicultores, não têm autonomia e controle sobre as deliberações de seus estabelecimentos agrícolas, uma vez que suas decisões são fortemente influenciadas pelas cooperativas, as quais monopolizam a comercialização do café produzido no município.

No entanto, também existem formas de produção e comercialização alternativas em Nepomuceno. Sob esse prisma, a feira livre realizada semanalmente aos sábados no município caracteriza, segundo Chayanov (1974), a produção simples de mercadorias, uma vez que a maioria dos feirantes produz e comercializa os víveres cultivados em suas propriedades, nas quais o trabalho preponderante é o familiar não assalariado. A qualidade dos gêneros agrícolas ofertados, as relações pessoais e os diálogos entre comerciantes e consumidores, assim como os baixos preços, são alguns dos fatores que contribuem para a atração da clientela na feira livre em Nepomuceno.

A sazonalidade dos vegetais presentes nas feiras também foi notada no município, pois algumas frutas só são comercializadas em determinadas épocas do ano. A pechincha e a barganha, formas de negociação dos preços, são comuns nos diálogos entre feirantes e fregueses. Os comerciantes enfrentam várias dificuldades para o transporte e o armazenamento dos produtos, favorecendo a oferta de descontos nos momentos finais da feira.

A feira livre do município de Nepomuceno constitui uma territorialidade cíclica, pois confere novas dinâmicas e funcionalidades ao espaço ocupado durante sua realização. Outrora reservado ao tráfego urbano de automóveis e transeuntes, o trecho da avenida em que este mercado periódico acontece é destinado à comercialização de uma vasta gama de gêneros agrícolas. Além disso, a venda dos víveres cultivados pelos agricultores na feira majora sua soberania alimentar, uma vez que ocorre sem a atuação de intermediários ou atravessadores.

Conforme afirmaram os agricultores familiares nepomucenenses e os gestores das cooperativas atuantes no município, a incipiência da agricultura e da cafeicultura orgânica se deve às inúmeras exigências impostas para sua certificação, ao desconhecimento dos agricultores com relação às práticas orgânicas e/ou agroecológicas e seus benefícios, ao elevado custo da transição para a produção orgânica, entre outros aspectos.



## 10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Vilênia Venâncio Pôrto. O Trabalho das Mulheres nos Espaços Rurais: Algumas Reflexões. **Raízes**, João Pessoa. v. 37, n. 02. 2017, p. 134-149.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins – Revista franco-brasileira de geografia**. n. 29. 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/11392>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB. 2007. Disponível em: <[portal.mda.gov.br/o/1635683](http://portal.mda.gov.br/o/1635683)>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- ALTIERI, Miguel. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. **Bulletin of Science, Technology & Society**. v. 25, n. 04. 2005, p. 361-371.
- ALTIERI, Miguel. ; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología – Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. 1ª Edição. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). México, 2000.
- AMIN, Samir. “O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura)”. In: **A Questão Agrária e o Capitalismo**. AMIN, Samir. ; VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 09-42.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- ANDRADE, Rogerio Geraldo Ribeiro de. **A Expansão da Cafeicultura em Minas Gerais: Da Intervenção do Estado A Liberalização do Mercado**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. 1994. 164 f.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Edição. 10ª Reimpressão Revisada e Ampliada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 68. 1992, p. 51-124.
- ARAUJO, Alexandro Moura. ; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. *Feiras, feirantes e abastecimento*: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 03. 2018, p. 561-583.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Listas Nominativas de Nepomuceno – 1831**. 1831.

\_\_\_\_\_. **Listas Nominativas de Habitantes: 1831-1832.** 1832.

ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ. **Entrevistas Realizadas com os Representantes da Associação Flor de Café nos Meses de Julho de 2017 e Maio de 2018.** Nepomuceno: Associação Flor de Café, 2018.

AVIÁRIO SANTO ANTÔNIO. **Dados Relativos à Produção e à Exportação de Ovos no Ano de 2018.** Nepomuceno: Aviário Santo Antônio, 2019.

BACCARIN, José Giacomo. Retomando o debate sobre o trabalho volante na agricultura paulista dos anos 1980. **Cadernos CERU**, São Paulo. v. 26, n. 02. 2015, p. 56-73.

BARBOSA, Yuri Amaral. **Espaço, História e Cidade:** Uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. 249 f.

BARONE, Marcela. **Circuito Espacial Produtivo e Círculos de Cooperação dos Cafés Especiais: Possibilidades e Limites do Salto de Escala das Cooperativas de Café do Sul de Minas Gerais.** In: Anais do XII Encontro Nacional da ANPEGE, Porto Alegre. 2017, p. 13970-13982.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 17, n. 39. 2015, p. 276-336.

BIRCHALL, Johnston. **The International Co-operative Movement.** Manchester: Manchester University Press, 1997.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14. 2003, p. 107-117.

\_\_\_\_\_. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**. v. 45. 2011, p. 01-21.

\_\_\_\_\_. “Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro”. In: **Direitos Humanos no Brasil – 2012.** MERLINO, Tatiana.; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.) 1ª Edição. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. v. 01. 2012, p. 75-86.

\_\_\_\_\_. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH-USP. 2017. 296 p.

BORBA, Juliano. ; BONATTI, Michelle. ; SIEBER, Stefan. ; MÜLLER, Klaus. Theatre methods for food security and sovereignty: A Brazilian scenario. **Journal of Rural Studies**. v. 62. 2018, p. 29-39.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1987.

BRASIL. **Decreto nº. 20.003**, de 16 de maio de 1931. In: Diário Oficial da União. 1931. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=36180&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. In: Diário Oficial da União. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. In: Diário Oficial da União. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. Secretaria-Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Folha SF. 23/24 Rio de Janeiro/ Vitória; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra**. Rio de Janeiro, 1983. 780 p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. In: Diário Oficial da União. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 03 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.718**, de 20 de junho de 2008. In: Diário Oficial da União. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Decisão do Processo nº. 0021371-49.2014.4.01.3400** – 7ª Vara Federal do Distrito Federal. Brasília. 2018a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/decisao-glifosato>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **Processo nº. 1024317-50.2018.4.01.0000** – Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela – Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Brasília. 2018b. Disponível em: <<http://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Liminar-suspensa%CC%83o-de-liminar-1.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo**. 2018c. 15 p. Disponível em: <

[http://trabalho.gov.br/images/Documentos/cadastro\\_empregadores\\_2018.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Documentos/cadastro_empregadores_2018.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BROGGIO, Céline; DROULERS, Martine; GRANDJEAN, Pernette. A Dinâmica Territorial da Cafeicultura Brasileira – Dois Sistemas de Produção em Minas Gerais. **Revista TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro. v. 04, n. 06. 1999, p. 73-91.

BROMLEY, Ray J. Os Mercados nos Países em Desenvolvimento: Uma Revisão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro/IBGE. v. 42, n. 03. 1980, p. 646-657.

BROMLEY, Ray J. ; SYMANSKI, Richard. ; GOOD, Charles M. Análise Racional dos Mercados Periódicos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro/IBGE. v. 42, n. 01. 1980, p. 183-194.

BRUNO, Regina. Desigualdades, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 24, n. 01. 2016, p. 142-160.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel. **As Raízes do Fenômeno Chiapas – O Já Basta da Resistência Zapatista**. São Paulo: Alfarrabio Editora, 2002.

CAPEBE – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BOA ESPERANÇA. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Setembro de 2016, Outubro de 2017 e Agosto de 2018**. Nepomuceno: Capebe, 2018.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 08. 1997, p. 70-82.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Soberania Alimentar em Famílias Camponesas no Município do Divino, MG: Uma Geografia dos Alimentos? **Geografares**, Vitória. n. 25. 2018, p. 310-330.

CARVALHO, Horácio Martins de. “As Contradições Internas no Esforço de Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do MST (Período 1989-1999)”. In: CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 08. 1999, p. 27-39.

\_\_\_\_\_. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, Flávia Giolo de. ; REZENDE, Eliane Garcia. ; REZENDE, Marcelo Lacerda de. Hábitos de Compra dos Clientes da Feira Livre de Alfenas-MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras. v. 12, n. 01. 2010, p. 131-141.

- CARVALHO, Ewerton Teixeira. **Fluidez Territorial e Logística da Produção Cafeeira no Sul de Minas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, 2013. 90 f.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870-1918)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009. 177 f.
- \_\_\_\_\_. As Estradas de Ferro do Sul de Minas. **Heera – Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora. v. 07, n. 12. 2012, p. 43-63.
- CASTILHO, Alceu Luís. A Serpente Fora do Ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa. v. 12, n. 02. 2018, p. 699-707.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão. Acesso Contratual e Arrendamentos Rurais: Uma Compreensão à Luz dos Clássicos. **Revista Percurso**, Maringá. v. 08, n. 01. 2016, p. 85-110.
- CATTELAN, Renata. ; MORAES, Marcelo Lopes de. MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente. v. 21, n. 41. 2018, p. 12-38.
- CAUME, David José. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul. v. 14, n. 01. 2009, p. 26-44.
- CECAFÉ - CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. **Relatório de Exportações – 2018**. São Paulo: CECAFÉ, 2019.
- CHAMBERS, Robert. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**. v. 22, n. 07. 1994a, p. 953-969.
- \_\_\_\_\_. Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm. **World Development**. v. 22, n. 10. 1994b, p. 1437-1454.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela S. M. Côrrea. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia – O discurso competente e outras falas**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 1980.
- CHÁVEZ, Humberto González. La Gobernanza Mundial y los Debates Sobre la Seguridad Alimentaria. **Desacatos – Revista de Antropología Social**. n. 25. 2007, p. 07-20.
- CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974.
- \_\_\_\_\_. **The Theory of Peasant Co-operatives**. Tradução: David Wegwood Benn. Columbus: Ohio State University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014, p. 99-137.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A Soberania Alimentar através do Estado e da Sociedade Civil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente. 2016. 353 f.

\_\_\_\_\_. A Soberania Alimentar e a Releitura do Conceito de Região pela Geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 19, n. 68. 2018, p. 372-388.

COCATREL – COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Agosto de 2016, Dezembro de 2017 e Junho de 2018**. Nepomuceno: Cocatrel, 2018.

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. v. 10, n. 03. 2001, p. 03-58.

COELHO, Antonio José Ernesto. **Sul de Minas – Excelência em Café**. Varginha: Edições Alba, 2012.

COELHO, Pedro Henrique Leão. **Terra e Trabalho no Sul de Minas: produção de alimentos e mercado interno no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. 193 f.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Séries Históricas - Safras 2012-2016 - Café Arábica**. 2018.

CONCRAB - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 04. 1995.

\_\_\_\_\_. **A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 08. 1999.

COOXUPÉ - COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. **Entrevistas Realizadas com os Gestores da Cooperativa em Nepomuceno nos Meses de Novembro de 2016, Setembro de 2017 e Abril de 2018**. Nepomuceno: Cooxupé, 2018.

CORADINI, Odacir Luiz. “Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja”. In: CORADINI, Odacir Luiz. ; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2009, p. 04-87.

CORDEIRO, Antônio Teixeira. ; SINGULANO FILHO, Gabriel. ; RIBEIRO, Marcelo de Freitas. “Caracterização da Propriedade, do Cafeicultor e da Atividade Cafeeira”. In: **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**. VILELA, Pierre Santos. ; RUFINO, José Luis dos Santos. (Coord). Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café – Volume I. Belo Horizonte: INAES, 2010, p. 33-98.

COSTA, Luiz Flavio Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

COSTA, Cinthia Cabral da. ; POPPI, Luciana. Impactos sócio-econômicos do sistema de derriça mecanizado portátil na colheita de café de montanha no Brasil. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, n. 36. Embrapa: São Carlos. 2012. 26 f.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. n. 10, 1998, p. 118-134.

COULIS, Jonathan. E. **Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Guelph, Ontario, Canadá. 2011. 140 f.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. ; VILAS BOAS, Lucas Guedes. ; TONELLI, Gianni. ; MARQUES, Victor Hugo Mendes Siqueira. Café, Terra e Trabalho no Município de Nepomuceno-MG. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente. v. 18, n. 03. 2017, p. 78-100.

CYRINO, Fábio. **Café, Ferro e Argila: A história da implantação e consolidação da The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. através da análise de sua arquitetura**. São Paulo: Editora Landmark, 2004.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DESMARAIS, Annete Aurélie. **A Via Campesina – A Globalização e o Poder do Campesinato**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013. (Coleção Vozes do Campo)

EGUREN, Fernando. Soberanía alimentaria: el debate mundial se intensifica. **La Revista Agraria**. n. 156. 2013, p. 06-07.

EMATER-MG – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório Valor Terra Nua (VTN) – 2018**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevistas Realizadas com os Funcionários da EMATER em Nepomuceno no Mês de Janeiro de 2019**. Nepomuceno: EMATER-MG, 2019.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Produção Agrícola Municipal de Nepomuceno: 1995-2017 – Arroz, Café, Feijão e Milho**. 2019.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina. v. 09, n. 01. 2000, p. 67-78.

\_\_\_\_\_. Os Movimentos Camponeses e a Soberania Alimentar Nacional. **GEOgraphia**, Niterói. v. 19, n. 39. 2017, p. 54-69.

FAJARDO, Sergio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e a participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 09, n. 26. 2008, p. 31-44.

FAO. **Global food security index 2013** - An annual measure of the state of global food security. Roma, 2013.

\_\_\_\_\_. **El Estado de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición en el Mundo** – Fomentando la Resiliencia Climática en Aras de la Seguridad Alimentaria y Nutrición. FAO: Roma, 2018.

FAVARETO, Arilson. A racionalização da vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 14, n. 01. 2006, p. 09-48.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Territorios y Soberanía Alimentar. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**. v. 02, n. 03. 2017, p. 22-39.

FILETTO, Ferdinando. **Trajetória Histórica do Café na Região Sul de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração Rural. Universidade Federal de Lavras. 2000. 133 f.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Regiões de Planejamento**. 3ª Edição. Belo Horizonte: FJP, 1992. 41 p.

FONSECA, Zulma Yanira; PATIÑO, Gonzalo Alberto; HERRÁN, Oscar Fernando. Malnutrición y seguridad alimentaria: un estudio multinivel. **Revista Chilena de Nutrición**. v. 40, n. 03. 2013, p. 206-215.

FORBES BRASIL. **Ranking das 50 Maiores Empresas de Agronegócio do Brasil – Ano 2017**. Publicado em 10 de julho de 2018. 2018. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/listas/2018/07/10-das-melhores-empresas-de-agronegocio-dobrasil/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.



- FRANCO, Matheus Eloy. ; ANGELOCCI, Marina Ariento. ; SILVA, Adriano Bortolotti da. ; PUTTI, Fernando Ferrari. Cenário da tecnologia de informação na gestão da produção de café no sul de Minas Gerais. **Interações**, Campo Grande. v. 19, n. 02. 2018, p. 373-385.
- FREDERICO, Samuel. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas. v. 02, n. 02. 2012, p. 279-302.
- \_\_\_\_\_. Lógica das *commodities*, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas. v. 03, n. 01. 2013, p. 97-116.
- \_\_\_\_\_. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **GeoUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo. v. 18, n. 01. 2014a, p. 55-70.
- \_\_\_\_\_. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas. **Mercator**, Fortaleza. v. 13, n. 01. 2014b, p. 37-48.
- \_\_\_\_\_. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **GeoUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo. v. 21, n. 01. 2017, p. 73-101.
- FREDERICO, Samuel; BARONE, Marcela. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D’Antas – ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia. v. 27, n. 03. 2015, p. 393-404.
- FREITAS JÚNIOR, Antonio Rodrigues de. ; SLOSBERGAS, Luciana Barcellos. ; SILVA, Victor Raduan da. The Uberization of Work and the Legal Subordination: The Brazilian Case. **Oñati Network Research Paper Digest**. v. 01, n. 01. 2018, p. 136-153.
- FRIEDRICH, Karen. ; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de. ; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. ; GURGEL, Aline do Monte. ; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. ; ALEXANDRE, Veruska Prado. ; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Agrotóxicos: mais venenos em tempos de retrocessos de direitos. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa. v. 12, n. 02. 2018, p. 326-347.
- FULANETI, Oriana de Nadai. Análise do discurso do Cooperativismo Oficial. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. v. 37, n. 03. 2008, p. 281-287.
- FURLAN, Marcos Roberto. ; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. ; SOARES NETO, Julino Assunção Rodrigues. ; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. A Reprodução de Gênero no Cuidado dos Quintais no Brasil. **Agroalimentaria**, Mérida. v. 23, n. 45. 2017, p. 159-173.
- GAETA, Antonio Carlos. Notas Introdutórias sobre Comercialização de Alimentos e Concentração de Capital: Os supermercados no Brasil – o caso de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB São Paulo. n. 62. 1985, p. 133-148.

- GARCIA, João Carlos. ; MATTOSO, Marcos Joaquim. ; DUARTE, Jason de Oliveira. Importância do milho em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte. v. 27, n. 233. 2006, p. 07-12.
- GASSON, Ruth. Part Time Farming Strategy for Survival? **Sociologia Ruralis**. v. 26, n. 03-04. 1986, p. 364-376.
- GIDE, Charles. **Principes d'économie politique**. Paris: Librairie Du Recueil Sirey, 1931.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento – Um Olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006. 204 f.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. “Espaços Públicos: Um Modo de Ser do Espaço, um Modo de Ser no Espaço”. In: CASTRO, Iná Elias de. ; GOMES, Paulo Cesar da Costa. ; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Olhares Geográficos: Modos de Ver e Viver o Espaço**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2012, p. 19-41.
- GONZALES, Elbio N. ; BASTOS, Maria Inês. “O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira”. In: **Capital e Trabalho no Campo**. PINKSY, Jaime (Org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 25-47. (Coleção Estudos Brasileiros)
- GOUVEIA, José Mariano Caccia. ; ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Renda Per Capita não monetária: proposta metodológica aplicada à Comunidade Quilombola do Mandira. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 26. 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/10689>>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- GOVEREH, Jones. ; JAYNE, Thomas S. Cash cropping and food crop productivity: synergies or trade-offs? **Agricultural Economics**. v. 28, n. 01. 2003, p. 39-50.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José F. ; QUEDA, Oriovaldo. “Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos”. In: **Capital e Trabalho no Campo**. PINKSY, Jaime (Org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 127-146. (Coleção Estudos Brasileiros)
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte. v. 07, n. 01. 1997, p. 43-81.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 15, n. 43. 2001, p. 37-50.

GUERRA, Miguel Pedro. ; NODARI, Rubens Onofre. Impactos ambientais das plantas transgênicas: as evidências e as incertezas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, EMATER/RS. v. 02, n. 03. 2001, p. 30-42.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. ; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Tradução: GUTERRES, Ênio. ; CARVALHO, Horácio Martins de. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular/Via Campesina, 2013.

HALPERN, Joel. M. ; ANDERSON, David. The Zadruga, a Century of Change. **Anthropologica**, Ottawa. v. 12, n. 01. 1970, p. 83-97.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15ª Edição. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HERNÁNDEZ, Roberto. Teorías sobre campesinado em América Latina: Uma evaluación crítica. **Revista Chilena de Antropología**, Santiago. n. 12. 1994, p. 179-200.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas. v. 15, n. 01. 2008, p. 49-61.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté**: A Primeira Valorização do Café. Tradução: Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

IANNI, Octavio. “A Formação do Proletariado Rural – 1971”. In: **A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda – 1960-1980**. STEDILE, João Pedro (Org.). 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2012, p. 127-146.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – XXVI Volume**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal – Culturas temporárias e permanentes**. v. 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a.

- \_\_\_\_\_. **A Geografia do Café**. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Geografia, 2016b.
- \_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal – Nepomuceno: 1980-2016 – Arroz, Soja, Feijão, Milho e Café**. IBGE, 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Anuário da Relação Anual de Informações Sociais – Ano: 2017**. IBGE: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2017b. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_anuario\\_rais/caged\\_anuario\\_raistela32.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela32.php)>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Estimativa Populacional do Município de Nepomuceno**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018c. 151 f.
- \_\_\_\_\_. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - Revisão 2018**. IBGE, 2018d.
- \_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal – Nepomuceno: 1995-2017 – Arroz, Feijão, Milho e Café**. IBGE, 2018e.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa da Pecuária Municipal – Nepomuceno/Minas Gerais: 2002-2017 – Leite**. IBGE, 2019.
- JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terra no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 65. 1987, p. 105-116.
- JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 11. 1998, p. 05-25.
- KAGEYAMA, Angela (Coord). “O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais”. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. (Org.) **Agricultura e Política Públicas**. Brasília: IPEA. 1990, p. 113-123.
- KAGEYAMA, Angela. ; GRAZIANO DA SILVA, José. “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. 1996, p. 01-40.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª Edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. (Coleção Proposta Universitária).

- KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**. n. 100. 2015, p. 73-83.
- KOHLHEPP, Gerd. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 24, n. 68. 2010, p. 223-253.
- KROPOTKIN, Piotr. **A Conquista do Pão**. Tradução: Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1953.
- LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. n. 84. 2006, p. 77-92.
- LAMARCHE, Hughes. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Volume I – Uma realidade multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- LANG, Chris. **Árvores Geneticamente Modificadas: A Ameaça Definitiva para as Florestas**. Tradução: Maria Isabel Souza. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- LEE, Richard. Food Security and Food Sovereignty. **Centre for Rural Economy Discussion Paper Series**. n. 11. 2007, p. 01-17.
- LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Vale de Campan: Estudo de Sociologia Rural**. Tradução: Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: EdUSP, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo**. Tradução: William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. O circuito inferior do ramo alimentício e suas relações com o circuito superior: estudo sobre o bairro de Ponta Negra, Natal/RN. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 18, n. 63. 2017, p. 338-372.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **El Desarrollo del Capitalismo en Rusia**. 2ª Edição. Madri: Akal Editor, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces)
- LEVIDOW, Les. European transitions towards a corporate-environmental food regime: agroecological incorporation or contestation? **Journal of Rural Studies**, v. 40. 2015, p.76–89.

- LIEBHARDT, Marcelo Ernesto. **O Sistema Cooperativo Agrícola Brasileiro: Comercialização, Integração Vertical e Crédito**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982.
- LOPES, Paulo Rogério. ; ARAÚJO, Keila Cássia Santos. ; FERRAZ, José Maria Guzman. ; LOPES, Iara Maria. ; FERNANDES, Lêda Gonçalves. Produção de café agroecológico no sul de Minas Gerais: sistemas alternativos à produção intensiva em agroquímicos. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 07, n. 01. 2012, p. 25-38.
- LOPES, Patrick Fernandes. ; FRANCO, João Marcos Caixeta. ; CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de. ; SANTOS, Antônio Carlos dos. ; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. O PRONAF e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 01. 2016, p. 70-84.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social** – Elementos para uma análise marxista. 7ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 1991.
- MACFARLANE, Alan. **A Cultura do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- MACHADO, Ana Flávia. “Relações Trabalhistas nas Propriedades Cafeeiras”. In: **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**. VILELA, Pierre Santos. ; RUFINO, José Luis dos Santos. (Coord). Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café – Volume I. Belo Horizonte: INAES, 2010, p. 129-148.
- MACHADO, Priscila Pereira. ; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de. ; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v. 25, n. 02. 2016, p. 505-515.
- MAIA, Carlos Eduardo Santos. Informalidade e Ilegalidade: Faces e Disfarces na Economia Urbana. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia. v. 19, n. 02. 1999, p. 99-117.
- MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações sobre Sua Aplicação Prática e Ensaio sobre a População**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Economistas”)
- MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. n. 25. 1998. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- MALUF, Renato S. ; SPERANZA, Juliana S. **Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão**. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ, 2014.

- MARCONI, Ivan César. ; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Cooperativismo no MST: o caso da Copran. **Interações**, Campo Grande. v. 17, n. 02. 2016, p. 173-193.
- MARCUSE, Peter. Cooperatives On the Path to Socialism? **Monthly Review**. v. 66, n. 09. 2015, p. 31-38.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. v. 11, n. 12. 2008, p. 57-67.
- MARSDEN, Terry. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**. v. 32, n. 02-03. 1992, p. 209-230.
- MARTINS, Roberto Borges. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. Textos para Discussão, v. 10. 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990a.
- \_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- MARTINS, Ana Luisa. **Império do Café: A grande lavoura no Brasil – 1850 a 1890**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1990b.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira. **Agrária**, São Paulo. n. 04. 2006, p. 165-184.
- MARTINS, Marcos Lobato. Plantar, Pastorar e Fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: Décadas de 1850-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo. v. 43, n. 02. 2013, p. 397-429.
- \_\_\_\_\_. A Marcha do Café no Sul de Minas, Décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá. v. 07, n. 01. 2014a, p. 287- 320.
- \_\_\_\_\_. Paisagens no sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa. v. 19, n. 01. 2014b, p. 127-155.
- MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1983, p. 705-1079.
- \_\_\_\_\_. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Volume I. Tomo II**. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho I – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004, p.173-195.

- \_\_\_\_\_. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Gundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Rio de Janeiro: Editora Boitempo/Editora da UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Maquinaria e Grande Indústria”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II – Escritos de Marx e Engels**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013a, p. 67-156.
- \_\_\_\_\_. “Mais-valia Absoluta e Relativa”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II – Escritos de Marx e Engels**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013b, p. 157-170.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global de Produção Capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. ; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MASCARENHAS, Gilmar. **O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991. 220 f.
- MASCARENHAS, Gilmar. ;DOLZANI, Miriam. C. S. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia. v. 02, n. 02. 2008, p. 72-87.
- MATOS, Ralfo. **Geografia da População**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MAZZOLENI, Eduardo Mello. ; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas de seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro. v. 44, n. 02. 2006, p. 263-293.
- MCLELLAN, David. **A Ideologia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. v. 36, n. 01. 2009a, p. 139-169.



\_\_\_\_\_. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agricultural Human Values**. v. 26, n. 04. 2009b, p. 281-295.

\_\_\_\_\_. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução: Sonia Midori. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp/UFRGS, 2016.

MELO, Antônio Diogo Silvério. ; REIS, Ricardo Pereira. Tanques de expansão e resfriamento de leite como alternativa de desenvolvimento regional para produtores familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras. v. 09, n. 01. 2007, p. 111-122.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. 2013. 214 f.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MERGULHÃO, Amanda Duarte. Os Fluxos, as Relações e os Agentes Envolvidos na Produção e Comercialização do Café Produzido Atualmente no Brasil. **Revista da Anpege**. v. 13, n. 22. 2017, p. 57-85.

MESNAGE, Robin; DEFARGE, Nicolas; VENDÔMOIS, Joël Spiroux; SÉRALINI, Gilles-Eric. Major Pesticides Are More Toxic to Human Cells Than Their Declared Active Principles. **BioMed Research International**. 2014, p. 01-08. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3955666/pdf/BMRI2014-179691.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº. 20.313**, de 27 de julho de 2012. In: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2012. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=20313&comp=&ano=2012>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MIRANDA, Ary Carvalho de. ; MOREIRA, Josino Costa. ; CARVALHO, René de. ; PERES, Frederico. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 01. 2007, p. 07-14.

MORAES, Elenice da Silva. ; MENELAU, Almir Silveira. Análise do mercado de feijão comum. **Revista de Política Agrícola**, Brasília. v. 26, n. 01. 2017, p. 81-92.

MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)”. In: **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. STÉDILE, João Pedro (Org.). 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012, p. 21-76.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai O Pensamento Geográfico – Por Uma Epistemologia Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 02, n. 02. 1982, p. 47-77.

\_\_\_\_\_. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa. ; SILVA, Jaqueline Araújo. ; PINTO, Marcelo de Rezende. ; MESQUITA, Maytê Cabral. *Quando o orgânico se torna “rótulo”*: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 03. 2018, p. 608-629.

NAVARRO, Zander. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, José Garcia. ; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. ; NAVARRO, Zander. (Org.). **A Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010, p. 185-209.

NEPOMUCENO. **Nação Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano III, n. 19, mar. 1925, p. 01-50.

NODARI, Rubens Onofre. ; GUERRA, Miguel Pedro. Avaliação de Riscos Ambientais de Plantas Transgênicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília. v. 18, n. 01. 2001, p. 81-116.

OIC – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. **Relatório sobre o mercado de café – dezembro de 2018**. OIC: Londres, 2018. Disponível em: <<http://www.ico.org/documents/cy2018-19/cmr-1218-p.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB São Paulo. n. 77. 1988, p. 05-22.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. “Agricultura Brasileira: Transformações Recentes”. In: **Geografia do Brasil**. ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). 5ª Edição Revisada e Ampliada. 1ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 465-534.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

OWEN, Robert. **A New View of Society**: Or Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle the Practice. Harmondsworth: Penguin Books, 1991.

- PADOVAN, Milton Parron. ; GOMES, Juliana Benites Padua. ; PADOVAN, Denise Soares da Silva. Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul. v. 22, n. 03. 2017, p. 316-342.
- PAGE, Joseph. “Caos no Campo (1972)”. In: **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. STÉDILE, João Pedro (Org.). 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012, p. 103-131.
- PASCOAL, Isaías. **Reprodução da Força de Trabalho no Sul de Minas – Século XIX – No Contexto de uma Formação Econômica Não-Exportadora**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Campinas. 2005. 255 f.
- \_\_\_\_\_. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e Sociedade**, Campinas. v. 16, n. 02. 2007, p. 259-287.
- PATEL, Raj. What does food sovereignty look like? **Journal of Peasant Studies**, Hague. v. 36, n. 03. 2009, p. 1-20.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: Disputas Teóricas e Territoriais. **GEOgraphia**, Niteroi. v. 17, n. 33. 2015, p. 177-204.
- PELAEZ, Victor. ; SCHMIDT, Wilson. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 13, n. 14. 2000, p. 05-31.
- PELAEZ, Victor. ; SILVA, Letícia Rodrigues da. ; ARAÚJO, Eduardo Borges. Regulation of pesticides: A comparative analysis. **Science and Public Policy**. v. 40, n. 05. 2013, p. 644-656.
- PELEGRINI, Djalma Ferreira. ; SIMÕES, Juliana Carvalho. Desempenho e Problemas da Cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo-Território**, Uberlândia. v. 06, n. 12. 2011, p. 183-199.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. “Revolução Verde”. In: CALDART, Roseli Salete. ; PEREIRA, Isabel Brasil. ; ALENTEJANO, Paulo. ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora Expressão Popular. 2012, p. 687-691.
- PEREIRA, Viviane Camejo; LÓPEZ, Pedro Antonio; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. A Conservação das Variedades Crioulas para a Soberania Alimentar de Agricultores: Análise Preliminar de Contextos e Casos no Brasil e no México. **Holos**, Natal. n. 33, v. 04. 2017, p. 37-55.
- PERPETUA, Guilherme Marini. ; HECK, Fernando Mendonça. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território, Trabalho e Saúde do Trabalhador: Uma Aproximação Necessária. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia. v. 38, n. 01. 2018, p. 27-48.

- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade Sindical no Campo? Agricultores Familiares e Assalariados Rurais em um Cenário de Disputas. **Lua Nova**, São Paulo. n. 104. 2018, p. 201-238.
- PINTAUDI, Silvana Maria. Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. **Cidades**, Presidente Prudente. v. 03, n. 05. 2006, p. 81-100.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSON, P. (Org). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.
- PORTO, Gil Carlos Silveira. **Configuração Sócio-Espacial e Inserção das Feiras Livres de Itapetinga-BA e Arredores no Circuito Inferior da Economia**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005. 166 f.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias**, Belo Horizonte. v. 01, n. 01. 2005, p. 07-25.
- \_\_\_\_\_. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. **Estatística do Município de Nepomuceno**. Aprovada em Sessão Ordinária do dia 15 de Setembro de 1918. 1918.
- \_\_\_\_\_. **Livro do Centenário**. Nepomuceno: Prefeitura Municipal de Nepomuceno, 1922.
- \_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº. 133**, de 18 de setembro de 2015. Nepomuceno, 2015. Disponível em: <[http://www.camaranepomuceno.com.br/leis/codigo\\_postura-2015.pdf](http://www.camaranepomuceno.com.br/leis/codigo_postura-2015.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. 6ª Edição. São Paulo: Livraria Editora Nobel, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Pergunte ao Solo e às Raízes**. 1ª Edição. São Paulo: Livraria Editora Nobel, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. “De Pobre e Sem-Terra a Pobre Com-Terra e sem Sossego: Territorialização e Territorialidades da Reforma Agrária de Mercado (1998-2006)”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. ; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. ; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – A diversidade das formas das lutas no campo – Volume II**. São Paulo, Editora UNESP. 2009, p. 247-278.

- REARDON, Thomas. ; BERDEGUÉ, Julio Antonio. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development. **Development Policy Review**. v. 20, n. 04. 2002, p. 317-334.
- RECLUS, Élisée. **Estados Unidos DO BRASIL** – Geographia, Ethnographia, Estatística. Tradução: B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro Editor, 1900.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida** – A história do socialismo soviético. 2ª Edição Atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. 7ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RICE, Robert. Coffee Production in a Time of Crisis: Social and Environmental Connections. **SAIS Review**. v. 23, n. 01. 2003, p. 221-245.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- RIVERA-FERRE, Marta G. The resignification process of Agroecology: Competing narratives from governments, civil society and intergovernmental organizations. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. v. 42, n. 06. 2018, p. 666-685.
- ROLLO, Marco Aurélio Pereira. **As Novas Dinâmicas do Território Brasileiro no Período Técnico-Científico-Informacional: O Circuito Espacial de Produção do Café e Respectivo Círculo de Cooperação no Sul de Minas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro. 2009. 128 f.
- ROMA, Cláudia Marques. Circuito Inferior da Economia Urbana e Cidades Locais-Híbridas. **Mercator**, Fortaleza. v. 15, n. 02. 2016, p. 23-36.
- SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. Espaço Geográfico e Circuito Inferior da Economia Urbana. **Mercator**, Fortaleza. v. 11, n. 25. 2012, p. 47-58.
- SAMSEL, Anthony. ; SENEFF, Stephanie. Glyphosate, pathways to modern diseases III: Manganese. Neurological diseases and associated pathologies. **International Journal of Neurosurgery and Neurosciences**. v. 06, n. 45. 2015a, p. 06-45.
- \_\_\_\_\_. Glyphosate, pathways to modern diseases IV: cancer and related pathologies. **Journal of Biological Physics and Chemistry**. v. 15. 2015b, p. 121-159.
- SANTOS, Milton. Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB São Paulo. n. 53. 1977, p. 35-60.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP (Editora da USP), 2006.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido** – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. ; TELÓ, Fabrício. O Lugar do Campesinato no Capitalismo: As Múltiplas Dimensões do Processo de (Re) Criação de uma Classe e de um Modo de Vida. **Agrária**, São Paulo. n. 15. 2011, p. 145-170.

SANTOS, Higor Mozart Geraldo. Notas sobre os projetos territoriais em torno da política de imigração e colonização em Minas Gerais (1892-1900). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte. v. 24, n. especial 01. 2014, p. 94-106.

SANTOS, José Erimar dos. Feiras livres: (re) apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria. v. 17, n. 02. 2013, p. 39-56.

SANTOS, José Erimar dos. ; SILVA, Anelino Francisco da. ; SOARES, Marília Medeiros. ; BANDEIRA, Sâmia Érika Alves de Caldas. Feira Livre como Lugar Privilegiado para a (Re) produção e (Re) invenção de Práticas Espaciais e Socioculturais Populares: a Feira Livre de Ceará-Mirim (RN). **Sociedade e Território**, Natal. v. 26, n. 01. 2014, p. 58-75.

SANTOS, Thiago Araujo. Campesinato e Política: uma abordagem geográfica sobre a prática agroecológica. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa. v. 10, n. 03. 2016, p. 502-516.

SATO, Leny. Processos Cotidianos de Organização do Trabalho na Feira Livre. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte. v. 19, Edição Especial n. 01. 2007, p. 95-102.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa, 2008. 73 p.

SCHEJTMAN, Alexander. Economía campesina: lógica interna, articulación y persistencia. **Revista de La CEPAL**, Santiago/CEPAL. n. 11. 1980, p. 121-140.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, EMATER/RS. v. 02, n. 01. 2001, p. 62-73.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. v. 18, n. 51. 2003, p. 99-121.

SCHOUCHANA, Félix. ; MICELI, Wilson. Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: BM&F, 2004.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte. v. 19, Edição Especial n. 01. 2007, p. 84-94.

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020** – Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil. Brasília: MDA/SEAD, 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1684/3Baixa\\_Cartilha\\_Plano\\_Safra\\_2017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2018.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 21, n. 60. 2007, p. 143-154.

SEN, Amartya. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Nova York: Oxford University Press, 1981.

SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro. n. 52. 1985, p. 01-27.

SERRA, Elpídio. Algumas Contradições entre a Teoria e a Prática Cooperativista. **Boletim de Geografia**, Maringá. v. 05, n. 01. 1987, p. 53-70

SHAFFER, Jack. **Historical Dictionary of The Cooperative Movement**. Lanham: Scarecrow Press, 1999.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: Sociología Política del Campesinato en una Sociedad en Desarrollo (Rusia 1910-1923)** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente. v. 08, n. 07. 2005, p. 01-21.

SIGAUD, Lygia. “A Percepção do Salário Entre Trabalhadores Rurais”. In: **Capital e Trabalho no Campo**. PINKSY, Jaime (Org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 49-67. (Coleção Estudos Brasileiros)

SILIPRANDI, Emma. É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, EMATER/RS. v. 02, n. 04. 2001, p. 16-19.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias**, Belo Horizonte. v. 03, n. 01. 2007, p. 46-63.

- SILVA, Marcel Pereira da. **De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 205 f.
- SILVA, João Vitor Ramos. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR). **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá. v. 23, n. 02. 2014, p. 161-178.
- SILVA, Osmira Fátima da. ; WANDER, Alcido Elenor. **O Arroz no Brasil: Evidências do Censo Agropecuário 2006 e Anos Posteriores**. Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA, 2014. 58 f.
- SILVA, Hellen Mabel Santana. ; MIRANDA, Eduardo Oliveira. ; CASTRO JUNIOR, Luis Vitor. Feira livre enquanto espaço de sociabilidade, trabalho e cultura: tramas e subjetividades na Feira de Acari. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista. n. 18. 2014, p. 273-290.
- SILVA, Juniele Martins. ; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As Estratégias de Reprodução Social dos Agricultores Familiares das Comunidades Rurais do Município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro. n. 29. 2016, p. 402-430.
- SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco da. ; MACIEL, Leandro. ; BALLINI, Rosângela. Derivativos sobre Commodities Influenciam a Volatilidade dos Preços à Vista? Uma análise nos mercados de boi gordo e café arábica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba. v. 52, n. 03. 2014, p. 417-436.
- SINGER, Paul. “Introdução”. In: **Capital e Trabalho no Campo**. PINKSY, Jaime (Org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 01-06. (Coleção Estudos Brasileiros).
- SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de. ; SIQUEIRA, Manoel F. B. de. **Bokashi – Adubo Orgânico Fermentado**. Manual Técnico. n. 40. Niterói: Programa Rio Rural, 2013. 17 f.
- SISAGUA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO. **Avaliação da Presença de Agrotóxicos na Água de 2.639 Municípios Brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde/SISAGUA, 2019.
- SISTEMA OCEMG. **Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro – Ano 2017**. Belo Horizonte: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), 2018.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento”. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, Iná Elias de. ; GOMES, Paulo Cesar da Costa. ; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000, p. 77-116.



- SOUZA, Maria Célia Martins de. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2006. 192 f.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A Utilização de Metodologias de Diagnóstico e Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP). **Em Extensão**, Uberlândia. v. 08, n. 01. 2009a, p. 34-47.
- SOUZA, Alessandra Silva de. Um Debate Acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: Um Desafio de Percepção e de Prática. Ou, de que Lado é o meu Quintal? **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente. v. 10, n. 01. 2009b, p. 113-133.
- SOUZA, Ronaldo Tavares de. ; CALDAS, Eduardo de Lima. Redes alimentares alternativas e potencialidade ao desenvolvimento do capital social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 02. 2018, p. 426- 446.
- STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil** – Programas de reforma agrária – 1946-2003. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.
- SUPPAN, Steve. Challenges for Food Sovereignty. **Fletcher Forum of World Affairs**. v. 32, n. 01. 2008, p. 111-123.
- TALBOT, John. M. **Grounds for Agreement: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain**. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2004.
- TAUNAY, Afonso. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café (DNC), v. 15, 1939.
- TEPICHT, Jerzy. Las Complejidades de la Economía Campesina. **Investigación Económica**. v. 43, n. 167. 1984, p. 183-198.
- TERRAZZAN, Priscila. ; VALARINI, Pedro José. Situação do mercado de Produtos Orgânicos e as Formas de Comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo. v. 39, n. 11. 2009, p. 27-41.
- THERBORN, Göran. **La Ideología del Poder y El Poder de la Ideología**. 3ª Edição. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- THOMAZ, Fernanda. **O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. 2010. 201 f.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica**

**de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. v. 11, n. 254. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

TOPHAM, Edward. ; HOUGH, John Aspey. **The Co-operative Movement in Britain**. Londres: British Council, 1948.

TOPIK, Steven. “The integration of the world coffee market.” In: CLARENCE-SMITH, William G. ; TOPIK, Steven (Orgs.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

TORRES, Danielle Alencar Parente. ; LIMA, Dejoel de Barros. ; TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. ; MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. ; VIEIRA JUNIOR, Pedro Abel. ; SILVA, Renato Cruz. ; FOGAÇA, Scheila Maria Correa. ; NAVARRO, Zander. O campo brasileiro: A emergência de um novo padrão econômico e social. **Revista de Política Agrícola**, Brasília. v. 25, n. 01. 2016, p. 78-92.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 22, n. 63. 2008, p. 07-16.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Organic Food and Beverages: World Supply and Major European Markets**. Genebra: International Trade Center. 1999. 271 p.

VACA, Serginho T. História do Porto dos Mendes. **Revista de Aniversário – Folha Independente em Revista**. Nepomuceno. v. 07, n. 14. 2013a.

\_\_\_\_\_. A Aurora de Nepomuceno – Primeira Parte. **Revista de Aniversário – Folha Independente em Revista**. Nepomuceno. v. 07, n. 14. 2013b.

\_\_\_\_\_. A Aurora de Nepomuceno – Terceira Parte. **Revista de Aniversário – Folha Independente em Revista**. Nepomuceno. v. 09, n. 16. 2015.

\_\_\_\_\_. **Nepomuceno – 1911-1980: A política no sangue**. Edição Limitada. Nepomuceno: Sem Editora, 2018.

VALE, Ana Rute do; CALDERARO, Rodrigo Alexandre Pereira; FAGUNDES, Francielly Naves. A Cafeicultura em Minas Gerais: Estudo Comparativo entre as Regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-Território**, Uberlândia. v. 09, n. 18. 2014, p. 01-23.

VERGOPOULOS, Kostas. “Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo)”. In: **A Questão Agrária e o Capitalismo**. AMIN, Samir. ; VERGOPOULOS, Kostas. Tradução: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 43-179.

VERVOORT, Joost. M. ; THORNTON, Philip. K. ; KRISTJANSON, Patti. ; FORCH, Wiebke. ; ERICKSEN, Polly. J. ; KOK, Kasper. ; INGRAM, John. S. I. ; HERRERO, Mario. ; PALAZZO, Amanda. ; HELFGOTT, Ariella. E. S. ; WILKINSON, Angela. ; HAVLÍK, Peter. ; MASON-D'CROZ, Daniel. ; JOST, Chris. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environment Change**. v. 28. 2014, p. 383-394.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Segurança Alimentar: Uma Breve Discussão. **Anais do III Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF**. Juiz de Fora: UFJF. 2014, p. 211-221.

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016a. 233 f.

\_\_\_\_\_. Renda da Terra Agrícola em Nepomuceno-MG. **Sociedade e Território**, Natal. v. 28, n. 01. 2016b, p. 48-69.

\_\_\_\_\_. A Questão Agrária no Município de Nepomuceno-MG. **Campo-Território**, Uberlândia. v. 11, n. 24. 2016c, p. 344-373.

\_\_\_\_\_. Segurança Alimentar no Campo e na Cidade em Nepomuceno-MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo. v. 13, n. 01. 2017, p. 50-71.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a Concentração Fundiária no Brasil. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra dos Garças. v. 08, n. 01. 2018, p. 32-54.

VILELA, Duarte. ; RESENDE, João Cesar de. ; LEITE, José Bellini. ; ALVES, Eliseu. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília. v. 26, n. 01. 2017, p. 05-24.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas. v. 22, n. 44. 2014, p. 203-220.

VIOLANTE, Francesco. Notes on the economy in the rural non-capitalist societies: the contribution of A. V. Čajanov to the historical studies and the current political debate. **Scienze Del Territorio**. n. 02. 2014, p. 377-386.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 01-18.

\_\_\_\_\_. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba. v. 52, supl. 01. 2014, p. 24-44.

- WATANABE, Célia Hissae. Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário e a Formação Sindical: A Experiência da CONTAG. **Raízes**, Campina Grande. v. 28, n. 01. 2010, p. 166-173.
- WATSON, Kelly; ACHINELLI, Moira Laura. Context and contingency: the coffee crisis for conventional small-scale coffee farmers in Brazil. **The Geographical Journal**, Royal Geographical Society. v. 174, n. 03. 2008, p. 223-234.
- WERLANG, Rosângela. ; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Em Pauta**, Rio de Janeiro. v. 14, n. 38. 2016, p. 140-163.
- WITTMAN, Hannah. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague. v. 36, n. 04. 2009, p. 805-826.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. “O Saber Camponês: Práticas Ecológicas Tradicionais e Inovações”. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. ; MENEZES, Marilda Aparecida de. ; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias** – volume 2: estratégias de reprodução social São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2009, p. 119-129.
- WOORTMAN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia” – O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico**, Brasília. n. 87. 1990, p. 11-73.
- WRIGHT, Paulo. “Contribuição ao Aprofundamento da Análise das Relações de Produção na Agricultura Brasileira – 1971”. In: **A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda – 1960-1980**. STEDILE, João Pedro (Org.). 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2012, p. 107-126.
- ZOLLER, Maria Madalena. ; BACCARIN, José Giacomo. ; GEBARA, José Jorge. Evolução da Intermediação de Mão-de-Obra e Implicações sobre o Trabalhador Volante na Região de Jaboticabal. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB São Paulo. n. 55. 1978, p. 57-72.

**ANEXO I – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS EFETUADAS  
COM OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-  
MG**

- 1 - Qual é a dimensão de sua propriedade? Quanto mede a área cultivada? Caso exista, quanto mede a área protegida?
- 2 - Qual é o valor venal da propriedade?
- 3 - Quantas pessoas residem no imóvel?
- 4 - Quem administra a propriedade?
- 5 - Você já recorreu a crédito ou a empréstimos? Com qual finalidade? Quais foram os órgãos ou indivíduos que concederam o crédito ou o (s) empréstimo (s)?
- 6 - Você está endividado atualmente? Qual é o valor monetário de sua dívida?
- 7 - Por que você não pagou as dívidas contraídas?
- 8 - Quais os impactos do endividamento para você e sua família?
- 9 - Você é beneficiado pelo PRONAF? Quais financiamentos você contraiu por meio desse programa?
- 10 - Você realizou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a sua propriedade?
- 11 - Quais são os impostos pagos referentes ao estabelecimento agrícola? O pagamento de tributos compromete o orçamento mensal e/ou anual familiar?
- 12 - Qual é o destino de sua produção? Autoconsumo ou comercialização?
- 13 - Caso venda parte da produção, para quem os gêneros cultivados são vendidos?
- 14 - Por que você vende sua produção para a cooperativa? Quais os serviços e benefícios ofertados aos associados?
- 15 - Na sua visão, quais foram as mudanças trazidas pela chegada da Cooxupé à agricultura/cafeicultura nepomucenense?
- 16 - Quais são as principais diferenças entre sua forma de atuação e a de outras cooperativas atuantes no município, como a Capebe e a Cocatrel?
- 17 - Quais ações você efetiva em momentos de crise no setor agrícola, isto é, quando o preço de venda dos alimentos cultivados apresenta queda ou estagnação?
- 18 - O que você faria se sua produção agrícola deixasse de apresentar lucros? Manteria a posse da terra? Substituiria o(s) gênero(s) cultivado(s)?
- 19 - Quais impactos os momentos de crise possuem sobre a produção, o trabalho e a alimentação do grupo familiar?

- 20 - Você considera que os preços dos alimentos que cultiva apresentaram variação nos últimos anos?
- 21 - Você julga justos os preços pagos pelos gêneros cultivados? Na sua percepção, o que tem ocorrido com os preços dos produtos agrícolas nos últimos anos?
- 22 - Em qual área você aplica os rendimentos oriundos do trabalho agrícola?
- 23 - Você utiliza agrotóxicos? Quais? Onde os adquire?
- 24 - Com qual objetivo você usa os pesticidas na lavoura?
- 25 - Você emprega sementes transgênicas no processo produtivo? Por quê? Em qual local compra os grãos?
- 26 - Você aplica fertilizantes químicos nas culturas? Quais? Com qual intuito?
- 27 - Quais são as principais pragas que assolam suas lavouras?
- 28 - Quais são os métodos empregados para o combate às pragas?
- 29 - Os trabalhadores agrícolas de sua propriedade são assalariados? Pertencem ao núcleo familiar?
- 30 - Os trabalhadores contratados são permanentes ou temporários/sazonais?
- 31 - Como é a jornada desses trabalhadores? Qual é a carga horária diária/semanal? Quais funções executam?
- 32 - Você realiza arrendamentos? De quais tipos?
- 33 - Como funciona (m) o (s) arrendamento (s) que realiza (ou)?
- 34 - Os contratos de arrendamentos são oficializados ou acordados verbalmente?
- 35 - Existem trabalhadores migrantes em sua terra? Qual é a origem deles? Por que migraram?
- 36 - Você utiliza os equipamentos de proteção individual (EPIs) durante sua jornada de trabalho? Por quê? Quais?
- 37 - Você já sofreu algum tipo de lesão ou intoxicação durante o exercício do trabalho agrícola? Como ocorreu (eram) essa (s) situação (ões)?
- 38 - Quais são as máquinas empregadas na agricultura? Onde são adquiridas? Por que são utilizadas? O maquinário agrícola proporciona vantagens aos processos de produção e de trabalho?
- 39 - Você tem outro trabalho além do realizado em suas próprias terras? Por quê? Qual é o seu salário nesta função?
- 40 - Você conhece a origem dos alimentos que consome? Preocupa-se com sua qualidade?
- 41 - Quais são os gêneros cultivados em suas terras? Por que você os cultiva?
- 42 - Quais são os métodos e técnicas de cultivo empregados em suas lavouras?

- 43 - Você realiza consórcio ou rotação de culturas? Por quê? Como realiza esse (s) procedimento (s)?
- 44 - Você efetua o terraceamento ou o plantio em curvas de nível em suas terras? Como esse método é realizado?
- 45 - Você utiliza métodos naturais de adubação e/ou correção dos solos?
- 46 - Você aplica alguma substância para a redução da acidez dos solos? Qual (is)? Como?
- 47 - Há alguma área de preservação ou proteção ambiental em sua propriedade?
- 48 - Você se preocupa com a preservação dos recursos naturais?
- 49 - Quais são as funções atribuídas às mulheres em sua propriedade agrícola?
- 50 - Seus filhos possuem a intenção de trabalhar em suas terras?
- 51 - Você considera a terra como patrimônio familiar?
- 52 - Você sabe informar se houve fracionamento ou repartição das terras de sua família há décadas?
- 53 - Você produz alimentos orgânicos? Quais? Por quê?
- 54 - Quais são os benefícios e as desvantagens que você enxerga na agricultura orgânica?
- 55 - Você cria animais em suas terras? Qual a finalidade da criação? Autoconsumo ou venda?
- 56 - Você conhece todas as etapas que ocorrem com os alimentos que produz, desde o plantio até o consumo final?

**ANEXO II – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS  
COM OS FEIRANTES DE NEPOMUCENO-MG**

- 1 – Você é proprietário de sua banca (barraca) ou trabalha para outrem?
- 2 - Há ajuda de pessoas da sua família com o trabalho na feira?
- 3 – Os familiares que o auxiliam com o trabalho nas bancas são remunerados?
- 4 - Qual é a renda monetária semanal obtida por meio da feira?
- 5 - Quais são os outros trabalhos que você possui?
- 6 - Onde você mora e qual o seu município de nascimento?
- 7 – Você reside na zona rural ou urbana?
- 8 - Quem administra a feira?
- 9 - Qual é a origem dos produtos comercializados? Provêm da zona rural de Nepomuceno ou de outros municípios?
- 10 – Há aumento do movimento financeiro, isto é, circula mais dinheiro na feira nas proximidades de festividades, datas comemorativas e durante a colheita do café?
- 11 – Como ocorre o pagamento dos clientes?
- 12 – Os gêneros comercializados são vendidos a prazo? O pagamento pode ser realizado com cartão ou somente em dinheiro vivo?
- 13 - Você controla as finanças de seu comércio?
- 14 - Como é feito o registro das contas e despesas?
- 15 - Você calcula ou avalia seus rendimentos, lucros e/ou variações de preços dos gêneros comercializados?
- 16 - Como é efetuada a organização dos produtos e das bancas?
- 17 - Qual é a sua idade?
- 18 - A Prefeitura cobra alguma taxa dos feirantes?
- 19 - Quais são os impostos ou tributos para a montagem das bancas? Qual é o seu custo?
- 20 - Quais são as dimensões das bancas?
- 21 - Há fiscalização sanitária e/ou de outros tipos da Prefeitura na feira livre?



**ANEXO III - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS  
REALIZADAS COM OS GESTORES DAS COOPERATIVAS EM NEPOMUCENO-  
MG**

- 1 – Qual é a data de fundação da cooperativa?
- 2 – Qual é a data de instalação da filial da cooperativa no município de Nepomuceno-MG?
- 3 – Qual é o número total de associados à cooperativa?
- 4 – Qual é a quantidade total de associados em Nepomuceno-MG?
- 5 – Como é calculado o preço pago pela saca de café?
- 6 – Quais são os gêneros adquiridos pela cooperativa?
- 7 – Quais são os serviços e benefícios ofertados pela cooperativa?
- 8 – A cooperativa oferece seguros para o cafeicultor? Quais? Sob quais condições?
- 9 – Os cafeicultores esperam momentos de valorização para venderem sua produção?
- 10 – Há trabalhadores, como agrônomos e médicos veterinários, associados à cooperativa?
- 11 – A cooperativa fornece assistência técnica aos cooperados?
- 12 – Quem pode se associar à cooperativa?
- 13 – Qual é o custo de associação à cooperativa?
- 14 – Quais culturas são atendidas pela cooperativa?
- 15 - Quais são as filosofias e políticas da cooperativa?
- 16 – A cooperativa desenvolve estratégias para a superação da concorrência? Quais?
- 17 – A cooperativa realiza concursos de qualidade do café?
- 18 – Como a qualidade do café é avaliada? Quais são os critérios adotados?
- 19 – Há produção de cafés especiais em Nepomuceno-MG?
- 20 – Há produção de cafés orgânicos em Nepomuceno-MG?
- 21 – Como acontece o beneficiamento/processamento do café adquirido?
- 22 – Como ocorrem a distribuição e a venda do café dos associados?
- 23 – Para quem o café comprado pela cooperativa é revendido?
- 24 – Quais são os insumos ofertados aos cooperados?
- 25 – Há algum desconto aos associados na compra destes insumos? Por quê?
- 26 – Há algum serviço realizado ou insumo cedido gratuitamente para os cooperados?
- 27 – Os cooperados indicam parentes e amigos para se associarem à cooperativa?